O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quarta-feira 30 de MARÇO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46915
estadão.com.br

TABA BENEDICTO / ESTADÃO

Pista de Congonhas ganha 'puxadinho' de 70 metros

Aeroporto recebe tecnologia de segurança para frear aviões em uma espécie de caixa de brita; local poderá receber voos executivos internacionais. __ A13

Bancada ampliada no Congresso __ A6

Com trocas partidárias, Bolsonaro reforça base de apoio em campanha

__ Legenda do presidente, PL dobra seus deputados

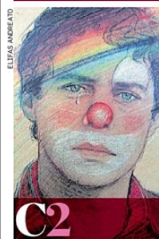
A três dias do prazo final para trocas partidárias, legendas que apoiam o presidente Jair Bolsonaro ganham adesões, reforçando a base da campanha pela reeleição. O PL, partido do presidente, é a sigla que mais cresceu com a permissão para mudanças. Integrante do Centrão, a agremiação política elegeu 33 deputados em 2018 e hoje, após a chegada de bolsonaristas, está com 66 parlamentares. Outras legendas governistas também encorparam. Com isso, a campanha do presidente larga com 171 deputados na disputa.

E&N Recado pós-demissão __ B1

Petrobras não pode fazer política, diz Silva e Luna antes de sair

Demitido por Jair Bolsonaro, o presidente da Petrobras, que deixa o cargo dia 13, disse que petroleira não pode fazer política pública e "menos ainda" política partidária com preço dos combustíveis.

"Quem segurar preço na Petrobras vai colocar CPF na mesa"
Adriano Pires
Indicado para presidir estatal, ao 'Estadão', há 8 dias

ELIFAS ANDREATO

Elifas Andreato 1946 - 2022 __ C5

Mestre das capas de LPs sai de cena

Conexão íntima com músicos elevou ilustrador ao status de 'coautor' de obras-primas.

Gal na foto __ C1 e C3

Livro traz imagens inéditas da cantora

Quarta troca no MEC __ A8

Reitor do ITA é cotado para comandar pasta da Educação

E&N Inflação __ B10

Governo autoriza aumento de 10,89% em medicamentos

E&N Para crianças __ B34

Aulas de programação são a nova 'escolinha de inglês'

A Guerra de Putin __ A9

Negociação de paz avança em meio à dificuldade russa na ofensiva militar

Em sinal de progresso em diálogo, Ucrânia se dispõe a adotar neutralidade e Rússia reduz ataques a Kiev.

Paul Krugman / *NYT* __ A11

Líder russo espalha mito da decadência ocidental

Fábio Alves __ B7

A volta ao mercado da 'Sra. Watanabe'

Leandro Karnal __ C8

Os buracos negros e a nossa insignificância

Notas e informações __ A3

A guilhotina populista

Bolsonaro afastou a contragosto o ministro da Educação porque ficou difícil esconder seus malfeitos.

A amplitude dos crimes ambientais

E&N Negócio animal __ B32

Fundadores do São Luiz projetam para pets mega-hospital de R$ 50 milhões

Família Vasone, dona do grupo Localpar, volta a setor de saúde com unidade para 2 mil consultas de animais por mês.

Tempo em SP
19° Mín. 31° Máx.

ISSN - 1516-293-1

CAMILA TURTELLI (INTERINA)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Coluna do Estadão

Ação do PL contra festival faz 'Fora Bolsonaro' retomar fôlego e preocupar aliados

Integrantes do PL têm tentado botar panos quentes no "climão" interno por causa do tiro no pé que foi a ação contra o festival Lollapalooza no TSE – derrubada ontem após recuo do próprio PL. Enquanto aliados de Jair Bolsonaro esquentam os motores para a pré-campanha da reeleição e já lidam com a forte rejeição, opositores da esquerda à direita usaram a tentativa de impedir manifestações políticas no festival para recuperar o fôlego do "Fora Bolsonaro", ao menos nas redes. Com o receio de que o clima após a ação possa contagiar movimentos anti-Bolsonaro para além do festival, bolsonaristas deixaram clara a insatisfação a Valdemar Costa Neto e avisaram que querem ter poder de decisão na sigla.

● **EFEITO.** Espaço prioritário de mobilização bolsonarista em 2018, as redes foram tomadas por críticas ao PL, Bolsonaro e, por conta da ação, ao TSE. Segundo levantamento da Quaest, 91% das menções à decisão foram críticas no Facebook, Twitter e Instagram.

● **VAI VENDO.** Acusações de censura, ironias e xingamentos contra o presidente puxaram a onda de publicações críticas à situação. O uso do CNPJ errado do festival, na ação do PL, também impulsionou o comportamento.

● **LINE-UP.** Artistas engrossaram o caldo: a cantora Anitta, contrária à decisão, foi a mais mencionada (11,4 mil vezes), seguida pela banda Fresno (10,1 mil), que abriu o último dia do festival, após a ação, com críticas ao presidente, e por Pabllo Vittar (8,7 mil), que exibiu toalha com foto de Lula (PT) em sua apresentação.

● **PERA LÁ.** A provável indicação do secretário de Produtos de Defesa do governo federal, Marcos Degaut, para atuar como embaixador nos Emirados Árabes Unidos gerou reação de diplomatas brasileiros após uma sequência de nomeações de profissionais não relacionados à carreira diplomática para esses cargos no exterior.

● **SEM BAGUNÇA.** A Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB) destacou o contexto de grande tensão geopolítica no mundo para defender que não é bom para o País que o papel do diplomata e suas competências sejam colocados à prova.

● **TÁ EM CASA.** "Dentro do Itamaraty contamos com embaixadores preparados. É com eles que a sociedade terá representação legítima e defesa de seus interesses. Diplomacia se faz por diplomatas", afirmou à *Coluna* a embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Adriano Pires,
indicado para presidir a Petrobras

● **IDEIAS.** As deputadas Luísa Canziani (PSD-PR) e Margarete Coelho (PP-PI) estiveram nesta terça (29) com o presidente do TSE, ministro Edson Fachin, para falar de parcerias entre a Corte e a Câmara em estratégias para impulsionar o voto dos jovens de até 18 anos nas eleições de outubro.

● **EQUILIBRISTA.** Indicado para a Petrobras, Adriano Pires ficará na corda bamba com políticos e o presidente Bolsonaro de um lado e com industriais do petróleo e o mercado de outro.

COM MATHEUS LARA.

PRONTO, FALEI!

Elena Landau
Economista

"Torcendo para que Adriano Pires consiga sobreviver ao jeito Bolsonaro de tratar estatais. Eu não entraria neste governo por nada. Por isso mesmo, desejo boa sorte."

CLICK

COLUNA DO ESTADÃO

Fernando Haddad
Ex-prefeito de São Paulo (PT)

Petista se reuniu em São Paulo com dirigentes da Rede, que ainda aguarda a confirmação sobre a federação com o PSOL para definir quem apoiar no Estado.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

A guilhotina populista

Bolsonaro afastou a contragosto o ministro da Educação porque ficou difícil esconder seus malfeitos; já o presidente da Petrobras foi demitido por fazer a coisa certa

Certo e errado, competência e incompetência, interesse nacional e interesse de alguns fazem pouca ou nenhuma diferença quando se trata de servir ao presidente Jair Bolsonaro. Em qualquer caso, cabeças podem cair. O ministro da Educação, Milton Ribeiro, foi demitido, a contragosto do presidente, depois de ter feito uma coisa errada: aceitou um gabinete paralelo, facilitando a bandalheira de dois pastores malandros. Já o presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, perderá o posto por ter feito a coisa certa: comandou com critérios empresariais uma companhia com acionistas no Brasil e no exterior. Diferentes na competência, no estilo de trabalho e na atenção às funções, coincidiram, no entanto, num ponto essencial: contrariaram o projeto de poder de seu chefe, um presidente empenhado na reeleição e, portanto, na preservação das condições políticas, jurídicas e pessoais associadas à Presidência.

Até o escândalo do tal gabinete paralelo, o ministro Milton Ribeiro foi sempre apoiado pelo presidente Bolsonaro. Como seu chefe, nunca levou a sério os mandamentos da boa administração nem respeitou os critérios de impessoalidade e de laicidade da função pública. Errou por omissão e por ação, mostrando-se incapaz de entender as funções da escola, de atividades como o Enem e da política educacional. Teve uma gestão desastrosa, como seus antecessores, e foi fiel aos padrões bolsonarianos, contrários à educação, à cultura e à ciência. Violou até as fronteiras do decoro e do ridículo, ao admitir a impressão de *Bíblias* com sua foto.

O ministro só perdeu o conforto e a segurança quando o **Estadão**, recentemente, revelou o gabinete paralelo. Em poucos dias, histórias chocantes foram publicadas pelos meios de comunicação, com gravações de falas indecorosas e testemunhos de prefeitos achacados por pastores ligados, informalmente, ao Planalto e ao Ministério da Educação. Sem poder negar o escândalo nem sua ligação com os vendedores de facilidades, o presidente Bolsonaro tratou de conter os danos e afastou o ministro, já condenado por grupos evangélicos ligados à política bolsonariana.

O presidente da República aproveitou a ocasião para afastar o chefe da Petrobras. Seria mais fácil, supostamente, porque as atenções estariam ocupadas também com a demissão do ministro Milton Ribeiro. Ao propor a substituição do general Joaquim Silva e Luna, o presidente Bolsonaro daria satisfação, talvez, aos descontentes com os preços dos combustíveis.

Outro político poderia gastar algum tempo explicando as condições do mercado internacional, os efeitos da guerra na Ucrânia e as limitações de uma empresa como a Petrobras. Não seria, no entanto, o caso de um populista pouco interessado em questões administrativas e, além disso, conhecido por suas tentativas de intervir na estatal. Com a demissão já anunciada, o presidente da Petrobras ainda apontaria, num pronunciamento público, duas limitações da empresa: não lhe cabe fazer política pública nem, "menos ainda", política partidária.

Ao indicar para o comando da Petrobras o economista Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Bolsonaro envia ao mercado, aparentemente, um recado tranquilizador. Já havia buscado entendimento com os generais apoiadores de Silva e Luna, ao discutir com eles, previamente, a demissão do presidente da estatal. Pires é respeitado como conhecedor do setor de energia e como defensor de políticas pró-mercado. Mas é cedo para falar sobre sua disposição de manter preços alinhados com o mercado internacional e de cuidar dos interesses dos acionistas. É cedo, também, para especular sobre uma possível defesa de subsídios aos consumidores, assunto complicado, em princípio, por envolver a equipe econômica.

Mas um ponto é certo. Não haverá um novo Bolsonaro. O presidente será o mesmo político populista e autoritário responsável pelo afastamento de Joaquim Silva e Luna, o mesmo explorador da religiosidade envolvido na escolha do pastor Milton Ribeiro, o mesmo candidato ligado ao Centrão e indiferente à boa administração.●

A amplitude dos crimes ambientais

Estudo revela que os crimes ambientais não raro estão vinculados a outros tipos de crime, formando um 'ecossistema de ilicitudes'

Os crimes ambientais, como o desmatamento ilegal, o tráfico de animais silvestres e o garimpo clandestino, por exemplo, são comumente vistos como crimes de "menor potencial ofensivo" quando comparados aos delitos em que há emprego de violência. Essa concepção dos crimes ambientais, que se espraia por segmentos do governo e da sociedade, é equivocada e extremamente prejudicial aos interesses do País.

Em primeiro lugar, os crimes ambientais são graves por si sós. Em segundo lugar, incluir esses delitos em uma espécie de ranking induz certa leniência do Estado em combatê-los com a mesma diligência que seria empregada, por exemplo, na persecução a outros tipos de crime, como os chamados crimes de sangue. Ademais, tratar os crimes ambientais como crimes "menos graves" reflete uma visão bastante turva sobre a realidade dos fatos. Em muitos casos, os crimes contra o meio ambiente estão diretamente ligados à grilagem de terras públicas, delitos financeiros e tributários, tráfico de drogas e homicídios.

Uma reportagem do **Estadão** mostrou que 30% das 369 operações da PF deflagradas nos últimos cinco anos referiam-se a crimes ambientais que tinham relação com algum tipo de fraude (documental, por exemplo); em 21% foi apontada a ligação com o crime de corrupção; e em 20% os crimes ambientais envolviam também lavagem de dinheiro. Mais estarrecedora foi a constatação de que, em cerca de 50% dos casos que motivaram as operações policiais para coibir crimes ambientais, havia atuação de organizações criminosas ligadas à prática de crimes muito violentos, inclusive quadrilhas com presença transcontinental.

Os números, que integram um estudo do Instituto Igarapé, têm dois grandes méritos. De pronto, confirmam com evidências o que antes era apenas uma percepção. Há crimes ambientais que demandam tamanha mobilização de recursos humanos e financeiros que só por ingenuidade ou má-fé haveriam de ser tratados como práticas isoladas de um punhado de desvalidos, e não como elos de uma cadeia de práticas delitivas engendrada por forças muito poderosas.

Essa enorme teia de crimes conexos configura o que a diretora de pesquisa do Instituto Igarapé, Melina Risso, chamou de "ecossistema de ilicitudes", com implicações na segurança pública que vão muito além das fronteiras da Amazônia. "A ausência de uma resposta contundente por parte do poder público fomenta a entrada de novos grupos criminosos (*nessa ciranda de ilicitudes*), provoca danos ambientais, sociais e econômicos seriíssimos e atenta contra a integridade da floresta e das comunidades locais, sobretudo populações indígenas, quilombolas e tradicionais", disse Melina Risso ao **Estadão**.

Apontar para a ausência de uma resposta "contundente" por parte do poder público a essa desabrida afronta às leis e à Constituição é outro mérito do estudo. A gravidade dos crimes cometidos na Região Amazônica e a sofisticação da rede montada para sua perpetração demandam, como contrapartida, a mobilização de toda a força do Estado para dar-lhes o devido combate. É exatamente o oposto do que tem feito o governo do presidente Jair Bolsonaro nos últimos três anos. A complexidade da teia criminosa na Região Amazônica e o aumento da violência ligada aos crimes ambientais representam "enormes desafios de governança, coordenação estratégica e inteligência, já que cadeias ilícitas de ouro e madeira ultrapassam fronteiras", enfatizam os autores do estudo.

Ao que tudo indica, não será durante o mandato de Bolsonaro que o aparato do Estado será devidamente mobilizado para combater os crimes ambientais, fazer o Brasil superar a vergonha e voltar a ocupar um lugar de destaque nessa seara. O presidente é conhecido por sua repulsa à proteção do meio ambiente e aos interesses das comunidades indígenas e pela defesa quase obsessiva do garimpo ilegal e outros meios predatórios de exploração econômica de recursos naturais.

A emersão de um Brasil mais seguro e civilizado a partir de 2023 depende fundamentalmente de uma mudança radical de mentalidade no Palácio do Planalto.●

ESPAÇO ABERTO

A ousadia da suavidade

Nicolau da Rocha Cavalcanti

No quinto episódio da série documental *O canto livre de Nara Leão*, Isabel Diegues recorda uma característica de sua mãe. "Quando ela queria ser ouvida, ela falava mais baixo. Tem essa coisa do show que ela fazia. Ela cantava, aí quando começavam um ti-ti-ti, um não sei o quê, ela ia cantando cada vez mais baixo, mais baixo. Até que as pessoas percebiam que (...) não dava para ouvir o que ela estava cantando. E começava a fazer silêncio, aí ela voltava", conta.

Esse trecho do documentário remeteu-me, por contraste, à agressividade que vemos, nos dias de hoje, no debate público, nas redes sociais, nas conversas no trabalho e até mesmo em reuniões familiares. Para atender ao desejo de sermos ouvidos, para expressar nossas convicções e argumentos, muitas vezes, nossa reação é aumentar a voz, intensificar a incisividade e endurecer o ataque contra o que entendemos ser os pontos frágeis da posição contrária.

Falar mais baixo "não só é o oposto do que se espera – continua Isabel Diegues no documentário –, mas também é muito revolucionário a partir do momento em que você tem um risco enorme de não ser ouvido, porque você está falando baixo, e uma segurança muito grande da importância daquilo que você está cantando. É importante o que eu estou falando (...). Então, se quiserem ouvir, vocês vão ter de fazer silêncio".

Naturalmente, um show de música é diferente de uma discussão pública ou de um debate na internet. Mas a reação contraintuitiva da suavidade – a liberdade de não responder na mesma moeda – pode ser muito útil se queremos ser ouvidos e, principalmente, se queremos dialogar.

Num mundo de sons estridentes e debates acalorados, o tom suave é, certamente, um diferencial. Mas não é apenas uma questão circunstancial. A suavidade tem uma profunda ligação com as condições do diálogo genuíno: o respeito aos fatos e o respeito ao interlocutor.

Bons argumentos respeitam os fatos. Respeitam principalmente as nossas limitações cognitivas sobre os fatos. Não sabemos tudo sobre os fatos. Muitas vezes, chamamos de "fatos" o que são meras impressões parciais, apreciações provisórias ou hipóteses possíveis.

> ***O ambiente de agressividade é uma construção humana, não um dado inexorável da natureza***

Reconhecer essas nossas limitações não significa relativizar tudo. O relativismo forte, que postula a incapacidade de alcançar um conhecimento verdadeiro sobre a realidade, é contraditório e irrazoável, como tão bem ilustra, por absurdo, o terraplanismo. Sem negar a possibilidade de um conhecimento seguro, ainda que limitado, postula-se aqui que a realidade humana, social e política é sempre mais complexa do que aquilo que a perspectiva pessoal nos apresenta como certo e verdadeiro.

E essa complexidade da realidade não é abarcada e, muito menos, compreendida pelo tom agressivo, que sempre traz consigo a limitação da binariedade: do zero ou um, do tudo ou nada. Os fenômenos têm matizes e tons intermediários, com plurais camadas de percepção e compreensão. O berro – ou a lacração – elimina tudo isso.

A moderação no tratamento dos fatos conduz, também, ao respeito com quem tem percepções diferentes. De novo, não é diminuir nossas convicções ou negar os fatos, mas fundamentar o que defendemos em argumentos, nunca na desqualificação do lado contrário. Há situações que exigem combatividade, com a exposição dos argumentos em sua máxima força, mas isso nada tem que ver com ridicularizar o interlocutor.

Num debate, o respeito ao lado contrário significa fundamentação sólida e rigorosa, compreensível também a partir da perspectiva do interlocutor. Por isso, a suavidade é mais do que simples polidez. Exige estudar mais, conhecer mais, escutar mais. O cuidado com o interlocutor leva a uma maior aderência à realidade e a uma saudável dose de desapego da nossa perspectiva pessoal.

Talvez tudo isso possa parecer utópico. O exagero, a incisividade e a própria agressividade são vistos, muitas vezes, como condições para ter audiência nos dias de hoje. Pouco importariam os fatos ou os argumentos, tampouco haveria espaço para o diálogo. Tornou-se habitual que cada fala seja uma tomada de posição: o hasteamento de uma bandeira sem ânimo de retroceder. Há prevalência do tom de imposição, como se a posição defendida fosse de apreensão evidente e imediata.

Diante disso, lembremonos do canto livre de Nara Leão. O ambiente de agressividade é uma construção humana, não um dado inexorável da natureza. Trata-se de um modo, entre tantos outros, de (não) conviver e de (não) dialogar. É, em último termo, uma escolha. O que queremos escolher? O que queremos construir?

Talvez a grande carência dos tempos atuais seja a comunicação serena de ideias, feita por quem sabe que o que tem a dizer é importante, tão importante que não precisa das muletas da agressividade. A realidade é uma paisagem que se descobre e se contempla conjuntamente, não um campo de batalha onde ferimos uns aos outros. E nunca é demais lembrar que as ideias mais frutíferas, de maior transcendência, nasceram pequenas e desamparadas, muitas vezes desprezadas. O tempo é, também, um excelente ouvinte. ●

ADVOGADO E JORNALISTA

FÓRUM DOS LEITORES

Governo Bolsonaro

Demissão de Milton Ribeiro

Desde o início da Nova República, em 1986, até hoje tivemos 24 ministros da Educação, ou seja, 1,5 ano para cada ministro. Como podemos ter uma boa política para o setor com essa rotatividade? A educação nunca foi prioridade de nenhum governo, mas com o capitão bateu-se o recorde de quatro ministros no período. Começou com um colombiano, seguido por dois mentirosos e terminamos com um distribuidor de *Bíblias* em vez de livros.

Manuel Pires Monteiro
manuel.pires1954@hotmail.com
São Paulo

Mudança de foco

Jair Bolsonaro é mestre em desviar o foco de fatos constrangedores de seu governo. A troca do presidente da Petrobras estava em banho-maria há cerca de um mês. Mas foi diante da situação insustentável do ministro da Educação que o presidente imediatamente demite o general Silva e Luna, indica um novo presidente para a Petrobras e desloca o foco do noticiário. E Adriano Pires à frente da empresa é uma incógnita: ou ele faz tudo ao contrário do que escrevia em artigos publicados ou não dura um mês no cargo.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com
Jacareí

As indicações de Bolsonaro

Silva e Luna diz que a Petrobras tem dificuldade de explicar à sociedade a necessidade de operar de acordo com interesses privados (**Estado**, 29/3). Ficou evidente, em sua gestão – em forma de bônus e reajustes –, o apreço do Conselho por lucros. A saída do general não significa muito, mas evidencia ainda mais a mediocridade das indicações do presidente Bolsonaro. Uma estatal deve, sim, trabalhar com políticas públicas, senão para que existe? A Petrobras precisa de investimentos para a modernização de sua capacidade de refino, diminuindo as importações e ficando menos refém do dólar. Sem contar que a revolução verde já chegou e o potencial que o Brasil tem para se destacar com projetos sustentáveis em parceria com a Petrobras é imenso. Como não falar em políticas públicas, general? O desmantelamento é lamentável, para dizer o mínimo.

Djalma Antonangelo Junior
dantonangelo23@gmail.com
São Paulo

Eleições 2022

Disputa presidencial

Pesquisas de intenção de voto e manifestações de artistas no festival de música Lollapalooza mostram que o eleitor brasileiro optará pelo "rouba, mas faz", em detrimento daquele que "deixa roubar e não faz". O voto em qualquer um dos dois é, inegavelmente, um atestado de ignorância do eleitor.

José A. Muller
josealcidesmuller@hotmail.com
Avaré

Campanha antecipada

Lamentável nossa Lei Eleitoral, anacrônica, autoritária e que permite descaradamente um ato de censura. Como impedir que a pessoa se manifeste a favor ou contra um candidato, como ocorreu no festival Lollapalooza? É por isso que as pessoas estão intolerantes e agressivas. O que deveria ser um direito passa a ser uma hipocrisia. Jair Bolsonaro e João Doria são candidatos desde a eleição passada; Lula e Ciro Gomes, desde 2018; e Sergio Moro, depois de sua filiação ao Podemos. Todo mundo sabe, e assim deve ser. Não há nada de democracia diante deste autoritarismo. Já podemos prever o que serão os próximos sete meses.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com
São Paulo

Faz de conta

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) faz de conta que proíbe campanha eleitoral antecipada e os candidatos fazem de conta que não a estão fazendo. É muita hipocrisia.

Luiz Frid
fridluiz@gmail.com
São Paulo

Protecionismo

A tentação

Muito oportuno foi o alerta de Luiz Carlos Trabuco Cappi (*A tentação do protecionismo*, **Estadão**, 28/3, B3) sobre o perigo dos protecionistas. Estamos num ano eleitoral, quando candidatos oportunistas prometem proteções que não podem ser entregues impunemente. Populismo e protecionismo andam juntos. Os dois enganam o povo, enfraquecem a economia e a própria democracia. Basta ler a bem documentada obra de Daron Acemoglu e James Robinson *Por que as nações fracassam*. Cumprimento Trabuco pela clareza e coragem ao dizer o que muitos empresários escondem.

José Pastore
j.pastore@uol.com.br
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Lição de democracia no Uruguai

Sergio Fausto

O drama da guerra na Ucrânia fez passar despercebido um evento político cheio de significado, bem perto de nós. No domingo, 27 de março, realizou-se no Uruguai um referendo popular sobre um amplíssimo conjunto de matérias, da educação pública ao direito penal, passando pela presença do Estado na economia. À primeira vista, poderia parecer um surto plebiscitário. Nada disso. Foi o ponto culminante de um longo e civilizado processo que revitaliza as instituições políticas deste pequeno grande país.

Menos que seu resultado, sobre o qual falarei mais adiante, interessa o processo que levou ao referendo, em reação a uma iniciativa do recém-empossado governo do presidente Luiz Alberto Lacalle Pou, de centro-direita. Em abril de 2020, o novo presidente recorreu à previsão constitucional que autoriza, dentro de certos limites, o Executivo a declarar "de urgente consideração" projetos de lei que considera decisivos. Até então, o mecanismo havia sido utilizado com extrema parcimônia (só 13 vezes, desde o retorno do país à democracia, em 1985) e nunca antes com tamanha abrangência.

Contendo nada menos do que 435 mudanças legislativas, criando, modificando ou revogando normas preexistentes, o projeto avançou dentro das regras constitucionais que preveem, nesses casos, tramitação mais acelerada (decisão final no prazo máximo de 100 dias, prevalecendo as mudanças propostas pelo Executivo em caso de não decisão). Com maioria parlamentar, o governo conseguiu transformá-lo em lei em julho de 2020. Mas o Congresso não deixou de modificar o projeto original (caiu, por exemplo, o fim do monopólio da empresa estatal de petróleo). A história não terminou aí.

Se, por um lado, a Constituição uruguaia dá ao Executivo o poder de acelerar o processo legislativo, por outro, oferece à sociedade o contrapoder de convocar referendos populares para derrogar total ou parcialmente leis aprovadas pelo Congresso, desde que a convocação do referendo esteja respaldada por pelo menos 25% dos eleitores, em até no máximo um ano depois da promulgação da lei. Com base nesse dispositivo constitucional, sindicatos, organizações sociais e partidos ligados à oposição coletaram em tempo hábil cerca de 800 mil assinaturas, representando quase 30% do eleitorado, o que equivaleria, no Brasil, a nada menos do que 45 milhões de eleitores.

> *Referendo de domingo foi o ponto culminante de um longo e civilizado processo que revitaliza as instituições políticas deste pequeno grande país*

Confirmada a convocação do plebiscito, as forças do governo e da oposição se mobilizaram em torno das opções "não" e "sim", respectivamente, à derrogação das modificações aprovadas pelo Congresso. Em vez de partir para o tudo ou nada, a oposição decidiu se concentrar em 136 das 435 mudanças introduzidas pela nova lei. Reconheceu, assim, se não o mérito de grande parte do projeto defendido pelo governo, o fato de que, numa democracia, ninguém pode se arvorar a ser o único e fiel intérprete da "vontade popular". Tão ou mais dignos de nota são a forma e o conteúdo da campanha a favor do "sim". Em vez da retórica polarizadora, do *nós contra eles*, a oposição apostou na mensagem oposta: o referendo não seria uma guerra política, mas o exercício pleno da liberdade de todos os uruguaios e uruguaias em defesa de seus direitos. Não acusaram o governo de crime de lesa-pátria nem de inimigo do povo, nem se ergueram no altar da Pátria (muito menos invocaram o nome de Deus em vão).

O governo venceu o referendo por margem muito pequena, com comparecimento de 85% do eleitorado. O resultado não acarretará um desastre para o país, assim como a vitória da oposição não o teria salvado de todos os males.

A meu ver, o governo está certo ao querer desengessar alguns mercados hiper-regulados e colocar limites à expansão do Estado na produção de bens e serviços. Mas errado ao endurecer o direito penal em nome da segurança pública, reduzir a proteção dos indivíduos contra arbitrariedades policiais e adotar normas draconianas contra os inquilinos. Assim funcionam as democracias consolidadas, com mudanças, mas sem rupturas, preservando as instituições e a cultura democrática. Vitorioso no referendo, o presidente Lacalle Pou reafirmou sua crença de que "existem visões diferentes sobre o país, mas um só Uruguai", sintetizando o patriotismo democrático que marcou todo o processo.

A democracia uruguaia demonstra estar plenamente consolidada, num mundo em que a desconsolidação de democracias que julgávamos assentadas tem sido cada vez mais frequente. Dá mostras, também, de vitalidade nova, num momento em que, para fortalecer a democracia, é essencial torná-la mais permeável às iniciativas da sociedade, sem prejuízo das instituições representativas e dos mecanismos de freios e contrapesos entre os Poderes instituídos.

Sim, o Uruguai é um pequeno país, com níveis de pobreza e desigualdade muito menores que os do Brasil. Nem por isso deixam de ser valiosas e úteis as lições que *"el paisito"* dá em matéria de civilidade e democracia. Ser civilizado e democrático é, também, uma questão de escolha. No Brasil, ela nunca foi tão decisiva. ●

DIRETOR-GERAL DA FUNDAÇÃO FHC, É MEMBRO DO GACINT-USP

TEMA DO DIA

NEILSON BARNARD/AFP

Oscar 2022

Academia de Hollywood condena agressão de Will Smith e estuda punição

Ator poderá ser expulso ou suspenso da organização e de seus eventos, como do Oscar do ano que vem, após tapa dado no humorista Chris Rock durante a cerimônia que ocorreu no último domingo, 27. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "São as consequências... Mas também queria saber como ficam as piadas ridículas no Oscar, feitas não só pelo Chris Rock."
EMANUELE FRANÇA

● "Ele podia ter pegado o microfone e pedido respeito. Agrediu e perdeu a razão."
ELIANA HONDA OUKI

● "Não se faz piada, chacota ou gozação com a doença de uma pessoa e ponto final."
OSCAR BOTTURA FILHO

● "Será que a Academia vai punir todos os homens já envolvidos em polêmicas?"
MEL GALVÃO

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

VISIT ALENTEJO/ DIVULGAÇÃO

Blogs

Slow travel: o estilo de vida que virou tendência. ●
www.estadao.com.br/e/slow

The New York Times

Relaxar é uma habilidade. Como colocar em prática? ●
www.estadao.com.br/e/relaxar

Aplicativo

Salve as notícias no app para ler quando quiser. ●
www.estadao.com.br/e/salve

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Eleições 2022

Trocas partidárias reforçam base de apoio político a Bolsonaro na campanha

PL, Progressistas, Republicanos, PSC e PTB alcançam 171 deputados, o equivalente a 1/3 da Câmara; legendas aliadas ao ex-presidente Lula somam 113 parlamentares

LAURIBERTO POMPEU
BRASÍLIA

A três dias do fim do prazo que autoriza as trocas partidárias, legendas que estão alinhadas com o governo de Jair Bolsonaro ganharam adesões, reforçando a base de apoio para a campanha do presidente à reeleição. O PL, partido de Bolsonaro, é a sigla que mais cresce com a chamada janela partidária na Câmara. Integrante do Centrão, a agremiação elegeu 33 deputados em 2018. Após a chegada de bolsonaristas, sua bancada dobrou: somava 66 deputados até ontem. A representação de outras legendas da base governista também cresceu.

Como a legislação eleitoral obriga que candidatos ao Parlamento vinculem sua imagem durante a campanha ao presidenciável que seu partido apoia, Bolsonaro terá uma base de ao menos 171 deputados na disputa. O cenário de aparente recuperação do presidente, indicado nas pesquisas, reforçou a impressão no meio político de que estar aliado ao governo pode ser uma garantida de voto. A avaliação é de que um contingente grande de parlamentares que também deverão disputar a reeleição vai ampliar o leque de cabos eleitorais pedindo voto para Bolsonaro.

Somando PL, Progressistas, Republicanos, PSC e PTB, são 171 deputados com Bolsonaro, o equivalente a 1/3 da Câmara. Já o petista Luiz Inácio Lula da Silva, principal adversário e favorito nas pesquisas, conta com PT, PSB, Solidariedade, PSOL, PCdoB e PV, que representam 113 deputados.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estando no mesmo partido de Bolsonaro ou em alguma legenda de sua coligação, como sinalizam o Progressistas e o Republicanos, os candidatos precisam vincular suas campanhas à do presidente. Isso equivale a deixar gravado em santinhos e outros materiais de campanha o nome de Bolsonaro.

De acordo com levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), com dados atualizados até ontem, o Republicanos, sigla ligada à Igreja Universal, teve o segundo maior crescimento em relação aos eleitos e passou de 30 para 41 deputados. O terceiro maior aumento foi do Progressistas, que passou de 38 para 46 deputados.

'COMPETITIVA'. Analista político do Diap, Antônio Augusto de Queiroz afirmou que o crescimento da bancada do PL é algo inédito na história da Câmara, e mostra que Bolsonaro arregimentou uma bancada de apoio que, mesmo no pior cenário, deve levá-lo o segundo turno da disputa presidencial. "É uma candidatura, sem dúvida nenhuma, competitiva."

O intervalo em que os deputados podem trocar de partido sem o risco de perder o mandato começou no dia 3 de março e termina em 1.º de abril. Até o momento, 66 deputados trocaram de legenda pela qual foram eleitos em 2018.

Uma bancada grande na Câmara é importante porque pode impedir a abertura de processos de impeachment contra o presidente e facilita a aprovação de propostas de interesse do governo.

Prazo

Parlamentares têm até a próxima sexta-feira para trocar de partido sem risco de perder o mandato

A expectativa de crescimento dos partidos do Centrão já era prevista por líderes, em fevereiro, como mostrou o **Estadão**. Com o orçamento secreto e sob a presidência do deputado Arthur Lira (Progressistas-AL), o grupo conquistou um protagonismo inédito.

Das legendas com pré-candidatos a presidente definidos, o PL foi a que mais cresceu. O PSDB registrou aumento de dois deputados, mas vai sofrer uma debandada nos próximos dias. O Podemos, do ex-ministro Sérgio Moro, recuou de 11 para 9 deputados. Diego Garcia (PR) foi para o Republicanos e José Medeiros (MT), para o PL. Ambos são bolsonaristas e críticos de Moro.

'PULVERIZAÇÃO'. O PT passou dos 54 eleitos em 2018 para 53 hoje. No entanto, isso aconteceu porque o deputado Josias Gomes se licenciou do mandato para ser secretário de Desenvolvimento Rural da Bahia. Até o fim da janela, o PT deve filiar mais quatro deputados. São eles Flávio Nogueira (PDT-PI), Gastão Vieira (PROS-MA) e Rubens Júnior (PCdoB-MA). No saldo final, o partido deve ficar com 56 representantes porque Gomes vai voltar ao mandato e Marília Arraes (PT-PE) vai entrar no Solidariedade. O PDT, de Ciro Gomes, perdeu seis deputados em relação aos eleitos e está com 22 parlamentares.

O líder do PT, deputado Reginaldo Lopes (MG), minimizou o crescimento do Centrão e disse que as siglas não vão manter o tamanho após a eleição. "Isso só dura até o dia da eleição, 2 de outubro", afirmou. "Essa concentração é ruim para eles. Acho que eles não conseguem eleger todos. A pulverização é mais acertada que a concentração."

PL. A principal migração ocorreu do antigo PSL para o PL. Deputados da tropa de choque bolsonarista, como Carla Zambelli (SP) e Eduardo Bolsonaro (SP), decidiram não ficar no União Brasil e foram para o partido ao qual o presidente da República se filiou em novembro do ano passado. O PL é comandado pelo ex-deputado Valdemar Costa Neto, que foi condenado no mensalão. Em nenhuma eleição a sigla elegeu mais de 50 deputados.

Para a disputa deste ano, a legenda espera manter uma bancada maior que 60 deputados e, para isso, aposta em "puxadores de votos" – candidatos que podem ajudar a eleger outros correligionários graças ao sistema de votação proporcional. Eduardo Bolsonaro, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, e o secretário nacional de Cultura, Mário Frias, fazem parte desse grupo.

No Senado, cuja eleição é majoritária, ou seja, sem voto de legenda, os parlamentares podem mudar de partido a qualquer tempo. Junto com o MDB, o PL também foi quem ganhou mais senadores em relação ao número de 2018. A sigla saiu de uma bancada de dois para uma de sete. O MDB, maior partido da Casa, cresceu de 11 para 16. ●

BANCADAS

Movimentações partidárias: quem perdeu e quem ganhou adesões até agora

Câmara

PARTIDOS	BANCADA ELEITA	BANCADA ATUAL	VARIAÇÃO ATÉ 29/MAR/2022
PL	33	66	33
REPUBLICANOS	30	41	11
PP	38	46	8
PSD	35	41	6
PSC	8	12	4
PSDB	29	31	2
AVANTE	7	8	1
SEM PARTIDO	–	1	1
MDB	34	34	0
NOVO	8	8	0
PATRIOTA	5	5	0
REDE	1	1	0
PT	54	53	-1
SOLIDARIEDADE	13	12	-1
PROS	8	9	-1
PSOL	10	9	-1
PCDOB	9	8	-1
PPL	1	–	-1
DC	1	–	-1
PODEMOS	11	9	-2
CIDADANIA	8	6	-2
PV	4	2	-2
PTC	2	–	-2
PSB	32	29	-3
PMN	3	–	-3
PTB	10	6	-4
PRP	4	–	-4
PDT	28	22	-6
PHS	6	–	-6
UNIÃO BRASIL	81	54	-27

Senado

PARTIDOS	BANCADA ELEITA*	BANCADA ATUAL	VARIAÇÃO ATÉ 29/MAR/2022
MDB	11	16	5
PL	2	7	5
PSD	7	11	4
PODEMOS	5	9	4
PROS	1	3	2
PT	6	7	1
PP	6	7	1
REDE	–	1	1
PSDB	8	8	0
CIDADANIA	2	2	0
REPUBLICANOS	1	1	0
PDT	4	3	-1
PTC	1	–	-1
PV	1	–	-1
PRP	1	–	-1
SEM PARTIDO	1	–	-1
PSB	2	–	-2
PTB	2	–	-2
PHS	2	–	-2
UNIÃO BRASIL	11	6	-5

*SOMA DA BANCADA ELEITA EM 2018 E COM MANDATO ATÉ 2023

FONTE: DIAP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Eleições 2022

Ala pró-Leite mira MDB e articula com Temer

Grupo negocia com ex-presidente na tentativa de unir a 3.ª via em torno do governador gaúcho, que permaneceu no PSDB

LAURIBERTO POMPEU
BRASÍLIA

Os articuladores da tentativa de fazer do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), uma opção da terceira via ao Palácio do Planalto reforçaram o movimento para tornar viável uma eventual chapa com apoio do MDB, e planejam estender as conversas a outros líderes partidários. Na lista de prioridades está o ex-presidente Michel Temer (MDB). Ele tem sido procurado por tucanos e deve se encontrar nos próximas semanas com o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) para debater uma aliança que uniria Leite e a senadora Simone Tebet (MDB-MS) na mesma chapa presidencial.

Anteontem, no mesmo dia em que Leite anunciou sua permanência no PSDB e sua desincompatibilização do governo gaúcho, o que abre a possibilidade de ele ser candidato, Aécio e Temer conversaram por telefone e combinaram de aprofundar o diálogo para uma aliança na qual o gaúcho pode ser o protagonista.

Temer já conversou sobre o assunto com o senador tucano Tasso Jereissati (CE), em janeiro. No mês anterior, o próprio Leite falou com o ex-presidente, em São Paulo. No mês passado, Tasso procurou o prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), e elogiou o nome de Tebet, ressaltando que ele pode ser uma "novidade", com vantagem de ter "baixa rejeição".

Em novembro do ano passado, o PSDB realizou prévias e definiu o governador de São Paulo, João Doria, como pré-candidato do partido ao Palácio do Planalto. A disputa foi polarizada entre o paulista, que teve 53,99% dos votos, e Leite, que somou 44,66%.

No entanto, aliados do gaúcho, como Aécio, Tasso e o ex-senador José Aníbal (SP), tentam impedir que Doria seja o candidato da sigla. Eles apontam, além do fraco desempenho nas pesquisas, que costuma oscilar de 1% a 3% – índice similar ao de Leite –, o fato de Doria ter rejeição alta.

"Essa construção pode vir com alguma naturalidade. Ela não é contra ninguém, não é contra João, José ou Joaquim, é a favor do Brasil. É uma chance que estamos dando a uma terceira via efetivamente viável", disse Aécio ao **Estadão**.

Aceno

Moro disse que Luciano Bivar, presidente do União Brasil, 'seria um ótimo vice ou um cabeça de chapa'

A ideia do grupo é ampliar o debate para além do PSDB e buscar apoio em outros partidos que se colocam como alternativa ao presidente Jair Bolsonaro (PL) e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que lideram as pesquisas de intenção de voto.

SIGLAS. O presidente do PSDB, Bruno Araújo, vem conversando com os presidentes do MDB, Baleia Rossi; do União Brasil, Luciano Bivar; e do Cidadania, Roberto Freire. A ideia é tentar atrair também o ex-ministro Sérgio Moro (Podemos). "Devíamos chamar para essa conversa, além desses partidos, além do MDB, União Brasil e Cidadania, o Podemos também. Por que não o próprio PSD, que mostrou o interesse em tê-lo como candidato?", disse Aécio. "Nada mais natural que (*o PSD*) avalie a possibilidade de apoiá-lo em outro partido. Ele não mudou de personalidade quando permaneceu no partido, é o mesmo candidato."

Moro jantou com Bivar anteontem, em Brasília, e fez um aceno ao líder partidário. O presidenciável disse que Bivar "seria um ótimo vice ou cabeça de chapa". O União Brasil ainda não tem uma posição consensual quanto à disputa presidencial. Parte do partido planeja lançar Bivar como pré-candidato, mas não descarta apoiar outro nome da terceira via, do MDB ou do PSDB. Outra ala defende o apoio a Moro. Há na legenda, ainda, quem apoie a reeleição de Bolsonaro e quem pense em estar com Ciro Gomes (PDT). ●

Partidos

PSB perde três deputados para o PV após fim das conversas sobre federação encabeçada pelo PT

Os deputados Júlio Delgado, Aliel Machado e Ricardo Silva (todos do PSB) vão se filiar hoje ao Partido Verde. O movimento se dá após a sigla não chegar a um acordo para integrar a federação formada por PT, PCdoB e PV. Outros insatisfeitos do PSB ainda podem mudar para o PV. ●

Justiça Eleitoral

Após desistência do PL, ministro do TSE revoga veto a manifestações políticas no Lollapalooza

O ministro Raul Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral, revogou, na noite de anteontem, decisão liminar dele próprio que havia proibido manifestações políticas durante o festival Lollapalooza, que se encerrou domingo. Ele acolheu a desistência do PL, partido de Jair Bolsonaro, que retirou a ação. ●

Governo federal

Reitor do ITA recebe apoio de nomes do Centrão para assumir Educação

Evangélico, Anderson Correia foi sondado por deputados do bloco governista para a vaga aberta com a saída de Milton Ribeiro

RENATA CAFARDO

GABRIELA BILO / ESTADÃO

Anderson Correia, reitor do ITA; indicação para comandar o Ministério da Educação vem do Centrão

O atual reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Anderson Ribeiro Correia, está sendo cotado para substituir o pastor Milton Ribeiro, que foi exonerado anteontem do Ministério da Educação (MEC). Ribeiro pediu para deixar o cargo após denúncias de corrupção envolvendo o favorecimento a religiosos que faziam parte de um gabinete paralelo na pasta. O caso foi revelado pelo **Estadão**.

Segundo apurou o **Estadão**, Correia, que é evangélico, tem recebido ligações de integrantes do Centrão para sondá-lo sobre a possibilidade de assumir o posto. Ontem, ele teria ainda uma conversa com o líder do PL na Câmara, deputado Altineu Cortes (RJ).

O reitor, de acordo com interlocutores, estaria disposto a aceitar o cargo e seria uma boa opção técnica, mas também alinhada aos evangélicos e ao Centrão. O presidente Jair Bolsonaro (PL) chegou a considerar o nome de Correia para substituir o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, em junho do ano passado, mas optou por Ribeiro.

Correia havia sido indicado por deputados da bancada evangélica, como Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e Marco Feliciano (PL-SP). Diante dos episódios envolvendo Ribeiro, Sóstenes – que é presidente da Frente Parlamentar Evangélica – declarou que o então ministro não tinha sido sua escolha e destacou sua preferência pelo reitor do ITA. Agora, no entanto, a indicação está partindo de políticos ligados ao ex-deputado Valdemar Costa Neto, presidente nacional do PL, e não dos evangélicos.

CURRÍCULO. Anderson Correia é engenheiro civil formado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre pelo ITA. Ele fez doutorado em Engenharia de Transportes na Universidade de Calgary, no Canadá.

No governo Bolsonaro, Correia já exerceu o cargo de presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), mas deixou o posto depois de se voluntariar e passar na seleção para reitor do ITA.

Ele também fez parte do grupo militar que trabalhou na transição do governo Bolsonaro e ajudou a compor o ministério de Ricardo Vélez Rodriguez. Desde a saída de Vélez, primeiro ministro da Educação de Bolsonaro, o nome do reitor surge como substituto para comandar a pasta.

GABINETE PARALELO. Milton Ribeiro pediu demissão dez dias após a publicação, pelo **Estadão**, da primeira de uma série de reportagens que revelou a atuação de um gabinete paralelo no MEC, com cobrança de propina até em barra de ouro em troca da liberação de recursos para escolas. O pastor foi o quarto ministro da pasta a deixar o governo.

Com a demissão, o governo Bolsonaro passará por sua quinta gestão diferente do MEC. Além de Ribeiro e Weintraub, comandaram a área federal da educação o professores Ricardo Vélez Rodriguez e Carlos Alberto Decotelli. Este último teve a nomeação publicada no *Diário Oficial* da União, mas ficou somente cinco dias na função, por inconsistências no currículo. Todas as gestões até agora foram marcadas por polêmicas e um histórico de crises.

Engenheiro
Anderson Correia já havia sido cotado para substituir Abraham Weintraub no MEC

Na carta de demissão entregue a Bolsonaro, Ribeiro disse que as reportagens revelando corrupção no MEC provocaram "uma grande transformação" em sua vida. "Tenho plena convicção de que jamais realizei um único ato de gestão na minha pasta que não fosse pautado pela correção, pela probidade e pelo compromisso com o erário."

"As suspeitas de que uma pessoa, próxima a mim, poderia estar cometendo atos irregulares devem ser investigadas com profundidade", escreveu o então ministro. Ribeiro deixou o cargo dizendo estar "de coração partido". ●

3 perguntas para...

VINÍCIUS DO VALLE
Cientista político e curador do Observatório Evangélico

Qual é a importância dos evangélicos na política?
O discurso predominante entre os pastores é o de que "logo seremos uma maioria de evangélicos no Brasil". Estão ganhando cada vez mais espaço. Os líderes estão cada vez mais buscando inserção política. Eles vão se aproximando do poder local e tentando abocanhar uma fatia do poder nacional, algo que ficou bastante facilitado com a eleição de Jair Bolsonaro.

Qual é o impacto da demissão de Milton Ribeiro para os evangélicos no meio político?
Não necessariamente o escanteamento dos evangélicos vai gerar uma aproximação desse grupo com outros candidatos ou uma redução do apoio a Bolsonaro. Estamos falando de um grupo de pastores que está muito profundamente imbricado com o governo, e Bolsonaro é muito bem-sucedido nas tentativas de reaproximar grupos que em algum momento se afastaram.

Como essa presença religiosa na política afeta as eleições de 2022?
Esses escândalos envolvendo os evangélicos têm bastante influência entre os fiéis. O que estou observando é que as pessoas estão desconfiadas. Mas vimos isso acontecer várias vezes ao longo do governo. Mais para frente podem concluir que esse problema não foi tão significativo e voltam a apoiar o governo. ● GUSTAVO QUEIROZ E GUSTAVO CÔRTES

Brasileiro confia mais em cientistas e menos no governo, diz pesquisa

BEATRIZ BULLA

Cerca de um terço dos brasileiros vê o governo como instituição confiável. O dado, registrado no Barômetro da Confiança de 2022, realizado pela Edelman, agência global de comunicação, aponta piora em um indicador que, no Brasil, já estava baixo. A confiança em cientistas cresceu e, no Brasil, é mais alta do que na média mundial. No País, 81% dos entrevistados confiam nos cientistas. No mundo, 75%. Já as autoridades governamentais inspiram confiança em 26% dos brasileiros. No mundo, em 42%.

Com a credibilidade das lideranças políticas e da mídia desafiada no País, a população brasileira vê como "confiáveis" apenas as empresas e, desta vez, as organizações não governamentais. O levantamento anual foi feito com base em mais de 36 mil entrevistas on line em 28 países, entre 1.º e 24 de novembro de 2021. Foram cerca de 1.150 entrevistados em cada país analisado.

Dos brasileiros ouvidos, 34% veem o governo como "confiável", atrás da mídia (47%), ONGs (60%) e empresas (64%). Houve queda na avaliação de governo (cinco pontos) e mídia (um ponto) e melhora na confiança depositada em empresas (três pontos) e ONGs (quatro pontos), na comparação com a pesquisa divulgada no ano passado.

Entre as categorias analisadas, a credibilidade do governo entre os brasileiros é a mais distante da média global. O Brasil difere em no máximo três pontos porcentuais do panorama mundial quando o assunto é a avaliação da mídia, empresas ou ONGs. Quando o assunto é governo, no entanto, a avaliação que os brasileiros fazem é 18 pontos porcentuais mais baixa do que os dados globais. No mundo, 52% confiam no governo.

Abrangência
O levantamento ouviu a opinião de 36 mil pessoas em 28 países, entre 1º e 24 de novembro de 2021

PANDEMIA. No levantamento deste ano, a avaliação da sociedade brasileira sobre as ONGs deixou a classificação de neutralidade (quando de 50% a 59% dos entrevistados se dizem confiantes) e entrou no campo da confiança (60%).

"Há dois anos as empresas saíram muito à frente no combate à pandemia e ajudaram a sociedade a passar por esse problema. E elas foram buscar muita parceria com o terceiro setor, que certamente navega com muito mais facilidade nessas questões", afirmou Ana Julião, gerente-geral da Edelman Brasil. ●

A Guerra de Putin

Negociação com Ucrânia avança em meio a dificuldades russas no front

EUA e Europa reagem com desconfiança às promessas da Rússia de reduzir ataques em Kiev e prometem manter as sanções e enviar ainda mais ajuda aos ucranianos

ISTAMBUL

A rodada de ontem de negociações entre russos e ucranianos na Turquia parece ter avançado em direção a um possível acordo. As duas delegações discutiram o cessar-fogo e garantias de segurança para a Ucrânia, que se colocou à disposição para adotar a neutralidade. Após a reunião, Moscou afirmou que reduzirá a atividade militar em Kiev e Chernihiv e pode marcar um encontro entre os presidentes Vladimir Putin e Volodmir Zelenski.

A decisão de reduzir os ataques contra Kiev e Chernihiv foi anunciada pelo vice-ministro da Defesa da Rússia, Aleksandr Fomin. "O objetivo é aumentar a confiança mútua e criar as condições necessárias para novas negociações e alcançar o objetivo final de concordar com a assinatura do acordo de paz", disse o russo.

TÁTICA. Analistas, no entanto, não deixaram de notar que o avanço russo no norte da Ucrânia já havia estagnado, com as tropas ao redor de Kiev assumindo posições defensivas diante dos contra-ataques ucranianos, que também obtiveram ganhos perto das cidades de Sumy e Kharkiv. "A desescalada é um eufemismo para recuo", disse Lawrence Freedman, professor de estudos de guerra no King's College, de Londres.

"A Rússia não está em condições de negociar seriamente, porque ela precisa se posicionar melhor na guerra", disse François Heisbourg, analista da Fundação para Pesquisa Estratégica, um grupo francês. "Esta é uma chance para os russos se consolidarem, se reagruparem, se retirarem de lugares fora de alcance logisticamente, onde já ficaram sem comida e munição."

Ceticismo
Americanos e europeus reagiram com cautela às promessas da Rússia de reduzir os ataques a Kiev

Os EUA e seus aliados europeus também reagiram com cautela às promessas da Rússia de reduzir a pressão militar. O presidente americano, Joe Biden, disse que não acredita em um recuo até que ele aconteça de fato e garantiu a manutenção das sanções. "Vamos ver se eles (*os russos*) cumprem o que estão sugerindo", disse. O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, reagiu com o mesmo ceticismo. "Existe o que a Rússia diz e o que a Rússia faz."

Após o anúncio, assessores de Biden confirmaram que a Rússia começou a retirar algumas tropas da capital ucraniana, no que seria uma importante mudança na estratégia russa. De acordo com eles, no entanto, o movimento era mais um remanejamento de soldados do que uma retirada.

A LUTA POR KIEV

Forças ucranianas têm retomado cidades do controle russo

INFOGRÁFICO: NYT/ESTADÃO

DESCONFIANÇA. O governo britânico também viu sinais de redução dos bombardeios russos em torno de Kiev, mas insistiu que o Reino Unido julgará as promessas da Rússia por suas ações e não por palavras. "Não queremos ver nada menos do que uma retirada completa das forças russas do território ucraniano", afirmou Max Blain, porta-voz do primeiro-ministro, Boris Johnson.

Ontem, Biden participou de uma videoconferência que reuniu Johnson, o chanceler alemão, Olaf Scholz, o presidente francês, Emmanuel Macron, e o primeiro-ministro italiano, Mario Draghi. Os cinco líderes concordaram em aumentar a pressão sobre a Rússia e enviar mais armas para a Ucrânia.

A desconfiança tem como base o fato de que, apesar da promessa de reduzir os ataques no norte da Ucrânia, as bombas continuaram a cair ontem por todo o país. Um bombardeio russo destruiu grande parte de um prédio do governo regional na cidade de Mikolaiv, deixando 7 mortos, 22 feridos e pelo menos 11 pessoas presas nos escombros, segundo o governador, Vitali Kim. Mísseis russos também destruíram um depósito de petróleo na região de Khmelnitski, no oeste da Ucrânia.

Em Mariupol, a situação da população, cercada há vários dias, se agrava diariamente. Ontem, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) pediu à Rússia e à Ucrânia que cheguem a um acordo para a retirada de civis, já que comida e água estão no fim. "O tempo está acabando para as pessoas em Mariupol", disse a CICV, em comunicado.

ENVENENAMENTO. A Ucrânia aconselhou ontem seus negociadores a não comer, beber ou tocar em qualquer coisa durante as negociações com a Rússia, após alegações de que o oligarca russo Roman Abramovich e outros mediadores podem ter sido envenenados durante reuniões anteriores.

"Aconselho a qualquer pessoa que vá negociar com a Rússia que não coma nem beba nada, de preferência evite tocar em superfícies", disse o chanceler da Ucrânia, Dmitri Kuleba, em entrevista à emissora de TV Ukrayina 24 ● NYT, WP, REUTERS e AP.

Putin pretende ganhar tempo com concessões

CENÁRIO

STEVEN ERLANGER
THE NEW YORK TIMES

As negociações mostram uma Rússia mais realista sobre o curso da guerra, mas sem pressa em encerrá-la. Moscou prometeu reduzir a atividade militar em torno de Kiev, mas o avanço russo no norte já havia empacado. Recuar não significa rendição, e muitos alertam que o avanço no diálogo não quer dizer que a Rússia esteja pronta para o fim da guerra. Isso exigiria um resultado melhor para Vladimir Putin vender em casa como vitória.

Os ucranianos apresentaram ontem um cronograma de negociação de 15 anos sobre o status da Crimeia e disseram que o controle da região de Donbas pode ser discutido entre Putin e o presidente Volodmir Zelenski. A Rússia respondeu que só marcará um encontro entre eles quando um esboço de acordo estiver pronto.

Alguns analistas dizem que tal acordo permitiria o controle russo de Mariupol, para criar uma rota terrestre entre duas áreas ocupadas pela Rússia: Crimeia, a oeste, e Donbas, a leste. A Ucrânia também teria, segundo eles, de ceder as regiões de Luhansk e Donetsk, que Putin já declarou serem "repúblicas independentes".

Mas governos ocidentais duvidam. Eles dizem que os russos estão sem peças de artilharia e outras munições – e precisam reabastecer com urgência. Por isso, a ideia de Putin pode ser reconstruir suas tropas e continuar os combates.

Para o francês Mathieu Boulègue, que estuda as Forças Armadas russas, o Kremlin não está negociando de boa-fé, mas testando o inimigo e ganhando tempo para se reagrupar, se reequipar e obter mais ganhos no terreno. "A guerra moderna é em parte uma guerra de informação", disse. "E o sucesso é o que você faz dele, especialmente em um ambiente de repressão à mídia como na Rússia."

Estratégia
Analistas desconfiam que Rússia precise de tempo para reagrupar tropas e continuar os combates

Para Michael Kofman, diretor de estudos da Rússia do CNA, centro de estudos dos EUA, a retirada total de Kiev é improvável, já que daria aos ucranianos a chance de reforçar a região de Donbas e obter uma vitória significativa.

O historiador Ian Garner lembrou que a Rússia pós-soviética está envolvida em conflitos intermináveis há anos na Transdnístria, Abkházia e Donbas, todas regiões de outros países onde os russos apoiam movimentos separatistas. "Os conflitos nunca acabam. Estão eternamente em pausa." ●

É JORNALISTA

Rússia repete manual da Chechênia em invasão

Ao enfrentar soldados e civis ucranianos determinados, Moscou está usando tática de bombardear indiscriminadamente

Equipes buscam sobreviventes após bombardeio em Mykolaiv; apesar de promessas, ataques continuam

ARTIGO

Carlotta Gall
The New York Times
É escritora e chefe da sucursal de Istambul

Em Kiev, em meio aos estrondos da artilharia russa, muita coisa parece familiar – principalmente a sensação de pavor. Quase 30 anos atrás, eu estava em Grozny, capital da Chechênia, região no sudeste da Rússia que ousou declarar independência de Moscou enquanto a União Soviética se despedaçava. Os chechenos pagaram caro por essa presunção.

A Rússia invadiu duas vezes a cidade e a esmagou duas vezes, em ações que viraram uma estratégia familiar da cartilha dos russos, de impor controle sobre outras regiões de seu antigo império e subjugar povos por meio da força.

A Ucrânia é muito diferente da Chechênia, um pequeno território de 1 milhão de habitantes no Cáucaso. A Ucrânia é um país soberano, com uma população de mais de 40 milhões, Forças Armadas com 200 mil soldados e uma capital de 3 milhões de habitantes.

MÉTODOS. De qualquer modo, vale relembrar a experiência na Chechênia, já que aquela foi a primeira vez que vimos Vladimir Putin adotar seu plano de ação para reafirmar o domínio russo onde bem entende. Seus métodos são força bruta e terror: bombardear e sitiar cidades, mirar civis deliberadamente, sequestrar e encarcerar líderes locais, jornalistas e substituí-los por colaboradores leais.

Aguerra na Chechênia começou como uma chocante exibição da incompetência. No último dia de 1994, tropas russas receberam ordens para atacar Grozny. Composta em grande parte por soldados que não sabiam o que esperar, a força russa invadiu a cidade com longos comboios de tanques e blindados, numa ação projetada para derrubar rapidamente a liderança chechena.

Os russos se depararam com unidades de combatentes altamente motivados que, armados com foguetes antitanque, emboscaram suas colunas, encurralando e incendiando centenas de soldados e veículos.

> *O próximo passo da cartilha de Putin são o desaparecimento de autoridades locais, prisões e deportações*

Silêncio e perplexidade tomaram a Rússia nos dias que se seguiram, enquanto Moscou contabilizava o que havia ocorrido e o Exército mandava reforços. Os russos se mobilizaram para um ataque de flanco contra Grozny, invadindo por três lados, e lançaram uma assustadora operação de ataques aéreos e disparos de artilharia contra a cidade.

Em pouco tempo, eles arrasaram bairros arborizados, parques industriais e distritos residenciais, movendo-se por terra gradualmente, à medida que forçavam os combatentes chechenos a recuar para se proteger dos bombardeios.

Testemunhei isso de perto, acompanhando ambos os lados do conflito, relatando os acontecimentos tanto atrás das linhas russas quanto nos bunkers, onde a população civil vivia sob cerco, correndo o risco de que bombas e projéteis os atingisse. Uma cidade moderna, europeia, foi reduzida a uma paisagem lunar.

MASSACRE. Quando os russos se deparavam com alguma defesa obstinada, respondiam com letais bombas de fragmentação que massacravam qualquer um. Depois de três meses, eles tomaram o centro de Grozny e seus soldados montaram guarda sobre uma terra devastada.

Os combates se moveram para os subúrbios da cidade, onde as forças russas destruíram os últimos redutos da resistência com bombas antibunker, que derrubaram prédios de oito andares sobre porões lotados de civis, e bombas termobáricas, que explodiam sobre os edifícios e espalhavam poderosas ondas de choque.

TÁTICAS. Grande parte dessa experiência ecoa na Ucrânia atualmente. Apesar de quase 30 anos terem se passado, é estarrecedor testemunhar a Rússia empregando muitas das mesmas táticas – e cometendo os mesmos erros.

Apesar das duras lições aprendidas na Chechênia – e no Afeganistão, antes disso –, as tropas russas atravessaram as principais estradas da Ucrânia com seus tanques e caminhões de combustível, numa tentativa de tomar o controle de Kiev nas primeiras semanas de março.

Os ucranianos montaram emboscadas; destruíram tanques e blindados. O próximo passo da cartilha de Putin na Ucrânia também é velho conhecido dos chechenos: prisões e desaparecimentos de autoridades locais, ameaças e detenções de jornalistas e deportação em massa de civis para a Rússia. ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

Países europeus expulsam 40 diplomatas russos por espionagem

HAIA

Holanda, Bélgica e Irlanda anunciaram ontem a expulsão de 42 diplomatas russos sob a acusação de espionagem. Eles se somam às dezenas de outros que já foram expulsos de outros países em retaliação à invasão da Ucrânia pela Rússia.

Apenas a Holanda decidiu expulsar 17 diplomatas russos, informou o Ministério das Relações Exteriores holandês. "Há informações que mostram que as pessoas em questão, credenciadas como diplomatas, estão agindo secretamente como agentes de inteligência", afirmou a chancelaria, em nota.

A Irlanda anunciou a expulsão de quatro diplomatas russos, alegando que suas atividades "não atendem aos padrões internacionais de comportamento diplomático". Por fim, a Bélgica decidiu expulsar 21 pessoas que trabalham para a embaixada e consulado russos, suspeitas de estarem envolvidas em "operações de espionagem e influência que ameaçam a segurança nacional", de acordo com a chanceler belga, Sophie Wilmès.

Segundo a Reuters, a expulsão ocorreu após uma reportagem de uma agência de notícias belga apontar indícios de espionagem, embora sem ter apresentado fontes. ● AFP

Defesa urbana da Ucrânia colocou civis em risco

KIEV

Cada vez mais, os ucranianos estão enfrentando uma verdade incômoda: o compreensível impulso dos militares de se defender contra ataques russos pode estar colocando civis na mira. Praticamente todos os bairros na maioria das cidades se tornaram militarizados, alguns mais do que outros, tornando-os alvos para as forças russas que tentam derrubar as defesas ucranianas.

As cidades da Ucrânia – e áreas civis – tornaram-se a prova da severidade da guerra, onde uma intensa luta está se desenrolando entre os russos, que querem tomar essas áreas, e os ucranianos, que resistem desafiadoramente. Isso transformou o conflito em uma guerra urbana. Com as forças russas atacando as cidades, os ucranianos responderam fortificando áreas civis e usando voluntários para patrulhar enclaves. Com isso, as baixas civis aumentam diariamente. ● WP

● A Guerra de Putin

Putin e o mito da decadência ocidental

Guiados pelo Partido Republicano, muitos americanos desistiram dos valores democráticos

ARTIGO

Paul Krugman
The New York Times
É colunista e vencedor do Nobel de Economia de 2008

A invasão da Ucrânia é, acima de tudo, um crime – os crimes de guerra continuam no momento em que você lê estas palavras. Mas também é um engano. Em menos de cinco semanas, Vladimir Putin destruiu a reputação do Exército russo, abalou a economia de seu país e fortaleceu as alianças democráticas que ele esperava minar. Como ele pode ter cometido um erro tão catastrófico?

Parte da resposta reside na síndrome do homem forte: Putin cercou-se de pessoas que lhe dizem apenas o que ele quer escutar. Tudo indica que ele empreendeu esse fiasco acreditando na própria propaganda a respeito da destreza marcial de seu Exército e da ânsia dos ucranianos em se submeter ao controle russo.

Mas também há razão para acreditar que Putin, como muitos de seus admiradores no Ocidente, pensou que as democracias modernas estavam decadentes demais para apresentar uma resistência eficaz. E veja uma coisa, quando olho para os EUA, me preocupo que o Ocidente esteja realmente sendo enfraquecido pela decadência – mas não do tipo que Putin e aqueles que pensam como ele.

GLEB GARANICH / REUTERS

Soldado ucraniano mostra veículo russo destruído perto de Kiev

Nossa vulnerabilidade não decorre do declínio dos valores da família tradicional, mas do declínio dos valores tradicionais da democracia, como a crença no estado de direito e a disposição de aceitar resultados de eleições que não sejam do seu agrado.

> *A resposta de Putin ao fracasso na Ucrânia é trumpiana, rejeitando que tenha cometido erros*

DECADÊNCIA. Evidentemente, a ideia de que a devassidão moral destrói grandes potências remonta a séculos. Na versão hollywoodiana da história, o Império Romano caiu porque suas elites se ocuparam demais em fazer orgias em vez de se dedicar a derrotar os bárbaros. Na verdade, o cronograma dessa narrativa está errado, mas retornarei a ela em um instante.

Os direitistas de hoje parecem se incomodar menos com a fraqueza decorrente da libertinagem sexual do que com a fraqueza decorrente da igualdade de gênero. Tucker Carlson alertou que o Exército chinês está cada vez "mais masculino" enquanto o nosso está cada vez "mais feminino", seja lá o que isso signifique hoje em dia, "já que deixaram de existir homens e mulheres". O senador Ted Cruz, republicano do Texas, retuitou um vídeo comparando imagens do recrutamento do Exército americano com a filmagem de um paraquedista russo de cabeça raspada e afirmou que um "Exército lacrador e emasculado" não pode ser uma boa ideia.

Seria interessante saber o que aconteceu com aquele paraquedista desde que Putin invadiu a Ucrânia. De qualquer modo, as pesadas baixas sofridas pelo Exército antilacração e seu fracasso em conquistar as forças ucranianas confirmam o que qualquer um que estudou história percebe: guerras modernas não são vencidas com machismo marrento. Coragem e perseverança, física e moral, continuam tão essenciais como sempre, assim como coisas mais mundanas, como logística, manutenção veicular e sistemas de comunicação que funcionem.

FRACASSO. Aliás, não posso deixar de mencionar que os eventos recentes também confirmaram o lugar-comum segundo o qual muitos dos homens que posam como durões (talvez a sua maioria) na verdade estão longe de sê-lo. A resposta de Putin ao fracasso na Ucrânia tem sido trumpiana, insistindo que tudo vai "de acordo com o plano", recusando-se a admitir ter cometido qualquer erro e resmungando contra a cultura do cancelamento. Estou quase esperando que ele divulgue mapas redesenhados toscamente com uma lapiseira.

Mas voltemos ao tipo de decadência que realmente interessa. Conforme afirmei, a versão hollywoodiana do declínio de Roma não se sustenta à luz dos fatos. É verdade: os espólios do império tornaram possível a algumas pessoas levar vidas luxuosas, incluindo aquela orgia ocasional – o mais próximo disso hoje seria a oligarquia russa. Mas Roma manteve a integridade territorial e eficácia militar por séculos antes do surgimento daquela elite mimada e libertina.

O que deu errado? Historiadores têm muitas teorias, mas certamente um importante fator foi a erosão das normas que ajudaram a estabelecer a legitimidade política e a sempre crescente vontade de alguns romanos, especialmente em torno de 180 d.C., de usar violência um contra o outro.

ALIANÇA. Obviamente, o que ocorre hoje nos EUA não remete aos problemas da antiguidade. Ainda assim, não passa nem um mês sequer sem que surjam revelações de que grande parte do corpo político dos EUA, que inclui muitos membros da elite do país, despreza princípios democráticos e fará qualquer coisa que considere necessária para vencer.

É inacreditável perceber o quão rapidamente se normalizou o fato de que o presidente anterior tentou manter o poder, apesar de ter perdido a eleição, e uma turba incitada por ele atacou o Capitólio. Muitas pessoas tomaram parte do esforço para reverter a eleição – entre elas a mulher de um juiz da Suprema Corte que não se absteve de participar de julgamentos de acusados pela tentativa de golpe de Estado.

E, mesmo que a tentativa de Donald Trump de se manter na presidência tenha fracassado, a maioria de seu partido apoiou o esforço retroativamente. Por que isso é relevante para a Ucrânia? Putin apostou que um Ocidente impotente não reagiria a sua tentativa de conquista. Em vez disso, Joe Biden mobilizou uma aliança democrática que enviou ajuda à Ucrânia, que vem humilhando seu agressor.

Mas, da próxima vez que algo assim acontecer, pode ser que os EUA não liderem uma aliança de democracias, porque terão desistido dos valores democráticos. E, se me perguntarem, esse é o retrato de uma verdadeira decadência. ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Israel

Ataque a tiros deixa 5 israelenses mortos

TEL-AVIV

Pelo menos cinco pessoas morreram ontem em ataques a tiros na cidade de Bnei Brak, perto de Tel-Aviv. A polícia disse que o autor dos disparos, um palestino da Cisjordânia, foi morto por agentes que patrulhavam a área, sem revelar sua identidade. Foi o quinto ataque do tipo em duas semanas.

Moradores de Bnei Brak, cidade judaica ultraortodoxa, disseram que o indivíduo em uma motocicleta abriu fogo, acertando metodicamente as vítimas. O premiê israelense, Naftali Bennet, convocou uma reunião com as principais autoridades de segurança do país.

No domingo, dois policiais foram mortos a tiros na cidade de Hadera, norte de Israel. A autoria do ataque foi reivindicada pelo Estado Islâmico, que desde 2017 não assumia oficialmente a responsabilidade por ações em Israel. A polícia identificou os dois comandos que participaram do atentado como árabes-israelenses membros do EI, e indicou que eles foram mortos.

No dia 22, uma pessoa ligada ao EI matou a facadas dois homens e duas mulheres israelenses na cidade de Beersheva, no sul de Israel. O agressor foi identificado como um professor condenado em 2016 a 4 anos de prisão por planejar viajar à Síria para lutar ao lado do Estado Islâmico. ● AFP

Peru

Castillo convida oposição para o diálogo após escapar pela segunda vez do impeachment

O presidente do Peru, Pedro Castillo, convidou ontem a oposição para conversar sobre os temas urgentes do país, um dia após escapar da segunda tentativa de destituição pelo Congresso. Após um debate de oito horas, 55 dos 128 deputados votaram pelo impeachment, menos que os 87 necessários. ●

Iêmen

Coalizão liderada pela Arábia Saudita anuncia cessar-fogo na guerra contra rebeldes houthis

A coalizão chefiada pela Arábia Saudita, que apoia o governo iemenita contra os rebeldes houthis no Iêmen, anunciou ontem a paralisação unilateral das operações militares durante o mês de jejum do Ramadã, a partir de hoje, para melhorar o clima em meio a negociações de paz. ●

NOTAS E INFORMAÇÕES

O fundo do poço peruano

Com credibilidade desintegrada, Castillo escapa de novo impeachment, mas pouco tem a oferecer para superar o caos

Apesar dos avanços econômicos, há 20 anos o Peru vive uma crise marcada pela desintegração dos partidos tradicionais, o choque entre o Legislativo e o Executivo e a desmoralização da classe política. Nos últimos cinco anos a crise se tornou aguda. Foram cinco presidentes. Os peruanos que em 2021 apoiaram a candidatura independente do sindicalista e professor rural Pedro Castillo, adotado pelo partido marxista-leninista Peru Libre, deram-lhe uma vitória apertada no segundo turno porque desejavam mudanças profundas. E conseguiram. Infelizmente, para pior.

A história recente do Peru é uma lição de como promover o progresso economicamente – e como dilapidá-lo politicamente.

O país é o segundo maior produtor de cobre do mundo. Entre 2001 e 2016, a inflação e a dívida mantiveram-se baixas e o grau de investimento, alto. A economia cresceu cerca de 5,6% ao ano, a linha de pobreza caiu de 60% para 21% e a distribuição de renda melhorou.

Mas os governos falharam em diversificar a economia além da mineração e investir em educação, inovação, infraestrutura e mais inclusão. Mais grave foi a ganância das elites políticas, envolvidas em grossos esquemas de corrupção. Então veio a recidiva: o que deveria ser uma sadia terapia anticorrupção perverteu-se em uma febre antipolítica. A eleição de Castillo, inexperiente em cargos eletivos ou executivos, foi um grito por justiça social, mas, sobretudo, contra a corrupção. O fracasso foi retumbante.

Em oito meses, foram quatro gabinetes, quatro primeiros-ministros, três ministros de Relações Exteriores e dois de Economia – um recorde histórico. Em meio a acusações de corrupção, sua aprovação despencou de 38% para 25% – outro recorde. Sua base aliada acaba de evitar a abertura de um segundo processo de impeachment.

A boa notícia é que as coisas poderiam estar muito piores. A má é que não há perspectiva de melhora.

Se a economia tem mostrado resiliência e o mercado, relativa calma, não é pela competência de Castillo, mas por sua incompetência. Incapaz de promover propostas radicais, como a estatização das mineradoras ou uma Constituição totalitária, doravante será ainda menos. Mas tampouco se vislumbra saídas ao impasse.

Ele poderia renunciar, mas isso o exporia à Justiça. Um golpe militar é, felizmente, improvável. O Congresso é fragmentado e tem baixíssima credibilidade. Se os parlamentares aquiescem à catastrófica administração, é por sobrevivência: recusar os gabinetes de Castillo lhe daria condições de fechar a Casa; um impeachment os obrigaria a disputar novas eleições.

Mas o Peru não pode se debater no caos por mais quatro anos. A história latino-americana ensina que a instabilidade prolongada excita aventuras autocráticas. A menos que Castillo consiga construir uma coalizão além das amarras de sua base radical, os congressistas precisam privilegiar os interesses nacionais e oferecer ao eleitorado um recomeço. Pesquisas indicam que de metade a três quartos dos peruanos desejam novas eleições. O Peru ainda tem uma maioria moderada. É hora de ela se fazer ouvir. ●

Invasão do Capitólio

Inquérito indica vazio de 7h em telefonemas de Trump no dia do ataque

Lacuna nas gravações ocorre entre o fim da manhã e o início da noite de 6 de janeiro de 2021, quando o Capitólio era invadido

LEAH MILLIS / REUTERS–6/1/2021

Simpatizantes de Trump invadem Capitólio; ex-presidente republicano é acusado de incitar ataque

WASHINGTON

Gravações de telefonemas da Casa Branca feitos no dia da invasão ao Capitólio, que foram entregues ao comitê de investigação da Câmara, mostram uma lacuna de 7 horas e 37 minutos nos telefonemas feitos pelo então presidente Donald Trump, incluindo o período em que o prédio estava sendo atacado, segundo documentos obtidos pelo *Washington Post* e pela CBS News.

A falta da gravação de telefonemas de Trump durante 457 minutos no dia 6 de janeiro de 2021 – entre 11h17 e 18h54 – significa que o comitê não tem as conversas dele no momento em que seus apoiadores invadiam o Capitólio e enfrentavam a polícia, levando os legisladores e o vice-presidente Mike Pence a se esconderem.

As 11 páginas dos registros, que consistem no diário oficial do presidente e nos registros de chamadas da central telefônica da Casa Branca, foram entregues pelo Arquivo Nacional no início deste ano ao comitê da Câmara que investiga o caso.

As gravações mostram que Trump falou ao telefone durante boa parte do dia, documentando conversas que ele teve com pelo menos 8 pessoas, pela manhã, e 11, ao entardecer. A lacuna de 7 horas contrasta com as reportagens sobre conversas telefônicas que ele teve com aliados durante o ataque, como uma ligação que Trump fez para o senador republicano Mike Lee e uma conversa com o líder da republicano da Câmara, Kevin McCarthy.

TELEFONES DESCARTÁVEIS. O comitê da Câmara agora está investigando se Trump se comunicou naquele dia através de outros canais, telefones de assessores ou celulares descartáveis – conhecidos como "burner phones", aparelhos pré-pagos que não estão atrelados a nenhuma operadora –, disseram duas pessoas com conhecimento da investigação, que falaram no condição de anonimato.

O comitê também está examinando se os investigadores receberam os históricos completos daquele dia. Um deputado que integra o painel disse que o comitê está investigando um "possível encobrimento" das gravações oficiais na Casa Branca naquele dia.

Suspeitas
Legislador diz que comitê investiga possível encobrimento das gravações de Trump

Outra pessoa próxima ao comitê disse que a grande lacuna nos registros é de "intenso interesse" para alguns legisladores do comitê, muitos dos quais revisaram cópias dos documentos. Os registros mostram que o ex-estrategista da Casa Branca Steve Bannon – que disse em seu podcast de 5 de janeiro que "o inferno vai acontecer amanhã" – falou com Trump duas vezes em 6 de janeiro.

BANNON. Em uma ligação naquela manhã, Bannon pediu que Trump continuasse pressionando Pence a impedir que o Congresso certificasse a vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais de 2020, segundo pessoas familiarizadas com o assunto.

Trump era conhecido por usar telefones diferentes quando estava na Casa Branca. Ocasionalmente, quando ele fazia ligações, o número aparecia como o da central telefônica da Casa Branca, segundo um ex-funcionário do gabinete. Outras vezes, ele ligava de números diferentes – ou nenhum número aparecia no telefone do destinatário, disse o funcionário.

Um porta-voz do comitê se recusou a comentar o caso. Uma porta-voz de Trump disse que ele não tinha nada a ver com os registros e presumia que todos os seus telefonemas estavam sendo gravados e preservados.

Em comunicado na noite de segunda-feira, Trump disse não sabia o que é um celular descartável. "Não tenho ideia do que é um 'burner phone', nunca ouvi o termo". O ex-assessor de Segurança Nacional John Bolton disse que se lembra de Trump usando o termo "burner phones" em várias discussões. ● WP

Aviação

Congonhas ganha tecnologia que evita que aeronaves escapem da pista

Inédito na América Latina, sistema é instalado em meio a aumento da demanda por voos no aeroporto; há 15 anos, avião cruzou a Av. Washington Luís e matou 199 pessoas

ISABELA MOYA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O Aeroporto de Congonhas, na capital paulista, ganhou um novo sistema de segurança para impedir que aviões ultrapassem o limite da pista. É uma área de escape, como uma caixa de brita, de 70 metros de cumprimento por 45 de largura em uma das cabeceiras, que chama a atenção de quem passa pela Avenida dos Bandeirantes. A tecnologia Engineered Material Arresting System (EMAS) consiste na instalação de blocos de concreto que se deformam e freiam o avião caso, em situação de emergência, a aeronave saia do limite da pista. Congonhas é o primeiro aeroporto da América Latina a contar com a tecnologia, comum em Estados Unidos, Europa e Ásia.

A obra ocorre em meio ao aumento da demanda por voos em Congonhas. A Gol, por exemplo, desde o dia 27 ampliou em aproximadamente 40% a sua presença no aeroporto, com até 100 decolagens diárias. A Azul apresentou à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) interesse em aumentar a sua participação no terminal.

De acordo com a Infraero, Congonhas tem atualmente capacidade para até 41 slots por hora (pousos e decolagens), sendo 33 para aviação comercial e 8 para aviação geral. Além do novo sistema de segurança, foram realizadas outras obras de infraestrutura em Congonhas para permitir a operação internacional da aviação geral executiva, suspensa desde a década de 1980.

A instalação da área de escape com a tecnologia EMAS na outra extremidade da pista do aeroporto deve ocorrer no fim de maio, diz Bruno Velloso, superintendente de Engenharia da Infraero. O valor total investido para as duas cabeceiras foi de R$ 122,5 milhões de recursos públicos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac).

Velloso afirma que a tecnologia aumenta a segurança operacional do pouso. "O EMAS é composto de um material poroso misturado em um tipo de concreto, que se deforma quando a aeronave se desloca sobre ele, promovendo a desaceleração da aeronave que porventura não consiga efetuar o pouso dentro dos limites normais da pista", explica.

TRAGÉDIA. A obra foi inaugurada quase 15 anos depois do acidente de 17 de julho de 2007, quando o Airbus A-320 da TAM, que vinha de Porto Alegre para Congonhas, ultrapassou a pista principal do aeroporto durante o pouso, passou sobre a Avenida Washington Luís, colidiu com o armazém de carga da companhia aérea e explodiu. Morreram todos os 187 passageiros e tripulantes a bordo e mais 12 pessoas em solo.

Na época, o acidente levantou um debate sobre a capacidade de Congonhas de receber aviões deste porte, e a respeito de sua localização, em meio aos prédios da capital paulista. De acordo com o engenheiro de infraestrutura aeronáutica do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) Cláudio Jorge Alves, é provável que, se houvesse o EMAS na época, o acidente não tivesse gerado tantas vítimas. "A probabilidade de acidentes diminui bastante, é um fator a mais de segurança que alguns aeroportos no mundo têm, principalmente nas pistas mais curtas em relação ao tipo de avião que se opera", diz o engenheiro.

A Infraero ressalta que, conforme relatório conclusivo do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), a infraestrutura não foi fator contribuinte para sua ocorrência, e que a pista de pouso e decolagens de Congonhas cumpre todos os requisitos de segurança da aviação civil.

Atualmente, é obrigatório que novas pistas sejam construídas com uma margem de segurança chamada RESA – do inglês, Runway End Safety Area, ou "área de segurança de fim de pista", em tradução livre – para casos de emergência. Mas nem todos os aeroportos têm espaço para essa área adicional, explica Alves. Para resolver o problema, o EMAS é uma das soluções possíveis. "É uma tecnologia útil para pistas menores, que não possuem espaço para a RESA", afirma.

INVESTIMENTO. O custo do EMAS, no entanto, é considerado alto pelo engenheiro. "É um equipamento relativamente caro porque, cada vez que ele é usado, tem de ser reposto. Então, se algum avião escapar da pista, será preciso investir na recuperação do sistema", diz.

A demora para chegar ao País, de acordo com Velloso, se deve à complexidade da obra. "Foi necessária uma maturação da solução e uma evolução da tecnologia para conseguirmos fazer essa instalação", afirma. Ele diz também que existem estudos em análise para a implementação do sistema de segurança em outros aeroportos do País. ● COLABOROU ÍTALO COSME, ESPECIAL PARA O ESTADÃO

ENTENDA

Novo mecanismo foi instalado no Aeroporto de Congonhas e pode evitar acidentes

Como funciona
A aeronave é desacelerada pela perda de energia cinética ao esmagar os blocos de concreto. A profundidade do EMAS aumenta quanto mais a aeronave avança pela área coberta, fornecendo um arrasto maior

Evolução
Congonhas será o primeiro aeroporto da América Latina a contar com a tecnologia, usada também nos EUA, Europa e Ásia

Onde fica
Aeroporto está localizado na zona sul de São Paulo

Tecnologia
Desenvolvida para proporcionar a máxima desaceleração possível em espaço limitado

FONTE: INFRAERO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Saiba mais

A concessão de Congonhas e mais 15 aeroportos à iniciativa privada é um dos grandes projetos do governo para este ano. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou, em dezembro do ano passado, os estudos finais para a sétima rodada das concessões aeroportuárias, que agora aguarda o aval do Tribunal de Contas da União (TCU) ao projeto antes de o governo publicar o edital e realizar o leilão, previsto para este primeiro semestre de 2022.

Desde o início do atual governo, foram feitas 34 concessões aeroportuárias. Em vídeo divulgado no Twitter, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, afirma que o aeroporto está sendo preparado para uma internacionalização. "(*Congonhas*) não recebe voos internacionais desde a década de 80, e estamos preparando agora a concessão", afirmou. Congonhas conta com infraestrutura para a operação internacional da aviação geral executiva, como instalações para a Polícia Federal e alfândega da Receita Federal. ●

Urbanismo

Corredor verde substituirá muro de vidro entre a Marginal e a raia da USP

Obra está prevista para ser finalizada em dezembro deste ano e deve ocupar toda a extensão da Cidade Universitária

RENATA OKUMURA

Com a promessa de mudar a paisagem da raia olímpica da Universidade de São Paulo (USP), ao lado da Marginal do Pinheiros, o muro de vidro dará lugar a um corredor verde. Prevista para ser entregue em 60 dias, ao custo de R$ 160 mil, a primeira etapa da obra inclui a instalação de gradis em 45 espaços vazios (onde os vidros quebraram ou não foram colocados), que receberão a nova arborização. Com finalização prevista para dezembro, o novo corredor verde deve ocupar toda a extensão da Cidade Universitária.

Em entrevista ontem à *Rádio Eldorado*, o reitor da USP, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, afirmou que a inovação pretende integrar a universidade com a Marginal. "Pedimos para a prefeitura do câmpus Butantã da USP realizar um estudo e chegamos a uma solução: transformar aquele muro em um corredor verde. Deixar de ser um elemento de separação, para ser um elemento de integração entre as áreas."

Inaugurado em 4 de abril de 2018, o muro de vidro tinha proposta semelhante na questão de integrar a universidade e o entorno, mas a estrutura inacabada apenas acumulou acidentes com pássaros e vidros quebrados. Duas semanas após a inauguração, começaram a ser registrados boletins de ocorrência sobre danos nos painéis. Na época, os laudos do Instituto de Criminalística (IC) não apontaram indícios de vandalismo nas placas quebradas – suspeita levantada inicialmente –, mas trepidações como causa, pois o muro de vidro foi instalado ao lado de uma das vias mais movimentadas da cidade.

ARBORIZAÇÃO. Para solucionar a questão, a reitoria da USP aprovou a nova proposta de arborização no local. O corredor verde ocupará tanto a parte interna da raia quanto o lado externo na Marginal do Pinheiros. Além de oferecer uma paisagem urbana mais agradável, favorecerá o equilíbrio climático para a absorção de águas de chuva, melhorando as condições de drenagem, além de abrigar a fauna.

"O aumento da vegetação nos gradis pode permitir que os pássaros, em vez de se chocarem com o vidro, morem dentro desses espaços verdes. Será muito mais agradável para quem está na Marginal enxergar um jardim, mesma perspectiva para quem está na raia olímpica. Tirar o muro de concreto foi boa iniciativa. Essa maior transparência da universidade com a sociedade também foi boa iniciativa, mas é preciso trazer um conceito maior de sustentabilidade", afirmou o reitor.

FELIPE RAU/ESTADÃO

Vidro quebrado no muro entre a Marginal e a raia olímpica da USP; estrutura foi inaugurada em 2018

Novo corredor verde

R$ 160 mil

é o custo da primeira etapa da obra, que inclui gradis em 45 espaços vazios, que receberão arborização.

Em um primeiro momento, os vidros que estiverem conservados – em média 800 – serão mantidos. "Quando eles quebrarem ou nos espaços onde não há vidros, é que serão colocados os gradis de metal, que receberão um aumento significativo de área verde, que será colada no gradil, na área da Marginal e na área da Raia Olímpica", explicou o reitor. Nos vidros, serão aplicadas películas para diminuir sua transparência e evitar que pássaros batam na estrutura.

No local onde ainda há muro de concreto, serão colocados os suportes para receberem jardins. "Com os gradis prontos, o muro será retirado. Vamos fazer uma licitação para comprar um número maior de gradis para essa área que ainda está coberta pelo muro de concreto", disse Carlotti Júnior. Como essa etapa demora mais, a previsão é de que seja finalizada em dezembro.

MUROS. Atualmente, dos mais de 2 km de extensão do muro de vidro, só 1.055 m estão finalizados, 597 m não foram concluídos, 240 m estão com mureta de concreto e colunas de alumínio instaladas e 135 m estão apenas com uma mureta de concreto.

De acordo com a universidade, o projeto está em fase de desenvolvimento. A prefeitura do câmpus reuniu pesquisadores da USP – ecólogos, botânicos, paisagistas, especialistas em poluição, entre outros – para a elaboração de diretrizes, o que resultou em um termo de referência para contratação da empresa que desenvolverá o projeto do corredor.

Uma comissão formada por biólogos e especialistas em poluição já está envolvida com o novo conceito de sustentabilidade. "A ideia é utilizar plantas nativas da região. Oferecer um novo paisagismo ao local", destacou o reitor da USP.

A proposta da mudança do muro tradicional para a instalação de painéis, orçada em R$ 20 milhões, teve início há quatro anos. Conforme a USP, o projeto foi uma iniciativa do governo do Estado e da Prefeitura de São Paulo. Na ocasião, o Município fez, inclusive, o anúncio da instalação do muro de vidro, em julho de 2017, quando o governador João Doria (PSDB) era prefeito da capital paulista.

Custeada por mais de 40 empresas privadas, a iniciativa não onerou financeiramente a USP. O projeto foi doado pelo escritório de design Joia Bergamo. Como a retomada da obra está sob gestão somente da USP, o governo paulista e o Município disseram que não vão se pronunciar sobre a alteração da proposta.●

AGENDA COVID

A SITUAÇÃO NO PAÍS, COM DADOS DO CONSÓRCIO DA IMPRENSA E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (RECUPERADOS)

659.294	282	217	175.690.569	29.881.977	32.100	28.618.511
TOTAL DE MORTES	NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H*	MÉDIA MÓVEL DE ÓBITOS	TOTAL DE VACINADOS	TOTAL DE TESTES POSITIVOS	NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H*	NÚMERO DE RECUPERADOS**

NA WEB
Confira mais algumas cidades e o avanço da imunização
https://bityli.com/7JErsR

Cronograma da vacinação

SÃO PAULO

Desde ontem, idosos com mais de 70 anos podem receber a quarta dose da vacina contra a covid-19, desde que a terceira aplicação tenha ocorrido há pelo menos quatro meses. Adolescentes com imunossupressão com 12 a 17 anos de idade (incluindo gestantes e puérperas) devem tomar duas doses adicionais. Primeira dose adicional: pelo menos 8 semanas (56 dias) após a última dose do esquema vacinal (segunda dose da Pfizer). Segunda dose adicional: pelo menos 4 meses (122 dias) após a realização da primeira dose adicional de Pfizer. E pessoas com alto grau de imunossupressão com mais de 18 anos devem tomar duas doses adicionais. Primeira dose adicional: pelo menos 28 dias após a última dose do esquema vacinal (segunda dose ou dose única). Segunda dose adicional: pelo menos 4 meses após a primeira adicional

CAMPINAS

Até quinta-feira, dia 31, pelo menos 64 centros de saúde de Campinas estão realizando a imunização de crianças, adolescentes, adultos e idosos sem a necessidade de agendamento.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

O município continua convocando crianças entre 5 e 11 anos para a imunização. Pais e responsáveis devem comparecer com os documentos pessoais do menor, além de comprovante de residência.

BELO HORIZONTE

O município continua imunizando crianças entre 5 e 11 anos. No dia da vacinação, os pais ou responsáveis devem apresentar o documento de identificação com foto ou certidão de nascimento, CPF, comprovante de endereço e caderneta de vacinação.

RIBEIRÃO PRETO

Crianças com 5 anos de idade vacinadas até 1.º de fevereiro devem tomar a segunda dose da vacina pediátrica da Pfizer.

RIO DE JANEIRO

Idosos acima de 80 anos devem tomar a quarta dose do imunizante anticovid-19. ●

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE:	MANHÃ	TARDE	NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA
	85% 19°	35% 31°	55% 21°	5MM	35%

QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
17°/ 22°	16°/ 21°	16°/ 22°	16°/ 25°

SOL
NASCENTE: 6H13
POENTE: 18H07

LUA: **MINGUANTE**

MINGUANTE	25/03	2H39
NOVA	1/04	3H07
CRESCENTE	9/04	3H48
CHEIA	16/04	15H57

Estado de SP

VOTUPORANGA 20°/33°
S. J. DO RIO PRETO 21°/32°
ARAÇATUBA 20°/32°
ADAMANTINA 22°/34°
PRESIDENTE PRUDENTE 21°/33°
MARÍLIA 20°/31°
BAURU 21°/32°
ARARAQUARA 21°/33°
FRANCA 18°/30°
RIBEIRÃO PRETO 19°/32°
SÃO CARLOS 20°/32°
PIRACICABA 20°/32°
CAMPINAS 20°/31°
C. DO JORDÃO 14°/26°
S. J. DOS CAMPOS 18°/30°
OURINHOS 19°/31°
ITAPETININGA 19°/31°
SOROCABA 19°/32°
SÃO PAULO 19°/31°
GUARUJÁ 22°/33°
UBATUBA 21°/32°
SANTOS 22°/33°
ITAPEVA 17°/30°
IGUAPE 19°/32°
CANANÉIA 20°/32°

ACIMA DE 32°
28°
24°
19°
ABAIXO DE 19°

● Sol entre poucas nuvens e pancadas de chuva entre tarde e noite. Calor pré-frontal.

Tábuas das marés: Porto de Santos

N, NE, L, SE, S, SO, O, NO — 25 nós | 0,5 m

HOJE		
1h13	↑	1,5
7h35	↓	0,5
13h17	↑	1,5
19h41	↓	0,2

QUINTA, 31		
1h36	↑	1,5
7h57	↓	0,5
13h48	↑	1,5
20h16	↓	0,2

SEXTA, 01		
2h01	↑	1,4
8h20	↓	0,5
14h21	↑	1,5
20h50	↓	0,3

SÁBADO, 02		
2h27	↑	1,4
8h42	↓	0,4
14h54	↑	1,4
21h24	↓	0,3

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/31°	MACEIÓ	23°/30°
BELÉM	22°/28°	MANAUS	22°/29°
BELO HORIZONTE	18°/31°	NATAL	25°/30°
BOA VISTA	23°/34°	PALMAS	23°/32°
BRASÍLIA	19°/30°	PORTO ALEGRE	14°/23°
CAMPO GRANDE	23°/31°	PORTO VELHO	24°/31°
CUIABÁ	24°/30°	RECIFE	25°/29°
CURITIBA	17°/29°	RIO BRANCO	24°/30°
FLORIANÓPOLIS	18°/30°	RIO DE JANEIRO	22°/31°
FORTALEZA	24°/30°	SALVADOR	22°/31°
GOIÂNIA	18°/31°	SÃO LUÍS	24°/29°
JOÃO PESSOA	25°/28°	TERESINA	22°/30°
MACAPÁ	24°/27°	VITÓRIA	22°/33°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	18°/36°	MÉXICO	-3	18°/29°
ATENAS	5	12°/16°	MIAMI	-1	20°/30°
BARCELONA	4	11°/16°	MONTEVIDÉU	0	16°/22°
BERLIM	4	4°/9°	MOSCOU	6	-5°/1°
BRUXELAS	4	4°/10°	NOVA YORK	-1	-2°/8°
BUENOS AIRES	0	15°/22°	PARIS	4	8°/12°
CARACAS	-1	18°/27°	ROMA	4	9°/14°
CHICAGO	-2	4°/9°	SANTIAGO	0	5°/24°
ESTOCOLMO	4	-4°/3°	SYDNEY	14	16°/22°
GENEBRA	4	3°/8°	TEL-AVIV	5	13°/21°
JOHANNESBURGO	5	15°/27°	TÓQUIO	12	11°/17°
LIMA	-2	20°/20°	TORONTO	-1	-1°/2°
LISBOA	3	10°/17°	WASHINGTON	-1	1°/18°
LONDRES	3	2°/10°			
LOS ANGELES	-4	13°/21°			
MADRID	4	9°/13°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Pandemia do coronavírus

Anvisa recomenda suspender teste para viajante vacinado

Agência propõe ainda que não imunizados possam entrar no Brasil com teste negativo de covid-19, sem quarentena

ISABELA MOYA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) recomendou, em nota técnica divulgada ontem, a suspensão da exigência de teste de detecção da covid-19 para pessoas já vacinadas e da Declaração de Saúde do Viajante (DSV) para viajantes que ingressem no País por via aérea.

A agência reguladora também orientou que viajantes que não estejam vacinados ou não possuam o esquema vacinal completo possam entrar no Brasil mediante apresentação do resultado negativo para covid-19 em teste realizado até um dia antes do embarque ou desembarque no Brasil, além recomendar a suspensão da necessidade de quarentena aos viajantes nessas condições.

O objetivo, segundo a Anvisa, é evitar qualquer tipo de discriminação dos viajantes provenientes de áreas de baixa cobertura vacinal e também daqueles que não estejam aptos a se vacinar por questões de saúde ou de idade.

Outra mudança proposta é a reabertura da fronteira internacional aquaviária para passageiros, desde que vacinados ou com teste negativo para covid-19. As recomendações, no entanto, têm caráter de assessoramento e não são válidas até que a Portaria Interministerial 666/2022, vigente atualmente, seja revisada pelo Comitê de ministros responsável por definir as regras para a entrada de viajantes no Brasil.

Fronteira
Outra mudança proposta pela agência é a reabertura da fronteira internacional aquaviária

A orientação da agência foi a de que a exigência do preenchimento pré-embarque da DSV seja dispensada imediatamente, e as demais alterações sejam implementadas preferencialmente a partir de 1.º de maio, cabendo avaliação do grupo interministerial quanto ao cenário epidemiológico.

PASSAPORTE VACINAL. Em dezembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) avalizou liminar expedida pelo ministro Luís Roberto Barroso, que determinou a obrigatoriedade do passaporte da vacina para viajantes que ingressarem no Brasil. A apresentação poderia ser substituída por um teste negativo seguido de quarentena de cinco dias, que só se encerraria com outro teste negativo. Na época, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) iniciou a verificação do documento nos aeroportos e nas fronteiras, mas admitiu que o processo era feito por amostragem. A discussão ocorreu no contexto do avanço da Ômicron, mais contagiosa. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora se queixa de buraco na zona oeste

Reclamação de Miriam Keller: "Há uma verdadeira cratera na calçada da Rua Teodoro Sampaio, altura do n.º 2.289, entre a Avenida Pedroso de Morais e a Rua Antônio Bicudo, em Pinheiros, zona oeste de São Paulo. O buraco está lá há, pelo menos, quatro semanas. É o tipo de buraco em que algum desavisado pode cair, ferindo o pé, o tornozelo ou a perna. Uma pessoa de idade, uma mãe com uma criança, uma pessoa que não enxerga bem, por exemplo."

Resposta da Subprefeitura de Pinheiros: "A Prefeitura informa que, em vistoria ao local, foi lavrada multa para o proprietário do imóvel em frente ao buraco no valor de R$ 547,35, equivalente a 1 metro quadrado de passeio danificado, conforme auto de infração. O prazo de regularização é de até 60 dias corridos, e a multa é passível de cancelamento se houver a comunicação de regularização dentro do prazo." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Protesto contra despejo

Um despejo realisado na rua Souza Caldas, no bairro do Braz, veio pôr em tremenda polvorosa os moradores daquella via publica (...). Movida contra Antonio Garofalo uma acção de despejo, elle perdeu-a e, no sabbado passado, foram os officiaes de justiça dar cumprimento á ordem do juiz. Quando porém, se desempenhavam de sua incumbencia (...) se viram a isso obstados por grande numero de curiosos, na sua maioria moradores das vizinhanças, os quaes protestavam. ●

CORREÇÕES

Phil Collins. Diferentemente do informado na página C6 do *Caderno2* de terça-feira, 29, o último concerto do vocalista Phil Collins ocorreu no dia 26 de março, e não no dia 28.

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Alzira Giabardo Bartulic – Aos 94 anos. Era viúva de Alberto Bartulic. Deixa os filhos Elizabete, Carlos, Rui, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

BARDELLA A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, lamenta profundamente o falecimento do nosso querido amigo e Diretor-Presidente

José Roberto Mendes da Silva

Ocorrido em 25/03/2022, aos 72 anos.
Sua trajetória foi pautada pela dedicação e generosidade.
Expressamos nossas mais sinceras condolências aos familiares e amigos pela perda irreparável.
Um amigo que deixa a todos uma saudade que será eterna.
A missa de 7° dia será realizada na próxima quinta-feira, dia 31/03/2022, às 17h, na Paróquia São José. Rua Dinamarca, 32 - Jardim Europa - SP

Odette Farina Gaspar – Aos 92 anos. Era viúva de Luiz Gaspar. Deixa os filhos Rafael, Irmã, Alfredo e Luiz. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Antônio Mário Mazanti Ambrogi – Aos 90 anos. Era casado com Haylet Jurema Bittencourt Ambrogi. Deixa os filhos Ricardo José, Ana Lúcia e Ana Silvia. O enterro foi realizado no Cemitério Morumby.

A família de
✡ ESTER H. SIMON
agradece as manifestações de pesar recebidas.
Que seu exemplo de resiliência e amizade seja recordados por gerações.

Jairo Antonio de Oliveira – Aos 89 anos. Era viúvo de Osvaldina Simões de Oliveira. Deixa os filhos Norma, José, Carlos, Maria Claudionor, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Luiz Vicente dos Anjos – Aos 84 anos. Era viúvo de Maria Therezinha Silva dos Anjos. Deixa os filhos Paulo, Iva, Roberto, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

MISSA

Walter Guimarães Maffra – Dia 1º, às 18h30, na Paróquia Nossa Senhora Aparecida, na Praça Nossa Sra. Aparecida, s/n, Moema (1 ano).

Eliminatórias

Cristiano Ronaldo e Lewandowski garantem presença na Copa do Catar

CR7 lidera Portugal nos 2 a 0 sobre a Macedônia do Norte e Lewa marca na vitória da Polônia em cima da Suécia pelo mesmo placar na repescagem europeia

FÁBIO HECICO

Cristiano Ronaldo havia avisado na véspera: "Não existe Copa do Mundo sem Portugal". Ontem, o astro fez valer suas palavras. Colaborou com uma assistência para a abertura do placar nos 2 a 0 sobre a Macedônia do Norte que garantiram a vaga portuguesa. Lewandowski também ajudou a levar a seleção de seu país ao Catar. Fez o primeiro gol na vitória da Polônia sobre a Suécia, também por 2 a 0.

Portugal se classificou pela sexta vez consecutiva para a Copa, e pela oitava na história. E Cristiano Ronaldo, de 37 anos, vai disputar o quinto Mundial seguido. Ele comemorou por meio das redes sociais: "Objetivo atingido, estamos no Mundial do Catar, estamos no nosso devido lugar! Obrigado a todos os portugueses pelo incansável apoio! Força Portugal!", postou.

A seleção portuguesa confirmou o favoritismo e ainda será cabeça de chave no Catar por causa do ranking da Fifa – está em oitavo. As sete seleções mais bem ranqueadas e o anfitrião Catar vão encabeçar os grupos que serão sorteados na sexta-feira. Bélgica, Brasil, França, Argentina, Inglaterra e Espanha já estavam garantidas e a Itália, em sexto, está fora.

Cristiano Ronaldo mostrou toda sua liderança em campo. Esbanjando vontade, atuou como um maestro. Indicava para onde devia ir o passe, de qual maneira os escanteios deviam ser cobrados e se mexia para dar opção às jogadas.

Portugal abriu o placar após um erro de saída de bola da Macedônia. Bruno Fernandes cortou e lançou para CR7 sair na cara do goleiro Dimitrievski. Ele optou, porém, em devolver ao companheiro e o chute rasante morreu nas redes. Festa dos 50 mil torcedores presentes ao estádio do Dragão.

Na etapa final, com a Macedônia no ataque em busca do empate, Portugal tinha o contragolpe a seu favor. Em roubada de bola de Pepe, Bruno Fernandes tocou para Diogo Jota e correu até a área para receber o cruzamento do companheiro, ampliar e garantir a vaga.

Artilheiro da partida, Bruno Fernandes disse que o mais importante foi garantir a vaga. "Portugal já teve melhores exibições, mas esta é uma vitória que marca porque nos garante o acesso à Copa do Mundo", disse à emissora RTP.

O meio-campista também agradeceu à torcida, pela "atmosfera espetacular" que criou, empurrando o time. "As pessoas perceberam que precisávamos (de apoio)."

POLÔNIA DENTRO. Grande artilheiro do momento no futebol europeu pelo Bayern de Munique, Robert Lewandowski também estará na Copa do Mundo do Catar. O camisa 9 abriu caminho para a vitória da Polônia sobre a Suécia, por 2 a 0, em cobrança de pênalti. Zielinski definiu a classificação.

O resultado no estádio Slaski, em Chorzow, foi construído no segundo tempo, após os suecos mandarem na primeira etapa e perderem muitas chances. Ibrahimovic só entrou aos 34 minutos da etapa final e pouco fez.

Na América do Sul, foi definido quem vai à repescagem. É o Peru, que fez 2 a 0 no Paraguai e ficou em quinto lugar. ●

LUIS VIEIRA/AP

Cristiano Ronaldo teve uma torcida especial ontem no Porto; atacante liderou a seleção portuguesa

Assiduidade

5º Mundial

consecutivo vai disputar Cristiano Ronaldo. A primeira Copa do atacante foi na Alemanha, em 2006

Mané marca, Senegal bate Egito de Salah nos pênalti e se classifica

Mané levou a melhor sobre Salah e vai ao Mundial. Ele fez a cobrança decisiva na vitória por 3 a 1 nos pênaltis de Senegal dobre o Egito, após a vitória por 1 a 0 no tempo normal (1 a 0 Egito no primeiro jogo). Gana se classificou no 1 a 1 com a Nigéria fora de casa (0 a 0 na ida). Marrocos vai ao Catar após fazer 4 a 1 na República Democrática do Congo (1 a 1). A Tunísia garantiu a vaga com 0 a 0 diante de Mali – vencera fora por 1 a 0. Camarões foi à Argélia, fez 2 a 1 (perdera por 1 a 0) e ficou com a vaga. ●

Brasil goleia e tem melhor campanha da história

A seleção brasileira garantiu ontem, ao vencer a Bolívia por 4 a 0 em La Paz, a melhor campanha das Eliminatórias Sul-Americanas desde que o atual formato, de turno e returno, foi adotado. Fez 45 pontos – e ainda há o jogo com a Argentina pendente –, superando os 43 dos argentinos nas Eliminatórias para 2002.

O Brasil jogou com sabedoria nos 3.600 metros de La Paz. Procurou ter a posse da bola, cadenciando o ritmo e sem gastar muita energia. No primeiro tempo, fez 2 a 0, com Paquetá após belo passe de Bruno Guimarães e com Richarlison completando passe de Antony.

Na etapa final, o domínio se manteve diante do fraco time boliviano. Bruno Guimarães, um dos melhores em campo, fez belo gol, completando de primeira lançamento de Paquetá. O Brasil chegou à goleada quando Richarlison marcou pela segunda vez, aproveitando rebote do goleiro. ●

18ª RODADA DAS ELIM. SUL-AMERICANAS

BOLÍVIA 0 | BRASIL 4

Gols: Paquetá, 23, e Richarlison, 44 do 1º tempo. Bruno Guimarães, 20, e Richarlison, 45 do 2º.
BOLÍVIA: Cordano; Quinteros, Carrasco, Jorge Sagredo e Villamil (Ramiro Vaca); Herrera (Martínez), Villaroel (García), Chura (Franz Gonzales) e Roberto Fernández; Henry Vaca e Marcelo Moreno.
Técnico: César Farías.
BRASIL: Alisson; Daniel Alves, Marquinhos, Eder Militão e Alex Telles (Arana); Fabinho, Bruno Guimarães, Lucas Paquetá (Arthur) e Phillipe Coutinho (Martinelli); Antony (Rodrygo) e Richarlison. **Técnico:** Tite.
Árbitro: Eber Aquino (PAR).
Amarelos: Henry Vaca e R. Vaca.
Local: Estádio Hernando Siles.

Campeonato Paulista

São Paulo e Palmeiras dão início à decisão no Morumbi sob clima pesado

Rogério Ceni tem uma vitória em decisão sobre Abel Ferreira; bom resultado em casa é fundamental

Dono do ataque mais eficiente do torneio, Tricolor espera se valer do fator casa, bater a melhor defesa e abrir vantagem

MARCOS ANTOMIL
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

São Paulo e Palmeiras começam a decidir hoje, às 21h40, no Morumbi, o Campeonato Paulista em um clássico com vários ingredientes. Em campo, estarão frente a frente o melhor ataque e a melhor defesa do torneio. Nos bastidores, o clima está quente em consequência das discussões acerca da data do segundo jogo da decisão. As duas equipes repetem a final do ano passado, quando o Tricolor levou a melhor – se for campeão de novo, o time do Morumbi se igualará ao adversário em número de conquistas estaduais, 23.

Metrô até mais tarde

Por causa da partida, a estação São Paulo-Morumbi da linha amarela vai permitir embarque até a 0h30

A decisão já começou inflamada com a disputa política em torno da data da finalíssima e da utilização do Allianz Parque. O Palmeiras queria jogar no sábado para haver tempo hábil de entregar sua arena à WTorre para a montagem do show da banda Maroon 5, na próxima terça-feira. O São Paulo bateu o pé e fez a presidente Leila Pereira ter de negociar com a construtora para o jogo ser realizado no domingo no estádio palmeirense, às 16 horas, como havia sido marcado pela Federação Paulista.

Se a rivalidade institucional se impôs mais fortemente na última semana, dentro de campo ela voltou a aflorar há uma temporada. Em 2021, Palmeiras e São Paulo decidiram, além do Paulistão, uma vaga na semifinal da Libertadores. No Estadual, o lado tricolor levou a melhor, mas na competição continental o time alviverde deu o troco.

Este novo encontro no Morumbi não encontra grandes tabus, uma vez que o maior foi quebrado pelo Palmeiras na primeira fase do Campeonato Paulista, ao vencer no estádio do rival por 1 a 0, fato que não acontecia no torneio há 25 anos.

DUELO DOS MELHORES. Com objetivos distintos no início da temporada, Palmeiras e São Paulo conseguiram, com a ajuda do tempo, aperfeiçoar suas equipes. Abel Ferreira sabia da fragilidade defensiva alviverde no ano passado, quando foi uma das mais vazadas do Brasileirão. Em 2022, as falhas foram sanadas, mesmo sem poder contar com a zaga titular – Gustavo Gómez e Luan – na maioria dos jogos. O time sofreu apenas quatro gols em 14 partidas do Estadual.

Já Rogério Ceni enfrentou dificuldades para obter bons resultados no início do Paulistão, mas foi bancado pela direção são-paulina, apoiado pelos torcedores e conseguiu levar um time sólido e mais organizado à final. O ataque é o ponto forte do São Paulo, com 24 gols marcados até agora.

SALA DE TROFÉUS. Abel Ferreira encara sua nona final com o Palmeiras em 17 meses no cargo. Em oito decisões já disputadas, conquistou quatro títulos (Copa do Brasil, Recopa Sul-Americana, além de duas Libertadores) e quer erguer mais um inédito para sua coleção.

Do outro lado, Rogério Ceni tem importantes vitórias como treinador, uma delas justamente sobre Abel Ferreira: na Supercopa do Brasil de 2021, vencida pelo Flamengo, que ele dirigia, nos pênaltis. Falta ao ex-goleiro, no entanto, um troféu no comando do clube em que é ídolo. Em sua segunda passagem como treinador do São Paulo, é a primeira vez que tem a chance de disputar uma decisão. ●

PRIMEIRO JOGO DA FINAL DO PAULISTÃO

SÃO PAULO × PALMEIRAS

SÃO PAULO: Jandrei; Rafinha, Diego Costa, Leo e Reinaldo; Pablo Maia, Rodrigo Nestor e Igor Gomes; Alisson, Éder e Calleri. **Técnico:** Rogério Ceni.
PALMEIRAS: Marcelo Lomba; Marcos Rocha, Gustavo Gómez, Murilo e Piquerez; Jailson, Zé Rafael, Gustavo Scarpa e Raphael Veiga; Dudu e Rony. **Técnico:** Abel Ferreira.
Árbitro: Douglas M. das Flores.
Horário: 21h40.
Local: Estádio do Morumbi.
TV: Record, Premiere, Paulistão Play, YouTube e HBO Max.

Alviverde tem receita de R$ 972 mi em 2021 e superávit de R$ 123 mi

O Palmeiras divulgou ontem seu balanço depois de ter os números da temporada de 2021 aprovados pelos conselheiros. É o primeiro balanço sob a gestão da presidente Leila Pereira, mas que tem os resultados registrados na administração de seu antecessor, Maurício Galiotte. O clube teve aumento das receitas e superávit de R$ 123 milhões, com volume anual bruto de R$ 972 milhões.

Uma manobra no calendário porque as competições de 2020 se estenderam até os primeiros meses de 2021 levou os direitos de transmissão de TV a ter resultado bastante significativo, saltando de R$ 169 milhões em 2020 para R$ 267 milhões no ano passado. Somente o Campeonato Brasileiro rendeu receita de R$ 195 milhões.

O Brasileirão é disparado o torneio de maior recebimento de TV – a Libertadores ficou na casa de R$ 37 milhões. ● ROBSON MORELLI

Futebol feminino

Atacante brasileira acusa Barcelona de assédio moral e psicológico

A atacante Giovana Queiroz, da seleção brasileira feminina de futebol, publicou ontem em suas redes sociais uma carta aberta na qual afirma ter sofrido assédio moral e psicológico dentro do Barcelona, clube que defende. A jogadora de 18 anos conta que os abusos tiveram início logo após ela não abrir mão de atuar pelo Brasil em sua primeira convocação, em outubro de 2020.

Na carta, endereçada ao presidente do clube espanhol, a atacante diz que recebeu persistentes indicações de que atuar pela seleção não seria bom para o seu futuro no Barcelona. Sem conseguir demover Gio, como é conhecida, da ideia, a jogadora alega que passou a ser alvo de métodos arbitrários.

"Em fevereiro de 2021, fui submetida a um confinamento ilegal por parte da chefe de serviços médicos do clube. Ela afirmou que (o motivo) era o contato direto com um caso positivo de covid-19. Desde o princípio, acreditei que os verdadeiros motivos eram outros", escreveu.

Gio afirma ter procurado o Departamento de Saúde da Catalunha, que concluiu que o seu caso não necessitava de isolamento. Ao ser questionada por ela, a médica do Barcelona teria afirmado que o caso da atacante era "especial". A brasileira ficou fora da final da Copa da Rainha, sem poder treinar e até mesmo sair de casa. As provas fazem parte da denúncia formal à direção do clube .

Ainda de acordo com Giovana, as humilhações e violência psicológica dentro do clube passaram a ser cada vez mais constantes. "Minha vida pessoal e profissional foi profundamente afetada por essas experiências negativas", afirma a atacante brasileira.

O Barcelona ainda não se manifestou sobre o caso. ●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● **ATP e WTA de Miami**
14h / ESPN 2

VÔLEI
● **Superliga Masculina**
São José x Cruzeiro
19h / SporTV 2
Blumenau x Guarulhos
21h30 / SporTV

FUTEBOL
● **Campeonato Paulista**
São Paulo x Palmeiras
21h40 / Record / YouTube, HBO Max / Premiere
● **Campeonato Carioca**
Flamengo x Fluminense
21h40 / Pay per view

Técnicas eficazes prolongam carreiras no futebol de jogadores profissionais e amadores

Nos avanços da Medicina, alento para os atletas

AMR ABDALLAH DALSH/REUTERS-30/7/2021

Fim do temor
Evolução do tratamento e nas cirurgias de joelho tornaram recuperação mais rápida e o risco à carreira dos atletas foi reduzido quase a zero

FILIPPO MONTEFORTE/REUTERS-13/4/2000

Ronaldo sofreu gravíssima lesão no joelho em abril de 2000; graças a um tratamento revolucionário à época, voltou a jogar em alto nível

EUGENIO GOUSSINSKY
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A essência do futebol se constituiu de craques com ginga, dribles, arrancadas e mudanças de direção, com desacelerações repentinas e descobertas de espaços. Graças à intuição e à criatividade, mas também à mais delicada e detalhista articulação do corpo. A história do futebol brasileiro, por seu conjunto de lances mirabolantes, sempre esteve ligada aos joelhos de seus jogadores. Numa trajetória de glórias e dramas.

São inúmeros os talentos que tiveram carreiras abreviadas por causa de rupturas de ligamentos, meniscos e problemas nas cartilagens, como Reinaldo (Atlético-MG, anos 70), Zico (Flamengo, anos 90) e Garrincha. Nos tempos atuais, porém, com novas técnicas nas intervenções e tratamentos, jogadores com problemas similares costumam ter carreira mais prolongada. E atletas amadores também. Nesta semana, a rainha Marta teve o ligamento do joelho rompido. Terá de passar por cirurgia.

“As inovações dos tratamentos e as novas intervenções nos permitiram sermos menos invasivos na abordagem das lesões, o que possibilita melhor recuperação e retorno mais breve. Foram surgindo técnicas de reparação meniscal, da cartilagem, avanços nas cirurgias de reconstrução de ligamentos, tudo voltado para a melhora da parte biológica, tentando preservar as estruturas da articulação”, diz o ortopedista Marcos Cortelazo, especialista em cirurgia de joelho e coordenador da ortopedia do Hospital São Luiz.

Por ser uma das maiores articulações do corpo, de sustentação, o joelho é um fator determinante para o futebol. Ao propiciar estabilidade, é ele que permite que o craque realize o que pensou. Quando o joelho não funciona bem, é como se, para um violinista, a corda de um violino estourasse durante uma apresentação.

"Por ser exigido, o joelho é uma das áreas que mais sofrem com lesões, além, claro, de outros fatores que podem comprometer seu funcionamento, como sobrepeso, histórico genético e a idade", diz.

Segundo estudo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), 72,2% das lesões são nos membros inferiores, com o joelho ocupando a terceira colocação (11,8%) depois do tornozelo (17,6%) e da coxa (34,5%). "Nos anos 70 não era possível obter o resultado que encontramos hoje, por causa da falta de conhecimento, de capacidade de avaliação e técnica operatória inadequada, situações compatíveis com o tempo que se vivia", diz o ortopedista José Luiz Runco, médico da seleção em algumas Copa, como 2002.

Se é bom para o jogador profissional, também é para o cidadão comum, o atleta de fim de semana. Cortelazo diz que essas técnicas estão acessíveis a populações de baixa renda, que não têm acesso ao serviço particular. "Hoje, já não se faz mais cirurgia no joelho sem o vídeo, o serviço público já incorporou as técnicas. Já se pode dizer que não há lugares em que a videoartroscopia para joelho e ombro não seja utilizada", informa.

Em relação aos hospitais particulares, o custo não aumenta em função da utilização das técnicas avançadas. "Este tipo de intervenção custa entre R$ 7 mil e R$ 10 mil e os hospitais já incluem o serviço no pacote. Em relação às cirurgias com o joelho aberto, é uma prática proscrita. É um avanço que se incorporou na prática". O que muda pode ser o tipo de procedimento que o médico irá fazer, dependendo da lesão. E a própria escolha do método utilizado pelo cirurgião. "Há vários tipos de procedimentos, de acordo com o tipo de lesão e opção do cirurgião. Em relação à ruptura do menisco, há casos em que se pode salvar o menisco, com suturas, e há casos em que se faz uma regularização da lesão, onde a estrutura lesionada precisa ser parcialmente ressecada (retirada). Vai depender do cirurgião e de como a lesão se apresenta", ensina.

BARESI. Um dos marcos do avanço das intervenções no joelho ocorreu na Copa de 1994, com o líbero italiano Franco Baresi. O drama e a recuperação do jogador causaram impacto na opinião pública em relação à eficiência das novas técnicas.

O capitão sofreu ruptura de meniscos do joelho direito no jogo contra a Noruega, o segundo do time naquele Mundial, e foi parar na mesa de cirurgia do hospital Lennox Lin, em Nova York. Após a recém-implementada videoartroscopia, Baresi voltou à equipe na final da Copa. O Brasil foi campeão, mas ele teve excelente atuação. "Este caso já demonstrou como a evolução das técnicas e o diagnóstico correto foram fundamentais para o atleta se recuperar", ressalta Runco.

Com as novas alternativas e apesar de uma recuperação grave levar, em média, oito meses, contra pelo menos um ano e meio nos anos 80 e 90, a chance de um jogador voltar a atuar normalmente é maior, diz Runco. Inclusive em função do fortalecimento muscular, já que são os músculos um dos principais elementos de proteção dos joelhos. "O que tem facilitado, e sendo um fator de prevenção, é o fato de existirem meios de trabalhos preventivos, através da fisioterapia, para prevenir e facilitar a recuperação."

REVOLUÇÃO. A principal técnica que revolucionou as intervenções cirúrgicas no joelho é a artroscopia, que permite ao médico, por meio de um monitor, diagnosticar e realizar a intervenção sem invadir a articulação. A partir dos anos 90, com o desenvolvimento de equipamentos cirúrgicos, o método, que passou a se chamar videoartroscopia, se tornou a principal solução para as lesões graves.

No procedimento, é feita pequena incisão na pele do paciente, para que seja inserido um artroscópio. Por meio de um monitor de TV inserido ao sistema, é possível ver a imagem da estrutura e realizar a operação.

Até os anos 80, as técnicas para as intervenções não estavam tão evoluídas. A partir do diagnóstico, o joelho era aberto para a cirurgia, mais invasiva. Infiltrações eram comuns e costumavam postergar e agravar o problema. Em várias ocasiões, os meniscos de um jogador eram retirados. Hoje, isso ocorre como último recurso.

Nos anos 60 e 70, os craques Garrincha (Botafogo) e Reinaldo (Atlético-MG) foram os exemplos mais emblemáticos de jogadores que tiveram a carreira encurtada por causa da retirada dos meniscos. Conhecido como "Anjo das pernas tortas", Garrincha tinha os joelhos desalinhados. Tais condições, por alguns anos, até ajudaram o jogador a desafiar a lógica e, com movimentos surpreendentes, se tornar uma lenda. O tempo e as pancadas, porém, foram tirando a magia dos joelhos do craque, que, após ter retirado os meniscos, em 1964, nunca mais foi o mesmo.

Reinaldo se deparou com problemas no joelho desde o início da carreira. Em 1974, teve rompidos os meniscos da perna esquerda após pisar em um buraco. Dois anos depois, em função de pancada no treino, teve os meniscos retirados, em uma cirurgia que hoje não seria considerada necessária. Ele encerrou a carreira em 1988, em função dos problemas, aos 31 anos.

Muitos atletas, porém, tiveram de encerrar mais precocemente a trajetória no futebol, conforme diz Márcio Pinto de Abreu, membro titular da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia e da Sociedade Brasileira de Cirurgia do Joelho e Artroscopia e que atuou como médico do Internacional. "Naquela época (1970/80), as cirurgias para correção da lesão não eram bem-sucedidas. Hoje esta situação mudou. Nos últimos 30 anos houve uma melhor compreensão da anatomia e biomecânica do joelho e avanço tecnológico", comentou.

As dificuldades na recuperação ocorriam em outros componentes importantes do joelho: ligamentos; tendão patelar (antigamente conhecido como rótula) e cartilagens. Em 1985, Zico sofreu grave contusão após entrada do zagueiro Márcio Nunes, em jogo contra o Bangu. O craque flamenguista saiu de campo com torção nos dois joelhos, no perônio esquerdo e tornozelos. Seus joelhos nunca mais foram os mesmos. Sem estabilidade nas pernas, se machucava em treinos. Zico acabou tendo lesão de ligamento cruzado anterior e ligamento colateral do joelho esquerdo.

A videoartroscopia trouxe soluções para a reconstrução de ligamentos. Geralmente, a lesão ocorre em função de traumas ou de desacelerações com o pé fixo no gramado, e compromete o funcionamento do joelho, uma articulação tibiofemoral, formada entre três ossos: o fêmur, tíbia e patela.

A SUPERAÇÃO DE RONALDO. Há todo um método, hoje em dia, para a retirada dos ligamentos lesionados, substituindo-os por enxertos. A técnica tem avançado para encontrar soluções que deem maior estabilidade ao joelho. Mas as intervenções já têm obtido bons resultados, com enxertos como os tendões flexores do joelho e o terço médio do tendão patelar.

Técnicas para recuperação de cartilagens e do tendão patelar evoluíram. As cartilagens revestem as extremidades dos ossos e não permitem que haja choque entre estes durante o movimento. Já o tendão patelar é o ponto de ligação entre a patela e a tíbia e um dos responsáveis pela extensão do joelho.

Foi no tendão patelar do joelho direito que Ronaldo sofreu sua mais séria contusão. Após intervenção com raspagem em 1996, Ronaldo, em 1999, sofreu grave contusão atuando pela Inter de Milão, que o obrigou a realizar mais duas intervenções, entre 1999 e 2000. As partes rompidas do tendão foram reconstituídas. O jogador, então, passou por um processo de recuperação que permitiu a ele jogar a Copa de 2002, conquistar o título e ainda ser artilheiro e o maior nome da competição.

Atualmente, para a correção da região do tendão patelar, em geral, é realizada sutura no local, por meio de fios de alta resistência, com a opção de enxertos de outro tendão e com fitas sintéticas, que aceleram a recuperação e a cicatrização.

Mas há dificuldades a serem superadas neste caminho, principalmente em relação às cartilagens. "Muitas vezes, a cartilagem lesionada é um problema difícil de ser resolvido e ainda é o grande desafio do cirurgião do joelho, seguido das lesões meniscais", observa. ●

"As inovações dos tratamentos e as novas intervenções nos permitiram sermos menos invasivos na abordagem das lesões, o que possibilita melhor recuperação"
Marcos Cortelazo
Ortopedista

NOVAS TÉCNICAS PROLONGAM CARREIRAS

Avanços da medicina no tratamento do joelho dos atletas facilitam a recuperação

Maior novidade para diagnosticar lesões no joelho
Momento em que a ressonância magnética (RM) passa a ser utilizado com mais frequência na prática médica (anos 1980)

Principais avanços das intervenções no joelho
Utilização da videoartroscopia, que também passou a realizar intervenções, deixando somente de ser um exame de diagnóstico, como era a artroscopia (anos 1990)

Exemplos de intervenções realizados pela videoartroscopia

1 MENISCOS
sutura com aparelhos precisos (pinça anatômica, tesoura, parafusos corticais e fios cirúrgicos) e fixação da raiz do menisco (que fixa o ligamento do menisco na tíbia)

2 LIGAMENTOS CRUZADOS
enxertos (fibras substitutas, em geral tendões) como os tendões flexores do joelho e o terço médio do tendão patelar

3 REPARAÇÃO DE CARTILAGENS
microperfuração, transplante vindo de um doador de banco de tecidos e implantação de membrana de colágeno

4 TENDÃO PATELAR
sutura com enxerto de tecidos, fixos por meio de fios com suficiente resistência à tração, de componentes como o nylon ou o aço

TEMPO MÉDIO DE RECUPERAÇÃO
- **TÉCNICAS NOVAS**
  8 MESES, COM A CONTINUIDADE DA CARREIRA DO JOGADOR
- **ANOS 70 E 80**
  EM MÉDIA UM ANO E MEIO, COM MAIOR PROBABILIDADE DE O JOGADOR ENCERRAR A CARREIRA PREMATURAMENTE

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Igualdade

Lei de Inclusão garante união de casal com Down

Legislação dá direito a pessoa com deficiência de ser vista como capaz de praticar atos civis, como o casamento

ANDRÉ MACEDO

Casal Samuel e Isabela; antes da lei, eles teriam de pedir autorização judicial para formalizar união

DAVI MEDEIROS

A história de Samuel, de 31 anos, e de Isabela, 32 anos, começou em 2019, como amor à primeira vista. "Quando ela virou para mim e olhou no fundo dos meus olhos, meu coração bateu muito forte", afirmou ele. Com ela, não foi diferente: "O amor falou mais alto". Deu em casamento. Desde 5 de março, eles são marido e mulher.

Mas, se esse encontro tivesse ocorrido alguns anos antes, o desfecho poderia ter sido diferente. Ambos têm Síndrome de Down, e, como outras pessoas com deficiência no País, só recentemente passaram a ser vistos pela Justiça como cidadãos capazes de praticar atos da vida civil, como o matrimônio. Até 2016, Samuel e Isabela teriam de pedir autorização judicial para formalizar a união.

Essa conquista se deu pela aprovação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), promulgada para assegurar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para essa parcela da população. "A sociedade e o sistema jurídico consideravam as pessoas com deficiência incapazes", disse o pai de Samuel, Antônio Sestaro. "A partir da LBI, o status civil deles se tornou pleno e hoje eles têm a capacidade de responder pelas suas vontades", afirmou Sestaro, que também é presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

A federação comandada pelo pai de Samuel criou um espaço de conscientização para que pessoas com deficiência saibam o que podem exigir no dia a dia. São lives e reuniões em que mediadores explicam detalhes da legislação para estimular o exercício pleno da cidadania por esse público. A essa iniciativa, deu-se o nome de grupo nacional de autodefensoria.

'SUJEITOS DE DIREITO'. "Essas pessoas podem e precisam ser respeitadas e incluídas", disse a secretária municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo, Silvia Grecco. Ela, que é mãe de um adolescente com deficiência, desempenhou papel importante na elaboração da LBI, participando de audiências para ajustar o texto à realidade dessas pessoas. "Antigamente, usava-se o termo 'portadores de deficiência'. A partir daquele momento, eles passaram a ser vistos como pessoas que antecedem a deficiência, como sujeitos de direito, o que promove uma mudança de perspectiva", afirmou.

Silvia já foi reconhecida com um prêmio da Fifa por narrar, nos estádios, jogos de futebol para Nícolas, seu filho que tem deficiência visual e autismo. "As pessoas perguntavam se não era mais fácil deixá-lo em casa, ouvindo o jogo pelo rádio, mas inclusão é isso: não basta convidar para o baile, tem que tirar para dançar. No estádio, meu filho se sente feliz, transformado."

De transformação a empresária Carolina Ignarra entende bem. Cadeirante desde 2001, depois de sofrer um acidente de moto, ela relatou ter sofrido com a sensação de invalidez. Hoje, é casada, tem uma filha adolescente e é CEO de uma empresa que conecta pessoas com deficiência a vagas de trabalho. "Somos seres humanos que precisam de reconhecimento. É muito mais que o salário no fim do mês. A moeda financeira é apenas um dos reconhecimentos, mas não o único. O mais importante é a gente se perceber como um indivíduo de valor", afirmou Carolina.

TRABALHO. No caso de Carolina, foi a autoestima conferida pelo trabalho que impulsionou as demais conquistas de sua vida. Para ela, inclusão é poder se enxergar como uma pessoa digna, capaz.

Samuel também conquistou muito pelo trabalho. Atuou em banco e na administração pública. Foi modelo e fez faculdade de Design de Moda. E deu palestras pelo Brasil e em Genebra, na ONU, a pedido do Ministério da Educação. Hoje, porém, sua prioridade é aproveitar a vida de casado com Isabela. Eles gostam de caminhar na orla de Santos, onde moram. Graças ao direito ao casamento, Samuel pode viver com sua "companheira, amiga, tudo de bom e de melhor". ●

'Eram discriminados e não conheciam a lei para reagir'

O presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, Antônio Sestaro, destacou que, tão importante quanto ter direitos, é conhecê-los. "O que acontecia é que eles eram discriminados e não tinham conhecimento da lei para reagir", disse o pai de Samuel, recém-casado com Isabela.

"Com o trabalho desenvolvido pela autodefensoria, se alguém pedir que eles saiam de uma fila prioritária à qual tenham direito, eles dirão que não", disse Sestaro. Mas esse é só um exemplo. Um caso real aconteceu justamente no dia do casamento de Samuel e Isabela. "O cartório queria autorização judicial. Ele estava mal informado. Houve estresse, mas ele reconheceu que estava errado", relatou o pai do noivo.

Hoje, o grupo nacional de autodefensoria atua em todas as regiões do País. Mais informações em federacaodown.org.br. ● D.M.

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras de PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com o relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 29 de março de 2022.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4	34.098	86.312
Instrumentos financeiros		3.156.130	3.469.550
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	275.057	595.387
Títulos e valores mobiliários	6	362.067	176.192
Operações de créditos	8	2.258.557	2.448.206
Outros instrumentos financeiros	10	260.449	249.765
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(406.844)	(372.074)
Créditos tributários	11	265.433	276.493
Outros ativos		10.940	7.084
Investimento em participação em controlada		1.000	151
Imobilizado de uso	12	215.353	141.954
(-) Depreciações e amortizações	12	(79.849)	(58.572)
Total do ativo		**3.196.261**	**3.550.898**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		1.001.194	1.010.573
Instituições financeiras	13	983.712	993.499
Outros clientes	13	17.482	17.074
Provisões		460.824	451.471
Contingências	14	460.824	451.471
Outros passivos	15	1.148.511	1.450.072
Patrimônio líquido		585.732	638.782
Capital social	16	298.000	298.000
Reservas	16	287.732	340.782
Total do passivo		**3.196.261**	**3.550.898**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em reais)

	Nota	2º semestre 2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		433.398	793.605	858.771
Operações de crédito	8	405.059	756.033	840.163
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4 e 5	28.339	37.572	18.608
Despesas da intermediação financeira		(42.263)	(63.767)	(38.881)
Operações de captação no mercado	13	(42.263)	(63.767)	(38.881)
Resultado bruto da intermediação financeira		391.135	729.838	819.890
Provisão para perdas		7.778	(309.045)	(614.240)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	7.778	(309.045)	(614.240)
Outras receitas (despesas) operacionais		(352.985)	(397.783)	(219.528)
Receitas de prestação de serviços	17	149.506	292.177	263.702
Resultado de participação em controlada		(462)	(633)	85
Despesas de pessoal		(17.981)	(38.469)	(43.764)
Outras despesas administrativas	18	(198.388)	(264.508)	(303.527)
Despesas tributárias		(35.939)	(65.787)	(61.398)
Outras receitas / despesas operacionais	19	(249.721)	(320.563)	(74.626)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		45.928	23.010	(13.878)
Imposto de renda e contribuição social		(33.098)	(11.060)	4.874
Ajuste de exercícios anteriores		(573)	-	-
Provisão para imposto de renda		-	-	(19.956)
Provisão para contribuição social		-	-	(11.737)
Ativo fiscal diferido		(32.525)	(11.060)	36.567
Lucro líquido (prejuízo) do semestre / exercício		12.830	11.950	(9.004)
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações - R$		0,04	0,04	(0,03)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

	2º semestre 2021	2021	2020
Resultado líquido do semestre / exercício	12.830	11.950	(9.004)
Outros resultados abrangentes do semestre / exercício	-	-	-
Resultado abrangente do semestre / exercício	12.830	11.950	(9.004)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - (MÉTODO INDIRETO)
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

	2º semestre 2021	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do semestre / exercício	(77.531)	89.832	(130.969)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	45.928	23.010	(12.277)
Depreciações / amortizações	10.319	21.277	18.997
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(143.067)	34.770	(147.092)
Provisões	9.289	10.775	9.403
Variação em ativos operacionais - (Aumento) / diminuição	(55.707)	240.260	98.636
Instrumentos financeiros	(37.518)	289.274	80.430
Outros ativos	(18.189)	(49.014)	18.206
Variação em passivos operacionais - Aumento / (diminuição)	12.537	(318.509)	(149.394)
Outros passivos	14.862	(296.671)	(130.685)
Impostos sobre o lucro	(2.325)	(21.838)	(18.709)
Caixa líquido aplicado e gerado pelas atividades operacionais	(120.701)	11.583	(181.727)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(53.973)	(74.248)	(29.474)
Aquisição de imobilizado de uso	(53.973)	(74.248)	(29.474)
Caixa líquido aplicado nas (gerados pelas) atividades de financiamento	118.601	(24.379)	231.721
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	93.601	(9.379)	250.567
Dividendos pagos / provisionados	25.000	(15.000)	(18.846)
Aumento / (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(56.073)	(87.044)	20.520
Modificações na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre / exercício	133.231	164.202	143.682
No fim do semestre / exercício	77.158	77.158	164.202
Aumento / (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(56.073)	(87.044)	20.520

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital realizado	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		298.000	59.600	290.186	-	647.786
Prejuízo		-	-	-	(9.004)	(9.004)
Absorção do prejuízo:						
Reservas estatutárias	16	-	-	(9.004)	9.004	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**298.000**	**59.600**	**281.182**	-	**638.782**
Mutações no exercício		-	-	(9.004)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		298.000	59.600	281.182	-	638.782
Distribuição de dividendos	16	-	-	(62.012)	-	(62.012)
Lucro líquido		-	-	-	11.950	11.950
Destinação de lucros:						
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	(2.988)	(2.988)
Reservas estatutárias	16	-	-	8.962	(8.962)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**298.000**	**59.600**	**228.132**	-	**585.732**
Mutações do exercício		-	-	(53.050)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021		298.000	59.600	241.182	(880)	597.902
Distribuição de dividendos	16	-	-	(22.012)	-	(22.012)
Lucro líquido		-	-	-	12.830	12.830
Destinação de lucros:						
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	(2.988)	(2.988)
Reservas estatutárias	16	-	-	8.962	(8.962)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**298.000**	**59.600**	**228.132**	-	**585.732**
Mutações do semestre		-	-	(13.050)	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Financiadora") tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços e para capital de giro, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas e não vedadas para as sociedades de crédito, financiamento e investimento. A Financiadora é emissora e administra cartões de crédito e contas de pagamento, podendo ainda praticar as atividades a estas afins e os demais procedimentos necessários para a sua colocação no mercado, na forma da legislação em vigor, sendo participante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e demais disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências, nos estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

(a) Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019, posteriormente consolidadas na Resolução BCB nº 2/2020, foram incluídas nas Demonstrações Financeiras da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, a Financiadora realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme artigo 23º da Resolução BCB nº 2/2020, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 29 de março de 2022.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 e CPC 03 são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com prazo igual ou inferior a 90 dias, entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Financiadora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de curto prazo.

(Continua...)

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(...continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial, conforme a Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados para negociação são apresentados e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, sendo que as variações são reconhecidas no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Financiadora não possuía títulos classificados como disponíveis para venda ou títulos para negociação.

(e) Operações de crédito, outros instrumentos financeiros e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação pelo período de seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

O saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora é composto por Provisão Específica, calculada segundo requisitos mínimos da Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN e por Provisão Adicional, calculada através de Modelos Internos, cuja mensuração considera, entre outros, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos em diferentes estágios, como se observa nas definições a seguir:

Estágio 1 - Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ou temos em conta os instrumentos financeiros que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial. Nesse estágio, também são incluídas operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 2;

Estágio 2 - Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, registra-se uma penalização na provisão maior que no estágio 1. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 3;

Estágio 3 - Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mas agravando a PD *"Probability of default"* para 100%.

O detalhamento da composição e o saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora podem ser observados na Nota 9.

(f) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

(g) Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Financiadora adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 3 (h). A Financiadora efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

(h) Intangível

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Financiadora, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*;
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.

Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída pela alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro. A contribuição social foi calculada pela alíquota de 15%.

(j) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional, que determinam que a Financiadora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, às seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis, para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

É constituído crédito tributário de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%), calculado sobre as diferenças temporais, representadas pelo montante das despesas apropriadas e ainda não dedutíveis, para fins do referido imposto e contribuição. O total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos - diversos" no grupo dos ativos circulante e realizável a longo prazo.

A Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021 alterou a Lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001 em seu artigo 1º inciso VII majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 20% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2022. A majoração afeta a Contribuição Social corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 e afetou o estoque de crédito tributário que se realizou neste período.

(k) Captações em recursos de aceites cambiais

As captações em recursos de aceites cambiais são registradas pelo valor recebido, acrescidas pelos encargos pactuados e apropriados em cada período mensal.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões e contingências passivas - provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

(m) Provisão para recuperação de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

(n) Outros ativos e outros passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

(o) Resultado recorrente / não recorrente

As políticas internas da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas, de acordo com o objeto social da Financiadora previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disto, a Administração da Financiadora considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes.

Atendendo à Resolução BCB nº 2/2020, os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 22.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades		
Moeda nacional	33.254	85.512
Moeda estrangeira	844	800
	34.098	86.312
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Vencimento até 30 dias	43.060	77.890
	77.158	164.202

As receitas decorrentes das aplicações interfinanceiras são apresentadas na demonstração de resultado como "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" (vide Nota 6).

5. Aplicações interfinanceiras

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em operações compromissadas		
Vencimento até 365 dias	231.997	517.497
	231.997	517.497

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e operações compromissadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi de R$ 25.096 (R$ 13.693 em 31 de dezembro de 2020), com rendimento médio anual de 100,05% a.a. (100,12% a.a. em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI"). O resultado com aplicações interfinanceiras está registrado na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração de Resultado.

A composição das aplicações financeiras de liquidez registradas no Balanço Patrimonial está representada por aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4) e aplicações em operações compromissadas.

6. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "Mantidos até o vencimento". De acordo com a categoria estabelecida na regulamentação vigente, estavam assim compostas:

	Valor de curva em 31/12/2021	Valor de mercado em 31/12/2021	Valor de mercado em 31/12/2020
Títulos privados			
Carteira própria			
Títulos em renda fixa	160.709	160.658	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	201.449	201.409	176.192
	362.158	362.067	176.192
Circulante		362.067	133.375
Não Circulante		-	42.817

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 12.372 (R$ 4.737 em 31 de dezembro de 2020). O resultado com títulos e valores mobiliários está registrado na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração de Resultado.

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º semestre 2021	2021	2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez (vide Notas 4 e 5)	18.603	25.096	13.693
Títulos públicos	9.703	12.372	4.737
Outros	33	104	178
Total	28.339	37.572	18.608

7. Instrumentos financeiros derivativos

A Financiadora pode se utilizar de instrumentos financeiros derivativos para atender às suas necessidades próprias, de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Financiadora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

8. Operações de crédito

As informações da carteira, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são assim sumarizadas:

(a) A composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, por modalidade de operação, está assim representada:

	31/12/2021	31/12/2020
Direitos creditórios descontados	97.369	30.872
Capital de giro	13.256	-
Operações de crédito	803.227	1.032.279
Total de operações de crédito	913.852	1.063.151
Títulos e créditos a receber (*)	1.344.705	1.385.055
Total de títulos e créditos a receber	1.344.705	1.385.055
Total da carteira	2.258.557	2.448.206
Circulante	2.213.768	2.389.434
Não Circulante	44.789	58.772

(*) Operações com cartão de crédito *private label* e bandeirado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo de valores renegociados com clientes no valor R$ 637.288 (R$ 721.199 em 2020).

(b) O vencimento da carteira de operações de crédito apresenta o seguinte perfil:

	31/12/2021				31/12/2020			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
Prazo	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 30 dias	649.844	35,99	66.946	14,79	902.424	45,27	55.886	12,29
De 31 a 60 dias	267.536	14,81	35.337	7,81	324.942	16,30	32.182	7,08
De 61 a 90 dias	247.908	13,73	45.308	10,01	221.868	11,13	92.034	20,24
De 91 a 180 dias	313.393	17,35	123.618	27,31	343.889	17,25	182.433	40,12
De 181 a 365 dias	282.439	15,64	181.439	40,08	141.610	7,10	92.166	20,27
Acima de 365 dias	44.789	2,48	-	-	58.772	2,95	-	-
	1.805.909	100,00	452.648	100,00	1.993.505	100,00	454.701	100,00

(c) Por característica de cliente:

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoa jurídica	110.625	30.872
Pessoa física	2.147.932	2.417.334
	2.258.557	2.448.206

(d) Receitas de operações de crédito

	2º semestre 2021	2021	2020
Crédito pessoal	298.181	623.356	730.448
Direitos creditórios descontados	2.762	4.506	1.315
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 9)	104.116	128.171	108.400
	405.059	756.033	840.163

9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2º semestre 2021	2021	2020
Saldo inicial	549.911	372.074	519.166
Complemento / reversão	(7.778)	309.045	614.240
Baixas contra a provisão	(135.289)	(274.275)	(761.332)
Saldo final	406.844	406.844	372.074

(Continua...)

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(...continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da carteira por nível de risco:

Nível	A vencer	Vencidos	Total	Percentual de provisão	31/12/2021 Provisão contabilizada	Total	31/12/2020 Provisão contabilizada
A	1.646.233	33.510	1.679.743	0,50	8.399	1.745.833	8.729
B	25.578	30.501	56.079	1,00	560	65.583	656
C	31.564	36.263	57.827	3,00	2.035	87.048	2.611
D	45.349	45.762	91.111	10,00	9.111	166.403	16.640
E	12.124	42.663	54.787	30,00	16.436	92.147	27.644
F	8.284	43.241	51.525	50,00	25.763	86.620	43.310
G	9.040	37.382	46.422	70,00	32.494	77.766	54.435
H	27.737	183.326	211.063	100,00	211.063	126.806	126.806
	1.805.909	452.648	2.258.557		305.861	2.448.206	280.831
Complementar (*)					100.983		91.243
					406.844		372.074

(*) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN, com base no julgamento e experiência da Administração.

A Financiadora efetuou a baixa de operações de crédito contra prejuízo após 180 dias da classificação no nível "H".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão no montante de R$ 128.171 (R$ 108.400 em 2020).

O indicador Over 90 dos clientes da carteira do cartão bandeirado teve variação de 1 p.p., a maior em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se, principalmente, às ações de mitigação aos impactos da pandemia (Covid-19) realizadas em 2020. Em 31 de dezembro de 2021, o indicador foi de 11,97% (11,04% em 2020).

10. Outros instrumentos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
Valores a receber da Controladora (Nota 20)	69.115	60.012
Imposto de renda e contribuição social a compensar	89.871	100.068
Devedores diversos - País	76.842	56.690
Devedores por depósito em garantia	3.982	3.176
Outros	20.639	29.819
	260.449	249.765
Circulante	183.300	178.155
Não Circulante	77.149	71.610

11. Créditos tributários

A Financiadora adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do BACEN e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

(a) Natureza e origem dos créditos tributários

	31/12/2021 IR	CS	Total	31/12/2020 IR	CS	Total
Provisão para perda associada a risco de crédito (Nota 9)	39.233	23.540	62.773	58.550	35.131	93.681
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota14)	112.767	67.660	180.427	110.489	66.293	176.782
Prejuízo fiscal e base negativa	9.934	6.182	16.116	-	-	-
Outras	3.823	2.294	6.117	3.768	2.262	6.030
	165.757	99.676	265.433	172.807	103.686	276.493

Com base no atual nível de capitalização e operações da Financiadora e considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2021 tenham a sua realização futura da seguinte forma:

(b) Expectativa de realização

	Realização 2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2031	Total
Créditos tributários de imposto de renda							
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	39.233	-	-	-	-	-	39.233
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 14)	-	-	-	-	-	112.767	112.767
Prejuízo fiscal	5.436	4.498	-	-	-	-	9.934
Outras	1.384	-	-	-	-	2.439	3.823
	46.053	4.498	-	-	-	115.206	165.757
Valor presente	41.178	3.596	-	-	-	58.870	103.643
Créditos tributários de contribuição social							
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	23.540	-	-	-	-	-	23.540
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 14)	-	-	-	-	-	67.660	67.660
Base negativa	3.383	2.799	-	-	-	-	6.182
Outras	831	-	-	-	-	1.463	2.294
	27.754	2.799	-	-	-	69.123	99.676
Valor presente	24.816	2.238	-	-	-	35.322	62.375

Para fins de determinação do valor presente, da realização futura, estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 11,84% ao ano, referente ao custo médio de captação da Financiadora.

(c) Movimentação dos créditos tributários no período

No exercício findo em 31 de dezembro, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação, segregadas pelas bases para constituição:

	Saldo inicial	Adições	Realizações	Saldo final
Imposto de renda				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	58.550	9.785	(29.102)	39.233
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 14)	110.489	2.278	-	112.767
Prejuízo fiscal	-	9.934	-	9.934
Outras	3.768	234	(179)	3.823
	172.807	22.231	(29.281)	165.757
Contribuição social				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	35.131	5.870	(17.461)	23.540
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 14)	66.293	1.367	-	67.660
Base negativa	-	6.182	-	6.182
Outras	2.262	139	(107)	2.294
	103.686	13.558	(17.568)	99.676
12/2021	276.493	35.789	(46.849)	265.433
12/2020	239.926	96.142	(59.575)	276.493

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todos os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social haviam sido reconhecidos pela Financiadora.

(d) Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda 2021	2020	Contribuição social 2021	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	23.010	(13.878)	23.010	(13.878)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - 25% e 15% (Nota 3 (i)) - %	25	25	15	15
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(5.753)	3.469	(3.452)	2.082
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Adições permanentes	(1.298)	(571)	(558)	(106)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(7.050)	2.898	(4.010)	1.976

12. Imobilizados em uso

(a) Imobilizados

Representados por instalações, móveis e equipamentos de uso e em curso, no montante de R$ 99.153 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 37.018 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Intangível

Representado por *softwares* em andamento no montante de R$ 36.351 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 46.364 em 31 de dezembro de 2020).

13. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes

(a) Diversificação por produto

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a prazo	731.414	523.233
Recursos de aceites cambiais	252.298	470.266
Contas de pagamentos	17.482	17.074
	1.001.194	1.010.573

(b) Diversificação por prazo

	31/12/2021	31/12/2020
Sem prazo	17.482	17.074
Vencimento até 365 dias	467.723	214.930
Vencimento acima de 365 dias	515.989	778.569
	1.001.194	1.010.573

Recursos de aceites cambiais referem-se às letras de câmbio emitidas pela Financiadora, pactuadas junto a terceiros. O resultado de recursos de aceites cambiais, em 31 de dezembro de 2021, foi de R$ 18.869 (R$ 25.974 em 2020), 129,50% a.a. do CDI e com prazo médio de 1,4 ano (131,17% a.a. do CDI e prazo médio de 1,4 anos em 2020).

Operações de captações no mercado

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos de aceites cambiais	18.869	25.974
DPGE	26.683	10.388
CDB	16.754	596
Outros	1.461	1.923
Total	63.767	38.881

14. Provisões

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Os critérios de reconhecimento e base de mensuração para determinação de contingências ativas e passivas levam em conta o estudo detalhado das ações judiciais e dos processos administrativos, e são baseados, também, na opinião profissional dos advogados patrocinadores dessas causas.

(a) Ativos contingentes - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) Provisão para riscos fiscais (obrigação legal) - É decorrente de mandado de segurança impetrado, com o objetivo de questionar a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requereu-se, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração do direito das impetrantes de compensarem os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e COFINS, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. A Financiadora está efetuando o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação à Lei nº 9.718/98.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante destacado como provisão para riscos fiscais é de R$ 451.068 (R$ 441.957 em 31 de dezembro de 2020).

As provisões são demonstradas como segue:

31/12/2021	PIS	COFINS	Total
Saldo inicial	61.779	380.178	441.957
Atualizações	1.273	7.838	9.111
Saldo final	63.052	388.016	451.068

31/12/2020	PIS	COFINS	Total
Saldo inicial	60.781	374.036	434.817
Atualizações	998	6.142	7.140
Saldo final	61.779	380.178	441.957

(c) Provisão e passivos contingentes - A Financiadora constitui provisão relativa a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. As principais ações cíveis são relacionadas a relações de consumo. A provisão registrada nas demonstrações financeiras, no valor de R$ 9.756 (R$ 9.514 em 31 de dezembro de 2020), é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos montam R$ 11.041 (R$ 12.144 em 31 de dezembro de 2020).

15. Outros passivos

	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e estatutárias	25.000	-
Imposto de renda	-	19.907
Contribuição social	-	11.707
PIS e COFINS a recolher	4.820	4.446
Valores a pagar às sociedades ligadas (Nota 20)	203.665	451.934
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados (cartão de crédito) (*)	820.634	911.836
Outras	94.392	50.242
	1.148.511	1.450.072

(*) Referem-se a débitos originários de aquisições de bens e serviços por usuários de cartão de crédito, pendentes de pagamentos aos estabelecimentos comerciais filiados.

16. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 298.000.000 (298.000.000 em 2020) ações ordinárias no valor de um real cada.

Aos acionistas está assegurado dividendo mínimo, correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício a ser aprovado por deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2021, realizou as seguintes deliberações:

- Distribuição de dividendos: R$ 40.000, debitada da reserva de retenção de lucros, pagamento realizado em 31 de março de 2021;
- Transferência de prejuízo para reserva estatutária: R$ 9.004 (2019 – lucro para reserva estatutária R$ 56.541).

Em reunião da Diretoria, foi aprovada a distribuição de dividendos contra reservas estatutárias no montante de R$ 25.000 os quais foram pagos no primeiro trimestre de 2022.

(Continua...)

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(...continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021, foram apurados dividendos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.950	(9.004)
Dividendos - 25% base	2.988	-
Dividendos complementares	22.012	-
Dividendos totais	25.000	-

Reserva de lucros - Estatutária

Poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Financiadora, bem como para garantir futuras distribuições de dividendos.

Reserva de lucros - Legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

17. Receitas de prestação de serviços

	2º semestre 2021	2021	2020
Rendas de serviços prioritários - PF	6.630	11.162	12.855
Cartão de crédito diferenciado	87.399	168.963	156.855
Receita de outros serviços	55.477	112.052	93.992
	149.506	292.177	263.702

18. Outras despesas administrativas

	2º semestre 2021	2021	2020
Comunicação	2.984	7.143	9.192
Processamento de dados	26.361	52.242	53.110
Serviços técnicos	4.555	8.603	6.206
Serviços do sistema financeiro	7.747	17.201	28.035
Serviços de terceiros	17.599	28.373	21.687
Despesas compartilhadas (Nota 20 (a))	105.031	94.801	144.378
Depreciação e amortização	10.901	21.870	18.997
Indenizações judiciais / cíveis	8.442	14.936	12.624
Outras	14.768	19.339	9.298
	198.388	264.508	303.527

19. Outras receitas / despesas operacionais

	2º semestre 2021	2021	2020
Outras receitas operacionais	48.808	89.754	88.253
Receitas de intermediação (cartão de crédito)	40.666	79.526	78.948
Outras	8.142	10.228	9.305
Outras despesas operacionais	(298.529)	(410.317)	(162.879)
Descontos concedidos	(275.835)	(364.513)	(126.164)
Despesas com cartão de crédito	(11.416)	(22.728)	(24.014)
Correspondente bancário	(3.106)	(6.053)	(5.421)
Outras	(8.172)	(17.023)	(7.280)
	(249.721)	(320.563)	(74.626)

20. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, inclusive os respectivos efeitos em contas de resultado, efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são os seguintes:

	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas (Controladora)				
Valores a receber (i)	69.115	60.012	-	-
Contas a pagar (ii)	(201.502)	(407.874)	-	-
Contas a receber / pagar (iii)	(2.163)	(44.060)	(101.774)	(154.707)
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos (iv)	-	(77.570)	-	-
Dividendos a pagar (Nota 16)	(25.000)	-	-	-

(i) Referem-se, substancialmente, aos pagamentos de clientes financiados, efetuados na Controladora, que são repassados para a Financiadora no prazo médio de cinco dias.

(ii) Referem-se aos valores a repassar à Controladora, em um prazo médio de cinco dias a vinte e oito dias, relativos a financiamentos de clientes.

(iii) A Controladora e a Financiadora, em outubro de 2016, firmaram parceria na qual consiste em oferecer aos clientes, dentre outros, os seguintes produtos: cartão de crédito de circulação ampla (bandeirado) ou restrita (*private label*), operações de crédito pessoal, operações de crédito ao consumidor, distribuição de quaisquer outros produtos financeiros, previdenciários ou securitários, bem como quaisquer outros negócios, serviços ou produtos permitidos pela regulamentação do CMN, BACEN e da SUSEP. Todas as receitas e despesas são divididas entre as duas empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma. Esta divisão é feita mensalmente através da apresentação dos resultados do mês e a devida liquidação entre as duas empresas no mês subsequente. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado da parceria está distribuído em despesas de *profit sharing* de R$ 68.826 (R$ 124.119 em 2020), reembolsos de despesas administrativas de R$ 25.975 (R$ 20.259 em 2020) e remuneração por serviços de empregados da Controladora de R$ 6.973 (R$ 10.329 em 2020).

(iv) Referem-se a recursos de aceites cambiais, letras de câmbio emitidas pela Financiadora e saldo em conta de pagamentos, pactuadas junto à Controladora.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 4.442 (R$ 3.241 em 2020), incluindo salários e encargos.

A Financiadora não concede outros benefícios aos administradores e aos empregados, tais como: assistência médica pós-emprego, plano de pensão na condição de benefício definido ou contribuição definida ou, ainda, remuneração baseada em ações.

21. Limites operacionais (acordo de Basileia)

A Financiadora está enquadrada nos limites mínimos de risco, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia em 31 de dezembro de 2021 é de 16,16% (18,19% em 31 de dezembro de 2020).

R$ Mil	31/12/2021	31/12/2020
1. Patrimônio de referência	**402.358**	**474.528**
2. RWA		
- Risco de Crédito (RWAcpad)	2.252.531	2.368.590
- Risco de Mercado (RWAcam)	2.321	2.200
- Risco Operacional (RWAopad)	235.604	237.583
Total RWA	**2.490.455**	**2.608.373**
3. Capital mínimo requerido		
- Risco de Crédito	180.202	189.487
- Risco de Mercado	186	176
- Risco Operacional	18.848	19.007
Total capital mínimo requerido	**199.236**	**208.670**
4. Margem de capital mínimo requerido [1-3]	**203.122**	**265.858**
5. Capital adicional	**49.809**	**32.605**
6. Margem Pilar I [4-5]	**153.313**	**233.253**
7. Rban - Juros carteira não negociável	**19.996**	**2.954**
8. Margem Pilar II [6-7]	**133.317**	**230.300**
9. Índice de Basileia [1/2]	**16,16%**	**18,19%**

22. Resultados não recorrentes

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/20 considera-se o resultado não recorrente, o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os principais resultados não recorrentes estão apresentados a seguir:

	2º semestre 2021	2021	2020
Ativo fiscal diferido			
Efeito de majoração da alíquota no crédito tributário			
da contribuição social	(12.866)	-	-

23. Outras Informações

Covid-19

A Financiadora monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturadas ações de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

A Financiadora mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

A Financiadora se resguarda o direito de revisar suas ações e projeções, fruto de alterações futuras que possam advir do tema em tela.

SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO – Diretor-Presidente
MARCELLO MIRANDA – Diretor Vice-Presidente
WALTER HIRATA OUCHI – Diretor Vice-Presidente
MARCOS ANTONIO DE MELLO – Diretor / Controller
WELLINGTON ROBSON BALERA – Contador - CRC 1SP262530/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Financiadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Financiadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financiadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financiadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Financiadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financiadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financiadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022.

Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

B31 **Efeitos do conflito**
Guerra no Leste Europeu cria dois tipos de empresas: vencedoras e perdedoras

QUARTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2022 O ESTADO DE S. PAULO

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B40)

Combustíveis Mudanças na estatal

‘Petrobras não faz política partidária’

Demitido da estatal por Bolsonaro, general Silva e Luna afirma que a empresa não pode se alinhar a interesses de partidos nem fazer política pública com os combustíveis

GUILHERME PIMENTA
BRASÍLIA
DENISE LUNA
RIO

O presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, que no dia 13 deixará o cargo após ter sido demitido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), afirmou ontem que a estatal, por lei, não pode fazer política pública com os preços dos combustíveis e, “menos ainda”, política partidária. “Tem responsabilidade social? Tem. Pode fazer política pública? Não. Pode fazer política partidária? Menos ainda”, disse, em seminário no Superior Tribunal Militar, em resposta indireta a Bolsonaro, que nos últimos meses fez críticas públicas à política de preços da estatal.

Para Silva e Luna, o Brasil não pode correr riscos de tabelar preços de combustíveis. “Empresas que tabelaram combustíveis tiveram perda de capacidade de investimento”, disse. “Essa dívida ‘monstra’ da Petrobras foi de tabelamento de preço.”

Segundo ele, passados 25 anos da abertura do setor de petróleo e gás natural, a Petrobras ainda tem dificuldade de explicar à sociedade que precisa operar como empresa privada, já que compete com outras petroleiras. Por isso não pode fazer política pública nem partidária, o que, segundo ele, “tem gente que não entende”. Ele ressaltou que as decisões na Petrobras não são monocráticas e são fiscalizadas por 21 órgãos de controle. “Decisões tomadas são coletivas, não há lugar para aventureiros”, disse.

A falta de comunicação com a sociedade sobre o preço dos combustíveis teria sido um dos argumentos de Bolsonaro para a demissão do militar na noite de segunda-feira. Luna assumiu a presidência em abril passado, no lugar de Roberto Castello Branco, demitido pelo mesmo motivo. Para o lugar do militar foi indicado o economista Adriano Pires, também contrário à interferência do governo na estatal. ●

TROCA NO COMANDO NÃO VAI DIMINUIR COBRANÇAS, DIZEM ALIADOS. PÁG. B2

Mares agitados

ARTIGO

Alessander Lopes Pinto
Sócio-fundador da banca LPLaw Advogados, vice-presidente da Associação Brasileira de Direito Marítimo, foi vice-presidente do Instituto Ibero-Americano de Direito Marítimo (2016-2018)

Definitivamente não há calmaria nos mares quando se trata do BR do Mar. Após tumultuados debates protagonizados por representantes do mercado, a lei que criou o programa (n.º 14.301/2022) foi sancionada no início de janeiro pelo presidente da República, com vetos de temas caros ao setor.

A apreciação dos vetos pelo Congresso, em 17 de março, não logrou reverter por completo a tempestade formada. Dentre os vetos apreciados, aquele que obrigava as empresas de navegação habilitadas no BR do Mar a contratarem determinado número de marítimos brasileiros para as embarcações afretadas foi mantido.

Espalhou-se, de imediato, um entendimento de que a proteção do emprego do marítimo brasileiro estaria sendo preterida. Além desta reação, dúvidas foram levantadas quanto às regras que vão vigorar na composição da tripulação brasileira a bordo de embarcações estrangeiras afretadas.

O BR do Mar determinou, inicialmente, que fossem brasileiros 2/3 da tripulação das embarcações afretadas. Com a manutenção pelo Congresso do veto, que afastou a obrigatoriedade da tripulação das embarcações estrangeiras ser composta majoritariamente por brasileiros, prevalece e deve ser observada a legislação que se encontrava em vigor anteriormente ao BR do Mar. A Resolução Normativa n.º 6/2017, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), impõe que a tripulação das embarcações de cabotagem estrangeiras tenham 1/5 de marítimos e profissionais brasileiros quando em operação por mais de 90 dias contínuos no País, e 1/3 de nacionais a partir de 180 dias de operação.

> ***Não se espera calmaria por parte do setor marítimo, insatisfeito com os vetos do BR do Mar***

Não existe na resolução, contudo, obrigação de serem dadas a brasileiros posições específicas nessas embarcações. Já a lei que criou o BR do Mar, em seu artigo 9.º (inciso III), prevê que as estrangeiras afretadas terão, obrigatoriamente, o comandante, mestre de cabotagem, chefe de máquinas e condutor de máquinas brasileiros em sua tripulação.

Ao impor essa obrigação, a lei garantiu aos oficiais marítimos brasileiros posições relevantes a bordo das embarcações estrangeiras. Todavia, deixou de observar possível conflito de normas em decorrência de obrigação análoga, usualmente imposta pelas bandeiras dos países das embarcações estrangeiras afretadas.

Não se espera calmaria quando se fala em BR do Mar, principalmente por parte dos representantes do setor, insatisfeitos com a manutenção do veto pelo Congresso. Muito há de se navegar até que a regulamentação do BR do Mar possa entrar, de fato, em vigor e alcançar os objetivos esperados.●

Combustíveis Mudança na Petrobras

Troca no comando não vai diminuir cobranças, dizem aliados do governo

Apesar dos sinais de que o indicado Adriano Pires não irá mudar regras na Petrobras, Bolsonaro espera queda de preços

ADRIANA FERNANDES
EDUARDO GAYER
BRASÍLIA

A indicação do economista Adriano Pires à presidência da Petrobras deu um alívio imediato aos investidores de que o governo não promoverá um cavalo de pau na política de preços da empresa, mas ministros próximos do presidente Jair Bolsonaro avaliam que as cobranças para a queda de preços continuarão. Bolsonaro não se conforma que a estatal ainda não tenha reduzido os preços no cenário atual de queda do preço do petróleo no mercado internacional.

Segundo um auxiliar do presidente, ele não continuará a cobrar a estatal para reduzir preços. Quando a Petrobras anunciou o megarreajuste no começo do mês, o preço do petróleo Brent, principal referência internacional, já acumulava alta de mais de 40% no ano, e tinha alcançado US$ 139. Agora, o petróleo pode estar prestes a ser negociado em torno do nível de US$ 100.

Auxiliares do presidente lembram que o governo queria que a empresa esperasse um pouco mais o desenrolar da guerra da Rússia com a Ucrânia antes de sancionar o reajuste. Joaquim Silva e Luna não aceitou a pressão e acabou caindo numa articulação encabeçada pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

Se por um lado o risco de uma ação intervencionista diminuiu e as ações da empresa subiram (*mais informações nesta página*), por outro há incômodos com o fato de Pires ter atuado nos últimos anos como lobista para grandes grupos interessados em negócios na indústria de óleo e gás, segundo apurou o **Estadão**.

A preocupação de representantes do setor, que falaram na condição de anonimato, é de que possam existir interesses conflitantes em relação à Petrobras. O temor relatado é com a influência do Centrão na empresa e a desconfiança de que, por trás da indicação de Pires, estejam outros interesses de grupos na empresa que vão muito além do debate sobre preços de combustíveis.

No geral, porém, o mercado assimilou bem a troca porque as posições de Pires são muito conhecidas. Ele sempre foi um importante interlocutor em Brasília e fala com muita clareza, ponto que o governo espera explorar para comunicar melhor à sociedade os reajustes.

'CPF NA MESA'. Há uma semana, o **Estadão** conversou com Pires para uma reportagem sobre brechas legais no projeto de lei aprovado pelo Senado, em tramitação agora na Câmara, que cria diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo. Na conversa, o futuro presidente da Petrobras foi taxativo: "Acho muito difícil encontrar alguém que vá para a Petrobras para segurar preço".

O comentário de Pires se referia à possibilidade de troca de comando da empresa e uma mudança da política de reajustes dos combustíveis praticada pela Petrobras, baseada na paridade de preços internacionais, chamada de PPI.

CBIE-28/10/2021

"Do presidente Temer para cá, a empresa passa a ter uma política de tendência de mercado internacional."

"Acho muito difícil encontrar alguém que vá para a Petrobras para segurar preço."

"Se alguém for para Petrobras e segurar preço de combustível, está colocando o seu CPF na mesa."

"Se Bolsonaro faz uma intervenção na Petrobras, ele é igual ao Lula."

Adriano Pires
Indicado para a presidência da Petrobras

Para ele, mudar a política de preços não é difícil – isso já ocorreu no passado, citando o período do governo da ex-presidente Dilma Rousseff. "Do presidente Temer para cá, a empresa passa a ter uma política de tendência de mercado internacional", lembrou ele sobre as mudanças feitas na empresa na presidência de Pedro Parente, que mudou as regras de compliance da empresa. Estaria nesse ponto a dificuldade de mudança agora. "Se alguém for para a Petrobras e segurar preço de combustível, está colocando o seu CPF na mesa", afirmou usando uma expressão que significa ter de responder à Justiça ou a órgãos de controle por eventuais irregularidades.

Na entrevista, Pires defendeu a adoção de subsídio ao diesel e gás, mas se manifestou preocupado com o texto do projeto, classificado por ele como de inspiração "puro-sangue" do PT por ter autoria e relatoria no Senado de parlamentares do partido. Ele também comentou a posição do presidente Bolsonaro que, para ele, estaria numa situação desconfortável. "Se ele faz qualquer tipo de intervenção na Petrobras, de fato, ele é igual ao Lula", disse.

No Congresso, o líder do governo, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), avaliou que Pires é um técnico "respeitado por todas as correntes". ● COLABOROU IANDER PORCELLA

Ações da Petrobras sobem um dia após mudança

O mercado financeiro reagiu com tranquilidade às mudanças no comando da Petrobras, com a troca do atual presidente, o general Joaquim Silva e Luna, pelo economista Adriano Pires, indicado pelo governo para assumir a estatal. As ações preferenciais, sem direito a voto, da estatal subiram 2,22% e fecharam em R$ 32,31 cada; já as ações ordinárias, com direito a voto, subiram 1,23%, e encerraram o dia em R$ 34,53.

"O nome de Adriano Pires foi bem recebido pelo mercado, é alguém do setor de petróleo e gás, com conhecimento técnico e respeitado na área", disse Alexandre Brito, sócio da Finacap Investimentos.

Regis Cardoso e Marcelo Gumiero, do banco Credit Suisse, disseram, em relatório, que Pires é nomeado em um contexto de alta pressão política sobre os preços dos combustíveis, o que pode levantar preocupações de intervenção política na Petrobras. Mas lembram que Silva e Luna deixará o cargo após um mandato de um ano que começou em meio a incertezas políticas semelhantes em torno dos preços dos combustíveis no início de 2021. "Sob sua liderança, a Petrobras continuou a seguir os preços de paridade internacional e apresentou bons resultados em 2021", escreveram. ●

LUÍSA LAVAL, DENISE LUNA e LUÍS LEAL

FIBRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. | CNPJ nº 06.943.044/0001-31

Relatório da Administração

A Fibra Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia" ou "Fibra Experts") apresenta seu desempenho operacional e financeiro referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, ratificando seus objetivos de solidez, rentabilidade e perenidade.

Sinônimo de artesania urbana de ponta, a Fibra Experts se consolida como uma *full developer company* ao promover negócios imobiliários com elevado padrão de qualidade e de retorno financeiro, adicionando sua expertise aos diferentes segmentos e desenvolvendo empreendimento únicos, feitos sob medida, em um processo que encara cada iniciativa como a oportunidade de fazer algo icônico e singular.

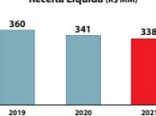
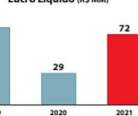
A Companhia mergulha fundo no entendimento do morar, do trabalhar e do conviver, de forma a:

- aplicar os melhores e mais modernos padrões construtivos e se colocar no lugar dos clientes, antecipando tendências e desenhando produtos contemporâneos, que atendam aos anseios mais modernos e atuais sobre moradia.
- construir escritórios de ponta, com alta tecnologia, que acompanham o dinamismo do mundo do trabalho, desenhando espaços modernos, que estimulam ambientes dinâmicos, colaborativos e eficientes.
- desenvolver espaços completos, com qualidade urbanística, capazes de gerar convivência, movimento nas ruas e calçadas, segurança e sustentabilidade em grandes áreas que estimulam o morar bem.

Braço imobiliário do Grupo Vicunha, a Fibra Experts, no triênio de 2019 a 2021, alcançou um novo patamar operacional e financeiro, demonstrando sua capacidade de execução e crescimento nos três segmentos - Residencial, Corporativo e Urbanismo:

- lançou nove empreendimentos, sete residenciais, um corporativo e um de urbanismo, com VGL total de R$ 1.660 milhões;
- comercializou R$ 1.410 milhões;
- concluiu e entregou sete empreendimentos, cinco residenciais e dois loteamentos, com total de 1.006 unidades e VGV de R$ 480 milhões;
- terminou 2021 com oito canteiros de obras ativos e deve iniciar outros dois em 2022, sendo oito residenciais, um corporativo e um de urbanismo, com total de 378 mil m² de área construída;
- avançou no desenvolvimento e na construção do empreendimento corporativo Passeio Paulista (com 49 mil m² de área BOMA, na Avenida Consolação, em São Paulo - SP);
- adquiriu novos terrenos com vocação residencial em São Paulo (SP) e formalizou parcerias para desenvolvimento urbano nos estados de São Paulo e Ceará, consolidando banco de terrenos para lançamentos superior a R$ 3 bilhões;
- captou R$ 200 milhões através da estruturação de dois CRI's Corporativos, destinados a aquisições de terrenos para incorporação residencial e financiamentos de obras de infraestrutura de loteamentos.
- apropriou receita líquida de R$ 1.036 milhões;
- atingiu ROE *(return on equity)* médio de 11,1% a.a..

A Administração vislumbra um novo ciclo de oportunidades para o mercado imobiliário, com desafios recorrentes e maior competitividade, mas com demanda consistente e reconhecimento aos produtos e às empresas que buscarem as melhores práticas ambientais, sociais e de governança.

A Companhia

Balanços Patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	47	39	256.771	192.159
Contas a receber	5	12	10	430.693	139.653
Imóveis a comercializar	6	13	13	392.616	308.190
Imóveis mantidos para venda		–	–	2.610	610
Outros ativos		2	10	5.746	6.975
Total do ativo circulante		74	72	1.088.436	647.587
Não circulante					
Contas a receber	5	–	–	39.937	212.372
Imóveis a comercializar	6	–	–	142.525	60.189
Outros ativos		90	88	223	150
Imobilizado líquido	8	–	–	8.086	6.979
Investimentos	9	581.544	531.512	14.591	5.047
Total do ativo não circulante		581.634	531.600	205.362	284.737
Total do ativo		581.708	531.672	1.293.798	932.324

Passivo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Fornecedores		–	14	27.127	16.477
Empréstimos, financiamentos, CCBs e Debêntures	11	–	15.006	278.651	58.808
Obrigações trabalhistas e tributárias		–	–	943	839
Impostos e contribuições a recolher		–	–	2.355	3.939
Tributos correntes com recolhimento diferido	13.b	–	–	17.586	5.238
Provisões sociais e fiscais		–	–	2.315	1.920
Terrenos a pagar	12	–	–	42.657	22.612
Adiantamento de clientes	14	–	–	82.454	54.679
Outros passivos		–	–	5.585	4.014
Dividendos a pagar	7	17.090	6.902	17.090	6.902
Total do passivo circulante		17.090	21.922	476.763	175.428
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos, CCBs e Debêntures	11	–	–	212.560	211.754
Tributos correntes com recolhimento diferido	13.b	–	–	2.236	8.973
Terrenos a pagar	12	–	–	17.134	1.205
Adiantamento de clientes	14	–	–	6.127	8.797
Outros passivos		–	–	14.245	16.233
Total do passivo não circulante		–	–	252.302	246.962
Patrimônio líquido					
Capital social	15.a	263.132	246.618	263.132	246.618
Reserva de lucros	15.b	301.486	263.132	301.486	263.132
Total do patrimônio líquido		564.618	509.750	564.618	509.750
Participação de não controladores		–	–	115	184
Total do patrimônio líquido com participação de não controladores		564.618	509.750	564.733	509.934
Total do passivo e patrimônio líquido		581.708	531.672	1.293.798	932.324

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação em reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	16	–	–	338.389	340.998
Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados	17	–	–	(201.918)	(238.427)
Lucro bruto		–	–	136.471	102.571
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	18	(138)	(110)	(37.336)	(38.814)
Comerciais	19	(1)	–	(14.547)	(17.604)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	20	(2)	(1.029)	(9.161)	(10.242)
Equivalência patrimonial	9.c	72.258	30.794	784	(5.256)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		72.117	29.655	76.211	30.655
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	15	3	17.100	12.209
Despesas financeiras	21	(174)	(781)	(12.968)	(5.820)
		(159)	(778)	4.132	6.389
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		71.958	28.877	80.343	37.044
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	13.a	–	–	(6.633)	(7.254)
Correntes com recolhimento diferido	13.a	–	–	(1.963)	(975)
Lucro líquido do exercício		71.958	28.877	71.747	28.815
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		71.958	28.877	71.958	28.877
Prejuízo líquido atribuído aos acionistas não controladores		–	–	(211)	(62)
Lucro líquido por lote de mil ações (em R$)	3.p	1,16	0,47	1,16	0,47

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros: À disposição da Assembleia	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 1º de dezembro de 2019		241.113	26.660	214.453	5.505	–	487.731	446	488.177
Aumentos de capital por meio de reservas	15.a	5.505	–	–	(5.505)	–	–	–	–
Distribuição de lucros para não controladores		–	–	–	–	–	–	(200)	(200)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		–	–	–	–	28.877	28.877	(62)	28.815
Destinações:									
Reserva legal	15.b	–	1.444	–	–	(1.444)	–	–	–
Dividendos propostos	15.c	–	–	–	–	(6.858)	(6.858)	–	(6.858)
Parcela à disposição da assembleia geral	15.b	–	–	–	16.514	(16.514)	–	–	–
Reserva de retenção de lucro	15.b	–	–	4.061	–	(4.061)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020		246.618	28.104	218.514	16.514	–	509.750	184	509.934
Aumentos de capital por meio de reservas	15.a	16.514	–	–	(16.514)	–	–	–	–
Reversão de redução de capital a pagar		–	–	–	–	–	–	142	142
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		–	–	–	–	71.958	71.958	(211)	71.747
Destinações:									
Reserva legal	15.b	–	3.598	–	–	(3.598)	–	–	–
Dividendos propostos	15.c	–	–	–	–	(17.090)	(17.090)	–	(17.090)
Parcela à disposição da assembleia geral	15.b	–	–	–	38.354	(38.354)	–	–	–
Reserva de retenção de lucro	15.b	–	–	12.916	–	(12.916)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021		263.132	31.702	231.430	38.354	–	564.618	115	564.733

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	71.958	28.877	71.747	28.815
Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais				
Depreciação e amortização	–	–	3.938	5.155
Equivalência patrimonial (Nota 9.c)	(72.258)	(30.794)	(784)	5.256
Ajuste a valor presente	–	–	1.782	3.308
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	83	736	44.009	13.575
Imposto de renda e contribuição social com recolhimento diferido	–	–	1.963	975
Juros incorridos sobre arrendamento mercantil	–	–	160	267
Perda de investimentos	–	–	1.540	3.863
Resultado da venda de imobilizado	–	–	–	7
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber	(2)	(2)	(120.387)	(56.360)
(Aumento) redução nos Imóveis a comercializar	–	–	(168.762)	30.144
(Aumento) redução em outros ativos	6	1.136	1.156	1.147
Aumento (redução) em fornecedores	(14)	14	10.650	3.027
Aumento (redução) em adiantamento de clientes	–	–	25.105	16.942
Aumento (redução) em terrenos a pagar	–	–	35.974	(36.422)
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas e tributárias	–	–	4.924	9.343
Aumento (redução) em tributos correntes com recolhimento diferido	–	–	3.648	705
Aumento (redução) em outros passivos	–	–	1.478	13.471
Dividendos recebidos (Nota 9.c)	22.257	22.750	77	–
Juros pagos sobre empréstimos	(1.667)	(734)	(27.532)	(11.636)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(6.009)	(7.111)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	20.363	21.983	(115.323)	24.471
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição, líquidas das baixas do imobilizado	–	–	(5.045)	(1.884)
Integralizações e reduções nos investimentos (Nota 9.c)	(31)	(257)	(10.377)	11
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(31)	(257)	(15.422)	(1.873)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos tomados	–	–	288.128	243.846
Capitalização de custos de transação	–	–	(949)	(6.843)
Pagamentos de empréstimos	(13.422)	(3.750)	(83.007)	(131.793)
Amortização de arrendamento mercantil	–	–	(2.055)	(2.047)
Reversão de redução de não controladores	–	–	142	–
Dividendos pagos não controladores	–	–	–	(200)
Dividendos pagos controladores (Nota 15.c)	(6.902)	(18.000)	(6.902)	(18.000)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento	(20.324)	(21.750)	195.357	84.963
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	8	(24)	64.612	107.561
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	39	63	192.159	84.598
No fim do exercício	47	39	256.771	192.159
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	8	(24)	64.612	107.561

A Diretoria

Contadora – Selma Regina da Silva Lima - CRC 1SP216762/O-1

As demonstrações financeiras completas, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., devidamente acompanhadas de parecer, sem ressalva, emitido em 29/03/2022, e o relatório de administração foram publicadas no Valor Econômico no dia 30/03/2022.

www.fibraexperts.com.br

Cooper Sociedade Cooperativa de Trabalho dos Atletas e Profissionais da Área do Esporte

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Cooper Sociedade Cooperativa de Trabalho dos Atletas e Profissionais da Área do Esporte convoca a todos os associados cooperados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na Rua Bahia, nº. 108, sala B, Centro, no município de Conchas, Estado de São Paulo, CEP 018570-000, **aos 15 de abril de 2022**, em primeira convocação às 15:00 horas, em segunda às 16:00 horas e, em terceira e última convocação, cuja realização exige a presença de, no mínimo, 04 (quatro) sócios, às 17:00 horas, horários de Brasília, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **I – Prestação de Contas do Conselho de Administração, incluindo relatório do exercício, apresentação de balanço, com demonstrativo das sobras e/ou perdas apuradas no exercício; II – Parecer do Conselho Fiscal; III - Destinação das sobras ou rateio das perdas apuradas; IV – Eleição do Conselho Administrativo, Fiscal e dos Representantes Delegados; V – Fixação do valor dos honorários, gratificação e cédula de presença do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal; VI – Deliberação acerca do que determina o art. 14 da lei 12.690/2012 e VII – Outros assuntos de interesse da sociedade cooperativa.** Conchas/SP, 30 de março de 2.022. **HENRIQUE CESAR DEL BEM** - *Presidente*

Condomínio Shopping Center Iguatemi

CNPJ/MF sob nº 53.991.378/0001-60

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária 29 de abril de 2022

Ficam os senhores Condôminos do Shopping Center Iguatemi convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no imóvel próprio, sito na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2128 - 1º andar, Edifício Park Center, no dia **29 de abril de 2022**, às **9 horas e 30 minutos**, em primeira convocação e, em segunda convocação às **10 horas**, com qualquer número de Condôminos com direito a voto presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Apreciação e aprovação das contas da administradora, conforme demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; b) Apreciação e aprovação do Relatório do Conselho de Condôminos; c) Eleição dos membros do Conselho de Condôminos; e d) Eleição dos Membros do Conselho Consultivo. Os documentos pertinentes encontram-se à disposição dos interessados na sede do Condomínio. As transferências de cotas estão suspensas a partir de 30 de março de 2022 até a data da realização da Assembleia. Para fins de organização da assembleia, **favor CONFIRMAR A PRESENÇA** com até 5 (cinco) dias de antecedência por e-mail para mgotero@iguatemi.com.br ou ecandido@iguatemi.com.br. São Paulo, 30 de março de 2022. **AEMP - Administradora de Empreendimentos Ltda. AEST - Administradora de Estacionamentos Ltda. Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda.** Administradoras.

Investimentos Bemge S.A.

CNPJ 01.548.981/0001-79 | Companhia Aberta | NIRE 35300315472

Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da INVESTIMENTOS BEMGE S.A., conforme obrigação prevista pela Lei das Sociedades Anônimas, são convidados pelo Conselho de Administração a participarem de Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29.04.2022, às 11:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 3º andar, em São Paulo (SP), a fim de: **1.** Tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e examinar, para deliberação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; **3.** Fixar o número de membros que comporão o Conselho de Administração e eleger os seus integrantes para o próximo mandato trienal. Tendo em vista as determinações das Instruções da Comissão de Valores Mobiliários 165/91 e 282/98, fica consignado que, para requerer a adoção de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração, os Acionistas requerentes deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante; e **4.** Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração. A descrição consolidada das matérias propostas bem como suas justificativas constam do Manual da Assembleia. Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Para exercer seus direitos, os acionistas que desejarem comparecer à Assembleia, embora não recomendado, deverão portar seu documento de identidade. Os Acionistas podem ser representados na Assembleia por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os documentos listados abaixo comprovando a validade de sua procuração (solicitamos que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada). Esclarecemos que o representante do Acionista Pessoa Jurídica não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. a) Pessoas Jurídicas no Brasil: cópia autenticada do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório; e b) Pessoas Físicas no Brasil: procuração com firma reconhecida em cartório. Objetivando facilitar os trabalhos na Assembleia, a Companhia sugere que os Acionistas representados por procuradores enviem, até o dia 27.04.2022, às 11h horas, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail drinvest@itau-unibanco.com.br. Tendo em vista que o mundo continua atravessando uma grave crise sanitária, apesar de termos tido avanços nos últimos meses, ainda precisamos acompanhar e evitar o excesso de circulação e contato entre as pessoas. Sendo assim, incentivamos que os acionistas participem da Assembleia por meio do boletim de voto à distância, nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada, a ser enviado (i) diretamente à Companhia, (ii) aos seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central, ou (iii) à Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração, conforme procedimentos descritos neste Manual da Assembleia. No intuito de organizar o acesso aos Acionistas na Assembleia, informamos que seu ingresso será permitido a partir das 10h. São Paulo (SP), 28 de março de 2022. (a) Renato Lulia Jacob - Diretor de Relações com Investidores. (29/30/31)

DEXCO — Dexco S.A.

CNPJ. 97.837.181/0001-47 | Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da **DEXCO S.A.** ("Companhia") são convidados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, que se realizará em **28.04.2022, às 11h, na forma exclusivamente digital**, a fim de:

Em pauta extraordinária: deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para reformulação parcial do Estatuto Social: **1)** alterar os Artigos 1.1, 11 "(i)", 26, 26.1 e 32 e incluir os Artigos 26.2, 26.3, 26.4, 26.5 para instalar permanentemente o Conselho Fiscal e para dispor sobre o seu mandato, funcionamento e demais disposições; **2)** alterar os Artigos 5º, 5.1 e 5.1.1 para atualizar o capital social e melhor prever as possibilidades de aumento dentro do limite do capital autorizado; **3)** alterar os Artigos 6, 7, 9, 9.1, 9.2, 11 "(vi)", incluir o Artigo 10.1 e itens "(viii)", "(ix)" do Artigo 11 e excluir os Artigos 11 "(iv)", 9.3, 9.4, 9.5, 33, 33.1, 36, para atualizá-los e adequá-los à legislação em vigor; **4)** alterar os Artigos 10, itens "(ii)", "(v)", "(vii)" e "(viii)" do Artigo 11, 12, 12.1, 12.2, 12.3, 12.4, 13.3, 14, 14.1, 15, 15.2, 15.3, 16, 16.1, 17, 17.1, 18, itens "(iii)", "(iv)", "(v)", "(viii)", "(x)", "(xiii)" e "(xiv)" do 19, 24.1, 25.1, 29.1, 30.2, 34, 35 e 37, para aprimoramento da redação e atualização de remissão, sem alteração de conceitos; **5)** alterar o Artigo 13, 13.2, 16.2 e 19, item "(xv)", incluir os itens "(xvi)" e "(xvii)" do mesmo Artigo 19 e excluir os Artigos 13.1 e 15.1 para atualizar as práticas da Companhia, prever 1/3 de membros independentes no Conselho de Administração e aprimorar suas atribuições; **6)** incluir os Artigos 19, 19.1, 19.2, 20, 20.1, 20.2, 21 para tornar estatutários os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração; **7)** excluir os Artigos 20, 20.1 e 21 dado o cumprimento das disposições do Novo Mercado em outros documentos da Companhia; **8)** incluir os Artigos 24.2, 24.3 e 24.4 para prever as atribuições da Diretoria; **9)** incluir o Artigo 25.3 para regular o uso de assinaturas eletrônicas; e **10)** consolidar o Estatuto Social.

Em pauta ordinária: 1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31.12.2021; **2)** deliberar sobre proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2021, e ratificar a distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio e de dividendos; **3)** fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato anual; **4)** eleger os respectivos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração; **5)** deliberar sobre a independência dos candidatos a membros independentes do Conselho de Administração; **6)** eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual; **7)** fixar a verba global destinada à remuneração dos administradores; e **8)** fixar a remuneração mensal individual dos membros do Conselho Fiscal.

Informações gerais: 1) Legitimação, Representação e Participação na Assembleia: os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores, munidos de documento de identidade, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante Artigo 126 da Lei 6.404/76, poderão participar da Assembleia ou participar e votar de forma virtual por meio de **Plataforma Digital**, nos termos da Instrução CVM 622/20. Para tanto, os Acionistas deverão enviar solicitação acompanhada da documentação necessária em formato PDF para o e-mail assembleia@dex.co, **até às 11h do dia 26.04.2022**. As orientações, o *link*, os dados para conexão e a senha de acesso serão enviados até 11h do dia 27.04.2022, somente àqueles que manifestarem tal interesse e apresentarem a integralidade da documentação necessária até às 11h do dia 26.04.2022, conforme instruções detalhadas no **Manual da Assembleia**. **2)** Voto a Distância: os Acionistas que optarem por exercer seus direitos de voto a distância deverão preencher o Boletim de Voto a Distância e enviá-lo, **até 22.04.2022**, ao escriturador das ações da Companhia, aos agentes de custódia (corretoras) ou diretamente à Companhia, consoante instruções contidas no **Manual da Assembleia**; **3)** Voto Múltiplo: os Acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração deverão representar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante, nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/98 e requerer com antecedência mínima de 48 horas da realização da Assembleia; **4)** Eleição em Separado: os Acionistas minoritários poderão eleger, em votação em separado, membro para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, observadas as condições previstas nos Artigos 141 e 161 da Lei 6.404/76, sendo que em relação à eleição em separado para o Conselho de Administração, somente serão computados os votos relativos às ações detidas pelos acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária desde **28.01.2022**; e **5)** Documentos à disposição dos Acionistas: todos os documentos e informações adicionais necessários para análise e exercício do direito de voto encontram-se disponíveis na sede social e no website de Relações com Investidores da Companhia (www.dex.co/ri), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

São Paulo (SP), 25 de março de 2022.
Conselho de Administração
Alfredo Egydio Setubal
Presidente do Conselho de Administração (28/29/30)

Quatro Naipes Participações Ltda.

CNPJ 24.514.411/0001-63

Aviso aos Sócios - Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios, os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1º do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31/12/2021. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa.

Jarinu, 21/03/2022
A Administração

Fênix Empreendimentos S.A.

CNPJ - 51.319.358/0001-12 - NIRE - 35.300.006.194

Edital de Convocação Resumido - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas de **Fênix Empreendimentos S.A.**, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **18 de abril de 2022, às 9h00**, em sua sede social, a fim de deliberar sobre as matérias descritas no Edital disponibilizado na íntegra nos endereços eletrônicos abaixo indicados. **Aviso**: O presente Edital é feito na forma resumida. As informações completas para a participação dos acionistas na AGO estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal "O Estado de São Paulo" (Estadão) (https://www.estadao.com.br).

Santa Bárbara d'Oeste, 29 de março de 2022
Romeu Romi - Presidente do Conselho de Administração

HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 49.263.189/0001-02
NIRE 35.300.340.337 | Código CVM nº 20877

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022

A Helbor Empreendimentos S.A. ("Helbor" ou "Companhia") convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada, em primeira convocação, às 15 horas do dia 29 de abril de 2022, de modo **exclusivamente digital**, por meio de videoconferência na plataforma *Zoom*, nos termos do artigo 124, parágrafo 2º-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 21-C da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481"), a fim de: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar acerca da proposta de destinação do resultado da Companhia auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2022. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia para incluir previsão de comitê de auditoria estatutário nos termos da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, e sua posterior consolidação. **Instruções gerais:** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A., incluindo o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, o Manual de Participação em Assembleia e a Proposta da Administração, bem como todas as demais informações e documentos exigidos pelos artigos 9º, 10 e 12 da Instrução CVM 481, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos websites de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.helbor.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br). Conforme autorizado pelo §2º-A do artigo 124 da Lei das S.A., a AGOE será realizada de forma **exclusivamente digital**. Dessa forma, os acionistas poderão participar da AGO **(i)** virtualmente, por meio de sistema eletrônico, nos termos do artigo 21-C, parágrafos 2º e 3º da Instrução CVM 481; ou **(ii)** pelo preenchimento e envio de boletim de voto a distância, a ser disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia, da CVM e da B3, que poderá ser enviado diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou do escriturador. Plataforma Zoom: Os dados e as instruções para participar da AGOE por meio da plataforma Zoom serão encaminhados aos acionistas que enviarem solicitação válida à Companhia por e-mail endereçado ao e-mail ri@helbor.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para realização da AGOE, ou seja, até 27 de abril de 2022 (inclusive), a qual deverá ser devidamente acompanhada da seguinte documentação do acionistas para a participação na AGOE: (i) no caso de pessoa física, cópia do documento de identidade com foto, e, no caso de pessoa jurídica ou fundo de investimento, cópia dos atos societários e demais documentos que comprovem a representação legal do acionista, e documento de identidade com foto do respectivo representante; e (ii) extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 2 (dois) dias de antecedência da AGOE. As instruções para participação na AGOE por meio da plataforma Zoom estão detalhadas no Manual de Participação na AGOE. Boletim de voto a distância: Os acionistas que optarem por participar da AGOE por meio do exercício do direito de voto via boletim de voto a distância deverão: **(i)** enviar as instruções de preenchimento do boletim para (a) seus respectivos custodiantes; ou, conforme o caso (b) o Agente Escriturador da Companhia; ou, ainda **(ii)** enviar o boletim preenchido, assinado e rubricado, diretamente ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, acompanhado da documentação indicada acima, neste caso preferencialmente por correio eletrônico a ser encaminhado para ri@helbor.com.br. As instruções detalhadas para participação na AGOE por meio do exercício do direito de voto via boletim de voto a distância estão detalhadas no Manual de Participação da AGO e no próprio Boletim de Voto a Distância.

Mogi das Cruzes, 29 de março de 2022
Henrique Borenstein
Presidente do Conselho de Administração

www.helbor.com

Rio Paranapanema Energia S.A.

C.N.P.J. nº 02.998.301/0001-81 - N.I.R.E. 35.300.170.563

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária de Acionistas

Ficam os Senhores Acionistas da **Rio Paranapanema Energia S.A.** ("Companhia") convidados a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no próximo dia 29 de abril de 2022, às 10h00 do horário de Brasília, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams (link disponibilizado https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/governanca-corporativa/), sem prejuízo do uso de boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada pela Instrução da CVM nº 622/2020 ("ICVM 481), a fim de apreciarem e deliberarem sobre os seguintes itens constantes da Ordem do Dia: a) Exame do Relatório Anual da Administração a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes; b) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido e a não distribuição de dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e d) Fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do conselho fiscal para o exercício de 2022. Informações Gerais: 1) Os Acionistas deverão apresentar, até a data da realização da Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral Ordinária; (ii) tratando-se de pessoa jurídica ou fundo de investimento, (1) cópia autenticada do estatuto, contrato social ou do regulamento, (2) do instrumento de eleição ou indicação do representante legal que comparecer à Assembleia ou outorgar poderes a procurador, e (3) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a que se refere o presente Edital, devidamente regularizado na forma da lei, do estatuto, contrato social ou regulamento do acionista representado; (iii) tratando-se de pessoa física, (1) cópia do documento que comprove a identidade do acionista, e (2) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a que se refere o presente Edital, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos acima referidos poderão ser enviados digital e previamente à Companhia, no endereço eletrônico relacaoinvestidores@ctgbr.com.br. 2) A participação do acionista poderá ser (i) virtual, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, podendo ocorrer por si mesmo, por representante legal ou procurador devidamente constituído, ou (ii) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas neste Edital de Convocação da Companhia divulgado nesta data. Os acionistas também poderão participar acompanhando os trabalhos da Assembleia virtualmente, sem votar. 3) Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar solicitação à Companhia, para o endereço eletrônico relacaoinvestidores@ctgbr.com.br, até as 17:00 horas do dia 27 de abril de 2022. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do solicitante, bem como cópia simples de todos os documentos necessários para permitir a participação do acionista na Assembleia, conforme detalhado neste Edital de Convocação da Companhia divulgado nesta data e disponível no endereço eletrônico https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/informacoes-aos-investidores/#toggle-id-3, além do site da CVM e B3. 4). Na forma do disposto no §3º do artigo 135 da Lei 6.404/76 e nos artigos 6º e 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, todos os documentos pertinentes à ordem do dia a ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária, incluindo a Proposta da Administração, encontram-se disponíveis aos Senhores Acionistas, a partir desta data, para consulta, no endereço eletrônico da Companhia, https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/governanca-corporativa/, bem como no sistema IPE mantido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). 5) Ademais, em linha com o disposto na Subseção I da Seção I do Capítulo III da Instrução CVM nº 480/09 - "Conteúdo e Forma das Informações", a Rio Paranapanema Energia S.A. informa que adotará o procedimento de voto a distância disposto na Instrução CVM nº 561/15, dessa forma, a participação dos acionistas na Assembleia poderá ser realizada via boletim de voto a distância mediante sistema que permite que os Acionistas da Rio Paranapanema Energia S.A. exerçam o seu direito de voto por meio do Boletim de Voto a Distância, mediante o envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 561/15, acompanhado dos documentos mencionados no item 1, subitens (i), (ii) e (iii) do presente Edital de Convocação, via excepcionalmente eletrônico para o seguinte endereço: BR_DiretorRI@ctgbr.com.br. São Paulo, 29 de março de 2022. **Jianqiang Zhao** - Presidente do Conselho de Administração.

Funcionalismo Reivindicação salarial

Governo descarta reajuste acima da inflação para policiais

EDUARDO GAYER
BRASÍLIA

O governo já descartou a possibilidade de editar medida provisória (MP) com o aumento para as carreiras dos policiais federais até 2 de abril, próximo sábado, quando se esgota o prazo para reajustes salariais acima da inflação antes das eleições, apurou o *Estadão/Broadcast*.

Pesou na decisão a iminência de uma greve geral no Banco Central (BC) por aumento de salários, que deve começar na sexta-feira. Ainda ontem, funcionários do Tesouro também aprovaram uma paralisação de dois dias e os da Receita Federal se mobilizam por bônus à categoria (*mais informações nesta página*).

A lei eleitoral estabelece que reajustes na remuneração de servidores públicos para além da recomposição das perdas salariais estão vedados nos seis meses anteriores às eleições. Como o primeiro turno deste ano está marcado para 2 de outubro, o Executivo teria até o próximo sábado para editar uma MP com aumento de salário acima das perdas salariais, como reivindicam os policiais federais.

Na segunda-feira, o ministro da Justiça, Anderson Torres, reuniu representantes das polícias e, segundo relatos, explicou que Bolsonaro não poderia anunciar o reajuste agora em razão da greve anunciada no BC. Uma ala do governo diverge da interpretação e diz que o aumento acima da inflação pode ser dado depois de sábado, desde que não seja para todo o funcionalismo. Para o advogado e professor especialista em Direito Eleitoral e administrativo, Rodolfo Prado, no entanto, não há brecha para conceder o reajuste. "A Justiça Eleitoral é rígida e entende que o reajuste a servidores nos seis meses anteriores à eleição é vedado." ●

Após servidores do BC, outras categorias organizam greve

BRASÍLIA

Um dia depois de os servidores do Banco Central anunciarem uma greve por tempo indeterminado a partir de sexta-feira, categorias do funcionalismo público intensificaram movimentos pela paralisação ontem prometendo ampliar mobilizações caso o presidente Jair Bolsonaro (PL) não conceda reajustes lineares a todo o funcionalismo.

Funcionários do Tesouro aprovaram cruzar os braços em dois dias, na sexta-feira e no próximo dia 5, para pressionar por reajuste de 19,9%, que, segundo a categoria, repõe a inflação entre 2019 e 2021. A categoria também deve votar na próxima terça a possibilidade de greve por tempo indeterminado.

Ontem, servidores da Receita Federal fizeram uma manifestação na frente do prédio do Ministério da Economia. Levantamento do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco) mostra que orçamento do órgão teve redução de 60% nos últimos cinco anos, sem considerar as perdas inflacionárias. Somente neste ano, o corte foi de 51% se comparado ao orçamento que estava previsto inicialmente, de R$ 2,2 bilhões.

Os auditores também pedem a regulamentação da Lei 13.464, de 2017, que trata da instituição da gratificação, um bônus de eficiência. Desde dezembro de 2021, os auditores fiscais estão mobilizados. Segundo o sindicato, mais de 5 mil auditores assinaram carta se recusando a aceitar cargos de chefia, além da articulação da operação-padrão (tartaruga) nos postos de fronteira.

No BC, o presidente Roberto Campos Neto se reuniu com os servidores ontem, mas, segundo o sindicato da categoria, não houve apresentação de proposta para reajuste. Uma nova reunião do sindicato com Campos deve ocorrer depois de amanhã. Os servidores do órgão querem reajuste de 26,6%. ● ANTONIO TEMÓTEO, ADRIANA FERNANDES e GUILHERME PIMENTA

Movimento
Funcionários do Tesouro decidiram parar por dois dias e não descartam greve por tempo indeterminado

SINAL – SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAISAUTÁRQUICOS NOS ENTES DE FORMULAÇÃO, PROMOÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA DA MOEDA E DO CRÉDITO

EDITAL DE COMUNICAÇÃO DE GREVE

O Conselho Nacional do SINAL – Sindicato Nacional do Funcionários do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições estatutárias, comunica a população em geral, o Banco Central do Brasil e o Governo Federal que após realização de Assembleia Geral Nacional da categoria, realizada no dia 28 de março de 2022, por meio virtual, **FOI DELIBERADA A DEFLAGRAÇÃO DE GREVE POR TEMPO INDETERMINADO** dos Servidores Públicos Federais do Banco Central do Brasil a **partir do dia 1º de abril de 2022**, em decorrência de sucessivas frustrações nas negociações salariais com o Governo Federal.

Brasília, 29 de março de 2022.
Fábio Faiad Bottini
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2022 – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, POR MEIO DE CURSOS, PALESTRAS, OFICINAS, ORIENTAÇÕES E ACOMPANHAMENTOS PEDAGÓGICOS, PRESENCIAL E ON-LINE, COM SOLUÇÃO TECNOLÓGICA, ATRAVÉS DE PLATAFORMA EDUCACIONAL**; Disputa: dia 12/04/2022 às 09:00 horas. Edital completo pode ser obtido no site oficial da Prefeitura - www.prefeituradearuja.sp.gov.br, fornecido em CD-R/pendrive (devendo o interessado apresenta-lo para gravação no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Arujá) ou solicitado através do e-mail: pma.licitacoes@aruja.sp.gov.br, no período de 31/03/2022 à 11/04/2022, das 08:00 às 12:00 das 13:00 às 17:00 horas. Informações pelo fone: (11) 4652-7609 – Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 29 de março de 2022

AVISO DE RETOMADA PARA OS ITENS 6, 10, 16 E 30

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 233/2020.**

ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – **IJF** – **GERÊNCIA DE ATIVIDADES AUXILIARES-GEATA.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO **AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO**, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a)da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no dia **31 de março de 2022 às 10h00min. (Horário de Brasília)** haverá a **RETOMADA PARA OS ITENS 6, 10, 16 E 30**, no Endereço Eletrônico **www.comprasnet.gov.br**. Maiores pelo email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza – CE, 29 de março de 2022.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

BICICLETAS MONARK S/A

CNPJ/MF 56.992.423/0001-90 - NIRE 35.300.021.93-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Srs. Acionistas de Bicicletas Monark S/A ("Companhia") a se reunirem no dia 29/04/2022, às 12:00 horas, na sede social da Companhia, à Rua Francisco Lanzi Tancler, nº 130, Indaiatuba/SP, em Assembleia Geral Ordinária, para deliberarem a respeito da seguinte Ordem do Dia: 1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2 - Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 3 - Eleger os membros do Conselho de Administração; e 4 - Deliberar sobre a remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2022. Atendendo à instrução CVM nº 165/91, informamos que é de 5% o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração. A participação do acionista poderá ser presencial, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida, em especial os documentos hábeis a comprovar a identidade do acionista ou os seus respectivos poderes de representação, no caso de pessoas jurídicas e fundos de investimento, constam na Proposta de Administração, disponível nos websites da CVM (sistemas.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.B3.com.br) e da Companhia (www.monark.com.br). Comunicamos aos Srs. Acionistas que os documentos de que trata o artigo nº 133 da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2021, encontram-se a disposição dos acionistas na sede social da Companhia e serão publicados, de forma resumida, no jornal O Estado de São Paulo, no dia 29/03/2022, podendo ser acessado na integra nos websites acima mencionados, bem como no website do jornal (https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/).

São Paulo, 29 de março de 2022. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Itautec S.A. - Grupo Itautec

CNPJ 54.526.082/0001-31

Aviso de Pagamento de Compromisso

Itautec S.A. - Grupo Itautec ("Itautec"), consoante Fatos Relevantes divulgados em 25.02.2019 (item b) e em 29.03.2019 (item 10.2.ii) e Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da Itautec por sua controlada (item 6.2) ("Protocolo"), aprovado pelas Assembleias Gerais de ambas sociedades em 30.04.2019, comprometeu-se a pagar aos titulares de ações ordinárias de sua emissão em 25.02.2019 eventuais valores auferidos no âmbito de determinadas Pretensões Judiciais, conforme definidas no referido Protocolo, na proporção da participação de cada acionista no capital social da Itautec, caso o seu recebimento ocorresse em 3 anos a contar de 25.02.2019.

Considerando a celebração de acordos com a Philips do Brasil Ltda. e Technicolor S.A. (e suas afiliadas) em uma das Pretensões Judiciais (Ação Ressarcitória perante a Corte Holandesa, foro de Oost-Brabant) e o consequente recebimento pela Itautec de quantias a eles referentes em 20.01.2022, a **Itautec** informa que **pagará** em **31.03.2022** aos **ex-acionistas minoritários titulares de ações ordinárias de sua emissão em 25.02.2019** ("ex-acionistas"), o **valor** de **R$ 4,45 por ação**, a ser atualizado pela SELIC até a data do pagamento e deduzidos os tributos incidentes, nos termos da legislação aplicável, excetuados dessa retenção os ex-acionistas dispensados.

Exceto nos casos de atualizações cadastrais e bancárias devidamente comunicadas à Companhia pelos referidos ex-acionistas, a Companhia informa que realizará o pagamento com base nas últimas informações cadastrais e bancárias que lhe foram fornecidas (constantes dos livros sociais e cadastros perante o escriturador ou B3). Caso, porém, referidos ex-acionistas desejem atualizar suas informações cadastrais ou bancárias, deverão:

- se registrados nos livros da Itautec em 25.02.2019: comparecer a uma agência do Itaú de sua preferência, com os documentos comprobatórios de identidade e das atualizações a serem realizadas; ou
- se registrados na **B3**: procurar a sua corretora/agente de custódia.

A Companhia esclarece que a manutenção de dados cadastrais e bancários atualizados é de responsabilidade de cada acionista, e que, nos casos em que o pagamento resultar impossibilitado pela desatualização de tais informações, a Companhia manterá o respectivo valor disponível ao ex-acionista pelo prazo prescricional aplicável de 5 anos a contar de 31.03.2022.

A Companhia divulga o presente aviso no jornal "O Estado de S.Paulo", bem como no website da Companhia (www.itautec.com.br).

Eventuais dúvidas poderão ser também esclarecidas por meio dos telefones (11) 3003-9285 ou 0800 720 9285, das 9 às 18h.

São Paulo (SP), 29 de março de 2022.
Irineu Govêa - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL nº 035/2022

TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão Menor Preço; **OBJETO:** Contratação de Empresa para Fornecimento de Software para Gerenciamento das Empresas Optantes pelo Simples Nacional e Otimização dos Serviços Fiscais para Secretaria de Finanças e Setor de ISSQN. **RECEBIMENTO DOS ENVELOPES** "Proposta de Preços" e "Habilitação" até às 09:00 horas do dia 13/04/2022; **INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL:** às 09:01 horas do dia 13/04/2022, **LOCAL DA SESSÃO:** Sede da Prefeitura Municipal de Cosmópolis, Rua Dr. Campos Sales, nº 398, Centro, Cosmópolis-SP na Sala de Compras/Licitações. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Sala de Compras e Licitações conforme endereço acima nos seguintes horários: das 9:00 às 16:00 horas, através de solicitação no e-mail licitacosmopolis@gmail.com ou compras@cosmopolis.sp.gov.br ou pelo site www.cosmopolis.sp.gov.br . Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Cosmópolis, 29 de março de 2022 – **Antônio Claudio Felisbino Junior** – Prefeito Municipal

SEMESP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AGE - 04/04/2022

Prezado(a) mantenedor(a), Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados deste Sindicato, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no **dia 04 de abril de 2022**, às 13h em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados e às 14h em segunda e última convocação, com qualquer número de associados, por meio virtual e no endereço eletrônico a ser disponibilizado no site do Semesp antes da Assembleia, para o fim especial de discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do dia: **a) Tratativas Salariais 2022; b) Outros assuntos de interesses.** Para participar da AGE virtual o representante legal da instituição deverá se inscrever no seguinte **link:** https://semesp.zoom.us/meeting/register/tZItcOvurj8vHtRsG0Y9MrHwCvXWOvi4sssf. Salientamos que, obrigatoriamente, eventual representante do mantenedor deverá enviar procuração para o e-mail: juridico@semesp.org.br.

Atenciosamente,
Lúcia Maria Teixeira - Presidente

TRISUL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.811.643/0001-27 - NIRE 35.300.341.627| Código CVM nº 21130

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022

TRISUL S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM 481/2009, conforme alterada ("ICVM 481/2009"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de abril de 2022, às 15:00 horas, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iv)** a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** a eleição de membro independente do Conselho de Administração; **(vi)** a caracterização do membro independente do Conselho de Administração; **(vii)** a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022; **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** A reforma do estatuto social com vistas a ajustes de redação e adaptá-lo aos requisitos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, com a consequente alteração dos seguintes artigos: (1) Art. 6º - Refletir o novo valor do capital autorizado (cujo aumento será deliberado nos termos do item (ii) abaixo); (2) Art. 6º, Parágrafo 3º - Ajuste para fins de aprimoramentos redacionais; (3) Art. 9, Parágrafo Único - Inclusão da possibilidade de cumulação dos cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente em caso de vacância, observadas as determinações previstas no parágrafo único do art. 20 do Regulamento do Novo mercado; (4) Art. 12, Parágrafos 1º e 2º - Inclusão da previsão de que 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, bem como acerca da necessidade do Conselheiro Independente apresentar a declaração por escrito atestando seu enquadramento aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado; (5) Art. 17, item XVIII - Inclusão de trecho para fins de compatibilização deste inciso com o art. 8º do Estatuto Social da Companhia; (6) Art. 26, Parágrafo Único - Alteração para prever que as Assembleias Gerais da Companhia serão convocadas nos termos da Lei das Sociedades Por Ações; (7) Art. 27, *caput* e Parágrafos 3º e 4º - Ajuste para fins de aprimoramentos redacionais; (8) Art. 28, item IX - Exclusão para fins de aprimoramento redacional; (9) Art. 36, Parágrafo 4º - Alteração para fazer menção de que o termo de posse dos membros do Conselho Fiscal deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 47 do Estatuto Social; (10) Art. 36, Parágrafo 5º - Exclusão para fins de aprimoramento redacional; e (11) Art. 43, Parágrafo 1º - alteração para incluir a definição de "Controle" e exclusão da definição de "Poder de Controle"; **(ii)** o aumento do limite do capital autorizado para um total de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias; **(iii)** a consolidação do estatuto social da Companhia; e **(iv)** a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a) cópia simples do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG, Carteira Nacional de Habilitação - CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (b) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia; (c) cópia simples do instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes de representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e dos documentos sociais; (d) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos , contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, informa-se que, nos termos da ICVM 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas votem na Assembleia mediante o preenchimento e entrega de boletim de voto a distância, disponibilizado pela Companhia, nesta data, conforme orientações e prazos constantes do boletim de voto a distância e da proposta da administração. Os boletins de voto a distância contêm as matérias constantes da agenda da Assembleia. Os acionistas que optarem por manifestar seus votos a distância na Assembleia deverão preencher o boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia indicando se desejam aprovar, rejeitar ou abster-se de votar nas deliberações descritas nos boletins, observados os procedimentos a seguir. No caso de envio dos boletins diretamente à Companhia, depois de preenchido o boletim, os Senhores Acionistas deverão enviar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, para o endereço da sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37, 18º andar, Bairro Paraíso, CEP 01311-902, ou por meio do e-mail ri@trisul-as.com.br, os seguintes documentos: (i) os boletins de voto a distância relativos às Assembleias, com todos os campos devidamente preenchidos, todas as páginas rubricadas e a última página assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), com firma reconhecida; e (ii) documentos de identidade e de comprovação de representação. Para serem aceitos validamente, os boletins de voto, acompanhados da respectiva documentação, deverá ser recebido pela Companhia até o dia 19 de abril de 2022, inclusive. Nos termos do art. 21-U da ICVM 481, em até 3 (três) dias contados do recebimento dos documentos acima indicados, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado pelos acionistas no boletim de voto a distância: (i) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância. Não serão considerados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o boletim de voto a distância e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) sem observância dos prazos e formalidades de envio indicadas acima. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *site* da Companhia (https://ri.trisul-sa.com.br/), e foram enviados à CVM (www.gov.br/cvm) e à B3 (http://www.b3.com.br/). São Paulo/SP, 25 de março de 2022. **Michel Esper Saad Junior** - Presidente do Conselho de Administração

Fábio Alves *E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve*

A volta da Sra. Watanabe

O real é uma das moedas que mais se valorizaram no mundo em relação ao dólar até agora em 2022, mas o câmbio no Brasil vem ganhando, recentemente, um impulso adicional de uma velha conhecida: a "Sra. Watanabe", como são chamados, no jargão financeiro, os investidores de varejo do Japão, na maior parte aposentados ou com mais de 50 anos de idade.

Esses investidores não raro fazem aplicações online de casa, pelo computador, mas chegam a representar até 30% do giro diário total da moeda japonesa, o iene. A "Sra. Watanabe", todavia, é volátil: sempre em busca de retornos elevados das aplicações em moedas de países cujas taxas de juros são bem mais elevadas do que as praticadas no Japão.

É exatamente esse o fluxo de capital que vem proporcionando os ganhos do real brasileiro ante as principais moedas internacionais, como o dólar, o euro e, em particular, o iene. São as chamadas operações de "carry trade", quando investidores tomam dinheiro emprestado em moedas "baratas", onde os juros são baixos, para aplicar em ativos de países com taxas maiores.

No Japão, a taxa básica de juros ronda 0%, e o Banco Central japonês está na traseira entre os BCs de países desenvolvidos em retirar os estímulos monetários injetados durante a pandemia de covid, ou seja,

> ***O objeto de afeto desse tipo de investidor pode mudar de uma hora para outra***

os juros por lá seguirão baixos por muito mais tempo. Com isso, o iene vem sofrendo fortes perdas diante do dólar e de outras moedas, principalmente o real. No Brasil, o BC já sinalizou que a Selic deverá subir para 12,75% em maio.

Em março, até a segunda-feira, o iene registrava queda de 14% em relação ao real, levando a perda acumulada deste ano para 20,3%. No mesmo período deste mês, o dólar recuava 7,43% ante o real.

Em vários momentos, no passado, o fluxo de recursos vindo da "Sra. Watanabe" sustentou movimentos de valorização do real brasileiro. Mas o objeto de afeto desses investidores pode mudar de uma hora para outra: ao longo de 2012, por exemplo, quando o BC da gestão Dilma Rousseff reduziu a Selic para o menor nível histórico até então, de 7,25%, a "Sra. Watanabe" abandonou, sem a menor cerimônia, a moeda brasileira pela lira turca, onde os juros subiam na época.

Um fator importante para a atratividade do "carry trade" é a baixa volatilidade da moeda. Em ano de eleição presidencial, é de se esperar um aumento das oscilações bruscas do real. Porém, esse movimento só deve acontecer a partir do terceiro trimestre, quando a corrida eleitoral por aqui pegar fogo. Até lá, o amor entre o real e a "Sra. Watanabe" tem tudo para continuar. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Tributos Cogitado mais alívio à importação

Governo tenta forçar que corte de IPI baixe preços

LORENNA RODRIGUES
EDUARDO RODRIGUES
BRASÍLIA

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, pode cortar ainda mais o Imposto de Importação de alguns produtos caso avalie que os industriais brasileiros não estão repassando para os preços aos consumidores o "desconto" que tiveram com a recente redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Segundo o *Estadão/Broadcast* apurou, Guedes guarda essa "carta na manga" para forçar que o corte no IPI seja integralmente repassado ao valor final aos compradores. A tática é dar um "choque de oferta" ao tornar a importação mais barata, ou seja, se o produtor brasileiro não baixar preços, enfrentará mais concorrência.

No fim de fevereiro, o governo anunciou um corte linear de 25% no IPI. Depois disso, houve reclamação dos produtores da Zona Franca de Manaus – e da bancada amazonense no Congresso Nacional –, e o Ministério da Economia elabora agora novo decreto, que retirará da lista de reduções o que é feito na Zona Franca e elevará para 35% o corte no restante.

Na semana passada, o governo também zerou tributos de importação, até o fim de 2022, do etanol e de itens da cesta básica. O movimento foi uma tentativa de conter o preço da gasolina – já que o etanol é misturado no combustível vendido na bomba – e dos "vilões" da inflação.

Também foi reduzida em 10% a tarifa para importação de bens de informática e capital, chamados de BIT/BK. No ano passado, o governo já havia feito uma primeira redução de 10% para esses produtos. A redução nesse caso é "mais fácil" porque há uma licença no Mercosul para que cada país defina a alíquota sobre esses itens de forma independente. Para os demais, as reduções de tarifa só podem ser feitas em comum acordo no bloco.

Segundo as regras do Mercosul, o Brasil pode manter uma lista de exceção com 100 itens. Foi nessa lista que o governo incluiu os outros produtos que tiveram o imposto de importação diminuído. O tributo do etanol era de 18% e foi a zero. Nos alimentos, foram zerados: café (cuja alíquota era de 9%), margarina (10,8%), queijo (29%), macarrão (14%), açúcar (16%) e óleo de soja (9%). ●

Política fiscal Disputa pode parar nos tribunais

Bolsonaro quer utilizar receita dos Estados

Ofensiva do governo federal para se aproveitar de 'bonança' fiscal dos Estados é detalhada em estudo do Ibre

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

A capacidade de os Estados financiarem investimentos públicos atingiu o volume recorde de R$ 130 bilhões no final do ano passado, mas o governo do presidente Jair Bolsonaro e aliados no Congresso estão se aproveitando dessa "bonança" fiscal nos Estados para conduzir a política macroeconômica a seu favor em ano eleitoral.

Em novo estudo sobre as contas dos governos estaduais, o coordenador do Observatório Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), Manoel Pires, traz detalhes da ofensiva do governo para adotar medidas que estão "consumindo" receitas dos Estados. A disputa deve parar nos tribunais.

A situação fiscal dos Estados melhorou com a pandemia e o aumento da inflação, que garantiu maior arrecadação do ICMS – principal fonte de arrecadação dos governadores. O resultado primário dos Estados (que mede as receitas menos despesas sem contabilizar o pagamento de juros da dívida) atingiu em janeiro o patamar de R$ 83 bilhões em 12 meses. Essa economia fiscal é suficiente para cobrir as despesas com juros das dívidas de modo a gerar um superávit nominal de R$ 48 bilhões, um resultado sem precedente histórico.

Recorde
Capacidade de financiamento dos Estados atingiu R$ 130 bilhões no ano passado

PERDA DE RECEITAS. Entre as medidas que levam à perda de receitas está a redução de tributos federais compartilhados com os Estados e municípios, como IPI e a mudança no ICMS. Há pressão no Congresso também para a correção da tabela do Imposto de Renda e da tabela do Simples. São medidas que trarão mais perdas de arrecadação, se aprovadas.

"Se não fosse ano eleitoral, o sentido de urgência de alguns desses temas poderia ser outro", diz Pires. O economista, que foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, afirma que medidas como essas são legítimas e podem contribuir no esquema federativo brasileiro. Mas alerta que elas devem ser feitas de forma equilibrada para não invalidar o esforço fiscal dos últimos anos e esgotar a capacidade de financeira dos Estados.

Segundo o economista, é preciso ter cuidado para que o conjunto das ações não crie riscos fiscais para os Estados.

Um ponto destacado no trabalho é que recentemente o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade da aplicação de alíquotas majoradas de ICMS para telecomunicações e energia elétrica, cabendo decidir pela modulação dos efeitos. Os Estados alegam perdas com a decisão da ordem de R$ 26 bilhões e negociaram para que os efeitos sejam aplicáveis a partir de 2024.

A segunda fonte de disputa é a tributação dos combustíveis, cuja alta de preços tem elevado impacto na inflação. Depois que a União adotou uma série de medidas tributárias para conter o avanço dos preços, pressionou os Estados a adotarem medidas na mesma direção. Foi o caso do congelamento do ICMS por 90 dias, em novembro de 2021. A medida não evitou novas pressões políticas e o Congresso acabou aprovando uma lei que alterou o modelo tributário do ICMS sobre combustíveis.

Para atender à lei, os Estados adotaram alíquota fixa sobre o diesel. Para proteger a receita dos Estados, a regulamentação foi feita para evitar perda de arrecadação, mas como o preço está subindo haverá perdas. No caso do IPI, a perda para os Estados pode chegar a R$ 6 bilhões. ●

Guedes diz que governo garantiu aumento de repasses na pandemia

O estudo do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) mostra que a pandemia teve grande impacto nas finanças públicas. No caso dos Estados, a combinação de três fatores – ajuda federal, ajuste nas despesas e recuperação cíclica, principalmente, em setores que compõem a base de tributação do ICMS – explicam a melhoria das finanças estaduais apesar da pandemia. Na defesa das medidas que estão sendo adotadas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, cobra contribuição dos Estados depois dos aumentos dos repasses federais durante a pandemia. Ele repete também que o congelamento dos salários, proposto por ele em contrapartida ao socorro aos Estados, garantiu economia aos governadores. ● A.F.

Wilson Ferreira Jr.
Ex-Eletrobras, presidente da Vibra Energia

'Brasil vai ser o maior gerador de crédito de carbono'

Para um veterano do setor, transição energética já avança e o País tem muito a ganhar

CENÁRIOS

SONIA RACY

Numa longa carreira dedicada ao setor de energia, que incluiu cargos de direção na Cesp, na CPFL e Eletrobras, **Wilson Ferreira Junior** juntou experiência para assumir na área privada, em 2021, a Vibra Energia, "herdeira" da BR Distribuidora. Num ano difícil, em que uma forte seca se somou a intensas queimadas – em grande parte ilegais – na Amazônia e no Pantanal, esse engenheiro formado no Mackenzie viveu um período de intensa transição, mas se sente otimista. Os eventos climáticos, adverte, "estão levando a uma consciência ambiental muito maior, não só entre governos, mas entre empresas e pessoas".

Nesse contexto, diz ele, o Brasil tem um bom horizonte pela frente: 85% de sua energia elétrica é renovável, um índice muito acima dos 24% de média mundial. E, graças às decisões aprovadas na COP-26, terá ótimas condições para acumular créditos de carbono e vendê-los no mercado internacional. "A transição energética vai ocorrer. E o ponto fundamental é que vamos ser o maior gerador de créditos de carbono do planeta".

Ele vê com bons olhos a indicação de Adriano Pires para presidência da Petrobras. "Sou fã dele há 30 anos. Na área de óleo e gás, ele é uma unanimidade. Ele tem competência para dar seguimento à criação de um fundo de estabilização dos preços dos derivados de petróleo." A seguir, trechos da entrevista.

CLAUDIO RIBEIRO

Para Wilson Ferreira, meta é criar uma 'plataforma multienergia'

Começo com um tema que preocupou muita gente no final do ano passado: vai faltar energia?

De jeito nenhum. Vivemos em 2021 o ano mais seco da História e nele não tivemos qualquer problema. O Brasil é hoje um País diferente daquele que viveu um trauma lá atrás, em 2001, quando houve racionamento. Naquela época, 95% da energia era gerada por hidrelétricas e só 5% por outras fontes. Hoje, mais de 20% da geração do País é termoelétrica. A hidrelétrica dá algo como 63%. E temos energia térmica a gás natural, óleo combustível e óleo diesel. E o restante, que é o que mais está crescendo, são a energia eólica e a solar.

Você dedicou quase toda sua vida ao setor de energia, foi presidir a Eletrobras, colocando-a em ritmo de privatização. E por fim aceitou pegar a ex-estatal BR Distribuidora, que agora se chama Vibra. Carreira movimentada, não?

Aceitei convite do presidente Temer em um momento muito crítico para a Eletrobras. Demos uma contribuição importante, acho que ela agora está próxima da privatização – mas isso só é possível porque saltamos de um valor de R$ 9 bilhões para R$ 60 ou 70 bilhões e ela reduziu seu quadro à metade. A dívida líquida caiu de 9 vezes para uma vez a geração anual de caixa.

Quando você saiu da Eletrobras houve rumores do tipo "saiu porque o governo não ia privatizar..." Sua saída inesperada influenciou?

Aceitei ficar na Eletrobras no governo Bolsonaro porque os ministros Paulo Guedes e Bento Albuquerque colocaram como prioridade as privatizações. Estou feliz por ter contribuído para chegar a esse ponto e também porque agora estou ligado a esse tema climático, a tal transição energética. Esses eventos climáticos extremos estão levando a uma consciência ambiental muito maior, não só entre governos, também entre empresas e pessoas. A transição energética vai ocorrer, já está ocorrendo, e o caso brasileiro é particular, viu?

Estratégia

"Temos uma vantagem potencial. E precisamos de uma articulação que inclua empresas e academia"

Particular em que sentido?

Porque o mundo emite muito gás de efeito estufa para produzir energia elétrica. E no Brasil quase 85% da nossa geração de energia elétrica é renovável. A média mundial é 22%. Quer dizer, nós somos 3 a 4 vezes mais renováveis e não poluentes do que os demais países. E a segunda fonte importante é a do transporte. O mundo consome muito diesel e por aqui estamos criando uma plataforma multienergia. Queremos apoiar uma transição energética relevante, criando uma plataforma para aumentar o crescimento desse combustível. E estamos desenvolvendo uma parceria para extrair o gás metano, o biometano, a partir de vinhaça de cana-de-açúcar.

O Brasil tem uma imagem ruim lá fora, em relação ao meio ambiente. Estados Unidos e Rússia são responsáveis por 50% de todo o gás estufa, o Brasil só por 3%. O que acontece?

Nós tivemos uma infelicidade grande, no ano passado, que foi muito seco. Houve muitas queimadas, algumas espontâneas, muitas outras não, no Pantanal, na Amazônia. A queimada ilegal tem de ser ferozmente combatida. A Amazônia é do tamanho da Europa, não é simples fazer isso. Nossa má fama está ligada a todo esse....

...desmatamento ilegal.

Sim, e à nossa incapacidade de gerenciar e mitigar isso. Mas tivemos avanços na COP-26, com a regulamentação do Artigo 6, que trata dos créditos de carbono. O ponto fundamental é que vamos ser o maior gerador de créditos de carbono do planeta, seja pelo potencial – a captura de carbono das nossas florestas –, seja por sermos um dos países que mais crescem na geração renovável: eólica, solar, na produção de biocombustíveis. Enfim, temos uma vantagem potencial. Naturalmente, também precisaremos de articulação entre governo, empresas e academia. A Vibra está entrando de cabeça na geração renovável. ●

NA WEB
No Facebook e no Twitter do 'Estadão', no LinkedIn, no YouTube do 'Estadão' e no YouTube do Banco Safra.
www.estadao.com.br/e/ferreirajr

NOTAS E INFORMAÇÕES

Sem emprego há muito tempo

Aumenta a proporção de desempregados há mais de dois anos, o que prejudica sua capacidade de obter nova ocupação

São quase 4 milhões de trabalhadores que não conseguem uma ocupação remunerada há pelo menos dois anos. Para essa parcela expressiva de brasileiros e brasileiras, é como se não houvesse melhoras no mercado de trabalho. Redução do desemprego, aumento do contingente de ocupados, melhora generalizada por faixas de idade ou de escolaridade e por setores de atividade econômica, nada disso alcança esse contingente.

Dramáticas são as consequências imediatas para seu padrão de vida e o de seus familiares. Talvez não tão evidentes, mas bem mais duradouros, são outros efeitos do desemprego prolongado. O afastamento do trabalho por muito tempo provoca desde a perda de habilidades e de autoestima até a potencial condenação do trabalhador nessa situação a ocupar funções cada vez menos qualificadas e que pagam salários menores.

Há um contraste, não tão visível, entre os dados que mostram a recuperação do mercado de trabalho, cujos indicadores começam a se aproximar dos observados antes do início da pandemia, e outros que ainda mostram que, do ponto de vista qualitativo, a recuperação ainda é fraca.

A taxa de desocupação medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE caiu de 14,7% para 11,4% entre janeiro de 2021 e janeiro de 2022. O contingente de ocupados somava 94,1 milhões de trabalhadores em janeiro deste ano, já muito próximo do nível de antes da pandemia (94,5 milhões em janeiro de 2020).

Embora tenha diminuído, ainda é alta a taxa de subocupação e desalento. Também o número de desempregados, de 12,1 milhões de trabalhadores na última pesquisa do IBGE, está caindo, mas continua muito alto. E, entre esses, vem crescendo a fatia dos que não encontram trabalho há pelo menos dois anos.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado em sua mais recente *Carta de Conjuntura*, mostra que a proporção dos desempregados que estão nessa situação há dois anos ou mais é a maior desde o início da série, em 2012. Alcançou 30,3% dos desempregados no quarto trimestre do ano passado. Essa porcentagem cresce desde o segundo trimestre de 2020, quando a pandemia atingiu duramente o País.

Perda de habilidades e comprometimento de talentos necessários ao desenvolvimento do País, entre outras consequências, afetam a eficiência da economia. Perda do interesse profissional e problemas psicológicos são alguns dos riscos para quem fica muito tempo sem encontrar emprego.

Há outro aspecto do desemprego longo, observado pela técnica do Ipea Maria Andréia Parente Lameiras, uma das autoras do trabalho: "As pessoas menos qualificadas, aquelas que já estão há muito tempo desempregadas, cada vez ficam sobrando mais no mercado de trabalho".

Políticas de treinamento e de apoio a esse conjunto de trabalhadores serão indispensáveis, assim que o governo federal recuperar o mínimo de responsabilidade e eficácia que, perdidas desde 2019, serão indispensáveis para a superação da crise em que o País mergulhou por causa da pandemia e, agora, da guerra na Ucrânia. ●

Inflação

Autorizado reajuste de 10,89% para remédios

SANDRA MANFRINI
BRASÍLIA

Os preços dos medicamentos terão reajuste de 10,89%, a vigorar a partir de amanhã. Esse foi o índice autorizado pelo governo Jair Bolsonaro para a recomposição anual de preços, segundo informou na noite de ontem o Sindicato dos Produtos da Indústria Farmacêutica (Sindusfarma).

O porcentual é definido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão interministerial. Segundo o Sindusfarma, o aumento deve atingir cerca de 13 mil apresentações de medicamentos disponíveis no mercado varejista brasileiro.

"Mas o reajuste não é automático nem imediato, pois a grande concorrência entre as empresas do setor regula os preços: medicamentos com o mesmo princípio ativo e para a mesma classe terapêutica (*doença*) são oferecidos no País por vários fabricantes e em milhares de pontos de venda", diz o sindicato, em nota.

O presidente executivo do Sindusfarma, Nelson Mussolini, destaca que, "dependendo da reposição de estoques e das estratégias comerciais dos estabelecimentos, aumentos de preços podem demorar meses ou nem acontecer". ●

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2021

www.eixosp.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto lucro por ação)

Relatório da Administração: *É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2021. Realizamos a comparação do resultado do exercício de 2021 com 2020, porém, ressalta-se que é preciso levar em consideração que a Companhia iniciou as suas atividades operacionais em Junho de 2020, de modo a evitar interpretações errôneas. As informações são apresentadas com base em números extraídos das demonstrações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.*

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OS EFEITOS ADVERSOS RELACIONADOS AO CORONAVÍRUS

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia. Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas. A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante. a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo: A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19. O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração. b) Plano de continuidade das operações e principais ações: A Companhia iniciou as suas atividades no pico da pandemia e desde então tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos e mensagens nos canais digitais da Companhia. Continuamos mantendo o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais e estruturando conversas juntos ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão. Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos. Como a Companhia começou a operar durante a pandemia, o plano de negócios já levou em consideração os seus efeitos e mesmo assim o acompanhamento é realizado periodicamente. i. Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais: • Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios; • Com relação aos tributos a recolher, a Companhia adotou as medidas de suspensão de recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, ambas competências maio de 2020 com vencimento postergado para novembro de 2020, e da Contribuição Previdenciária Patronal, das competências de março, abril e maio de 2020, cujos vencimentos foram postergados para agosto, outubro e novembro, respectivamente, por meio da Portaria 139, de 03 de abril de 2020 e da Portaria 245, de 15 de junho de 2020. ii. Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão. • Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Neste momento a Companhia está discutindo com a ARTESP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Resultado Operacional

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	2021 Praças Antigas	2021 Praças Novas	2020 Praças Antigas	2020 Praças Novas	Δ Praças Antigas	Δ Praças Novas
VEPs[1]	**56.431**	**24.514**	**53.547**	-	**5,4%**	-
Veículos Leves	18.321	11.199	17.014	-	7,7%	-
Veículos Pesados	38.110	13.315	36.532	-	4,3%	-
Tráfego[2]	**27.787**	**14.842**	**26.043**	-	**6,7%**	-
Veículos Leves	18.571	11.423	17.161	-	8,2%	-
Veículos Pesados	9.215	3.419	8.882	-	3,8%	-
Tarifa Média (R$)[3]	7,32	6,41	7,48	-	-2,1%	-

[1] VEPs - Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos pagantes de cada veículo. [2] Refere-se à quantidade de veículos pagantes que transitam pelas praças de pedágio da Companhia. [3] A tarifa média de 2020 foi calculada considerando o valor cobrado da Centrovias e EIXO.

O tráfego do período de janeiro a 03 de junho de 2020 refere-se ao reconhecido pela Centrovias, concessão anterior à EIXO SP, para efeito de comparação do tráfego com o exercício de 2021. O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes. Com a celebração do contrato de concessão com a EIXO SP, houve redução na tarifa média em 11,7%, quando do início da concessão.

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado [1,2]	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Ano (Jan-Dez/21 sobre Jan-Dez/20): Brasil	8,8%	7,7%	8,6%

[1] Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers. [2] Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em http://www.abcr.org.br. [3] Considera somente o período em que a Concessionária iniciou as suas operações.

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 8,6% no fluxo total de veículos no exercício de 2021, comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o aumento de 8,8% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19. O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.

Praças Antigas
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPS
(mil)

56.431
+5,4%
53.547
2021
2020

No exercício de 2021, as 21 praças de pedágio da EIXO registraram 80,9 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 5,4% na comparação com o mesmo período de 2020 (somente para praças antigas - ex Centrovias). Quando comparado o tráfego total do ano de 2021 com 2020 demonstra-se um aumento expressivo dos veículos equivalentes, exclusivamente pelo fato do início de operação de 16 novas praças de pedágio, sendo estas iniciando as suas operações no segundo semestre de 2021, conforme cronograma abaixo: - 3 praças de pedágio em 15 de julho; - 5 praças de pedágio em 28 de julho; e - 7 praças de pedágio em 12 de agosto; e - 1 praça de pedágio em 16 de outubro. A performance de veículos pesados representa cerca de 67,5% do tráfego total (68,2% do tráfego em 2020) e apresentaram um aumento de 4,3% no período comparativo. Em veículos leves o resultado foi positivo, com aumento de 7,7% no mesmo período comparado a 2020. Apesar do aumento no tráfego comparativo, todo o tráfego de veículos pesados e leves nas rodovias administradas pela EIXO ainda sofrem com os efeitos da COVID-19. O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.

Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Antigas

O tráfego no período de 01 de janeiro a 03 de junho de 2020 refere-se ao reconhecido pela Centrovias, concessão anterior à EIXO SP. O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.

Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Antigas

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Operacional

Receita Operacional (R$ Mil)	2021	2020	Δ
Receita Bruta	**1.341.388**	**616.282**	**118%**
Receita com Pedágio[1]	573.557	231.390	148%
Receitas Acessórias	2.965	900	229%
Receita de Construção (IFRS)	764.866	383.992	99%
Receita Bruta Ajustada[2]	**576.522**	**232.290**	**148%**
Deduções da Receita Bruta	(49.603)	(19.996)	148%
Receita Líquida Ajustada[2]	**526.919**	**212.294**	**148%**

[1] A operação das praças de pedágio no ano de 2020 iniciou-se em 03/06, com 5 praças de pedágio. No ano de 2021 entraram em operação 16 novas praças entre os meses de julho e outubro. [2] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R$ Mil)	2021	2020	Δ
Pessoal	(43.707)	(17.148)	155%
Conservação e Manutenção	(77.235)	(7.668)	907%
Serviços de Terceiros	(51.569)	(26.883)	92%
Seguros	(4.648)	(4.582)	1%
Outros Custos Operacionais	(10.359)	(3.233)	220%
Despesas Administrativas	(38.400)	(31.627)	21%
Custos e Despesas Administráveis	**(225.918)**	**(91.141)**	**148%**
Ônus de Fiscalização e Variável	(38.245)	(3.478)	1000%
Depreciação e Amortização	(95.873)	(32.564)	194%
Provisão para Contingências	(1.063)	-	-
Custos e Despesas Operacionais Ajustados[1]	**(361.099)**	**(127.183)**	**184%**
Custo de Construção (IFRS)	(764.866)	(383.992)	99%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(60.830)	-	-
Custos e Despesas Operacionais	**(1.186.795)**	**(511.175)**	**132%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis

Os Custos e Despesas Administráveis estão em linha com o *budget* da EIXO.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R$ Mil)	2021	2020	Δ
Lucro Líquido	**22.119**	**29.715**	**-26%**
Resultado Financeiro Líquido	95.390	40.503	136%
IRPJ & CSLL	(11.965)	15.020	-180%
Depreciação & Amortização	95.873	32.564	194%
EBITDA ICVM 527	**201.417**	**117.802**	**71%**
Margem EBITDA	**15,59%**	**19,76%**	**-21%**
Receita de Construção (IFRS)	**(764.866)**	**(383.992)**	**99%**
Custo de Construção (IFRS)	**764.866**	**383.992**	**99%**
Provisão de Manutenção (IFRS)	60.830	-	-
Provisão para Contingênicas	1.063	-	-
EBITDA Ajustado[1]	**263.310**	**117.802**	**124%**
Margem EBITDA Ajustado[1]	**49,97%**	**55,49%**	**-10%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA Ajustado totalizou R$ 263,3 milhões no ano de 2021, um aumento de 124% em relação ao ano de 2020, já a Margem EBITDA Ajustada reduziu 10%. O aumento no EBITDA Ajustado foi ocasionado pela entrada em operação de 16 novas praças de pedágio. A queda na Margem EBITDA Ajustada foi ocasionada pela redução na receita de pedágio, que é explicada pela queda no tráfego em decorrência da pandemia do novo Coronavírus. O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (ii) provisão para contingências.

Variação do EBITDA Ajustado
(R$ Mil)

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R$ Mil)	2021	2020	Δ
Resultado Financeiro	**(95.390)**	**(40.503)**	**136%**
Receitas Financeiras	**14.666**	**5.970**	**146%**
Provisão para manutenção - AVP	12.466	-	-
Receita de aplicações financeiras	1.572	5.954	-74%
Outros	628	16	3825%
Despesas Financeiras	**(110.056)**	**(46.473)**	**137%**
Juros e variação monetária sobre Empréstimos	**(82.405)**	**(38.111)**	**116%**
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	**(11.090)**	-	-
Outros	**(16.561)**	**(8.362)**	**98%**

Inflação e Juros	2021	2020
IPCA Últimos 12 Meses	10,06%	4,52%
CDI Final do Período	4,39%	2,75%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	4,39%	2,75%
TJLP Final do Período	5,32%	4,55%
TJLP Média Últimos 12 meses	4,80%	4,87%

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas;
https://calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora;
https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp

Resultado do Exercício

Resultado do Exercício (R$ Mil)	2021	2020	Δ
Lucro do Exercício	22.119	29.715	-26%

Variação do EBITDA Ajustado
(R$ Mil)

Disponibilidades e Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R$ Mil)	2021	2020	Δ
Dívida Bruta	**1.520.443**	**1.032.744**	**47%**
Curto Prazo	**2.527**	**1.032.744**	**-100%**
Empréstimos e Financiamentos	1.658	1/032.744	-100%
Debêntures	869	-	-
Longo Prazo	**1.517.916**	-	-
Empréstimos e Financiamentos	628.673	-	-
Debêntures	889.243	-	-
Disponibilidades	**284.561**	**58.541**	**386%**
Caixa e Equivalente de Caixa	284.561	58.541	386%
Dívida Líquida Ajustada	**1.805.004**	**1.091.285**	**65%**

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA.

Principais Investimentos

Investimentos (R$ Mil)	2021	2020	Δ
Investimento Total	**2.227.722**	**1.557.509**	**43%**
Imobilizado	34.779	11.568	201%
Intangível	**2.291.480**	**1.561.934**	**47%**
Direito de Concessão (Investimento)	2.279.080	1.545.941	47%
Direito de Uso	12.400	15.993	-22%
(-) Transação Não Caixa	**(98.537)**	**(15.993)**	**516%**

Os investimentos realizados no exercício de 2021 estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de investimentos em duplicação, vias marginais, edificação de SAU's e PGF's, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros.

SOBRE A COMPANHIA

A Eixo

A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 - Pista Sul - Itirapina/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. - IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador. A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma: - 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021; - 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021; - 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021; - 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021. As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente. O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul. O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (wi-fi) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real. Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019. Os investimentos do exercício de 2022 estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de investimentos em duplicação, vias marginais, edificação de SAU's e PGF's, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros. O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2021: (i) auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Considerações Finais

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

continua...

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2021

www.eixosp.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	284.561	58.541
Aplicações financeiras vinculadas	4	8.270	-
Contas a receber	5	46.060	24.083
Estoques	6	3.005	1.461
Adiantamento a fornecedores		1.945	918
Despesas antecipadas	7	2.546	9.333
Impostos a recuperar		2.911	24
Outros ativos		345	2
Partes relacionadas	18	200	260
Total do Ativo Circulante		349.843	94.622
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	4	15.286	-
Impostos diferidos	8.a	23.291	432
Depósitos judiciais		140	-
Imobilizado	9	34.779	11.568
Intangível	10	2.279.080	1.545.941
Direito de uso	11	12.400	15.993
Total do Ativo Não Circulante		2.364.976	1.573.934
Total do Ativo		2.714.819	1.668.556

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	12	54.276	90.989
Empréstimos e financiamentos	13	1.658	1.032.744
Debêntures	14	869	-
Credor pela concessão	15	13.190	382
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	16	13.041	7.980
Impostos, taxas e contribuições	17	13.771	12.139
Adiantamento de clientes		2.019	33
Seguros e garantias		149	119
Passivo de arrendamento	19	7.361	6.543
Partes relacionadas	18	2.345	413
Provisão para manutenção	20	1.111	-
Outras contas a pagar		369	311
Total do Passivo Circulante		110.159	1.151.653
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	628.673	-
Debêntures	14	889.243	-
Passivo de arrendamento	19	5.456	9.802
Provisão para riscos processuais	21	1.254	29
Provisão para manutenção	20	58.343	-
Dividendos	22.b	492	282
Total do Passivo Não Circulante		1.583.461	10.113
Patrimônio Líquido			
Capital Social	22.a	969.857	477.357
Reserva Legal	22.c	2.592	1.486
Reserva de lucros	22.d	48.750	27.947
Total do Patrimônio Líquido		1.021.199	506.790
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.714.819	1.668.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital Social		Lucros	Reservas de lucros		
	Explicativa	Subscrito	A integralizar	Acumulados	Legal	Retenção	Total
SALDO EM 27/01/2020		-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	22.a	1.400.000	(922.643)	-	-	-	477.357
Lucro líquido do período	22.b	-	-	29.715	-	-	29.715
Destinação do resultado do período	22.c/22.d	-	-	(29.433)	1.486	27.947	-
Dividendos obrigatório (R$ 0,062 por ação)	22.b	-	-	(282)	-	-	(282)
SALDO EM 31/12/2020		1.400.000	(922.643)	-	1.486	27.947	506.790
Integralização de capital	22.a	-	492.500	-	-	-	492.500
Lucro líquido do exercício	22.b	-	-	22.119	-	-	22.119
Destinação do resultado do exercício	22.c/22.d	-	-	(21.909)	1.106	20.803	-
Dividendos obrigatório (R$ 0,030 por ação)	22.b	-	-	(210)	-	-	(210)
SALDO EM 31/12/2021		1.400.000	(430.143)	-	2.592	48.750	1.021.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receita Líquida	23	1.291.785	596.286
Custo dos Serviços Prestados	24	(1.145.823)	(476.061)
Lucro Bruto		145.962	120.225
Despesas Operacionais			
Despesas operacionais	24	(40.972)	(35.114)
Outras receitas operacionais, líquidas		554	127
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro		105.544	85.238
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	25	14.666	5.970
Despesas financeiras	25	(110.056)	(46.473)
		(95.390)	(40.503)
Lucro Líquido antes do IRPJ e da CSLL		10.154	44.735
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(10.894)	(15.452)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	22.859	432
Lucro Líquido do Exercício / Período		22.119	29.715
Lucro por ação - básico	26	0,030	0,062
Lucro por ação - diluído	26	0,027	0,062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Exercício / Período	22.119	29.715
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	22.119	29.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício / período		22.119	29.715
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	24	95.873	32.564
Baixa do intangível	10	629	-
Juros incorridos sobre arrendamento	25	878	616
Impostos diferidos	8	(22.859)	(432)
Provisão para riscos	21	1.225	29
Provisão para manutenção	20	59.454	-
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	25	73.814	38.111
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	25	21.902	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(21.977)	(24.083)
Estoques		(1.544)	(1.461)
Impostos a recuperar		(2.887)	(24)
Adiantamento a fornecedores		(1.027)	(918)
Despesas antecipadas		6.787	(9.333)
Outros ativos		(483)	(2)
Fornecedores		(81.650)	90.989
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		5.061	7.980
Credor pela concessão		12.808	382
Impostos, taxas e contribuições		11.735	12.139
Contas a pagar com partes relacionadas		1.992	153
Outras contas a pagar		2.075	425
IRPJ e CSLL pagos no período		(10.103)	-
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	19	(878)	(616)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		172.944	176.234
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de imobilizado	30	(25.459)	(12.844)
Aquisições de intangível	30	(728.040)	(1.573.796)
Aplicações financeiras vinculadas	4	(23.556)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(777.055)	(1.586.640)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captação empréstimos e financiamentos	13	594.595	994.633
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(1.077.088)	-
Recursos provenientes de alienação de intangível	10	5.655	-
Captação de debêntures	14	828.670	-
Amortização de debêntures	14	(7.794)	-
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	19	(6.407)	(3.043)
Integralização de capital	22.a	492.500	477.357
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		830.131	1.468.947
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		226.020	58.541
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		58.541	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		284.561	58.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receitas:			
Com arrecadação de pedágio e acessórias	23	576.522	232.290
Com construção	23	764.866	383.992
Outras receitas		554	127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	22.859	432
		1.364.801	616.841
Insumos adquiridos de terceiros:			
Custo e despesa operacionais		(906.062)	(396.314)
Serviços terceiros, seguros e outros		(78.209)	(48.300)
Poder concedente	24	(38.245)	(3.478)
Valor adicionado (consumido) bruto		342.285	168.749
Retenções:			
Depreciações e amortizações	24	(95.873)	(32.564)
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela Companhia		246.412	136.185
Valor adicionado recebido em transferência:			
Receitas financeiras	25	14.666	5.970
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		261.078	142.155
Distribuição do Valor Adicionado:			
Pessoal		-	-
Proventos		39.308	17.247
Benefícios		12.877	5.534
Encargos sociais e trabalhistas		12.062	5.726
Outros encargos		1.305	755
	24	65.552	29.262
Remuneração de capitais a terceiros:			
Juros sobre empréstimo	25	82.405	38.111
Despesas financeiras	25	27.651	8.362
Aluguéis	24	2.854	1.257
Outras		-	-
		112.910	47.730
Governo:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	10.894	15.452
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)	23	28.559	11.516
Programa de Integração Social (PIS)	23	3.748	1.510
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	23	17.296	6.970
		60.497	35.448
Atribuído aos acionistas:			
Lucro líquido do exercício / período		22.119	29.715
Valor consumido		261.078	142.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,80 - Pista Sul - Itirapina - SP. A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores indiretos o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group"). O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama. O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho. Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar: • A outorga fixa no valor de R$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível. • O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5%) desde o início da cobrança do pedágio e outorga variável (7%), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A base de cálculo destas obrigações é a receita bruta (receita tarifária bruta + receita acessória bruta). A data de início da operação se deu em 04 de junho de 2020 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jau. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos. Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de R$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R$500 milhões de investimentos Sociambientais, e mais R$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio ("wi-fi") que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real. A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma: • 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021. • 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021. • 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021. • 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021. As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente. O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul. O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais. O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA. O resultado comparativo do exercício de 2021 e 2020 não são diretamente comparáveis, considerando que a Companhia foi constituída em 27 de janeiro de 2020 e iniciou sua operação em junho de 2020 e essa informação é relevante para o usuário não incorrer em interpretação errônea. 1.1. Efeitos da pandemia da COVID-19: Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia. Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas. A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante. a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo: A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19. O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração. b) Plano de continuidade das operações e principais ações: A Companhia iniciou as suas atividades no pico da pandemia e desde então tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos e mensagens nos canais digitais da Companhia. Continuamos mantendo o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais e estruturando conversas juntos ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão. Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos. Como a Companhia começou a operar durante a pandemia, o plano de negócios já levou em consideração os seus efeitos e mesmo assim o acompanhamento é realizado periodicamente. i) Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais: • Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios. ii) Pedido de reequilíbrio econômico-financeiros do contrato de concessão. • Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia. 2.2. Bases de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 2.4. Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento. A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve ajuste a valor presente das transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras. 2.5. Estoque: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. 2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias. 2.6.1. Impostos correntes: O imposto corrente se baseia no lucro real do período, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. 2.6.2. Impostos diferidos: O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório. 2.7. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. 2.8. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada "impairment". O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.9. "Impairment" (perda por valor recuperável): A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis

continua...

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

e intangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2021. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras: Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Receita de contratos com clientes: (a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias: É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. (b) Receitas de Construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Custo de empréstimos: Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos. 2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1): A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros". 2.12. Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 2.14. Credor pela concessão: Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.15. Provisões: Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. 2.16. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. 2.17. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Derivativo embutido: Derivativo embutido é um componente de contrato híbrido que inclui também um componente principal não derivativo, com o efeito de que parte dos fluxos de caixa do instrumento combinado varia de forma similar ao derivativo individual. O valor da opção de conversão de Debêntures em ações deve ser incluído no componente do passivo e valorizado pelo valor justo quando estes se referem a quantidade de ações variáveis. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo avaliado a custo amortizado e valor justo no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente. 2.18. Lucro básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. 2.19. Reconhecimento de receita: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado. 2.20. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. 2.21. Demonstração do valor adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.22. Informação por segmento: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias. 2.23. Reapresentação: A Administração efetuou a reclassificação do montante de R$10.816 referente a sinalização e dispositivos de segurança do estoque para o ativo intangível, pois se trata-se de equipamentos que serão utilizados nas rodovias e fazem parte do ativo intangível da concessão. As demonstrações financeiras anteriormente apresentadas foram reapresentadas em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro. A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras:

Balanço

Ativo	31/12/2020 (Original)	Ajuste	31/12/2020 (Reapresentado)
Estoque	12.277	(10.816)	1.461
Circulante	105.438	(10.816)	94.622
Intangível	1.535.125	10.816	1.545.941
Não circulante	1.563.118	10.816	1.573.934
Total	1.668.556	-	1.668.556

DFC	31/12/2020 (Original)	Ajuste	31/12/2020 (Reapresentado)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (*)	165.418	10.816	176.234
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.575.824)	(10.816)	(1.586.640)

(*) Em 31 de dezembro de 2020 o total do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentado foi de R$ 64.815, o qual compreendia o somatório das variações dos ativos e passivos operacionais, sendo este ora retificado para correção de erro de somatório e inclusão das variações dos ativos e passivos operacionais, lucro líquido do exercício e ajustes ao lucro no somatório e total do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, o qual totaliza o montante de R$ 165.418.

2.24. Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente. Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2021. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras. (i) Impacto da aplicação inicial da Alteração ao CPC 06 (R2) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. No exercício anterior, a Companhia adotou a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações ao CPC 06 ((R1) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para o CPC 06 (R2). Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021. Em março de 2021, o CFC emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações ao CPC 06 (R1)) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança. b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022). c) Não há nenhuma mudança substantiva de outros termos e condições do contrato de arrendamento. No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações ao CPC 06 (R2) a partir da sua data de vigência e não teve impactos relevantes. 2.25. CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros
CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture,
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 15 (R1) (Alterações à IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual
CPC 27 (Alterações à IAS 16)	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
CPC 5 (Alterações à IAS 37)	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs (IFRS) 2018-2020	CPC 37 (R1) (Alterações à IFRS 1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e CPC 06 (IFRS 16) - Arrendamentos
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática)	Divulgação de Políticas Contábeis
CPC 23 (Alterações à IAS 8)	Definição de Estimativas Contábeis
CPC 32 (Alterações à IAS 12)	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	4.172	1.832
Bancos	2.168	4.438
Aplicações Financeiras (i)	278.221	52.271
Total (ii)	284.561	58.541

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. (i) Aplicações financeiras realizadas com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média entre 90% e 100% em 31 de dezembro de 2021. (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	13.342	-
Aplicações vinculadas - Debêntures	10.214	-
Total	23.556	-
Circulante	8.270	-
Não Circulante	15.286	-
	23.556	-

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo: BNDES: (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição da 1 parcela a ser paga trimestralmente. (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição da 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento. Debêntures: (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição da 1 parcela a ser paga semestralmente. (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição da 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento. A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo portanto, as contas de reserva como não circulante. Aplicações financeiras vinculadas estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média variável entre 90% e 100% em 31 de dezembro de 2021.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31/12/2021	31/12/2020
Pedágio eletrônico a receber (*)	46.060	23.312
Receitas acessórias	-	771
Total	46.060	24.083
A vencer	46.060	24.083
Total	46.060	24.083

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias.

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2021. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Manutenção civil e hidráulica	834	919
Outros	2.171	542
Total	3.005	1.461

Em 31 de dezembro de 2021 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	31/12/2021	31/12/2020
Seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 28)	2.546	3.841
Custo a apropriar (i)	-	5.492
Total	2.546	9.333

(i) Custos relacionados à captação junto ao BNDES, os quais foram transferidos no exercício de 2021 para o passivo e apropriados ao resultado do exercício conforme evolução do contrato (ver nota explicativa nº 13).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda diferido	17.125	318
Contribuição social diferida	6.166	114
Total	23.291	432
2021	-	330
2022	2.705	40
Após 2023	20.586	62
Total	23.291	432

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas do exercício têm as seguintes origens:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1.063	29
Provisão de fornecedores	3.120	852
Provisão para manutenção	59.454	-
Arrendamento Mercantil - IFRS16	-	389
Provisão PLR	2.933	-
Outras	663	-
Base de cálculo Total	67.233	1.270
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	22.859	432

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício: A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.154	44.735
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(3.452)	(15.210)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização de juros	15.768	-
Prêmios e gratificações	(273)	-
Amortização IFRS 16	(221)	-
Outras diferenças permanentes	143	190
Despesa de imposto de renda e contribuição social	11.965	(15.020)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(10.894)	(15.452)
Impostos de renda e contribuição social diferido	22.859	432
	11.965	15.020
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	118%	34%

9. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Adições	113	7.546	834	2	4	18.004	250	26.753
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	639	39.597
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Adições	(50)	(416)	(861)	(65)	(1)	(2.095)	(54)	(3.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	(67)	(4.818)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	386	1.796	3.647	291	6	5.066	376	11.568
Saldo em 31 de dezembro de 2021	449	8.926	3.620	228	9	20.975	572	34.779
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Depreciação acumulada								
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Imobilizado líquido								
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	386	1.796	3.647	291	6	5.066	376	11.568
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	

Em 31 de dezembro de 2021, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração revisou as premissas do cálculo com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros e as perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: Reais nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto com efeitos inflacionários. Com base nessa avaliação, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2021. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

10. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Capitalização Custos empréstimos	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	230.631	1.136.335	1.349	-	1.573.796
Adições	394.847	382.112	-	1.382	46.942	825.283
Baixas (b)	-	(6.210)	-	(200)	-	(6.410)
Transferências	(381.495)	381.495	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	988.028	1.136.335	2.531	46.942	2.392.669
Amortização acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(5.746)	(22.095)	(14)	-	(27.855)
Adições	-	(47.350)	(37.877)	(89)	(564)	(85.880)
Baixas	-	138	-	8	-	146
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(52.958)	(59.972)	(95)	(564)	(113.589)
Intangível líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	224.885	1.114.240	1.335	-	1.545.941
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	935.070	1.076.363	2.436	46.378	2.279.080
Taxas anuais de amortização - % (a)						

continua...

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2021

www.eixosp.com.br

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Capitalização Custos empréstimos	Total
Custo do intangível						
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-
Adições	251.587	184.523	1.136.335	1.351	-	1.573.796
Transferências/reclassificações	(46.106)	46.108	-	(2)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado	205.481	230.631	1.136.335	1.349	-	1.573.796
Amortização acumulada						
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-
Adições	-	(5.746)	(22.095)	(14)	-	(27.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Reapresentado	-	(5.746)	(22.095)	(14)	-	(27.855)
Intangível líquido						
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	224.885	1.114.240	1.335	-	1.545.941
Taxas anuais de amortização - % (a)						

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 3,33% ao ano. (b) Baixas realizadas em função da substituição do sistema de arrecadação (R$755) e baixa de torre em função da venda de torres de telecomunicação (R$5.655), vide nota explicativa nº 18. (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga. (ii) Vide nota explicativa nº 1. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$46.942 em 31 de dezembro de 2021 (não houve capitalização de custos de empréstimos em 2020). A capitalização no exercício de 2021 foi 46% do resultado financeiro. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração revisou as premissas do cálculo com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros e as perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: Reais nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto com efeitos inflacionários. Com base nessa avaliação, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2021.

11. DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2020	Adições e atualizações contratuais	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Equipamentos operacionais	1.109	1.500	(757)	1.852
Instalações e Edificações	2.110	259	(689)	1.680
Veículos	12.774	1.119	(5.025)	8.868
Total	15.993	2.878	(6.471)	12.400

	Adições	Depreciação	Valor líquido de baixas	Saldo em 31/12/2020
Equipamentos operacionais	1.262	(153)	-	1.109
Instalações e Edificações	2.639	(367)	(162)	2.110
Veículos	15.687	(2.913)	-	12.774
Total	19.588	(3.433)	(162)	15.993

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

12. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - Obras	41.815	85.458
Fornecedores - Imobilizado	1.294	-
Fornecedores - Serviços	11.167	5.531
Total	54.276	90.989

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2021
Notas Promissórias	1.032.744	-	33.699	(1.066.375)	(68)	-
BNDES	-	650.000	46.381	(10.713)	(55.337)	630.331
Total	1.032.744	650.000	80.080	(1.077.088)	(55.405)	630.331

Descrição	Saldo em 27/01/2020	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2020
Notas Promissórias	-	1.000.000	38.111	-	(5.367)	1.032.744
Total	-	1.000.000	38.111	-	(5.367)	1.032.744

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	1.658	1.032.744
Não circulante	628.673	-

a) Financiamento BNDES: Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de: • Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a. • Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a. O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos: • Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R$1.300.000. A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos "A" e "B", no montante total de R$650.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021 e 29 de novembro de 2021. • Subcrédito "C": até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R$1.100.000. • Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R$600.000. O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de: • Subcréditos "A", "B" e "C": carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045. • Subcrédito "D" e "E": carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045. No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente. Não há cláusulas restritivas (covenants) financeiros sobre o financiamento. As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de: (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão. (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES. (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. pagamento de outorgas e taxas da ARTESP. (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores. (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência. (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada. (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES. (viii) Não substituição das fianças bancárias. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados. b) Nota Promissória: Em 19 de março de 2020, a Companhia ("Emissora") realizou a 1ª emissão de notas promissórias, não conversíveis em ações, com vencimento final total em 10 de setembro de 2021. A Companhia emitiu 500 (quinhentas) notas promissórias alocadas sob regime de garantia firme, com valor unitário de R$2.000, sob as quais incidiram juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando para tal os critérios estabelecidos no "Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21" disponibilizado para consulta em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), de acordo com a fórmula prevista nas Cártulas. As garantias reais eram: Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: foram cedidos fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário: (i) Todos os direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes da Concessão a que a Emissora faz jus, desde que não comprometa a continuidade e a adequação na prestação dos serviços do Contrato de Concessão e respeitado o disposto no artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (Lei das Concessões), incluindo direitos creditórios, receitas e recebíveis decorrentes de direitos indenizatórios, da cobrança de pedágio, dos contratos de receita acessória e das apólices de seguro (conforme permitido nos termos do Contrato de Concessão) relacionadas à Concessão ("Recebíveis"). (ii) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes da titularidade, pela Emissora, das contas cedidas por onde circularão todos os Recebíveis ("Contas Cedidas"), incluindo as respectivas aplicações financeiras mantidas nas e/ou vinculadas às Contas Cedidas ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão"). (iii) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo"). (iv) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes dos Boletins de Subscrição; e todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes das Contas Vinculadas Aumento de Capital ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Aumento de Capital" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo, as "Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios da Emissora"), nos termos dos respectivos Instrumentos Particulares de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças a serem celebrados entre a Emissora, a Acionista, a Subholding e a Holding Pátria, conforme o caso, na qualidade de fiduciantes, e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário (cada um deles, um "Contrato de Cessão Fiduciária" e, todos em conjunto, os "Contratos de Cessão Fiduciária"). (v) Alienação Fiduciária das Ações da Emissora: a Acionista alienará fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua titularidade detidas e que venham a ser detidas pela Acionista no capital social da Emissora, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações ("Alienação Fiduciária das Ações da Emissora" e, em conjunto com as Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios e a Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), as "Garantias Reais"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças a ser celebrado entre a Acionista, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente ("Contrato de Alienação Fiduciária" e, em conjunto com os Contratos de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), os "Contratos de Garantia Real"). Nos termos da Cártula, como condição à realização da emissão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, para assegurar as Obrigações Garantidas, será constituída, ainda, a cessão fiduciária e a alienação fiduciária, conforme aplicável, das Debêntures Incentivadas Conversíveis, das ações de emissão da Emissora resultantes da conversão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, de qualquer nova ação de emissão da Emissora ou de eventuais, bônus de subscrição ou títulos conversíveis em ações a serem emitidos pela Emissora, incluindo todas e quaisquer ações que vierem a ser emitidas pela Emissora em decorrência de tais bônus de subscrição ou títulos conversíveis, a ser outorgada ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares ("Alienação Fiduciária de Ativos"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ativos e Outras Avenças a ser celebrado entre o eventual titular das Debêntures Incentivadas Conversíveis, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos"). Não havia cláusulas de "covenants" financeiros sobre as notas promissórias. Em 21 de julho de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada da dívida.

14. DEBÊNTURES

a) Debêntures com Partes Relacionadas: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado e ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas. As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R$490.702 (R$285.000 em janeiro e R$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional. b) Debêntures BNDES: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R$350.000, através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras. A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2021 é:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2021
Partes relacionadas	-	490.703	39.520	-	(56)	530.167
BNDES	-	350.000	29.716	(7.794)	(11.977)	359.945
Total	-	840.703	69.236	(7.794)	(12.033)	890.112

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	869	-
Não circulante	889.243	-

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente. A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - ACDUF corresponde à devolução de 75% da outorga variável I.

	31/12/2021	31/12/2020
Ônus de fiscalização	750	382
Outorga variável	5.841	-
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente	6.599	-
Total	13.190	382

16. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e honorários	512	390
Encargos sociais e previdenciários	1.970	1.287
Provisão de férias	5.712	2.785
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	4.847	3.518
Total	13.041	7.980

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2021	31/12/2020
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.652	1.312
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	5.365	5.261
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.424	1.775
Impostos federais terceiros	956	1.230
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	634	943
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	740	1.618
Total	13.771	12.139

18. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Para o período findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2021 Ativo	31/12/2021 Passivo	31/12/2021 Resultado
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	132	1.109	749
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	41	39	252
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	5	-	9
Warrington Investment PTE. LTD.	Reembolso de despesas	-	-	(137)
One Infraestrutura de Dados S.A. ***	Venda de Torres	-	-	126
One Infraestrutura de Dados S.A.	Locação de Torres de Telecomunicação	-	-	(339)
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	22	1.197	(5.276)
Saldo em 31/12/2021		200	2.345	(4.616)

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2020 Ativo	31/12/2020 Passivo	31/12/2020 Resultado
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas	132	135	801
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas	128	163	(327)
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	-	115	(6.795)
Saldo em 31/12/2020		260	413	(6.321)

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	200	260
Ativo Não Circulante	-	-
	200	260
Passivo Circulante	2.345	413
Passivo Não Circulante	-	-
	2.345	413

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A. (**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. (***) A Companhia efetuou a venda das torres de telecomunicação para a One Infraestrutura de Dados S.A. com o recebimento via transferência bancária no dia 23 de abril de 2021, com a opção de recompra das torres em maio de 2050. Remuneração dos Administradores: Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o período de 2021 em até R$6.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o período social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Em 31 de dezembro de 2021, foram pagos R$4.608 (R$1.519 em 31 de dezembro de 2020) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros. Debêntures: As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 14, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante captado e, (ii) Warrington Investment PTE. LTD. ("GIC Group") - 30% do montante captado. Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 14 com efeito no resultado no montante de R$39.520.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil: A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

b) Composição dos saldos e movimentação: Passivo de arrendamento

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	16.345	-
Adições e atualizações contratuais	2.879	19.588
Baixas	-	(200)
Juros provisionados	878	616
Pagamento de juros	(878)	(616)
Pagamento de principal	(6.407)	(3.043)
Total	12.817	16.345
Circulante	7.361	6.543
Não circulante	5.456	9.802

A realização do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2022	9.242
2023	4.408
2024	782
2025	325
2026 em diante	539
Total	15.296
Ajuste a valor presente	(3.275)
Passivo de arrendamento	12.817

	Adoção Inicial	Dez. 2020	Dez. 2021	Dez. 2022	Dez. 2023	Dez. 2024	Dez. 2025	Dez.2026 em diante
IPCA		4,52%	10%	5,00%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
Ativo de arrendamento								
Balanço patrimonial	19.588	15.993	12.400	5.319	1.914	1.257	978	-
Fluxo com projeção	19.588	15.993	12.400	5.662	1.985	1.297	1.007	-
Passivo de arrendamento		4,62%	10%	5,31%	3,65%	3,65%	3,65%	3,65%
Balanço patrimonial	19.588	16.345	12.817	5.457	1.613	864	540	-
Fluxo com projeção	19.588	17.100	14.144	10.933	8.716	6.799	5.099	3.569
Despesas financeiras								
Balanço patrimonial		616	878	566	179	79	43	265
Fluxo com projeção		644	969	603	186	81	44	273
		4%	7%	5%	6%	6%	6%	6%
Despesas de depreciação								
Balanço patrimonial		3.433	6.471	7.001	3.405	657	279	-
Fluxo com projeção		3.433	6.471	7.538	3.531	678	287	-

20. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de atualização do projeto. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção	60.830
Atualização pela inflação	11.090
Ajuste a valor presente	(12.466)
Total	59.454
Circulante	1.111
Não circulante	58.343

21. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para contingência - ações trabalhistas	525	-
Provisão para contingência - ações cíveis	729	29
Total	1.254	29

Mapa movimentação	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	29	-
Adições	1.225	29
Saldo final	1.254	29

b) Possível: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui processos de natureza cível classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões. Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito é de R$1.400.000, sendo integralizado R$969.857 (R$477.357 em 31 de dezembro de 2020), representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 30 de junho de 2021 houve integralização de R$492.500 mediante depósito em conta corrente, representado por 492.500.000 novas ações. O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	969.857.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas: De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao período de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	22.119	29.715
(-) Constituição de reserva legal	(1.106)	(1.486)
(=) Lucro líquido ajustado	21.013	28.229
Dividendos mínimos obrigatórios	210	282

c) Reserva Legal: A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2021 a constituição da reserva legal

continua...

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2021

www.eixosp.com.br

foi de R$1.106. Em 31 de dezembro de 2020 a constituição realizada foi de R$1.486. d) Reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída uma reserva de retenção de lucros no montante de R$20.803. Em 31 de dezembro de 2020, a constituição realizada foi de R$27.947.

23. RECEITAS

Estão representadas por:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita com arrecadação de pedágio	573.557	231.390
Receitas com construção	764.866	383.992
Receita acessória (a)	2.965	900
Receita Bruta	1.341.388	616.282
Deduções da receita	(49.603)	(19.996)
Receita líquida	1.291.785	596.286

(a) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	31/12/2021	31/12/2020
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	576.522	232.290
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(17.296)	(6.970)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(3.748)	(1.510)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(28.559)	(11.516)
	(49.603)	(19.996)

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos serviços prestados:		
Custo de Obra	(764.866)	(383.992)
Provisão para manutenção	(60.830)	-
Pessoal	(43.707)	(17.148)
Conservação e manutenção	(77.235)	(7.668)
Serviços de terceiros (*)	(51.569)	(26.883)
Seguros	(4.648)	(4.582)
Depreciações e amortizações	(94.506)	(29.077)
Poder concedente	(38.245)	(3.478)
Locações de imóveis e máquinas	(2.846)	(1.156)
Outras despesas operacionais	(7.513)	(2.077)
Total	(1.145.823)	(476.061)

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas operacionais:		
Provisão para riscos processuais	(1.063)	(29)
Pessoal	(21.845)	(12.114)
Conservação e manutenção	(2.068)	(1.711)
Serviços de terceiros	(12.894)	(16.806)
Depreciações e amortizações	(1.509)	(3.487)
Locações de imóveis e máquinas	(8)	(101)
Outras despesas operacionais	(1.585)	(866)
Total	(40.972)	(35.114)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Provisão para manutenção - AVP	12.466	-
Receita de aplicações financeiras	1.572	5.954
Outros	628	16
Total	14.666	5.970
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos	(82.405)	(38.111)
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	(11.090)	-
Amortização de custos com emissão de notas promissórias/debêntures	(13.311)	(6.708)
Juros de arrendamento	(878)	(616)
Despesas bancárias	(843)	(598)
Outras despesas financeiras	(1.529)	(440)
Total	(110.056)	(46.473)
Resultado Financeiro líquido	(95.390)	(40.503)

26. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2021. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro básico/diluído por ação:		
Lucro líquido do exercício	22.119	29.715
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	726.980	477.357
Lucro básico	0,030	0,062
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures	92.212	-
Lucro diluído	0,027	0,062

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 14.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Risco de mercado: a) Exposição a riscos cambiais: A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. *Considerações gerais:* • Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. • Notas Promissórias: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

	31/12/2021	31/12/2020
Os índices de endividamento são os seguintes:		
Dívida (i)	1.579.916	1.038.111
Caixa e equivalentes de caixa	(284.561)	(58.541)
Aplicações financeiras vinculadas	(23.556)	-
Dívida líquida	1.271.799	979.570
Patrimônio líquido (ii)	1.021.199	506.790
Índice de endividamento líquido	1,25	1,93

(i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro a seguir:

		31/12/2021	31/12/2020
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	284.561	58.541
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	23.556	-
Contas a receber	Custo amortizado	46.060	24.083
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	54.276	90.989
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	678.758	1.038.111
Debêntures	Custo amortizado	890.112	-
Credor pela concessão	Custo amortizado	13.190	382

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos: (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial. (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia. (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. c) Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam "ratings" AAA, baseado nas avaliações das principais agências de "rating". d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2022	2023	2024	2025 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	371.099	3.798.865	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	159.067	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	370.992	769.004	19.200	19.918	20.718	709.168
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	678.758	1.560.556	34.417	35.730	36.800	1.453.608
		1.579.916	7.756.758	53.617	55.648	57.518	7.589.975

f) Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 31 de dezembro de 2021. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

			Juros a incorrer		
Operação	Risco	Saldo 31/12/2021	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	278.221	29.631	37.031	44.460
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	23.556	2.509	3.135	3.764
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	370.992	18.661	23.335	28.010
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	678.758	34.142	42.694	51.246

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	5,03%	6,29%	7,55%
CDI (b)	10,65%	13,31%	15,98%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 31 de dezembro de 2021. (b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 11 de fevereiro 2022.

28. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2021, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R$	Vigência
Responsabilidade civil	97.500	Até julho de 2022
Riscos nomeados e operacionais	6.904.779	Até julho de 2022
Veículos - frota	26.239	Até julho de 2022
D&O	40.000	Até agosto de 2022
Risco de engenharia	99.928	Até junho de 2023
Seguro garantia	1.168.931	Até junho de 2022
Fiança Locatícia	808	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	31.040	Até setembro de 2022

29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No segundo ano do projeto, a Companhia deverá investir aproximadamente R$718 milhões de reais no período compreendido entre junho de 2021 e maio de 2022. Do início do segundo ano do projeto até o encerramento deste exercício a Companhia investiu R$382.763. Os investimentos do segundo ano estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de investimentos em duplicação, vias marginais, edificação de SAU's e PGF's, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R$14,1 bilhões em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R$1,2 bilhões.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	11	2.878	19.588
Receita de construção	23	764.866	383.992
Custo de construção	24	(764.866)	(383.992)
Provisão para manutenção	20	(59.454)	-
Fornecedores aquisição de intangível	10	(43.643)	-
Capitalização de juros	10	(53.600)	-
Aquisição de imobilizado	9	(1.294)	-

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 17 de março de 2022, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

CONTADOR: **Daniel Rodrigo Lavorini - Controller** - CRC 1SP241985/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio:* Por que é um PAA: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, principalmente pelas oscilações ocorridas no mercado em decorrência da covid-19 e inauguração das novas praças de pedágio ao longo de 2021, julgamos que a avaliação do reconhecimento de receita foi importante para avaliar os possíveis impactos na operação da Companhia. A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e das vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ["tag"] fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro da receita de arrecadação de pedágio, incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos controles internos automáticos e manuais; (ii) a realização de circularização das operadoras de arrecadação para confirmação da receita anual; e (iii) a realização de um cálculo de expectativa para avaliar a razoabilidade do montante de receita reconhecida no exercício. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras em conjunto. *Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões:* Por que é um PAA: Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e os montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 10, nº 2.10 e nº 25 às demonstrações financeiras. Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de julgamentos e da manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas. Tais julgamentos são relacionados à interpretação da Companhia na definição de gastos capitalizáveis. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) a avaliação dos controles internos para capitalização de gastos; (iii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações, com a área de engenharia, das medições realizadas de acordo com o andamento das obras e confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; e (iv) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão (v) avaliação da consistência das informações divulgadas nas demonstrações financeiras. Como resultado da execução desses procedimentos foi identificado uma reclassificação de itens classificados no estoque referente à sinalização e dispositivos de segurança para o ativo intangível, o qual foi corrigido pela Administração, e uma deficiência no desenho do controle de revisão dos gastos diretamente atrelados a concessão e que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, entendemos que os critérios adotados pela Administração para determinação da capitalização desses gastos e as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Ênfase:** *Reapresentação dos valores correspondentes:* Chamamos atenção à nota explicativa n.º 2.23 às demonstrações financeiras, cujo valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, foram ajustados para correção de erro e estão sendo retificados como previsto na CPC 23 / IAS 8 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador - CRC nº 1 PR 045179/O-9

Deloitte.

Âmbar Energia S.A.

CNPJ nº 01.645.009/0003-84

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

Balanços patrimoniais		Controladora			Consolidado		
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Circulante			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	169.484	29.016	353	258.824	141.433	5.141
Contas a receber	6	701.575	270.697	151.386	1.518.375	292.363	160.938
Estoques		6.364	1.766	–	10.096	5.192	2.946
Almoxarifado	7	30.815	18.204	19.549	45.757	18.204	19.565
Juros sobre capital próprio		–	–	1.550	–	–	–
Tributos e contribuições a compensar	8	83.496	27.489	29.269	158.071	27.684	29.361
Valor justo dos contratos de energia	29	–	–	–	67.534	13.193	–
Ativos mantidos para venda	14	8.673	–	1.099.918	8.673	–	1.342.647
Outros ativos circulantes	10	80.573	4.262	25.912	75.523	4.727	26.388
		1.080.980	**351.434**	**1.327.937**	**2.142.853**	**502.796**	**1.586.986**
Não circulante							
Partes relacionadas	9	414.240	256.955	92.524	367.841	167.292	92.360
Tributos e contribuições a compensar	8	7.315	7.315	6.501	9.142	9.141	6.501
Depósitos, cauções e outros		6.941	6.941	6.941	11.338	6.973	6.973
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	10.744	12.346	12.346	58.902	46.811	39.623
Ativo Indenizatório	11	–	–	–	78.673	–	–
Aplicação fundos vinculados	12	–	–	–	60.908	–	–
Valor justo dos contratos de energia	29	–	–	–	122.022	–	–
Outros ativos não circulantes	10	528	–	46.014	1.626	–	46.014
Investimentos	13	1.846.166	1.407.763	777.285	498.889	467.293	49.379
Imobilizado	15	167.227	186.994	184.870	451.526	240.859	235.889
Intangível	16	30	47	73	794.432	767.087	684.028
		2.453.191	1.878.361	1.126.554	2.455.299	1.705.456	1.160.767
Total do ativo		**3.534.171**	**2.229.795**	**2.454.491**	**4.598.152**	**2.208.252**	**2.747.753**

Balanços patrimoniais		Controladora			Consolidado		
Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Circulante			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	17	952.077	246.222	336.426	1.509.091	246.222	336.426
Fornecedores	18	54.783	242.468	172.522	131.168	242.940	163.195
Partes relacionadas	9	5.000	5.001	–	5.000	5.001	–
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	19	81.077	32.521	36.200	167.392	43.385	47.063
Outros passivos circulantes	21	63.765	12.052	7.663	76.724	14.063	9.306
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	16
Valor Justo dos contratos de energia	29	–	–	–	75.334	14.618	–
Adiantamentos de clientes	22	–	–	–	79.834	38.719	–
Passivos mantidos para venda		–	–	–	–	–	231.767
		1.156.702	**538.264**	**552.811**	**2.044.543**	**604.948**	**787.773**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	17	47.543	–	158.571	47.543	–	158.571
Fornecedores	18	20.586	17.453	25.249	75.896	17.453	25.249
Partes relacionadas	9	579.444	515.166	375.837	473.313	478.313	488.556
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	19	–	–	–	6.502	6.956	6.333
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	4.277	4.322	4.603	179.717	107.941	90.183
Provisão para riscos processuais e fiscais	23	1.620	114.007	1.383	148.585	114.675	2.036
Provisão para perda com investimentos	13	151.160	168.860	158.667	–	–	–
Outros passivos não circulantes	21	50.078	–	–	52.009	–	–
Valor Justo dos contratos de energia	29	–	–	–	41.071	–	–
		854.708	**819.808**	**724.310**	**1.024.636**	**725.338**	**770.928**
Patrimônio líquido							
Capital social	24	1.019.760	1.019.760	1.304.524	1.019.760	1.019.760	1.304.524
Transações de capital		(1.804)	(1.804)	(1.804)	(1.804)	(1.804)	(1.804)
Reserva de capital		8.013	8.013	8.013	8.013	8.013	8.013
Reserva de lucros		421.043	–	–	421.043	–	–
Prejuízos acumulados		–	(214.090)	(154.286)	–	(214.090)	(154.286)
Outros resultados abrangentes		75.749	59.844	20.923	75.749	59.844	20.923
Atribuível a participação dos acionistas controladores		**1.522.761**	**871.723**	**1.177.370**	**1.522.761**	**871.723**	**1.177.370**
Participação dos não controladores		–	–	–	6.212	6.243	11.682
Total do patrimônio líquido		**1.522.761**	**871.723**	**1.177.370**	**1.528.973**	**877.966**	**1.189.052**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.534.171**	**2.229.795**	**2.454.491**	**4.598.152**	**2.208.252**	**2.747.753**

Demonstrações do valor adicionado	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.301.611	418.336	2.304.595	472.196
Outras receitas	–	–	74.576	–
	1.301.611	**418.336**	**2.379.171**	**472.196**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(891.782)	(301.489)	(1.348.601)	(301.735)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.689)	(86.093)	(11.732)	(94.697)
Perda / Recuperação de valores ativos	(11)	(10)	(20)	(10)
	(895.482)	**(387.592)**	**(1.360.353)**	**(396.442)**
Valor adicionado bruto	**406.129**	**30.744**	**1.018.818**	**75.754**
Depreciação e Amortização	(20.175)	(21.770)	(35.873)	(28.307)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**385.954**	**8.974**	**982.945**	**47.447**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	420.910	99.931	40.822	45.383
Receitas financeiras	19.206	30.602	70.966	90.124
Resultado líquido das operações descontinuadas	(496)	–	(496)	–
Outras	59.432	–	12.065	(774)
Valor adicionado total a distribuir	**885.006**	**139.507**	**1.106.302**	**182.180**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	26.448	25.702	39.275	33.796
Benefícios	3.737	2.818	6.022	2.879
FGTS	1.014	945	1.214	1.021
	31.199	**29.465**	**46.511**	**37.696**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	138.493	41.556	304.574	50.756
Estaduais	–	–	716	401
Municipais	–	–	–	–
	138.493	**41.556**	**305.290**	**51.157**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	79.759	127.568	117.391	151.647
Aluguéis	267	576	1.272	934
Outras	154	146	704	550
	80.180	**128.290**	**119.367**	**153.131**
Remuneração de capitais próprios				
Lucro atribuído aos acionistas controladores	635.134	(59.804)	635.228	(59.031)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	–	–	(94)	(773)
	635.134	**(59.804)**	**635.134**	**(59.804)**
Valor adicionado total distribuído	**885.006**	**139.507**	**1.106.302**	**182.180**

Demonstrações do resultado		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receita operacional líquida	26	**1.167.796**	**377.303**	**2.062.565**	**421.058**
Custo operacionais	27	(929.749)	(341.695)	(1.405.106)	(354.285)
Resultado do valor justo de contratos de energia	29	–	–	74.576	(1.425)
Resultado bruto		**238.047**	**35.608**	**732.035**	**65.348**
Despesas administrativas e gerais	27	(17.252)	(21.774)	(37.362)	(31.692)
Outras despesas, líquidas	27	59.337	(75.932)	10.867	(75.977)
		42.085	**(97.706)**	**(26.495)**	**(107.669)**
Resultado operacional		**280.132**	**(62.098)**	**705.540**	**(42.321)**
Resultado financeiro					
Receita financeira	28	19.206	30.602	70.683	90.124
Despesa financeira	28	(82.923)	(128.520)	(121.520)	(153.361)
		(63.717)	**(97.918)**	**(50.837)**	**(63.237)**
Resultado de equivalência patrimonial e realização da menos valia	13	420.910	99.931	40.822	45.383
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**637.325**	**(60.085)**	**695.525**	**(60.175)**
IRPJ e CSLL corrente	20	(138)	–	(4.870)	(4.619)
IRPJ e CSLL diferido	20	(1.557)	281	(54.931)	5.763
Resultado do exercício das operações continuadas		**635.630**	**(59.804)**	**635.724**	**(59.031)**
Resultado das operações descontinuadas	14	(496)	–	(496)	–
Resultado do exercício		**635.134**	**(59.804)**	**635.228**	**(59.031)**
Atribuído a:					
Participação dos controladores		635.134	(59.804)	635.134	(59.804)
Participação dos não controladores		–	–	94	773
		635.134	**(59.804)**	**635.228**	**(59.031)**

Demonstrações do resultado abrangente	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Resultado do exercício	**635.134**	**(59.804)**	**635.228**	**(59.031)**
Ajuste acumulado de conversão (controlada)	(11.445)	(44.169)	(11.445)	(44.169)
Ajuste acumulado de conversão	27.350	83.090	27.350	83.090
Total do resultado abrangente do exercício	**651.039**	**(20.883)**	**651.133**	**(20.110)**
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Controladores	651.039	(20.883)	651.039	(20.883)
Não controladores	–	–	94	773
	651.039	**(20.883)**	**651.133**	**(20.110)**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Resultado do exercício	**635.134**	**(59.804)**	**635.228**	**(59.031)**
Ajustes por:				
Depreciação, amortização e *impairment*	20.175	21.770	60.057	28.308
Ganhos/Perdas com equivalência patrimonial	(420.912)	(99.931)	(40.818)	(45.383)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	1.557	(281)	54.931	(5.763)
Provisão de resultado financeiro líquido	47.624	72.758	47.461	91.061
Provisão para contingências	211	–	4.062	–
Encargos de empréstimos e financiamentos	16.095	25.160	26.292	25.160
Valor Justo dos contratos futuros de energia	–	–	(74.577)	–
Variação Cambial de ativos e passivos	–	–	(22.920)	(52.984)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	–	–	(242.679)	–
Baixa de ativo imobilizado	507	–	25.064	–
Resultado com operação descontinuada	496	–	496	–
Outros	1	–	1	1.424
	300.888	**(40.328)**	**472.598**	**(17.208)**
Variação em:				
Contas a receber	(430.880)	(119.311)	(1.225.991)	(131.425)
Estoques e almoxarifado	(17.210)	(420)	(32.454)	(885)
Impostos a recuperar circulante e não circulante	(56.006)	966	(104.166)	(963)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(80.352)	48.628	(31.236)	37.018
Depósitos, cauções e outros	–	–	(27)	–
Fornecedores	(184.550)	87.398	(55.672)	97.198
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	48.694	(3.679)	129.342	13.278
Outros passivos circulantes e não circulantes	(58.428)	44.576	(109.034)	27.331
Adiantamento de clientes	–	–	41.115	38.719
Ativos mantidos para venda	–	753.168	–	753.168
Variações em ativos e passivos operacionais	**(778.732)**	**811.326**	**(1.388.123)**	**833.439**
Juros pagos de empréstimos	(14.421)	(330)	(14.843)	(1.014)
Juros recebidos	3.514	288	33.580	2.121
Imposto de renda e contribuição social pagos	(138)	–	(1.454)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	**(488.889)**	**770.956**	**(898.242)**	**817.338**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(899)	(23.867)	(10.036)	(24.431)
Aportes nos investimentos controladas e coligadas	(28.528)	(142.825)	(78)	(13.195)
Caixa pago, líquido do recebido na aquisição de controlada	–	–	(15.429)	–
Dividendos recebidos	131	3.197	131	1.663
Outros	(63)	–	(368)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(29.359)**	**(163.495)**	**(25.780)**	**(35.963)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	1.256.073	80.000	2.326.008	80.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(496.073)	(353.049)	(1.007.347)	(353.049)
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	(60.908)	–
Custo de captação	(8.276)	(885)	(11.034)	(885)
Aumento (redução) do capital social	–	(284.764)	–	(284.763)
Transações com partes relacionadas	(93.008)	(20.100)	(205.550)	(80.173)
Participação de não controladores - impacto caixa	–	–	244	(6.213)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	**658.716**	**(578.798)**	**1.041.413**	**(645.083)**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes				
Variação líquida no exercício	140.468	28.663	117.391	136.292
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.016	353	141.433	5.141
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**169.484**	**29.016**	**258.824**	**141.433**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Transações de capital	Reserva especial de ágio	Reserva de lucros: Reserva incentivo fiscal	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucro prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	1.304.524	(1.804)	8.013	–	–	–	20.923	(154.286)	1.177.370	11.682	1.189.052
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(59.804)	(59.804)	773	**(59.031)**
Ajuste acumulado de conversão (controlada)	–	–	–	–	–	–	(44.169)	–	(44.169)	–	**(44.169)**
Ajustes acumulados de conversão (ágio)	–	–	–	–	–	–	83.090	–	83.090	–	**83.090**
Aumento de capital	236	–	–	–	–	–	–	–	236	–	**236**
Redução de capital	(285.000)	–	–	–	–	–	–	–	(285.000)	–	**(285.000)**
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(6.212)	**(6.212)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	1.019.760	(1.804)	8.013	–	–	–	59.844	(214.090)	871.723	6.243	877.966
Reserva de incentivo fiscal - exercício anterior	–	–	–	104.304	–	–	–	(104.304)	–	–	–
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	–	635.133	635.133	94	**635.227**
Ajuste acumulado de conversão (controlada)	–	–	–	–	–	–	(11.445)	–	(11.445)	–	**(11.445)**
Ajustes acumulados de conversão (ágio)	–	–	–	–	–	–	27.350	–	27.350	–	**27.350**
Reserva legal	–	–	–	–	12.866	–	–	(12.866)	–	–	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	–	244.442	–	(244.442)	–	–	–
Reserva de incentivo fiscal	–	–	–	59.431	–	–	–	(59.431)	–	–	–
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(125)	**(125)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.019.760	(1.804)	8.013	163.735	12.866	244.442	75.749	–	1.522.761	6.212	1.528.973

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A Âmbar Energia S.A. ("Companhia" ou "Âmbar") foi constituída em 30 de janeiro de 1997 e é parte integrante do Projeto Cuiabá, que também compreende as Empresas Gasocidente do Mato Grosso Ltda. ("GOM") e Gasoriente Boliviano Ltda. ("GOB"). A Companhia tem como objeto social a prestação de serviço de operação e manutenção de usinas termelétricas e a geração, transmissão e comercialização de energia, bem como a compra, importação, comercialização e distribuição de gás natural, óleo diesel e outros combustíveis. As atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL"). Assim, a Companhia foi autorizada a implantar uma usina termelétrica de ciclo combinado ("Usina"), com duas turbogeradoras a gás, de 167,40 MW cada uma, e uma turbogeradora a vapor de 194,40 MW. As três turbogeradoras totalizavam 529,20 MW de potência instalada, em ciclo combinado, utilizando como combustível o gás natural. De 2011 a outubro de 2015 a Companhia possuía contrato com a Petrobras de locação e serviços de manutenção e operação da Usina. A partir de 20 de outubro de 2015 a Âmbar iniciou a operação no Mercado de Energia à Curto Prazo com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). O insumo (Gás Natural) foi adquirido da Petrobras e o contrato ficou vigente até 15 de janeiro de 2015. No ano de 2016 a Companhia basicamente não teve geração por decisão gerencial devido à baixa no preço da energia. Em 12/11/2021, foi realizado um novo contrato interruptível de compra e venda de gás natural com vigência até 04/02/2022. No mês de novembro de 2016, a Âmbar S.A. firmou um contrato interrompível com a YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) para fornecimento de gás natural. O contrato tem duração de quatro anos e terminará em 31 de dezembro de 2019. Em 26 de julho de 2019, firmou o primeiro aditivo do contrato que estendeu a vigência para 31 de dezembro de 2020. Em 28 de dezembro de 2020, firmou o segundo aditivo do contrato que estendeu a vigência para 31 de dezembro de 2025. Em 25 de fevereiro de 2019, a Âmbar firmou um contrato com a GOM - Gasocidente do Mato Grosso Ltda, de prestação de serviço de transporte extraordinário de gás natural pelo transportador (GOB - Gasoriente Boliviano Ltda) e este teve vigência de 1 mês. No dia 26 de julho de 2019 a Companhia firmou um novo contrato com a GOM com vigência até 31 de dezembro de 2019. Em janeiro de 2020 foi firmado um novo contrato que terminará em 31 de dezembro de 2020. Em 21/12/2021 houve a renovação do contrato de prestação de serviço com a GOM alterando a vigência para 31/12/2022, a uma tarifa de R$ 3,2267/MMBTU. No dia 15 de junho de 2021, a Âmbar adquiriu a Usina Uruguaiana (Âmbar Uruguaiana S.A.) a qual agrega para o Grupo Âmbar 640 megawatts (MW) de capacidade à matriz elétrica brasileira. O potencial da Âmbar atinge 1,16 gigawatt (GW) com essa aquisição. Por unanimidade dos sócios, em 30/11/2021 houve a alteração da sociedade limita-

continua →☆

—☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Âmbar Energia S.A.

da em uma sociedade por ações, passando assim, a denominar-se Âmbar Energia S.A. Com a aquisição da Âmbar Uruguaiana a Companhia teve o seu melhor desempenho operacional no ano de 2021, registrou um aumento significativo do seu faturamento comparado ao ano anterior, levando o resultado bruto de R$ 65.348 para R$ 732.035. A expectativa da Companhia é manter ou aumentar nos próximos anos essa performance, com isso a Companhia entende que não existe risco de continuidade. **1.1. Principais investimentos e atividades:** As demonstrações contábeis a seguir apresentadas, incluem além das operações individuais, as atividades de suas controladas. A seguir segue quadro resumo dos principais investimentos e atividades:

Denominação utilizada	Atividades	Estado/País	Participação	%
Gasoriente Boliviano (GOB)	Operação de transporte de gás natural através do gasoduto Brasil/Bolívia.	Bolívia	Direta	99,99%
Gasocidente Matogrosso Ltda. (GOM)	Operação de instalação de Transporte de Gás Natural	MT	Direta	99,26%
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP MILÃO)	Fundo de investimento em ações ou títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações das investidas com foco no setor de energia.	SP	Direta	99%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados (FDIC NP Ceres)	Fundo de investimento em renda fixa e créditos performados decorrentes da geração e comercialização de energia elétrica.	SP	Direta	2,66%
Âmbar Comercializadora de Gás Ltda.	Importação e a compra interna de gás natural	SP	Direta	100%
Âmbar Comercializadora de Energia Ltda.	Comercialização de energia elétrica	SP	Direta	99,99%
Solar Alphaville SPE Ltda.	Operação e manutenção de usina fotovoltaica	SP	Direta	99,71%
Solar Cajamar SPE Ltda.	Operação e manutenção de usina fotovoltaica	SP	Direta	99,71%
Solar Matriz SPE Ltda.	Operação e manutenção de usina fotovoltaica	SP	Direta	99,71%
Solar Santana do Parnaíba SPE Ltda.	Operação e manutenção de usina fotovoltaica	SP	Direta	99,99%
Âmbar Uruguaiana S.A.	Produção e comercialização de energia termoelétrica	RS	Indireta	100%
Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (TMT)	Concessão de serviços públicos de transmissão de energia.	RJ	Indireta	50,49%
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (VSB)	Concessão de serviços públicos de transmissão de energia.	RJ	Indireta	50,49%
Bom Jesus Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
Cachoeira Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
Pitimbu Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
São Caetano Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
São Caetano I Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%
São Galvão Eólica S.A.	Geração de energia eólica - Não operacional	RJ	Indireta	50,48%

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que são convergentes as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado". A elaboração das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor justo de itens relacionados a combinações de negócios, valor recuperável de impostos a recuperar, vida útil do ativo imobilizado, provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, benefícios de aposentadoria, mensuração a valor justo de instrumento financeiro e valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas contábeis utilizadas no mínimo trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas. A seguir as principais práticas contábeis, a fim de proporcionar um entendimento a respeito de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis: A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2022. **3. Principais práticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. **3.2. Instrumentos financeiros: Ativo financeiro: a) Classificação ativo financeiro:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJR" ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJORA"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **d) Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia e transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **3.3. Valor justo dos contratos de energia:** A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições forward, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base. **3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. **3.5. Contabilização de combinação de negócios, teste de recuperabilidade de ágio e de ativos intangíveis:** A Companhia realizou aquisições que geraram ágio de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis de vida útil definida. As regras contábeis vigentes não permitem que em uma combinação de negócio, o ágio de rentabilidade futura seja amortizado, entretanto, ele deve ter o seu valor de recuperabilidade testado ao menos anualmente. A Administração utiliza de julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, também para a determinação de sua vida útil, e geralmente contrata prestadores de serviços para assistir no processo de valorização. O processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa julgada apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos. É testado anualmente o valor recuperável de seus ativos, ou sempre que haja eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. Este processo envolve a utilização de premissas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e, condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Não há indícios de que deva existir uma mudança material nas atuais estimativas ou dos fluxos estimados que possam expor a Companhia a perda de valor recuperável material. **3.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido e corrente:** A Companhia e suas controladas sobre regime do lucro real, reconhecem os impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Já as controladas sobre regime do lucro presumido, reconhecem a presunção de 8% para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No consolidado, o Imposto de Renda é estimado em conformidade com os regulamentos das jurisdições brasileira e boliviana, onde conduzimos nossos negócios. Uma parte dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais não foram reconhecidos uma vez que a Administração não consegue determinar com segurança que a realização seja provável. Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente e só são reconhecidos quando é provável que haja lucro tributável suficiente para sua compensação, baseando em lucros tributáveis projetados, e são limitados ao valor provável de sua realização. **3.8. Provisão para contingências:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **3.9. Conversão de moeda estrangeira: • Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de cada controlada utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **• Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior:** As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas de acordo com a respectiva moeda funcional de cada entidade. Para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação das informações que têm moeda funcional diferente da moeda de apresentação (R$) são convertidos conforme a seguir: **i)** Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período; **ii)** As contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio médio; **iii)** Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na linha de outros resultados abrangentes, e são apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente e na mutação do patrimônio líquido. **3.10. Demonstrações contábeis individuais:** Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio. **3.11. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados. A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Os investimentos em controladas, coligadas e outras que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum devem ser avaliados por equivalência patrimonial. Adotamos como prática, utilizar a equivalência patrimonial no FIP seguindo orientação do CPC 18: "As demonstrações contábeis do investidor devem ser elaboradas utilizando práticas contábeis uniformes para eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes." **3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: **i)** O montante a ser descontado; **ii)** As datas de realização e liquidação; **iii)** A taxa de desconto. **3.13. Normas e interpretações novas e revisadas:** As demais emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020, não tiveram impactos significativos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais terão sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis referente adoção destas normas: **• Alteração da norma IAS 1 - classificação de passivos como circulante ou não-circulante**. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; **• Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020 - efetua alterações nas normas IFRS 1**, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; **• Alteração da norma IAS 16 - Imobilizado** - resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; **• Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso** - custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; **• Alteração da norma IFRS 3 - Referências a estrutura conceitual** - esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; **• Alteração da norma IFRS 17 - Contratos de seguro** - esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis; **• Alteração da norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9** - esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e à isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis. **3.14. Reapresentação dos saldos comparativos:** A Companhia identificou reclassificações aplicáveis às informações relativas aos períodos anteriores, devido a equalizações de práticas contábeis aplicáveis e revisão de premissas utilizadas pela sua controlada indireta TMT, conforme mencionado na nota 13.1 (a), os impactos reapresentaram cada uma das linhas afetadas na demonstração contábil de períodos anteriores, da seguinte forma:

	Controladora		
	Publicado 31/12/2020	Ajustes	Reapresentado 31/12/2020
Balanço Patrimonial			
Ativo			
Não circulante			
Investimentos	1.371.298	36.465	1.407.763
Patrimônio Líquido			
Prejuízos acumulados	(250.555)	36.465	(214.090)
Demonstração do resultado			
Resultado de equivalência patrimonial e realização da menos valia	86.624	13.307	99.931
Prejuízo do exercício	(73.111)	13.307	(59.804)
Demonstração do resultado abrangente			
Prejuízo do exercício	(73.111)	13.307	(59.804)
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2020			
Prejuízos do exercício	(73.111)	13.307	(59.804)
Demonstração do valor adicionado			
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	86.624	13.307	99.931
Remuneração de capitais próprios			
Lucro atribuído aos acionistas controladores	(73.111)	13.307	(59.804)
Demonstração dos fluxos de caixa			
Prejuízo do exercício	(73.111)	13.307	(59.804)
Ajustes por:			
Ganhos/Perdas com resultado de equivalência patrimonial	86.624	13.307	99.931

	Consolidado		
	Publicado 31/12/2020	Ajustes	Reapresentado 31/12/2020
Balanço Patrimonial			
Ativo			
Não circulante			
Investimentos	430.459	36.834	467.293
Patrimônio Líquido			
Prejuízos acumulados	(250.555)	36.465	(214.090)
Participação de não controladores	5.874	369	6.243
Demonstração do resultado			
Resultado de equivalência patrimonial e realização da menos valia	31.941	13.442	45.383
Prejuízo do exercício	(72.473)	13.442	(59.031)
Demonstração do resultado abrangente			
Prejuízo do exercício	(72.473)	13.442	(59.031)
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2020			
Prejuízos do exercício	(73.111)	13.307	(59.804)
Participação dos acionistas não controladores	638	135	773
Demonstração do valor adicionado			
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	31.941	13.442	45.383
Remuneração de capitais próprios			
Lucro atribuído aos acionistas controladores	(72.473)	13.442	(59.031)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	(638)	(135)	(773)
Demonstração dos fluxos de caixa			
Prejuízo do exercício	(72.473)	13.442	(59.031)
Ajustes por:			
Ganhos/Perdas com resultado de equivalência patrimonial	(31.941)	(13.442)	45.383

	Controladora		
	Publicado 01/01/2020	Ajustes	Reapresentado 01/01/2020
Balanço Patrimonial			
Ativo			
Não circulante			
Investimentos	754.127	23.158	777.285
Patrimônio Líquido			
Prejuízos acumulados	(177.444)	23.158	(154.286)
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2019			
Prejuízos acumulados	(177.444)	23.158	(154.286)

	Consolidado		
	Publicado 01/01/2020	Ajustes	Reapresentado 01/01/2020
Balanço Patrimonial			
Ativo			
Não circulante			
Investimentos	25.987	23.392	49.379
Patrimônio Líquido			
Prejuízos acumulados	(177.444)	23.158	(154.286)
Participação dos acionistas não controladores	11.448	234	11.682
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2019			
Prejuízos acumulados	(177.444)	23.158	(154.286)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	11.448	234	11.682

A Diretoria

Contador: Gustavo Fernandes de Oliveira - CRC SP 330462/O-8

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: Jornal Estado de São Paulo https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/; e www.ambarenergia.com.br;

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Âmbar Energia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Âmbar Energia S.A.** ("**Companhia**"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Âmbar Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante sobre a continuidade operacional de investimentos: Continuidade operacional das Companhias eólicas investidas do Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão):** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.1 (c) as demonstrações contábeis, o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão possui investimentos em 13 (treze) companhias eólicas originadas do Leilão Público nº 5/2013 ("Leilão"), realizado em 23 de agosto de 2013, cujo objeto deste leilão foi a contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir da fonte eólica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). De acordo com o referido Leilão, as Companhias eólicas possuíam a obrigação de iniciarem as suas operações comerciais até setembro de 2015, porém com a decretação de falência da Wind Power Energia S.A. (WPE), principal fornecedor dos empreendimentos de aerogeradores, e a consequente rescisão dos contratos de fornecimentos, não cumpriu os prazos determinados, e foram descontratadas do referido leilão. Em 02 de dezembro de 2019, os acionistas das Companhias aprovaram a dissolução e início do processo de liquidação das Companhias. Ao longo de 2020, foi realizado um diagnóstico completo para avaliar a viabilidade do negócio, contem-

continua —☆

→☆ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Âmbar Energia S.A.

plando o custo e o investimento necessário para a continuidade do projeto eólico. Em outubro de 2020 as eólicas do complexo Punaú (Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A e Punaú I Eólica S.A.) foram liquidadas, na qual todos os ativos remanescentes e avaliados foram vendidos para São Galvão Eólica S.A., mediante a celebração de contrato de compra e venda de ativos celebrado em 29 de outubro de 2020, os demais saldos foram repassados para os sócios. O projeto eólico foi disponibilizado para venda em 2021 e a Companhia está em processo de negociação com os potenciais compradores. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Recuperação do valor do imobilizado e intangível (impairment):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada ano de reporte, avaliar se existe alguma indicação de que os bens que integram o ativo imobilizado e intangível possam ter seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Uma vez que foram detectados indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos foi requerido, através da determinação do seu valor recuperável em uso. Conforme as notas explicativas nº 15 e 16 às demonstrações contábeis consolidadas, o saldo do ativo imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2021 soma o montante de R$ 1.245.958 mil. Devido ao significativo julgamento profissional envolvido na definição das premissas para cálculo do valor recuperável da unidade geradora de caixa, de geração de energia, que é a própria Companhia, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos com o apoio de especialistas: • Avaliamos a aderência da metodologia empregada pela Administração da Companhia para o cálculo do valor recuperável com relação aos requerimentos do CPC 01 (R1); • Avaliamos as premissas utilizadas pela Administração da Companhia na determinação do valor recuperável em uso; • Realizamos recálculo independente, sensibilizando as principais premissas utilizadas; e • Avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações contábeis conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas e premissas adotadas pela Administração, assim como os cálculos e avaliações realizadas e, as suas respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Provisão para contingências cíveis significativa:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 23 às demonstrações contábeis, a sua controlada Âmbar Uruguaiana Energia S.A. é parte passiva em processos judiciais de natureza cível no montante de R$ 143.566 mil, em relação ao montante de 148.585 mil (consolidado) que compõe a rubrica, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevados, e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e contingências, relativos aos processos, requer significativo julgamento profissional da Administração da controlada, mesmo com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. Essa situação pode resultar em mudanças substanciais nos saldos de provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo e/ou administrativamente. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de mensuração das Provisões, probabilidade de desembolso futuro e determinação das respectivas divulgações, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: • Obtivemos a listagem dos assessores jurídicos que apoiam a controlada nos processos judiciais e administrativos e confrontamos as informações de natureza contingencial e o passivo para riscos cíveis utilizadas pela controlada com àquelas conduzidas pelos advogados internos e externos e com as informações contábeis, incluindo as classificações com relação as estimativas de perda; • Avaliamos a adequação da mensuração, suficiência e reconhecimento da provisão para riscos cíveis e análise dos dados e informações históricas; e • Avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações contábeis conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Contas a receber - geração de energia conforme Portaria nº 17/2021 - Ministério de Minas e Energia:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, a Controlada Ambar Uruguaiana Energia S.A. possui contas a receber decorrente de geração de energia conforme Portaria nº 17/2021 - Ministério de Minas de Energia (MME) não faturado, no montante de R$ 767.015 mil em 2021, muito embora os requerimentos de reconhecimento de receitas terem sido atingidos conforme o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, o montante a ser recebido, possui questões regulatórias junto ao Operador Nacional do Sistema (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a serem resolvidas no âmbito judicial, cuja a avaliação da Administração da Companhia, mesmo assessorada pelo seus advogados, possui um julgamento significativo na avaliação de quando e por qual montante será liquidada a transação, em atendimento soa requerimentos do CPC 48 - Instrumentos financeiros. Em razão da ocorrência de convicção existente da Administração da Companhia, quanto a não se esperar perdas decorrentes da transação e a sua liquidação de ocorrer no curto prazo, existindo avanços no âmbito judicial e o oferecimento de garantias. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de avaliação da liquidação da transação, bem como, a determinação das respectivas divulgações, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: • Recebimento e avaliação do parecer jurídico sobre a situação do andamento da disputa comercial; • Análise no relatório extraído do sistema de liquidação da CCEE demonstrando o valor a liquidar pelo agente; • Análise do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica através despacho divulgado. • Avaliação de risco e de estimativas da Companhia no sentido de ter a razoabilidade de recebimento do referido crédito; • Análise da divulgação adequada desta transação, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Baseados nesses procedimentos de auditoria, consideramos que as estimativas avaliadas pela Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações divulgadas nas demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Combinação de negócio - Âmbar Uruguaiana Energia S.A.:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 4 às demonstrações contábeis, ocorreu aquisição de negócio aderente ao CPC 15 (R1), que contempla mais-valia de ativo imobilizado e ativo indenizatório no montante de R$ 118.756 mil. O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e da determinação do preço de aquisição foi conduzido pela Administração da Companhia e sua controlada Âmbar Comercializadora de Gás Ltda. e envolveu, inclusive, a contratação de avaliadores especialistas externos. Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido à complexidade inerentes aos processos de combinação de negócios, que envolvem, determinação da data de aquisição, bem como na identificação e determinação dos valores justos dos ativos adquiridos, passivos assumidos e ágio apurado decorrente das negociações. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Leitura do contrato e atas de reunião relacionados com a aquisição, bem como obtenção de evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle pela Companhia e sua controlada; • Envolvimento de nossos especialistas em avaliação de mais-valia de ativos para análise da metodologia utilizada pelos avaliadores externos contratados pela Companhia e sua controlada, para mensuração do valor justo dos ativos líquidos e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado; • Avaliação dos balanços iniciais na data em que o controle é adquirido, quanto as práticas contábeis adotadas pela empresa adquirida se são condizentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil; • Revisão do cálculo de determinação da mais-valia alocada apurado nas transações; e • Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sobre a combinação de negócio, que está consistente com a avaliação realizada, consideramos que os julgamentos e as premissas utilizadas pela Administração no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos liquido na combinação de negócio e a determinação de mais-valia, mesmo que preliminar, são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Componentes relevantes na rubrica "Investimentos" nas demonstrações contábeis e no processo de consolidação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujas controlada e controladas em conjunto são significativas e relevantes neste processo de preparação das demonstrações contábeis e na consolidação dessas informações das investidas, que são auditadas por outros auditores independentes, considerados auditores de componentes sobre as demonstrações contábeis de grupo, conforme nota explicativa nº 1.1 e 13, cujos montantes dos investimentos em sua totalidade são R$ 1.846.166 mil (Controladora) e R$ 498.889 mil (Consolidado). Entendemos que no processo de avaliação desses investimentos, dada a sua relevância na composição dos saldos, transações e divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é um principal assunto de auditoria. Adicionalmente, o processo de consolidação possui complexidades em face dos negócios diversificados no setor de energia e gás, moeda funcional diferente da sua entidade investida na Bolívia e eliminações de saldos entre partes relacionadas. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram comunicação com os auditores dos componentes com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Emitimos instruções de auditoria e revisamos a documentação de auditoria apropriada e suficiente que fundamentou a opinião dos outros auditores independentes dos componentes significativos, bem como discutimos os resultados alcançados. Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados, discutimos com os auditores dos componentes significativos e avaliamos seus impactos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. No que tange ao processo de consolidação, examinamos se os saldos e informações utilizadas estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis das investidas, e se estão de acordo com as práticas contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sobre a avaliação dos componentes significativos e avaliação do processo de consolidação, consideramos que estão adequados e suficientes para a conclusão da auditoria de grupo, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Valor justo dos contratos de energia - Âmbar Comercializadora de Energia Ltda.:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 29, a controlada Âmbar Comercializadora de Energia Ltda. possui registrado saldos no ativo e passivo, circulante e não circulante, de valor justo dos contratos de energia decorrentes de diversos contratos futuros de venda ou compra energia que foram firmados com outras contrapartes, que perfaz o resultado líquido de R$ 73.151 mil em 31 de dezembro de 2021. A Administração avalia o valor justo destes ativos e passivos financeiros, baseado nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, cuja hierarquia utilizada está vinculada ao nível 2, ou seja, baseado em informações disponíveis que são observáveis diretamente ou indiretamente no mercado ativo, tais como, preço estabelecidos nas operações de compras ou vendas recentes, preço projetado pelos agentes do setor elétrico para o período de disponibilidade, informações corroboradas pelo mercado, entre outros. Devido a existência de estimativas significativas utilizadas na mensuração do valor justo dos contratos de energia, bem como eventuais mudanças nas premissas e estimativas usadas poderiam ter nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos como principal assunto de auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: **(i)** Testes amostrais de documentos realizados para validação da base de cálculo do valor justo dos contratos de energia e procedimentos de confirmações externas de volume energético descritos nos contratos firmados com as contrapartes; **(ii)** Com o auxílio de especialistas em formação do preço *forward* de energia, realizada avaliação de adequação do preço futuro de energia e outras premissas que foram utilizadas pela controlada para determinar o valor justo dos contratos de energia nas respectivas datas-base, taxa de desconto e fatores de risco de crédito; **(iii)** Recálculo das transações que estavam em aberto nas respectivas datas-base; **(iv)** Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideram as informações relevantes. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as bases de avaliação e a metodologia das avaliações estão adequadas, bem como as divulgações realizadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, sendo requeridas somente para as companhias abertas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2022

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Robinson Meira
Contador - CRC 1 SP 244496/O-5

Demonstrações Financeiras 2021

Banco Triângulo S.A. CNPJ nº 17.351.180/0001-59

Tribanco segue em ritmo acelerado e alcança lucro líquido de R$ 51,5 milhões em 2021

Aderimos ao Pacto Global da ONU e passamos pelo processo de aceleração Ambição pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de alinhar a nossa estratégia aos princípios ASG - Ambientais, Sociais e de Governança. Mantivemos em 2021 nossa filiação à Rede Brasil do Pacto Global da ONU, a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo e nos comprometemos publicamente a realizar ações com o objetivo de alcançar igualdade de gênero em posições de liderança até 2030.

PROTEÇÃO DO CAIXA, GESTÃO DO CAPITAL E GESTÃO DE RISCOS

Diversificação das fontes de captação, ajustando as simulações de cenário considerando o impacto da desaceleração da atividade econômica e o aumento do desemprego. O ano de 2021 ocorreu sem contingências, preservando a liquidez da instituição.

No segmento pessoa jurídica, por meio de linhas de crédito competitivas, direcionadas para abastecimento das lojas e ganho de eficiência operacional, e outras formas de atuação, fizeram com que a inadimplência da carteira tenha seguido em trajetória satisfatória: a relação entre as despesas de provisões de crédito e a carteira fechou em 0,69%. Em 2022 o objetivo é seguir apoiando os clientes no cenário de retomada econômica.

Por sua vez, o processo de gestão de riscos corporativos de mercado, de liquidez, de crédito, operacional, cibernético e socioambiental conta com a participação de todas as estruturas hierárquicas, ou linhas de defesa, de modo a fortalecer o processo de identificação, classificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos.

INTEGRAÇÃO DE CANAIS NÃO PRESENCIAIS

O Tribanco também direcionou seus investimentos para a integração do "onboarding" de clientes PJ, especialmente os empresários individuais, através dos canais "digitais" em estreita sinergia com o Grupo Martins. Foi uma conexão de crédito, serviços financeiros, seguros e consórcios, meios de pagamentos à plataforma comercial maximizando os benefícios do programa de fidelização, além de fomentar o Pix e oferecer Seguros Saúde e Odonto Empresariais em parceria com a Sul América, complementando a oferta com uma visão integral das necessidades dos clientes.

Na Pessoa Física, vale destacar o lançamento da oferta de consórcios em parceria com a Rodobens e de um seguro com assistência saúde muito aderente aos anseios de suporte em saúde para os clientes do cartão Tricard.

Demonstrações Contábeis Consolidadas

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2021	2020
CIRCULANTE/REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**4.090.224**	**3.379.561**
Disponibilidades	570.051	579.672
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.501	17.775
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	244.408	130.654
Relações Interfinanceiras	63.954	40.066
Operações de Crédito	2.475.739	2.094.237
Outros Créditos	730.571	517.157
PERMANENTE	**398.770**	**386.235**
Investimentos	316.303	317.269
Imobilizado de uso	10.755	9.804
Ativos Intangíveis	71.712	59.162
TOTAL DO ATIVO	**4.488.994**	**3.765.796**

PASSIVO	2021	2020
CIRCULANTE/EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**3.837.404**	**3.254.154**
Depósitos	2.140.191	1.848.912
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	667.734	407.282
Relações Interfinanceiras	241.843	185.995
Relações Interdependências	3.269	6.104
Obrigações por empréstimos e repasses	122.104	170.656
Outras Obrigações	662.263	635.204
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**192**	**529**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**651.398**	**511.114**
Capital Social	424.996	309.801
Reservas	226.402	201.313
TOTAL DO PASSIVO	**4.488.994**	**3.765.796**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	2021	2020
Receitas da Intermediação financeira	549.852	447.921
Despesas da Indermediação financeira	(124.168)	(68.389)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA ANTES DAS PROVISÕES	**425.684**	**379.532**
Provisão para Devedores Duvidosos	(176.473)	(170.577)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**249.211**	**208.956**
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	249.725	195.600
Despesas de Pessoal	(123.263)	(128.508)
Outras Despesas Administrativas	(237.374)	(185.853)
Despesas Tributárias	(37.501)	(31.449)
Resultado de Participações em Controladas	22.147	6.878
Outras receitas/despesas operacionais	(56.385)	(2.293)
RESULTADO OPERACIONAL	**66.560**	**63.330**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**(2.523)**	**410**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**64.037**	**63.741**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**7.748**	**(10.277)**
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS NO LUCRO	**(20.248)**	**(15.105)**
LUCRO LÍQUIDO	**51.537**	**38.359**

A íntegra das Demonstrações Contábeis estão disponíveis no site **www.tribanco.com.br**

DFS HOLDING S.A.

CNPJ nº 22.932.699/0001-60

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**61**	140	**141.351**	121.689
Contas a receber	5	–	–	**199.554**	148.792
Estoque de mercadorias	6	–	–	**241.684**	156.075
Impostos a recuperar	7	**875**	93	**75.073**	25.764
Dividendos a receber		**852**	541	–	–
Adiantamentos a fornecedores		–	301	**292**	–
Outros créditos		**58**	82	**10.597**	6.037
Total do ativo circulante		**1.846**	1.157	**668.551**	458.357
Não circulante					
Depósitos judiciais	16	–	–	**40.125**	25.041
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 b	**4.640**	2.449	**43.193**	29.416
Partes relacionadas	11	**2.285**	3.442	–	–
Outros créditos		–	–	**11.432**	5.610
Investimentos	8	**642.151**	461.932	–	–
Imobilizado	9	**1.252**	1.237	**113.550**	49.696
Intangível	10	**7.967**	4.221	**425.109**	203.769
Ativo de direito de uso	23	**1.294**	1.563	**99.918**	65.233
Total do ativo não circulante		**659.589**	474.844	**733.327**	378.765
Total do ativo		**661.435**	476.001	**1.401.878**	837.122

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivo					
Circulante					
Arrendamento mercantil	23	**979**	738	**29.676**	16.344
Fornecedores	13	**390**	171	**264.287**	170.720
Obrigações trabalhistas	14	**7.280**	4.953	**44.140**	27.954
Lucros e Dividendos a pagar	17	**730**	442	**732**	442
Impostos a recolher		**46**	59	**18.985**	10.556
Tributos parcelados		–	–	**861**	331
Obrigações por compra de participações	15	–	6.101	**75.108**	19.774
Outras contas a pagar		**4.137**	5.312	**26.155**	19.978
Total do passivo circulante		**13.562**	17.776	**459.944**	266.099
Não circulante					
Arrendamento mercantil	23	**285**	825	**76.054**	52.636
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	16	–	–	**24.774**	18.020
Partes relacionadas	11	–	1.500	–	–
Tributos parcelados		–	–	**1.610**	1.103
Obrigações por compra de participações	15	–	–	**191.908**	43.364
Total do passivo não circulante		**285**	2.325	**294.346**	115.123
Patrimônio líquido					
Capital social integralizado	17	**691.588**	529.710	**691.588**	529.710
Transações entre sócios	1	**(102.450)**	(102.450)	**(102.450)**	(102.450)
Reserva Legal		**4.449**	2.935	**4.449**	2.935
Reserva de lucros		**54.001**	25.705	**54.001**	25.705
Total do patrimônio líquido		**647.588**	455.900	**647.588**	455.900
Total do passivo e patrimônio líquido		**661.435**	476.001	**1.401.878**	837.122

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro (prejuízo) do exercício	**30.098**	(23.431)	**30.098**	(23.431)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**30.098**	(23.431)	**30.098**	(23.431)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital Social	Reserva legal	Transações entre sócios	Reserva de lucros retidos	Total
Saldos em 31/12/2019		330.210	2.935	(102.450)	49.136	279.831
Integralização de capital social	17	199.500	–	–	–	199.500
Prejuízo do exercício		–	–	–	(23.431)	(23.431)
Saldos em 31/12/2020		529.710	2.935	(102.450)	25.705	455.900
Integralização de capital social	17	**161.878**	–	–	–	**161.878**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	**30.098**	**30.098**
Constituição de reserva legal		–	**1.514**		**(1.514)**	–
Distribuição de dividendos		–	–	–	**(288)**	**(288)**
Saldos em 31/12/2021		**691.588**	**4.449**	**(102.450)**	**54.001**	**647.588**

Notas explicativas

1. Informações gerais: A DFS Holding S.A. ("Companhia"), companhia fechada de direito privado, foi constituída em 25 de maio de 2015 e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como objetivo social a participação em outras sociedades do ramo alimentício, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 8 de março de 2022. **Participações societárias:** Assim em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

	Data de Aquisição	Participação - % 31/12/2021 Direta	31/12/2021 Indireta	31/12/2020 Direta	31/12/2020 Indireta
Congebras Alimentos S.A.	**31.10.2015**	**100,00%**	–	100,00%	–
Oesa Comércio e Representações S.A.	**16.06.2016**	**68,75%**	**31,25%**	58,18%	41,82%
MG Log Distribuição e Logística Ltda.	**31.10.2015**	**0,01%**	**99,99%**	0,01%	99,99%
MGFrio Armazém Gerais Ltda.	**31.10.2015**	–	–	0,01%	99,99%
Hok Transportes Ltda.	**16.06.2016**	**0,01%**	**99,99%**	0,01%	99,99%
Imperial Importação e Exportação Ltda.	**20.12.2018**	**0,01%**	**99,99%**	0,01%	99,99%
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	**06.03.2020**	–	–	–	100,00%
Cerealista Nova Safra Ltda.	**04.01.2021**	–	**100,00%**	–	–
Flecha Foods Ltda.	**30.06.2021**	–	**100,00%**	–	–
Frios Transportada Ltda.	**30.06.2021**	–	**100,00%**	–	–
Johann Alimentos Ltda.	**31.08.2021**	–	**100,00%**	–	–
Noia Alimentos Ltda.	**31.08.2021**	–	**100,00%**	–	–

Combinações de negócios do exercício: Durante o exercício de 2021, através da controlada Oesa Comércio e Representações S.A ("Oesa"), a Companhia adquiriu participações societárias nas seguintes empresas ao custo total de R$366.275: a) *Cerealista Nova Safra Ltda. ("Nova Safra")*: Em 04 de janeiro de 2021 adquiriu a sociedade, pelo valor de R$ 154.085. A Empresa com sede na cidade de Contagem, estado de Minas Gerais, atua no comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; comércio atacadista e varejista de água mineral, cerveja, chope, refrigerante, vinho e demais bebidas; comércio atacadista e varejista de outros produtos alimentícios, inclusive enlatados e congelados; comércio atacadista e varejista de artigos, utensílios, máquinas e equipamentos de uso pessoal e doméstico, material de limpeza, artigos de armarinho, artigos descartáveis, embalagens, vestuários e acessórios, artigos de EPI (equipamento de proteção industrial), artigos de higiene, maquinários e equipamento industrial para panificação, sorveterias, lanchonetes, mercearias e demais segmentos do comércio; importação e exportação, por conta própria ou de terceiros, dos mesmos produtos; prestação de serviço de cursos, consultoria, assessoria, treinamento e desenvolvimento empresarial nas áreas de panificação, confeitaria e culinária. b) *Flecha Foods Ltda e Frios Transportadora Ltda. ("Flecha" e "Frios")*: Em 30 de junho de 2021 adquiriu a sociedade pelo valor de R$ 41.110. A Empresa com sede na cidade de Linhares, estado do Espírito Santo, atua no comércio atacadista de produtos alimentícios; fabricação de produtos de carnes; representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo; transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional e promoção de vendas. c) *Johann Alimentos Ltda e Noia Alimentos Ltda. ("Johann" e "Noia")*: Em 31 de agosto de 2021 adquiriu a sociedade pelo valor de R$ 171.080. A Empresa com sede na cidade de Estância Velha, estado do Rio Grande do Sul, atua no comércio atacadista, importação e exportação de laticínios (leite e derivados); comércio atacadista, importação e exportação de carnes, aves e animais abatidos; comércio atacadista, importação e exportação de produtos alimentícios industrializados; comércio atacadista, importação e exportação de bebidas; comércio atacadista, importação e exportação de cereais beneficiados e leguminosos; transporte rodoviário de cargas de bebidas e produtos alimentícios; comércio varejista de laticínios, frios e conservas; comércio varejista de carnes; comércio varejista de produtos alimentícios; representação comercial de bebidas e produtos alimentícios; indústria, comércio e acondicionamento de produtos alimentícios; fornecimento de alimentação preparada, especialmente para consumo em empresas; e armazenamento de produtos por conta de terceiros, inclusive em câmaras frigoríficas, de produtos perecíveis e não perecíveis. Transações societárias relevantes: Aumento de capital social: Em 2021 a companhia recebeu aportes de capital na ordem de R$ 161.878, para realização de novas aquisições. Os aportes foram aprovados em reunião do Conselho de Admintração. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: a) Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário); b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; c) Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato; d) Tributos; e) Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros; f) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos; g) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. **4. Notas explicativas:** O conjunto completo das demonstrações financeiras e contábeis que a entidade apresenta ao final do exercício inclui: a) balanço patrimonial ao final do período; b) demonstração do resultado do exercício; c) demonstração do resultado abrangente do período; d) demonstração das mutações do patrimônio líquido; e) demonstração dos fluxos de caixa do período; f) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias; as demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis na sede da empresa e no site publicado deste veículo de comunicação. **Aviso:** As demonstrações financeiras apresentadas são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **5. Eventos subsequentes:** Foi celebrado em 12 de janeiro de 2022, Termo de Fechamento ao Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, para Aquisição da Fröhlich S/A Indústria e Comércio de Cereais datado em 28 de outubro de 2021, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia possui operações de industrialização (atividades de fracionamento e acondicionamento de produtos), comercialização de produtos alimentícios em geral e alimentos para animais e distribuição de saneantes-domissanitários, cosméticos, produtos de higiene e perfumes. O preço de aquisição no montante de até R$ 147.500 com pagamento inicial de R$ 70.000, sendo que o restante será liquidado nos próximos 5 anos, considerando ainda uma parcela variável de até R$ 15.000 do preço de aquisição tendo algumas metas atingidas e líquido de eventuais montantes objeto de retenção e/ou compensação.

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida	18	–	–	**2.677.107**	1.783.522
Custo das mercadorias vendidas	19	–	–	**(2.149.087)**	(1.445.423)
Lucro bruto		–	–	**528.020**	338.099
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	19	–	–	**(147.206)**	(100.404)
Despesas gerais e administrativas	19	**(15.919)**	(22.875)	**(353.920)**	(246.953)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	**4.938**	14	**27.040**	(8.772)
Equivalência patrimonial	8	**39.016**	(1.845)	–	–
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**28.035**	(24.706)	**53.934**	(18.030)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	**4**	242	**22.728**	17.721
Despesas financeiras	21	**(132)**	(274)	**(38.678)**	(30.735)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**27.907**	(24.738)	**37.984**	(31.044)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	22 a	–	–	**(21.662)**	(9.451)
Diferidos	22 a	**2.191**	1.307	**13.776**	17.064
Lucro (prejuízo) do exercício		**30.098**	(23.431)	**30.098**	(23.431)
Lucro (prejuízo) básico por ação - em reais				**0,0433**	(0,0439)

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício	**30.098**	(23.431)	**30.098**	(23.431)
Ajustes para conciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**860**	3.644	**65.654**	39.236
Baixa do ativo imobilizado e intangível	**1**	–	**670**	37
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	**14.232**	20.030
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	–	–	**6.664**	524
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	**50**	–	–	9.462
Equivalência patrimonial	**(39.016)**	1.845	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(2.191)**	(1.307)	**(13.776)**	(17.064)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	–	–	**(26.299)**	(13.450)
Estoque de mercadorias	–	–	**(26.789)**	(33.587)
Impostos a recuperar	**(782)**	220	**(18.260)**	6.245
Outros créditos	**24**	860	**(9.326)**	2.549
Adiantamentos a fornecedores	**301**	1.240	**(51)**	1.490
Depósitos judiciais	–	–	**(11.193)**	(2.470)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	**219**	(3.138)	**35.828**	22.380
Obrigações trabalhistas	**2.327**	965	**4.766**	5.377
Impostos a recolher	**(13)**	27	**19.661**	(3.418)
Tributos parcelados	–	–	**1.038**	184
Outras contas a pagar	**(1.136)**	2.318	**4.684**	1.837
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(9.258)**	(16.757)	**77.601**	15.931
Impostos de renda e contribuição social pagos	–	–	**(25.509)**	
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	–	–	–	(9.462)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(9.258)**	(16.757)	**52.092**	6.469
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	**(3.990)**	(4.323)	**(27.510)**	(19.547)
Aquisição de controlada	**(6.101)**	4.635	**(162.444)**	(63.331)
Caixa líquido em aquisição de controladas	–	–	**24.421**	8.203
Aumento de capital	**(141.877)**	(184.023)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(151.968)**	(183.711)	**(165.533)**	(74.675)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	**161.878**	199.500	**161.878**	199.500
Partes relacionadas	**(343)**	1.095	–	–
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	**(3.348)**	(1.230)
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	–	20.000
Pagamento de arrendamento mercantil	**(388)**	–	**(25.427)**	(12.505)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	–	–	–	(51.116)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**161.147**	200.595	**133.103**	154.649
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(79)**	127	**19.662**	86.443
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**140**	13	**121.689**	35.246
No fim do exercício	**61**	140	**141.351**	121.689
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(79)**	127	**19.662**	86.443

	31/12/2021
Ativo circulante	89.937
Ativo não circulante	13.263
Total dos ativos	103.200
Passivo circulante	34.381
Passivo não circulante	629
Patrimônio líquido	68.190
Total dos passivos e patrimônio	68.190

A Diretoria

Maurício Câmara - Diretor Presidente

Patrícia Diniz de Paiva - Diretora Financeira

Contador

Vagner da Silva Serafim - CRCPR - 060752/O-2 T SC

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **DFS Holding S.A.** - São Paulo (SP). **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DFS Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, a controlada Oesa, juntamente com outras empresas distribuidoras da região de Santa Catarina, estão sendo investigadas pelas autoridades em virtude de denúncia realizada acerca de supostos crimes contra o consumidor, contra a saúde pública e corrupção relacionados aos processos de importação de pescados congelados de países como China e Vietnã. Em 31 de dezembro de 2021 os fatos ainda estavam sendo apurados pelas autoridades e, nesse momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia e/ou sua controlada decorrente deste processo de investigação externo, nem seus eventuais efeitos em suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Blumenau, 8 de março de 2022. **ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.** CRC-SC000048/F; **Cleverson Luís Lescowicz - Contador** CRC-SC027535/O-0.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS

DESPACHO DE TOMADA DE PREÇOS DESERTA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 028/2022
TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2022

Torno público, para conhecimento dos interessados, que foi declarada DESERTA, a TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2022, Procedimento Licitatório n.º 028/2022, realizado em 29/03/2022, destinado à contratação de empresa especializada para implantação de Gramado Sintético no Campo do Conjunto Habitacional Pedro e Zulmira Bergamini, localizado na Avenida José da Luz Cordeiro, Sistema de Lazer 3, com o fornecimento de mão de obra e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos no Projeto Executivo, de acordo com o Convênio 362/2021 – Secretaria de Esportes, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária. Martinópolis, 29 de março de 2022. MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA – Prefeito.

AVISO DE EDITAL. Na forma do artigo 37 dos Estatutos Sociais, publica-se o presente aviso para ciência da afixação de Edital nesta data e da abertura do prazo de cinco dias para inscrição de chapas dos integrantes da categoria profissional filiados ao quadro associativo do **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTENCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO**, na Secretaria eleitoral na Rua Dona Antônia de Queirós, 71 - São Paulo, das 9:00 às 16:00 horas, na forma dos artigos 35 e 37 dos Estatutos Sociais. A eleição de renovação da diretoria, conselho fiscal, conselho deliberativo e conselho federativo, se realizará na sede da entidade nos dias 01 e 02 de junho de 2022 no horário das 9:00 às 17:30 horas em primeira convocação e em segunda e terceira convocação nos dias 22 e 23 de junho de 2022 ou em 06 e 07 de julho de 2022 nas mesmas condições, sendo facultada a utilização da prerrogativa do artigo 66 do Estatuto Social, voto por correspondência, em razão da pandemia. §Único - O exercício do voto por correspondência só será permitido aos eleitores que exercerem suas funções em municípios diversos do que se situa a sede do Sindicato. São Paulo, 30 de março de 2022. Luiz Guedes da Conceição Aparecida - Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PORTARIA Nº 013/2022

NOMEIA "COMISSÃO DE PERMANENTE DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2022" QUE ESPECIFICA.

RODRIGO FALSETTI, presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Alterar a portaria nº 04/2022 que nomeia a COMISSÃO DE PERMANENTE DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO, para o exercício de 2022, ficando da seguinte forma:

PRESIDENTE: Janaina Eloá Chagas
MEMBROS: Julia Silvério Alves
Lucas Sanchez Silva

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mogi Mirim, 01 de Março de 2022.

RODRIGO FALSETTI – Presidente-Con08
GILDO MARTINHO DE ARAUJO – Secretário Executivo

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PORTARIA Nº 011/2022

NOMEIA "COMISSÃO PERMANENTE DE CREDENCIAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2022" QUE ESPECIFICA.

RODRIGO FALSETTI, presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Alterar a portaria nº 02/2022 que nomeia a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, para o exercício de 2022, ficando da seguinte forma:

PRESIDENTE: Janaina Eloá Chagas
MEMBROS: Julia Silvério Alves
Lucas Sanchez Silva

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mogi Mirim, 01 de Março de 2022.

RODRIGO FALSETTI – Presidente-Con08
GILDO MARTINHO DE ARAUJO – Secretário Executivo

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

CNPJ nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2022

Convocamos os senhores acionistas da **Cruzeiro do Sul Educacional S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galeno, nº 475, 7º andar, bairro Tatuapé, CEP 03071-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.418.000 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 62.984.091/0001-02, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2552-6 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 3º e 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente à distância e digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 16:30 horas ("**AGOE**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) nomeação do Presidente do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022; (ii) retificar a remuneração anual dos administradores realizada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) alterar e consolidar o estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), na forma da Proposta da Administração divulgada pela Companhia em 30 de março de 2022; e (iv) aprovar o programa de incentivo de ações *PhantomShares*. **Informações Gerais:** A participação dos acionistas na AGOE será de forma digital, por meio de plataforma digital, ou por meio de boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**"). A Companhia adotará o sistema de participação à distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a plataforma Zoom, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na Proposta da Administração que poderá ser acessada por meio da página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br).** Para participarem, os acionistas deverão enviar solicitação exclusivamente por e-mail à Companhia para o endereço dri@cruzeirodosul.edu.br, até às 16:30 do dia 27 de abril de 2021, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme indicada na Proposta da Administração) para permitir a participação do acionista na AGOE, conforme detalhado na Proposta da Administração da Companhia divulgada em 30 de março de 2022. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido não poderão participar da AGOE, nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 481. Tendo em vista a necessidade de adoção medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização. Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Banco Bradesco S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração para a AGOE; ou (iii) preencher o Boletim de Voto disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração para a AGOE. Para mais informações, observar as regras previstas na Instrução CVM 481, na proposta da administração para a AGOE e no Boletim de Voto disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), nos termos da Instrução CVM 481, a proposta da administração e a cópia dos demais documentos relacionados à matéria constante da ordem do dia da AGOE.

São Paulo, 30 de março de 2022.
Wolfgang Stephan Schwerdtle - Presidente do Conselho de Administração

SESI SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

Os Departamentos Regionais de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunicam a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2022
Objeto: Aquisição de pneus para manutenção da frota do Almoxarifado Central em São Bernardo do Campo.
Retirada do edital: a partir de 30 de março de 2022, através dos portais www.sesisp.org.br e www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 7 de abril de 2022 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

EDITAL 006/2022, Modalidade: Ato Convocatório - Presencial, Tipo: Menor Preço. OBJETO DA SELEÇÃO: Contratação de empresa especializada para obras da FASE II do laboratório multipropósito PRÉDIO 60 - Fazendinha. DATA: 30/05/2022, HORA: 10h30min, LOCAL: Centro Administrativo (Avenida da Universidade, 210 - Cidade Universitária - Butantã - São Paulo/SP). O Edital está disponível no site: http://www.fundacaobutantan.org.br.

INTEGRA COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DA ÁREA DA SAÚDE

CNPJ 13.121.285/0001-60 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DIGITAL DE 2022

A Presidente da **INTEGRA COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DA ÁREA DA SAÚDE,** inscrita no CNPJ/MF sob n. **13.121.285/0001-60,** com sede e foro no município de São Paulo, SP, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca seus cooperados em regular gozo de seus direitos sociais a comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DIGITAL a se realizar no dia 10 de Abril de 2.022, na Rua São Bento, nº 545, 6º andar, São Paulo, Capital,** em primeira convocação às 15:00 horas, com presença de 2/3(dois terços), em segunda convocação às 16:00 horas, com a presença de ½ (metade) mais um, e em terceira e última convocação às 17:00 horas, com a presença mínima de 10 (dez) associados, a fim de ser deliberar os assuntos da Assembleia Geral Ordinária:

1. Deliberação das contas do exercício social anterior (2021);
2. Deliberação sobre eventuais sobras ou rateio das perdas;
3. Eleição do Conselho Fiscal;
4. Outros assuntos de interesse da sociedade.

NOTAS:

1. Os associados poderão participar e votar a distância da seguinte forma: Deverão acessar o site da cooperativa, fazer o login e clicar no aviso da assembleia, lá estarão os links para o formulário de votação e acesso à reunião. Para mais informações, basta acessar o link a seguir: www.coopintegra.com.br
2. O associado pode participar da assembleia desde que preencha o formulário de votação até 30 (trinta) minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022.
Maria Isabel da Silva
Diretora - Presidente

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 17/03/2022

1. Data, Hora e Local: No dia 17/03/2022, às 8:30h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Hélio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rodrigo Cesar Formighieri, Samuel Ferrari Lago e Rafael Moia Vargas. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o **Sr. Alexandre Silveira Dias** e como Secretário o **Sr. Anderson Henrique Prehs**. **4. Deliberações:** Aberta a reunião, o Conselho de Administração, de forma unânime: a) Autorizou a lavratura da ata em forma de sumário. b) Aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021. c) Aprovou a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31/12/2021. d) consignou que a remuneração global de administração no exercício de 2021 observou os limites aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2021. e) Aprovou a proposta da administração, objeto de deliberação da AGO, para que a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 seja no montante de até R$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais). f) Autorizou a Diretoria da Companhia a realizar todas as providências relacionadas às divulgações/publicações dos documentos aprovados, bem como os encaminhamentos necessários à convocação da AGO em 29/04/2022. g) Nos termos do art. 14, (ix) do Estatuto Social, autorizou a Companhia, representada por seus diretores a realizar contratação das operações financeiras com a Caixa Econômica Federal, por meio de Cédulas de Crédito Bancário no montante de até R$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais). **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 17/03/2022. Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 24/03/2022 sob o nº 202212696603, protocolo 221296603 de 24/03/2022. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 60.730.348/0001-66

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os senhores Acionistas da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ("Companhia") a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** ("AGO"), a se realizar no dia 29 de abril de 2022, às 11h00min, de modo **exclusivamente digital** por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams e, portanto, considerada esta como realizada no endereço da sede da Companhia, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** Eleger os Membros do Conselho de Administração; e **(iv)** Fixar o montante global de remuneração dos administradores, para o exercício social de 2022.

São Paulo, 30 de março de 2022.
Hélio Magalhães - Presidente do Conselho de Administração

Instruções Gerais: **(1)** Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGO ora convocada, bem como manual de utilização e votação da plataforma Microsoft Teams, encontram-se à disposição dos Acionistas para consulta na sede da Companhia e na página da Companhia (www.melhoramentos.com.br), bem como na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S/A – Brasil Bolsa Balcão, em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/09. **(2)** Aos Acionistas que decidirem participar e votar na AGO através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de e-mail de contato e dos documentos ora relacionados diretamente à Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, os quais deverão, portanto, ser enviados digitalizados através do e-mail assembleia@melhoramentos.com.br com pelo menos 48h (quarenta e oito horas) de antecedência à data e horário previstos para o início da AGO, independentemente da natureza do Acionista: **(i)** para aqueles Acionistas que se fizerem representar por procuração, cópia do instrumento de mandato com reconhecimento da firma do representado em cartório, com prazo de vigência inferior a um ano e outorgado em favor de instituição financeira, advogado, Acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76), especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams; **(ii)** se pessoa física, cópia autenticada de documento de identidade oficial com foto; e **(iii)** se pessoa jurídica, cópia autenticada do estatuto social ou contrato social registrados no órgão competente, acompanhada de cópia autenticada do ato registrado no órgão competente, que comprove a eleição dos administradores que representarem o Acionista na AGO, especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams; **(iv)** se fundo de investimento, cópia autenticada do regulamento do fundo, acompanhada dos documentos previstos no item "(iii)" acima, relativamente à pessoa jurídica responsável por exercer o direito de voto em nome do fundo de investimento, especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams. **(3)** Solicitamos ainda que, juntamente com o envio dos documentos descritos no item "3" acima, os Acionistas indiquem se desejam apenas participar da AGO ou se desejam participar e votar também, observando-se que, nos termos do Art. 21-C, §2º da Instrução CVM 481/09, caso um acionista que já tenha enviado o boletim de voto à distância queira participar e votar na AGO via Microsoft Teams, todas as instruções de voto recebidas por meio do boletim de voto à distância daquele acionista serão desconsideradas. **(4)** Os Acionistas que decidirem participar e votar na AGO através da plataforma Microsoft Teams receberão, com até 12 (doze) horas de antecedência ao horário previsto do início da AGO, nos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos conforme item "3" acima, a credencial de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma, considerando-se este como protocolo digital de que trata o artigo 5º, § 4º da Instrução CVM nº 622/20, cabendo exclusivamente aos Acionistas a obrigação de guarda, zelo e utilização de suas credenciais de acesso. O acesso via Microsoft Teams estará restrito aos Acionistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Acionistas Credenciados"), sendo vedada a participação de Acionistas que não tenha previamente se habilitado, conforme item "3" acima. **(5)** O Acionista que desejar também poderá exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto à distância. Neste caso, até o dia 22 de abril de 2022 (inclusive), o Acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo boletim de voto a distância: 1) aos seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia; ou 2) diretamente à Companhia, preferencialmente através do e-mail assembleia@melhoramentos.com.br. Para informações adicionais, o Acionista deve observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia conforme item "1" acima. **(6)** A Companhia recomenda que os Acionistas Credenciados acessem a plataforma Microsoft Teams com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da AGO a fim de evitar eventuais problemas operacionais e permitir que os Acionistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma Microsoft Teams, para que possam participar da AGO sem intercorrências. A Companhia não se responsabilizará por má ou indevida utilização de suas credenciais de acessos, bem como problemas de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, de forma que a Companhia recomenda que garantam, com antecedência, a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). **(7)** Acionistas Credenciados, ou seus respectivos representantes legais e procuradores, que participarem via Microsoft Teams de acordo com as instruções da Companhia serão considerados presentes na AGO e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, devendo na abertura da sessão se identificar, informar o nome completo e, se for o caso, indicar os Acionistas sob sua representação, para que a Companhia possa identificar a sua identidade de acordo com a documentação previamente recebida. **(8)** Em cumprimento a ICVM 622/2020, informamos que a AGO será gravada.

BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. CNPJ nº 45.283.173/0001-00

Relatório da Administração

Senhores acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Aproveitamos para informá-los que não houve aquisição de debêntures. Os lucros líquidos verificados, após efetuadas as deduções e provisões legais, terão a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) serão destinados ao Fundo de Reserva Legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que o referido Fundo atingir o valor correspondente a, no mínimo, 20% do capital social; b) 5% (cinco por cento) no mínimo para dividendos aos acionistas; e c) o saldo remanescente terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral, atendidas as normas legais e estatutárias aplicáveis. A Companhia por deliberação ad referendum da Assembleia Geral, poderá fixar e mandar pagar dividendo semestral, trimestral ou mensal, os dois últimos por conta de Lucros Acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. O pagamento de dividendos aprovados pela Assembleia Geral será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da respectiva Ata, sendo certo que a distribuição das ações, provenientes de aumento de capital, será efetuada no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do registro na Junta Comercial competente. A Assembleia Geral de Acionistas poderá autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, na forma da legislação aplicável, em substituição total ou parcial, ou em adição aos dividendos. São Paulo, 25 de março de 2022. A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	12.2021	12.2020	Passivo	Nota explicativa	12.2021	12.2020
Disponibilidades	4	342	2.424	**Demais instrumentos financeiros passivos**		55	89
Instrumentos financeiros		106.618	112.138	Outros instrumentos financeiros passivos	9	55	89
Títulos e valores mobiliários	5	106.618	112.138	**Outros passivos**		4.016	4.667
Outros ativos		11.047	11.412	Contas a pagar	8a	172	59
Diversos	6	11.047	11.412	Fiscais e previdenciárias	8b	2.719	3.289
Imobilizado de uso		133	189	Provisões trabalhistas	8c	562	359
Imobilizado	7	660	653	Imposto de renda e contribuição social diferido	12b	563	960
Depreciação		(527)	(464)	**Patrimônio líquido**	10	114.069	121.407
				Capital Social		56.229	56.229
				Reservas		57.275	64.007
				Outros resultados abrangentes		565	1.171
Total do ativo		118.140	126.163	**Total do passivo**		118.140	126.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Outras	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		56.229	3.895	58.712	1.963	-	120.799
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	(792)	-	(792)
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.473	1.473
Destinações:							
Reserva Legal		-	73	-	-	(73)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(73)	(73)
Absorção de lucros acumulados		-	-	1.327	-	(1.327)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		56.229	3.968	60.039	1.171	-	121.407
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	(606)	-	(606)
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.101	1.101
Destinações:							
Reserva Legal		-	55	-	-	(55)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(55)	(55)
Dividendos distribuídos ref. reservas de lucros excedentes ao capital social	9	-	-	(7.778)	-	-	(7.778)
Absorção de lucros acumulados		-	-	991	-	(991)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		56.229	4.023	53.252	565	-	114.069
Saldos em 30 de junho de 2021		56.229	3.968	56.788	960	-	117.945
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	(395)	-	(395)
Lucro do exercício		-	-	-	-	4.353	4.353
Destinações:							
Reserva Legal		-	55	-	-	(55)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(55)	(55)
Dividendos distribuídos ref. reservas de lucros excedentes ao capital social	9	-	-	(7.778)	-	-	(7.778)
Absorção de lucros acumulados		-	-	4.242	-	(4.242)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10	56.229	4.023	53.252	565	-	114.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)*

	Nota explicativa	2º semestre 2021	12.2021	12.2020
Receitas da intermediação financeira		3.857	5.595	2.357
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	3.857	5.595	2.357
Resultado bruto da intermediação financeira		3.857	5.595	2.357
Outras receitas (despesas) operacionais		2.467	(2.523)	1.703
Receitas de prestação de serviços	13f	7.129	7.129	7.652
Despesas de pessoal	13a	(3.123)	(7.225)	(7.046)
Despesas administrativas	13b	(1.422)	(2.613)	(2.395)
Despesas tributárias	13c	(203)	(346)	(323)
Outras receitas operacionais	13d	87	537	3.862
Outras despesas operacionais	13e	(1)	(5)	(47)
Resultado operacional		6.324	3.072	4.060
Resultado antes da tributação sobre o Prejuízo e participações		6.324	3.072	4.060
Imposto de renda e contribuição social		(1.971)	(1.971)	(2.587)
Provisão para imposto de renda	12a	(1.148)	(1.148)	(1.569)
Provisão para contribuição social	12a	(823)	(823)	(1.018)
Lucro líquido do exercício/semestre		4.353	1.101	1.473
Lucro líquido por lote de mil ações - R$		77	20	26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2º semestre 2021	12.2021	12.2020
Lucro líquido do exercício/semestre	4.353	1.101	1.473
Itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado			
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	(616)	(1.003)	1.265
Venda de ações companhias abertas	-	-	(2.362)
Impostos diferidos sobre valor justo	221	397	(758)
Impostos diferidos sobre a venda de ações companhias abertas	-	-	1.063
Total dos itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado	(395)	(606)	(792)
Total dos resultados abrangentes do exercício/semestre líquido dos impostos	3.958	495	681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	2º semestre 2021	12.2021	12.2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		4.353	1.101	1.473
Ajustes ao lucro líquido		32	63	63
Depreciação/amortização	13b	32	63	63
Lucro líquido ajustado		4.385	1.164	1.536
Variação em Ativos Operacionais - (Aumento)/Diminuição				
Títulos e valores mobiliários	5	6.911	4.516	3.343
Diversos	6	(5.623)	365	(2.899)
Aumento/(redução) nos passivos em				
Contas a pagar	8a	112	113	15
Fiscais e previdenciárias	8b	2.550	(570)	2.718
Provisões trabalhistas	8c	(184)	203	60
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		8.151	5.791	4.773
Fluxos de caixa das atividades investimentos				
Alienação/Aquisição de ativo imobilizado		-	(7)	(78)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		-	(7)	(78)
Fluxos de caixa das atividades financiamento				
Pagamento de dividendos		(7.866)	(7.866)	-
Venda de ações companhias abertas		-	-	(2.362)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(7.866)	(7.866)	(2.362)
Aumento/redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		285	(2.082)	2.333
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	57	2.424	90
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	342	342	2.424
Aumento/redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		285	(2.082)	2.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: O BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("Banco"), é uma sociedade anônima de capital fechado, integrante do grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA, tem por objetivo principal a prática de operações de investimento, a administração da carteira de valores mobiliários e fundos de investimento. O Banco, situado à Rua Campos Bicudo, 98 CJ. 162, Jardim Europa, São Paulo - SP, mantem, basicamente, aplicações em fundos de investimentos e ações em companhias abertas (nota explicativa nº 5) para gerenciamento do seu caixa. **2. Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras: a. Práticas contábeis:** As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios. A autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras, foi dada pela Administração em 25 de março de 2022. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: • **CPC 00 (R1)** - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - financeiro, homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012; • **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; • **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações financeiras. CMN nº 4.524/2016; • **CPC 03 (R2)** - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; • **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível. CMN nº 4.534/2016; • **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; • **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; • **CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; • **CPC 24** - Evento subsequente - homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11; • **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; • **CPC 27** - Ativo Imobilizado CMN nº 4.535/2016; • **CPC 33 (R1)** - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; • **CPC 41** - Resultado por ação - homologado pela Resolução CMN nº 3.959/2019; • **CPC 46** - Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019. Atualmente, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A Administração do Banco concluiu que na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos. **3. Principais práticas contábeis: a. Apuração de resultado:** As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores à 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, conforme circular BACEN nº 3.068/11, da seguinte forma: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; e • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. As aplicações em fundos de investimento estão classificadas na categoria de títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador dos fundos. Os rendimentos correspondentes são apropriados nas contas de resultado. As aplicações em ações estão classificadas como na categoria de títulos disponíveis para venda e registradas ao custo de aquisição e atualizadas conforme cotações divulgadas pela B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão. • **Mensuração do valor de mercado:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Banco requer a mensuração de valor de mercado para ativos e passivos financeiros. O Banco estabeleceu controle relacionado à mensuração de valor de mercado sobre a valorização e desvalorização das cotas dos fundos de investimentos e das ações compostas nos títulos e valores mobiliários de seus instrumentos financeiros ativos. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração. Ao mensurar o valor de mercado de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, de acordo com a resolução 4,748/2019 do BACEN. Os valores de mercado são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor de mercado no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, caso aplicável. Ativos circulante e realizável a longo prazo e passivos circulante e exigível a longo prazo. São demonstrados pelos valores de realizações e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço. **d. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, da seguinte forma: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos contingentes:** É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis das ações. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação; Os avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados, e os avaliados com risco de perda remota não requerem provisão nem divulgação; • **Obrigações legais**: referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os depósitos judiciais eram mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento as normas do BACEN. **e. Imposto de renda e contribuição social:** Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Alíquota (%)
Imposto de renda	15,00
Adicional de imposto de renda	10,00
Contribuição social	25,00
PIS	0,65
COFINS	4,00

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020. Em março de 2021 foi instituída a Medida Provisória nº 1.034 que estabelece em seu Inciso III do artigo 1º nova majoração da alíquota de contribuição social para 25%, com vigência a partir de julho de 2021. **f. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido e provisão para contingência, no entanto, para este último, não há a necessidade de sua constituição por não haver processos sujeitos a perdas prováveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo semestralmente. **g. Resultado recorrente/não recorrente:** As políticas internas do BBVA Brasil Banco de Investimento consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações de investimento, administração de carteira de valores mobiliários, fundos de investimento, participação ou financiamento a prazo médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco no exercício de 2021, no montante de R$ 1.101 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes. **4. Componentes de caixa e equivalente caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

Caixa e equivalentes de caixa	12.2021	12.2020
Moeda Nacional	342	2.424
Total	342	2.424

5. Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários classificada na categoria de títulos para negociação (cotas de fundos) e disponíveis para venda (ações) está assim representada: ***5a. Diversificação por tipo***

5a. Diversificação por tipo	12.2021	12.2020
Carteira própria		
Cotas de Fundos	105.442	109.959
Título de valores mobiliários	1.176	2.179
Total	106.618	112.138
Fundo de investimento Itau HIGH GRADE RF CRED PRIVADO	54.057	51.753
Fundo de investimento Itau CORP PLUS RENDA FIXA	25.561	38.775
Fundo de investimento Itau CORPORATE RF	11.168	6.848
Fundo de investimento Bradesco CFRDF	2.957	2.836
Fundo de investimento Itau GOLD RF	9.538	7.696
Fundo de investimento Itau FIX 5	2.161	2.051
Ações de companhia aberta - Título B3 ON NM	1.176	2.179
	106.618	**112.138**

5b. Diversificação por prazo	106.618	112.138
Circulante (i)	105.442	109.959
Não Circulante (ii)	1.176	2.179

(i) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas na categoria de títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador dos fundos, portanto, classificadas como Nível 2. Os rendimentos correspondentes são apropriados nas contas de resultado. As aplicações em cotas de fundos não possuem vencimento, bem como o seu valor de custo é igual ao de mercado. (ii) As aplicações em ações estão classificadas como na categoria de títulos disponíveis para venda e registradas ao custo de aquisição e atualizadas conforme cotações divulgadas pela B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão, portanto classificadas como Nível 1. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco apresentava em sua carteira 105.474 ações de companhias abertas (35.158 ações em 2020), registradas B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão, equivalentes a R$ 1.176 (R$ 2.179 em 2020), classificadas como "disponível para venda". O saldo de ajuste a valor de mercado no patrimônio líquido, no montante de R$ 565, (R$ 1.171 em 2020) refere-se aos ganhos e perdas não realizáveis, deduzidas dos efeitos fiscais. A companhia decidiu pela venda de 40.000 ações da B3 S.A no mês de dezembro de 2020.

5c. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º semestre 2021	12.2021	12.2020
Aplicações em Fundos de investimentos	13.900	23.888	18.303
Rendas de Aplicação em Fundos de Investimentos	3.857	5.595	2.357
Dividendos - Ações Companhias abertas	49	98	98
Ganhos na alienação de investimentos	-	-	2.362
Total	17.806	29.581	23.118

6. Outros ativos:	12.2021	12.2020
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	11
Imposto de renda a recuperar	3.312	3.177
Despesas antecipadas	56	59
Contas a receber coligadas	7.505	8.054
Outros	56	28
Adiantamento e antecipações salariais	107	83
	11.047	**11.412**
Circulante	11.047	11.412
Não Circulante	-	-

7. Imobilizado e depreciações

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos informática e Comunicação	Benfeitorias	Total
Custo							
Saldos em 31/12/2020	37	29	86	206	265	30	653
Adições	-	8	-	-	-	-	8
Baixas	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2021	37	36	86	206	265	30	660
Depreciação acumulada							
Saldos em 31/12/2020	(37)	(28)	(83)	(106)	(180)	(30)	(464)
Adições	-	(1)	(1)	(41)	(21)	-	(64)
Baixas	-	1	-	-	-	-	1
Saldos em 31/12/2021	(37)	(28)	(84)	(147)	(201)	(30)	(527)
Saldos em 31/12/2020	-	1	3	100	85	0	189
Saldos em 31/12/2021	-	8	2	59	64	0	133

8. Outros passivos - 8a. Contas a Pagar	12.2021	12.2020
Outras contas a Pagar	172	59
Total	172	59
	172	59
Circulante	172	59
Não Circulante	-	-

8b. Fiscais e previdenciárias	12.2021	12.2020
Provisão para imposto de renda	1.148	1.569
Provisão para contribuição social	823	1.018
Outros Impostos e contribuições pagar	748	702
Total	2.719	3.289
	2.719	3.289
Circulante	2.719	3.289
Não Circulante	-	-

8c. Provisões para encargos trabalhistas	12.2021	12.2020
Provisão de Férias	265	269
Provisão INSS sobre Férias	68	69
Provisão FGTS sobre Férias	22	21
Provisão de bônus a pagar	207	-
Total	562	359
	562	359
Circulante	562	359
Não Circulante	-	-

9. Outros intrumentos financeiros passivos	12.2021	12.2020
Dividendos a Pagar	55	89
Total	55	89

Refere-se a dividendos mínimos provisionados aos acionistas no valor de R$ 55 em dezembro de 2021, referente ao lucro correspondente ao período de 2021. A AGEO realizada em 30 de abril de 2021 deliberou sobre o pagamento dos dividendos no valor de R$ 73 referente ao lucro correspondente ao período de 2020 e ao valor de R$ 15 referente ao lucro correspondente ao período de 2018 somados ao valor de R$ 7.778 referente montante de reservas de lucros que estava excedente ao valor de capital social.

10. Patrimônio líquido	12.2021	12.2020
Capital social	56.229	56.229
Reservas de lucros	53.252	60.039
Reserva legal	4.023	3.968
Ajuste de avaliação patrimonial	565	1.171
Total	114.069	121.407

a. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2021, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 56.229.134 ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de R$ 1,00 por ação. Sendo o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A o acionista que corresponde a 99,99% das ações. **b. Destinação do lucro:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício de acordo com o Estatuto Social, até o limite de 20% do capital social definido pela legislação societária. Em 31 de dezembro de 2021 houve a constituição de reserva legal sobre o lucro líquido do exercício, no montante de R$ 55, e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 55, sendo o saldo remanescente de R$ 991 destinado as reservas de lucros, e em dezembro de 2020 houve a constituição de reserva legal sobre o lucro líquido do exercício, no montante de R$ 73, e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 73, sendo o saldo remanescente de R$ 1.327 destinado as reservas de lucros. O ajuste de avaliação patrimonial refere-se a marcação a mercado da posição em ações da instituição no valor de R$ 565 (R$ 1.171 em 2020). **11. Provisões e passivos contingentes** - ***11a. Ativos contingentes:*** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não havia ativos contingentes registrados. ***11b. Ao final do período em 31 de dezembro de 2021 existiam os seguintes passivos contingentes:*** Existem passivos contingentes referentes a processos de natureza tributária e cível, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos externos, com o riscos de perdas possível e remota, não reconhecidos contabilmente. No momento, o Banco não possui processos prováveis. O processo jurídico do banco de natureza tributária com classificação de perda possível totaliza R$ 301 nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 correspondentes a 2 processos.

12. Imposto de renda e contribuição social: ***12a. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes:*** Os encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL no exercício estão assim demonstrados:

	12.2021	12.2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	3.073	4.060
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(1.536)	(1.827)
Efeito de IRPJ e de CSLL sobre as diferenças permanentes – contribuição associativa não-compulsória, bônus dirigentes e dividendos recebidos	(665)	(851)
Dedução de incentivos fiscais (PAT)	-	24
Créditos tributários não reconhecidos	-	-
Despesa com IRPJ e CSLL - valores correntes	1.971	2.587

(Continuação) *12b. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos*

	12.2021	12.2020
Título de valores mobiliários - ações em companhias abertas	1.176	2.179
Custo histórico dos títulos de valores mobiliários	(48)	(48)
Base cálculo - IRPJ e CSLL diferidos	**1.128**	**2.131**
IRPJ- 25%	281	533
CSLL - 15%	-	-
CSLL - 25% a partir de 01.07.2021 conf. Inciso III, art. 1º da Medida Provisória nº 1.034 de março de 2021 com vigência a partir de 01 de julho de 2021	282	426
IRPJ e CSLL - diferidos	**563**	**960**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a instituição não possuía saldo negativo de IRPJ e base negativa de CSLL para realizar a constituição de créditos tributários.

13. Demonstração do Resultado: *13a. Despesas com pessoal*

	2º semestre 2021	12.2021	12.2020
Benefícios	551	961	758
Encargos sociais	643	1.205	1.453
Proventos	1.891	4.978	4.754
Treinamento	38	81	81
Total	**3.123**	**7.225**	**7.046**

13b. Despesas Administrativas

	2º semestre 2021	12.2021	12.2020
Despesas de Água, Energia e Gás	12	24	24
Despesas de Aluguéis e Condomínios	131	256	250
Despesas de Comunicações	87	162	114
Despesa Manutenção de Bens	-	-	1
Despesas de Material	3	4	10
Despesas de Publicações	8	49	36
Despesas de Seguros	13	23	30
Despesas do Sistema de Serviço Financeiro	11	26	28
Despesas de Serviços de Terceiros	144	275	235
Despesas de serviços, vigilância e segurança	120	206	198
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	832	1.472	1.289
Despesas de Transportes	18	30	34
Despesas de amortização e depreciação	32	64	63
Outras Despesas Administrativas	11	22	83
Total	**1.422**	**2.613**	**2.395**

13c. Despesas Tributárias	2º semestre 2021	12.2021	12.2020
Cofins	158	230	198
Pis	26	38	32
IPTU	15	31	27
Outros impostos e taxas	4	14	66
IOF / IOC - despesas tributárias	-	33	-
Total	**203**	**346**	**323**

13d. Outras Receitas Operacionais

	2º semestre 2021	12.2021	12.2020
Variação Cambial	-	379	1.230
Descontos Obtidos	-	-	-
Variação Selic	29	44	85
Outras	8	16	88
Dividendos	50	98	98
Ganho na alienação de investimentos	-	-	**2.361**
Total	**87**	**537**	**3.862**

13e. Outras despesas operacionais

	2º semestre 2021	12.2021	12.2020
Juros e multas	1	5	29
Despesas não operacionais	-	-	13
Outras despesas indedutíveis	-	-	5
Total	**1**	**5**	**47**

13f. Receitas de prestação de serviços: As rendas de prestação de serviços referem-se a receita líquida de serviços de assessoria e consultoria prestados ao Banco Bilbao Viscaya Argentina S.A. com a finalidade de suprimento de caixa nos exercícios assim demonstrados:

	2º semestre 2021	12.2021	12.2020
Rendas de prestação de serviços	7.129	7.129	7.652
Total	**7.129**	**7.129**	**7.652**

14. Transações com partes relacionadas: Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstrados abaixo:

14a. Outras contas a receber	12.2021	12.2020
Banco Bilbao Vizcaya	**7.505**	**8.054**
Total	**7.505**	**8.054**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Banco possui valores a receber conforme nota 6, referente ao contrato de SLA, com sua matriz Banco Bilbao Vizcaya S.A. de R$ 7.505 e 8.054 respectivamente. ***14b. Remuneração do pessoal-chave da administração:*** O pessoal-chave da Administração são os diretores executivos. A remuneração paga aos Administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi no montante de R$ 3.064 (R$ 2.237 em 31 de dezembro de 2020), registrada na rubrica despesas com pessoal. **15. Outras informações: a.** Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e dezembro de 2020, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos. **b.** Os ativos foram revisados e nenhuma perda por impairment foi reconhecida no período. **c.** Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e dezembro de 2020, não existiam aplicações em títulos classificados como mantidos até o vencimento. **d.** A administração do BBVA avaliou potenciais efeitos nas operações locais e internacionais (controlador) decorrentes da pandemia COVID-19 e concluiu que não existem impactos significativos, bem como alterações relevantes nas estimativas utilizadas na apresentação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2021. **16. Acordo de basiléia (limite operacional):** Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites do Banco são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basiléia para 31 de dezembro de 2021 foi de 109,36% (112,30% em dezembro de 2020). **17. Gerenciamento de riscos:** • Estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital. • Em que pese à condição atual pré-operacional, o Banco adota uma estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos Riscos e em conformidade com as Resoluções em vigor: Risco Operacional (Res.3.380/06), Risco de Mercado (Res.3.464/07), Risco de Crédito (Res.3.721/09) e de Capital (Res.3.988/11). A resolução nº 4.557 de 23/02/2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN) aprimorou as regras para gestão de riscos e gestão de capital. • A diretoria executiva mantém uma adequada estrutura de funcionamento para o atual nível de operação da instituição estando em conformidade com as políticas e normas estabelecidas pelas resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) no tocante e observação e das boas práticas de mercado que envolva possíveis riscos mercado, operacionais, gerenciamento de risco de crédito, ainda que não tenhamos uma carteira ativa de clientes, bem como a gestão de risco de liquidez pautado em política interna de gerenciamento, monitoramento de melhor utilização de recursos existentes para suportar despesas operacionais visando uma adequação de possíveis riscos de crédito, em que se determinam as responsabilidades, estratégias para a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **18. Nota de Eventos Subsequentes:** Em março de 2021 foi alterada a Medida Provisória nº 1.034 para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Art. 1º A Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações: III - vinte e cinco por cento até o dia 31 de dezembro de 2021 e vinte por cento a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001.

A Diretoria **Ouvidoria: Tel.: 0800-772-3500**

Locatelli Consulting Solutions Ltda. CRC/SP 2SP 026.948/O-9

Ines Regina Tavares Caressato Garcia
Contadora Responsável - CRC 1SP 192.361/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: À Diretoria e Acionistas do **BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. São Paulo - SP: Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 142/2022.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS **DE MEDICAMENTOS ANÁLOGOS DE INSULINA**, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia **30 de março de 2022** a **11 de abril de 2022 até às 10h00min. (Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços e Documentos de Habilitação** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia **11 de abril de 2022**, às **10h00min. (Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das **10h00min.** do dia **11 de abril de 2022**. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: **https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp**, no **www.compras.gov.br,** assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: **https://licitacoes.tce.ce.gov.br/**. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 29 de março de 2022.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

Santander Auto S.A.

CNPJ/ME Nº 30.617.319/0001-21 - NIRE nº 35.300.522.770

Ata da Assembleia Geral Extraordinária - Realizada em 08 de Outubro de 2021

1. Data, hora e local: Dia 08 de outubro de 2021, às 9:00 horas, na sede social da **Santander Auto S.A.** (doravante denominada como "Companhia"), inscrita no CNPJ sob o n. 30.617.319/0001-21, com endereço na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Cj. 261, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Quórum:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no livro de "Presença de Acionistas" da Companhia. **3. Convocação:** Dispensada a convocação prévia e a publicação do Edital de Convocação, conforme determina o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.As."). **4. Mesa:** Presidida pelo Sr. **Murilo Setti Riedel** e secretariada pelo Sr. **Denis Ferro Junior. 5. Ordem do dia:** Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia. **6. Deliberações:** De conformidade com a ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia: **6.1.** Aprovaram a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, para um mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2024, a saber: o Sr. **Murilo Setti Riedel,** brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.794.049-5 SSP-SP e do CPF nº 064.452.198-88, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Escobar Ortiz, 570 - Apto. 7, CEP 04512-051, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; o Sr. **André de Carvalho Novaes,** brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 39.843.813 SSP/SP e portador do CPF/ME sob o nº 005.032.677-59, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Wanderley nº. 1529, Perdizes, CEP 05011-002, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; o Sr. **Vagner de Paula Guzella,** brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.227.309-5 SSP-SP e do CPF/ME nº 264.247.768-18, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Barão do Triunfo, 142 - Apto 122 - Bloco 02, CEP 04602-000, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; o Sr. **Marcelo Augusto Dutra Labuto,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 1345836/PCDF, inscrito no CPF/ME sob o nº. 563.238.081-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jorge Coelho, nº. 167, apto 31, Jardim Paulistano, CEP 01451-020, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; o Sr. **Eugenio Flávio Pontes Rodrigues,** brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG no 12.622.502-SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº. 004.090.438-50, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Zacarias de Góis, 881 - Apto 202, Campo Belo, CEP 04610-001, para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração; o Sr. **Marcio Giovannini,** argentino, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RNE nº G038183-2, inscrito no CPF/ME sob o nº. 236.854.598-05, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Flavio Américo Maurano, nº. 260, Fazenda Morumbi, CEP 05656-020, para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração; o Sr. **Wilson Roberto Alves,** brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.594.891-X SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº. 076.743.588-52, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Santo Arcádio, 321, Apto. 181, Jardim das Acácias, CEP 04707-110, para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração; e o Sr. **Eduardo de Moraes Jurcevic,** brasileiro, em união estável, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.543.399-0, inscrito no CPF/ME sob o nº. 251.308.328-84, residente e domiciliado na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Almirante Saldanha da Gama nº 98, Apto. 82, Ponta da Praia, CEP 11030-400, para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração. Os conselheiros eleitos declaram, em conformidade com a lei e regulamentação aplicáveis, que **(i)** cumprem todos os requisitos do artigo 147 da Lei das S.As. para sua eleição como membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como com todas as condições estabelecidas no Anexo II da Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015, e **(ii)** não estão envolvidos em nenhum dos crimes definidos por lei que os impeçam de exercer qualquer atividade financeira e/ou negócio. **7. Encerramento:** Nada mais sendo tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária, que, depois de lida, foi aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes, que a assinam juntamente com os membros da Mesa. São Paulo - SP, 08 de outubro de 2021. Presidente da Mesa: Sr. **Murilo Setti Riedel;** Secretário da Mesa: Sr. **Denis Ferro Junior.** Acionistas presentes: (a) **Sancap Investimentos e Participações S/A** por Carolina Silvia Alves Nogueira Trindade e Luiza de Andrade Piovezan e (b) **HDI Seguros S/A** por Murilo Setti Riedel e Vagner de Paula Guzella. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Murilo Setti Riedel -** Presidente da Mesa. **Denis Ferro Junior -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 136.540/22-3 em 15/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação - 2ª Convocação

Ficam convocados os Senhores acionistas da **Positivo Tecnologia S.A.** ("Positivo Tecnologia" ou "Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), em segunda convocação, a ser realizada no **dia 08 de abril de 2022, às 11h00, de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico informado no presente Edital**, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: ***(i)* alteração** do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constante no vigente **Regulamento do Novo Mercado** da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, *por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, parágrafo único; artigo 8º (novo artigo 12), inciso (xii) e parágrafo único; artigo 9º (novo artigo 13) parágrafo primeiro; artigo 10 (novo artigo 14), caput e parágrafos primeiro e segundo; artigo 14 (novo artigo 18), exclusão da alínea (xv), inclusão das novas alíneas (xv), (xvi), (xvii) e alteração da redação da alínea (xx) - nova alínea (xix); artigo 26 (novo artigo 27), parágrafo primeiro; artigo 31 (novo artigo 33); exclusão dos artigos 32 à 41; e artigo 44 (novo artigo 35).* ***(ii)* alteração** do Estatuto Social da Companhia para **melhoria de governança** e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: *artigo 1º, caput; artigo 2º; artigo 3º; artigo 5º, parágrafo terceiro (novo artigo 6º e seus parágrafos); artigo 5º, parágrafo quinto (novo artigo 8º); artigo 7º (novo artigo 11) e seus parágrafos; artigo 8º (novo artigo 12), incisos (ii) à (xi); artigo 9º (novo artigo 13) caput e parágrafos segundo e terceiro; artigo 11 (novo artigo 15); artigo 12 (novo artigo 16), caput e seus parágrafos; artigo 14 (novo artigo 18), todas as alíneas, exceto quanto as alíneas do mesmo artigo já listadas no item (i) deste Edital; artigo 15 (novo artigo 19) caput e seus parágrafos; artigo 16 (novo artigo 20); artigo 17 (novo artigo 21); artigo 18 (novo artigo 22); exclusão dos artigos 19, 20 e 21; artigo 22 (novo artigo 23), caput e suas alíneas; artigo 24 (novo artigo 25) caput e suas alíneas; artigo 25 (novo artigo 26) caput e seus parágrafos; artigo 26 (novo artigo 27), caput e parágrafo quarto; artigo 42 (novo artigo 34), parágrafos primeiro à décimo quarto; exclusão do artigo 43; e inclusão dos novos artigos 37, 38 e 39.* ***(iii)* alteração** da redação do *caput* do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; e ***(iv)* consolidação** do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social. **Informações Gerais:** a) Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 124 e com o parágrafo 3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76, os documentos objeto das deliberações da Assembleia ora convocada, em especial os referidos no artigo 11 da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) *website* de relações com investidores da Companhia (**https://ri.positivotecnologia.com.br/**); (iii) *website* da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (**www.cvm.gov.br**) por meio do sistema IPE; e (iv) *website* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (**www.b3.com.br**). b) A Companhia informa que os Boletins de Voto a Distância recebidos para a primeira convocação da Assembleia serão considerados para esta segunda convocação, bem como os acionistas que realizaram o cadastro na plataforma eletrônica para participação na Assembleia em primeira convocação serão considerados automaticamente cadastrados para, se assim desejarem, participar da Assembleia em segunda convocação. c) Adicionalmente, os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que não se cadastraram para participação em primeira convocação e que desejarem participar da Assembleia, nos termos do artigo 5º, §3º, Instrução CVM nº 481/09, deverão realizar o seu pré-cadastro, por meio do link: **https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=E4BB97C9D9F8**, impreterivelmente até o dia **05 de abril de 2022 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados no Manual para Participação de Acionistas. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da Assembleia por meio da plataforma digital. Após o credenciamento pela Companhia, os Acionistas receberão os seus dados de acesso, assim como orientações gerais, relacionadas ao sistema eletrônico de participação e votação a distância. d) A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009. Para tanto, o Acionista poderá exercer o seu direito de voto por meio de envio, até 7 (sete) dias de antecedência da realização da Assembleia, de Boletim de Voto a Distância: (i) diretamente à Companhia; (ii) ao seu respectivo agente de custódia; e/ou (iii) instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia; conforme as orientações constantes no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração. e) Para participação do acionista na Assembleia, independentemente do meio escolhido, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, emitido nos últimos 5 (cinco) dias.	X	X	X
Documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade.)	X	X	X
Estatuto Social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista (para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.)	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado do fundo.	-	-	X

f) O detalhamento das deliberações propostas, das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar a distância na Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas, bem como instruções gerais para preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância) encontram-se no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração divulgado nesta data pela Companhia. Curitiba, 28 de março de 2022. **Alexandre Dias -** Presidente do Conselho de Administração.

Cajarana Participações Ltda.

CNPJ: 22.871.161/0001-93

Aviso aos Sócios

Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios, os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1º do Código Civil, relativos ao exercíciofindo em 31.12.2021. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa.

Jarinu, 21/03/2022. **A Administração**

UTINGÁS ARMAZENADORA S.A.

CNPJ Nº 61.916.920/0001-49 - NIRE 35.300.033.621

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, em nossa sede social, localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 1.343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, os documentos mencionados no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 30 de março de 2022. **Tabajara Bertelli Costa -** Diretor Superintendente

RTDR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 09.222.901/0001-00 NIRE 4230004824-1

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIAREALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2022

1. Data, Hora e Local: Aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro do ano de 2022, às 14:30horas, na sede da RTDR PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), na Cidade de BalneárioCamboriú, no Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, sala 9A-1, CEP 88330- 063. **2. Convocação e Presença**: Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em edições dos dias 11, 14 e 15 de fevereiro de 2022, páginas 72, 37 e 82 respectivamente, e no Jornal "O Estado de São Paulo" em edições dos dias 11, 12 e 13 de fevereiro de 2022, páginas B4, B5 e B7 respectivamente. Acionistas presentes representando 100% (cem por cento) do capital votante da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa**: Presidente: Sra. **Tatiana Schumacker Rosa Cequinel**; Secretário: Sr. **Diego Schumacker Rosa**. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre as seguintes matérias: **(a)** aprovar os termos e condições da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações,da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para colocação privada, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, no montante de até R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ("6ª Emissão" e "Debêntures da 6ª Emissão", respectivamente); **(b)** aprovar os termos e condições das demais emissões de debêntures simples da Companhia, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, no montante total agregado, em conjunto com a 6ª Emissãode até R$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais); e **(c)** autorizar expressamente que a Diretoria da Companhia possa tomar todas e quaisquer providências necessárias à efetivação das deliberações tomadas de acordo com os itens (i)a (iii) acima, inclusive negociar e firmar quaisquer instrumentos, contratos, aditamentos e documentos relacionados às emissões de debêntures aprovadas. **5. Deliberações**: Inicialmente, foi aprovado pelos acionistas presentes, por unanimidade devotos, que a Ata desta Assembleia fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Após a discussão das matérias objeto da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **5.1. Aprovar** a emissão, pela Companhia, de até 50.000 (cinquenta mil) debêntures da 6ª (sexta) Emissão da Companhia, em série única, perfazendo o montante total de até R$ 50.000.000,00, para colocação privada perante a Securitizadora, e a decorrente celebração do "*Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da RTDR Participações S.A.*" ("Escritura de Emissão de Debêntures"), com as características descritas a seguir: **(i) Emissão e Série:** as debêntures representarão a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora, a qual será realizada em série única; **(ii) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas até 50.000 (cinquenta mil) debêntures, todas com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo); **(iii) Valor Total da Emissão:** O valor total da 6ª Emissão será de até R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); **(iv) Destinação dos Recursos:** A destinação dos recursos captados por meio das debêntures é imobiliária, nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures; **(v) Valor Nominal Unitário :** R$ 1.000,00 (mil reais); **(vi) Data de Emissão:** A data de emissão das debêntures será definida na Escritura de Emissão de Debêntures, sendo certo que não poderá ultrapassar 31 de dezembro de 2022 ("Data de Emissão"); **(v) Prazo das Debêntures:** até 48 meses contados da data de emissão, conforme definido na respectiva escritura de emissão de debêntures; **(vii) Data de Vencimento:** As debêntures terãovencimento até 31 de dezembro de 2026, conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão de Debêntures ("Data de Vencimento"); **(viii) Classe:** As Debêntures da 6ª Emissão serão simples, não conversíveis em ações; **(ix) Colocação e Subscrição:** As Debêntures da 6ª Emissão serão objeto de colocação privada, sem intermediação deinstituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. A subscrição das Debêntures da 6ª Emissão deveráocorrer mediante assinatura, pela Debenturista, do Boletim de Subscrição; **(x) Integralização:** As Debêntures da 6ª Emissão serão integralizadas pela Securitizadora em até 02 (dois) Dias Úteis da data em que for verificado o cumprimento das Condições para Integralização das Debêntures da 6ª Emissão previstas na Escritura de Emissão de Debêntures ("Data de Integralização das Debêntures"), à vista, em moeda corrente nacional, observados os termos e condições estabelecidos no respectivo Boletim de Subscrição, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata*, desde a Data da Primeira Integralização dos CRI. As Debêntures da 6ª Emissão que não forem integralizadas até o encerramento da Oferta Restrita serão canceladas pela Companhia, independentemente de decisão dos titulares dos CRI, devendo a Escritura de Emissão ser aditada no prazo de 10 (dez) Dias Corridos, contados da data do encerramento da oferta, de forma a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas no âmbito da 6ª Emissão; **(xi) Comprovação de Titularidade das Debêntures:** Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures da 6ª Emissão será comprovada pela inscrição do titular das debêntures no Livro deRegistro de Debêntures; **(xii) Espécie:** As Debêntures da 6ª Emissão serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional; **(xiii) Forma:** As Debêntures da 6ª Emissão serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados; **(xiv) Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; **(xv) Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, conformeo caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem) da taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra-grupo*",com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 – Bolsa, Brasil, Balcão ("B3") no informativo diário disponível em sua página de Internet (http://www.b3.com.br/pt_br/) ("Taxa DI"),acrescida de uma sobretaxa equivalente a 3,85% (três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos durante o período de vigência das Debêntures. A Remuneração será calculada conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures; **(xvi) Periodicidade de Pagamento da Remuneração:** O pagamento da Remuneração será realizado mensalmente, conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão de Debêntures; **(xvii) Periodicidade de Pagamento da Amortização:** A amortização do Valor Nominal Unitário devidamente atualizado será realizada mensalmente, conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão de Debêntures; **(xviii) Prorrogação de Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária, pela Companhia e pela Debenturista, até o próximo Dia Útil se o vencimento não coincidicom um Dia Útil; **(xix) Encargos Moratórios:** Na hipótese de a Companhia não efetuar, total ou parcialmente, o pagamento da Remuneração e/ou Amortização nas respectivas Data de Pagamento da Remuneração e/ou Data de Pagamento da Amortização, sobre os valores não pagos, devidamente acrescidos da Remuneração, incidirão: (i) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito; e (ii) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do débito em atraso, calculados em bases *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo de outras disposições previstas na Escritura de Emissão de Debêntures; **(xx) Repactuação:** Não haverá repactuação das Debêntures da 6ª Emissão, exceto no caso de aprovação dos titulares dos CRI, nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures; **(xxi) Local dePagamento:** As Debêntures da 6ª Emissão serão devidas e pagas pela Emissora diretamente em conta vinculada do regime fiduciário dos CRI, mantida em nome daSecuritizadora ("Conta do Patrimônio Separado"); **(xxii) Garantias:** as Debêntures da 6ª Emissão contarão com garantia real em razão da constituição em favor da debenturista de(xxii.A) cessão fiduciária de recebíveis, (xxii.B) alienação fiduciária de bens imóveis; e(xxii.C) cessão fiduciária dos direitos decorrentes de excussão de alienação fiduciária de bens imóveis e com garantia fidejussória adicional, constituída por meio de fiança, nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures; e **(xxiii) Demais Condições:** todas asdemais condições e regras específicas a respeito da Oferta Restrita deverão ser tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão de Debêntures.**1.1. Aprovar** as futuras emissões de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em até (2) séries, para colocação privada, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada,no montante total agregado, em conjunto com a 6ª Emissão de até R$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais) ("Montante Total Agregado"). As futuras emissões de debêntures deverão ter as mesmas características da 6ª Emissão, exceto pelos itens descritos a seguir: **(i) Emissão e Série:** as debêntures representarão a 7ª (sétima) e as seguintes emissões de debêntures da Emissora, as quais serão realizada em até 2 (duas) séries; **(ii) Quantidade de Debêntures:** Em conjunto com as Debêntures da 6ª Emissão, serão emitidas até 135.000 (cento e trinta e cinco mil) debêntures, todas com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme definido na respectiva escritura de emissão de debêntures); **(iii) Valor Total Agregado:** O valor agregado das futuras emissões de debêntures, em conjunto com a 6ª Emissão, será de até R$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais); **(iv) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais a data de emissão das debêntures será definida na respectivaescritura de emissão de debêntures, sendo certo que a data de emissão não poderá ultrapassar 31 de dezembro de 2022; **(v) Prazo das Debêntures:** deverá ser observado o prazo mínimo de 48 e o prazo máximo de 72 meses, contados da data de emissãoconforme definido na respectiva escritura de emissão de debêntures; **(vi) Data de Vencimento:** As debêntures terão vencimento até 31 de dezembro de 2027, conforme cronograma previsto na respectiva escritura de emissão de debêntures; **(vii) Atualização Monetária:** A ser definido pela diretoria da Companhia, no momento de assinatura da respectiva escritura de emissão de debêntures, sendo certo que (vii.A) o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; ou (vii.B) o Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente de acordo com a variação positiva mensal do IPCA/IBGE; **(viii) Remuneração:** A ser definido pela diretoria da Companhia, no momento de assinatura da respectiva escritura de emissão de debênturessendo certo que, (viii.A) no caso do item (vii.A) acima, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, conformeo caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem) da taxa média diária da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa entre 1,00% (um inteiro por cento) e 5,00% (cinco inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos durante o período de vigência das Debêntures, conforme definido na respectiva escritura de emissão de debêntures; ou no caso do item (viii.B) acima, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios entre 1,00% (um inteiro por cento) e 5,00% (cinco inteiros por cento) ao ano ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa*pro rata temporis* por dias úteis decorridos durante o período de vigência das Debêntures,conforme definido na respectiva escritura de emissão de debêntures. A Remuneração será calculada conforme previsto na respectiva escritura de emissão de debêntures; **(ix) Periodicidade de Pagamento da Remuneração:** O pagamento da Remuneração será realizado mensalmente, conforme cronograma previsto na respectiva escritura de emissão de debêntures; **(x) Periodicidade de Pagamento da Amortização:** A amortização do Valor Nominal Unitário devidamente atualizado será realizada mensalmente, conforme cronograma previsto na respectiva escritura de emissão de debêntures; **(xi) Garantias:** as debêntures das demais emissões poderão contar com garantia real em razão da constituição em favor da debenturista de (x.A) cessão fiduciária de recebíveis, (x.B) alienação fiduciária de bens imóveis; e (x.C) cessão fiduciária dos direitos decorrentes de excussão de alienação fiduciária de bens imóveis e com garantia fidejussória adicional, constituída por meio de fiança, nos termos da respectiva escritura de emissão de debêntures; e **(xii) Demais Condições:** todas as demais condições e regras específicas a respeito da respectiva Oferta Restrita deverão ser tratadas detalhadamente na respectiva escritura de emissão de debêntures. **1.2. Aprovar** a outorga, pela Companhia, das garantias de (i) cessão fiduciária de recebíveis; **(i)** cessão fiduciária de contas vinculadas; (iii) promessa de alienação fiduciária de imóveis; e (iv) alienação fiduciária de imóveis, em garantia às obrigações por ela assumidas no âmbito das emissões de debêntures e, consequentemente, da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI" e "Emissão dos CRI", respectivamente) por companhias securitizadoras ("Securitizadoras" ou "Debenturistas"). **1.3. Autorizar** expressamente a Diretoria da Companhia a tomar todas e quaisquer providências necessárias à efetivação das deliberações tomadas de acordo com os itens (5.1), (5.2) e (5.3) acima, inclusive (i) negociar e firmar quaisquer instrumentos, contratos, aditamentos e documentos relacionados às emissões de debêntures aprovadas; **(ii)** determinar os termos e condições das futuras emissões de debêntures no momento da assinatura das respectivas escrituras de emissão de debêntures, no melhor interesse da Companhia; **(iii)** outorgar procurações para representação da Companhia em quaisquer contratos, atos ou documentos relacionados às emissões de debêntures aprovadas, consequentes emissões de CRI e às garantias; e **(iv)** ratificar todos os atos que tenham sido praticados anteriormente pelos Diretos da Companhia. **1. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual a presente ata foi lavrada na forma de sumário, que lida e aprovada, segue assinada.

Certificamos que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Balneário Camboriú, 21 de fevereiro de 2022.

Tatiana Schumacker Rosa Cequinel — Presidente
Diego Schumacker Rosa — Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO

EDITAL RESUMIDO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRAS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, IMPLANTAÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO EM ESCOLAS MUNICIPAIS, NESTE MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO, ESTADO DE SÃO PAULO. ABERTURA/ENCERRAMENTO: se dará às 09:30 horas do dia 18/04/2022, para entrega dos envelopes. A licitação supra será realizada na sala de Licitações - Paço Municipal, sito à Rua Aprígio de Araújo, 837, Sertãozinho/SP. O Edital poderá ser retirado junto ao Departamento de Políticas de Suprimentos do Município nos horários das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas e no site www.sertaozinho.sp.gov.br. INFORMAÇÕES: TEL. (16) 2105-3044 ou 2105-3052. Secretaria de Administração; Departamento de Políticas de Suprimentos, 29 de março de 2022. Ricardo Alexandre de Cirqueira - Diretor do Departamento de Políticas de Suprimentos.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2022
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"**, através do seu Presidente Sr. Rodrigo Falsetti - Prefeito Municipal de Mogi Guaçu, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, TORNA PÚBLICO aos candidatos do Processo Seletivo Edital Nº 001/2022 e resolve o que segue:

INCLUIR:

DETERMINAR, após julgamento dos recursos impetrados pelos candidatos, referente à Prova de Aptição Física:

1 - RECURSOS IMPROCEDENTES – Quanto aos recursos indeferidos:

- Candidata Ana Maria Pompeu para o cargo de Auxiliar Administrativo - 12x36.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mogi Mirim, 30 de março de 2022.

RODRIGO FALSETTI
Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 094/2022 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 165.990/2021 – EMSERH

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO EM **UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA** PARA ATUAÇÃO NA **UNIDADE DE TRATAMENTO DE QUEIMADOS,** PARA ATENDER A DEMANDA DO **HOSPITAL DA ILHA**, ADMINISTRADO PELA EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por LOTE.

SITUAÇÃO DA LICITAÇÃO: FICA ADIADA ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO. Motivo: Revisão Processual.

Local de Realização: Sistema Licitações-e **www.licitacoes-e.com.br.**

Edital e demais informações disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.**

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **maiane.lobao@emserh.ma.gov.br,** ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 22 de março de 2022
Maiane Rodrigues Corrêa Lobão
Agente de Licitação da EMSERH

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 403/2021 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 165.128/2021 - EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de Engenharia e Manutenção para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e das instalações prediais, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, necessários para a execução de serviços contínuos, eventuais, emergenciais e por demanda em Estabelecimentos Assistenciais em Saúde (EAS) gerenciados pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares localizados no interior do Estado do Maranhão.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE.

STATUS DA LICITAÇÃO: ADIADA ATÉ ULTERIOR DE LIBERAÇÃO, em virtude da análise de pedido de esclarecimento.

ID nº [908353].

Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH **(www.emserh.ma.gov.br).**

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **amaral.neto@emserh.ma.gov.br,** ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 25 de março de 2022
Francisco Assis do Amaral Neto
Agente de Licitação da EMSERH

Construtora Tenda S.A.

CNPJ/ME nº 71.476.527/0001-35 - NIRE 35.300.348.206 - Companhia Aberta

Edital de Convocação da Assembleia Geral ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Construtora Tenda S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, havendo quórum, no dia 28 de abril de 2022, às 14:00 horas, a ser realizada **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica "Zoom", conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e disciplinada na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, ("Instrução CVM 481"), tendo sido considerada como realizada na sede da Companhia, nos termos do artigo 4º, §3º, da Instrução CVM 481, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i) Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; b) Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; c) Deliberar sobre o número de membros do Conselho Fiscal da Companhia e elegê-los, nos termos dos artigos 38 e 39 do Estatuto Social da Companhia; d) Deliberar sobre a proposta da Administração para a remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022. **(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Deliberar sobre a aprovação do 2º Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia. **1. Documentos a Disposição dos Acionistas:** Permanece a disposição dos acionistas, na sede da Companhia e nas páginas na internet da Companhia (ri.tenda.com); da CVM (www.cvm.gov.br); e da B3 (www.b3.com.br) toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada. **2. Legitimação e Representação:** Nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM 481, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia digital deverão enviar correio eletrônico para o e-mail ri@tenda.com até 2 (dois) dias antes da Assembleia (*i.e.* até o dia 26 de abril de 2022), solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação a distância e enviando os seguintes documentos: **(i)** extrato atualizado da conta de depósito das ações escriturais fornecido pela instituição financeira depositária emitido, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da Assembleia; e **(ii)** no caso de pessoa física, documento oficial, com foto, que comprove sua identidade; ou no caso de pessoa jurídica, estatuto social/contrato social e os demais documentos societários que comprovem a sua representação legal. Para os fundos de investimento, é necessária a apresentação do último regulamento consolidado, estatuto social/contrato social do administrador ou gestor do fundo e os demais documentos societários que comprovem os poderes de representação. Na hipótese de representação por procuração, a via original do instrumento de mandato devidamente formalizado e assinado pelo acionista outorgante (outorgado há menos de um ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações e das decisões do colegiado da CVM), conforme instruções constantes da Proposta da Administração referente à Assembleia ora convocada. A Companhia ressalta que, de maneira estritamente excepcional, aceitará que os referidos documentos sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pelo órgão competente datado de até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia. A Assembleia ora convocada será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM 481. Nesse sentido, as instruções gerais para participação na Assembleia ora convocada, inclusive aquelas relativas à participação por meio do sistema eletrônico contratado pela Companhia, encontram-se dispostas detalhadamente na Proposta da Administração, divulgada pela Companhia juntamente com o presente Edital de Convocação nas páginas na internet da Companhia (ri.tenda.com); da CVM (www.cvm.gov.br); e da B3 (www.b3.com.br). Adicionalmente, a Companhia adotará o sistema de votação a distância nos termos da Instrução CVM 481, permitindo que seus acionistas participem da Assembleia ora convocada a distância, por meio do preenchimento e envio de boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Formulário de Referência da Companhia, da Proposta da Administração relativa a Assembleia ora convocada, bem como do próprio Boletim de Voto a Distância disponibilizado nesta data. São Paulo, 28 de março de 2022. **Claudio José Carvalho de Andrade -** Presidente do Conselho de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunica a abertura da licitação:

CONCORRÊNCIA Nº 009/2022
Objeto: Contratação de empresa para execução da climatização da unidade de Cruzeiro.
Retirada do edital: a partir de 30 de março de 2022, através do portal www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).
Entrega dos envelopes: até as 10h15 do dia 20 de abril de 2022. Abertura às 10h30.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PORTARIA Nº 014/2022

NOMEIA "COMISSÃO DE CADASTRO DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2022" QUE ESPECIFICA.
RODRIGO FALSETTI, presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Alterar a portaria nº 05/2022 que nomeia a COMISSÃO PERMANENTE DE CADASTRO DE LICITAÇÕES, para o exercício de 2022, ficando da seguinte forma:

PRESIDENTE: Janaina Eloá Chagas
MEMBROS: Júlia Silvério Alves
Lucas Sanchez Silva

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mogi Mirim, 01 de Março de 2022.

RODRIGO FALSETTI — Presidente-Con08
GILDO MARTINHO DE ARAUJO — Secretário Executivo

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PORTARIA Nº 010/2022

NOMEIA "COMISSÃO PERMANENTE DE CREDENCIAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2022" QUE ESPECIFICA.
RODRIGO FALSETTI, presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Alterar a portaria nº 01/2022 que nomeia a COMISSÃO PERMANENTE DE CREDENCIAMENTO, para o exercício de 2022, ficando da seguinte forma:

PRESIDENTE: Julia Silvério Alves
MEMBROS: Janaina Eloa Chagas
Lucas Sanchez Silva

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mogi Mirim, 01 de Março de 2022.

RODRIGO FALSETTI — Presidente-Con08
GILDO MARTINHO DE ARAUJO — Secretário Executivo

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 025/2022 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205.560/2021- EMSERH

OBJETO: AQUISIÇÃO CONSIGNADA DE OPME - ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (CIRURGIAS ORTOPÉDICAS), para atender as necessidades do HOSPITAL DA ILHA, administrado pela EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

DATA DA ABERTURA: Licitação adiada até ulterior deliberação em virtude da necessidade da reanálise do Termo de Referência pelo setor requisitante.

Local de Realização: Sistema Licitações-e: **www.licitacoes-e.com.br.**

ID nº [920202].

Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH **(www.emserh.ma.gov.br).**

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **dayanne.emserh@gmail.com,** ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 22 de março de 2022
Dayanne Estrela da Costa Leite
Agente de Licitação da EMSERH

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 033/2022 – CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 225.239/2021 – EMSERH

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA SOB DEMANDA PARA MANUTENÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS DAS UNIDADES DE SAÚDE GERENCIADAS PELA EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

DATA DA DISPUTA: Adiamento até ulterior deliberação motivado pela necessidade de adequação no Termo de Referência.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).

Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.**

ID: 921524.

Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **laurocsl8@gmail.com,** ou pelo telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 22 de março de 2021
Lauro César Costa
Agente de Licitação da EMSERH

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA O ITEM 19 (CANCELADO NO JULGAMENTO)

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 060/2021.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – **SMS.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO **AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE PÃES, OVOS, LEITES E DERIVADOS,** PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 060/2021 - SMS**, foi declarada **FRACASSADA PARA O ITEM 19 (CANCELADO NO JULGAMENTO por ausência de licitantes classificados).** Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: (85)3452-3477.

Fortaleza – CE, 29 de março de 2022.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 065/2022 – CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169.068/2021 – EMSERH

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA ESPECIALIDADE NEFROLOGIA, COM OS SERVIÇOS EM HEMODIÁLISE; LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MÁQUINA DE HEMODIÁLISE E OSMOSE RESERVA), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS, REAGENTES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.
DATA DA DISPUTA: Adiamento até ulterior deliberação motivado pela necessidade de adequação no Termo de Referência.
Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).
Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br. ID: 924678.**
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br e/ou laurocsl8@gmail.com,** ou pelo telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 22 de março de 2022
Lauro César Costa
Agente de Licitação da EMSERH

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 033/2022 – CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 225.239/2021 – EMSERH

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA SOB DEMANDA PARA MANUTENÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS DAS UNIDADES DE SAÚDE GERENCIADAS PELA EMSERH.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.
SITUAÇÃO DA LICITAÇÃO: Fica remarcada para o dia 28/04/2022, às 9h (horário local).
MOTIVO: Em Função de Pedido de Esclarecimento.
Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).
Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.** Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails: **lauro.costa@emserh.ma.gov.br, csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **laurocsl8@gmail.com,** ou pelo telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 25 de março de 2022
Lauro César Costa
Agente de Licitação da EMSERH

OCTANTE

OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.139.922/0001-63 - NIRE nº 35.300.380.517

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CLASSE MEZANINO I E SÊNIOR DA SERIE ÚNICA DA 25ª (VIGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO DA OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares de CRA Sênior e Mezanino I da Serie Única da 25ª Emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Octante Securitizadora S.A. (**"Titulares de CRA"**, **"Emissão"** **"CRA"** e **"Emissora"**, respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 13.1 do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Classe Mezanino I e de Série Única da classe Sênior da 25ª (Vigésima quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A. com Lastro Diversificado."* (**"Termo de Securitização"**), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRA (**"AGT"**), a ser realizada em primeira convocação, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA em Circulação para Fins de Quórum no dia 19 de abril de 2022, às 11h00, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular de CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31/12/2021; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos senhores Titulares de CRA, conforme previsto no § 3º, do artigo 26, da Instrução CVM Nº 600, de 1º de agosto de 2018, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. **INFORMAÇÕES GERAIS:** 1. Em linha com a Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 (**"ICVM 625"**), a AGT será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma digital Microsoft Teams, cujo o link de acesso será disponibilizado pela Emissora aos Titulares de CRA que enviarem os documentos de representação ao endereço eletrônico altacra@octante.com.br, com cópia ao juridico@octante.com.br e ao Agente Fiduciário, no endereço eletrônico fiduciario@trusteedtvm.com.br; 2. Solicitamos que os documentos de representação sejam enviados em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT, observando o disposto na ICVM 625 e conforme documentação abaixo: a. Quando Pessoa Física: Cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. Quando Pessoa Jurídica: (a) último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundo de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. Quando Representado por Procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. 3. Os documentos relacionados à ordem do dia, bem como as informações acerca do depósito dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da AGT estão disponíveis nos sites da (https://www.octante.com.br/ri) e da CVM (www.cvm.gov.br); e 4. Os termos iniciados em letra maiúscula nesse edital e não definidos expressamente possuem o mesmo significado que lhes é atribuído no Termo de Securitização.

Guilherme Antonio Muriano da Silva - Diretor de Relação com os Investidores
Octante Securitizadora S.A. - Rua Beatriz, 226, São Paulo – SP, CEP. 05.445-040

alphaville Granja Viana

ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE GRANJA VIANA
CNPJ/MF sob nº 11.204.341/0001-03
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na qualidade de Presidente do Conselho Diretor da Associação Alphaville Granja Viana, atendendo o disposto no Estatuto Social em seu Capítulo IV – Seção "A", Artigos 12 ao 20, **CONVOCO** os Associados regularmente cadastrados a participarem em Assembleia Geral Ordinária, no dia **06 de abril de 2022 (quarta-feira)**, às **19h30, em primeira convocação com 50% mais um dos Associados presentes, ou 20h00, em segunda convocação com qualquer número de presentes**, no **Salão de Festas do Clube**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I) **Proposta de aprovação da Prestação de contas do exercício 2.021, com apresentação de parecer da auditoria externa e notas de esclarecimentos;**
II) **Proposta de Previsão orçamentária para exercício 2.022, com definição do valor do rateio mensal, e proposta de Investimentos, com definição de rateio extra;**
III) **Eleição e posse do Conselho Diretor – 16 (dezesseis) membros efetivos e 02 (dois) suplentes, conforme Artigo 22 do Estatuto Social;**
IV) **Eleição e posse do Conselho Fiscal – 03 (três) membros efetivos e 02 (dois) suplentes, conforme Artigos 49 ou 51 do Estatuto Social.**

Nota 1: A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação, sendo constituído por todos os Associados no gozo de seus direitos civis e sociais, desde que quites com suas obrigações estatutárias e/ou regulamentares, sendo que suas deliberações obrigam todos os Associados mesmo que ausentes ou divergentes (Estatuto, art. 12). Associados que eventualmente tenham parcelamento de débitos e que estejam com as parcelas em dia, serão considerados adimplentes.

Nota 2: É permitida a representação de Associados através de procuração com poderes específicos, observando que os Associados Fundadores poderão representar mandantes sem número definido e cada Associado Titular ou terceiros poderá representar até 10 mandantes, conforme Artigo 18, § Terceiro do Estatuto Social. A representação de Pessoa Jurídica deve ser feita através de seu representante conforme consta do Termo de Inscrição e Compromisso junto a Associação, do contrato social ou Ata de eleição de diretoria ou ainda através de procuração conforme capítulo II, Artigo 6, § Quarto do Estatuto Social. Tal Procuração deve ter a via original entregue na Administração Local, em envelope lacrado aos cuidados da Eticon Associações e Condomínios, ou no momento de assinatura da lista de presença.

Nota 3: Em cumprimento das regras estipuladas pelas autoridades de saúde em vista da pandemia gerada pelo vírus COVID-19, será permitida a participação em assembleia de apenas um único representante legal por unidade. **Desta forma, solicitamos que os sócios confirmem presença através do e-mail eticon@eticon.adm.br até o dia 05.04.2022 (terça-feira).**

Nota 4: Para ser eleito (a) para **as funções das pautas III e IV**, deve observar as condições previstas no **CAPÍTULO IV, Seções "B" e "C"**, do Estatuto da Associação. Os interessados a esta função devem manifestar interesse por escrito ao e-mail **eticon@eticon.adm.br**, até o dia **01.04.2022**, às **15h00**, para as confirmações exigidas pela Estatuto e por lei.

Sua participação é primordial para evolução contínua de nosso residencial

Carapicuíba (SP), 29 de março de 2022.
Associação Alphaville Granja Viana
Bolivar de Campos Junior
Presidente do Conselho Diretor

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PORTARIA Nº 012/2022

NOMEIA "COMISSÃO PERMANENTE DE CREDENCIAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2022" QUE ESPECIFICA.
RODRIGO FALSETTI, presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Alterar a portaria nº 003/2022 que nomeia a COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO SELETIVO, para o exercício de 2022, ficando da seguinte forma:
PRESIDENTE: Nathalia Alcântara Gazza Balbão
MEMBROS: Andresa Fabiana Rocha Pierobon
Lucas Sanchez Silva

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mogi Mirim, 01 de Março de 2022.

RODRIGO FALSETTI
Presidente-Con08

GILDO MARTINHO DE ARAUJO
Secretário Executivo

Guerra cria empresas vencedoras e perdedoras

ARTIGO The Economist

A maioria das empresas multinacionais pode viver sem os consumidores russos. Viver sem as commodities russas seria muito mais difícil. Em 15 de março, a Comissão Europeia anunciou novas restrições econômicas à Rússia, inclusive a suspensão das exportações de artigos de luxo e carros europeus – a definição de itens essenciais está, no final das contas, nos olhos do oligarca. Mas o anúncio também inclui a proibição dos produtos de aço da Rússia. E mais restrições semelhantes às exportações russas podem surgir.

As empresas estão tendo dificuldades em controlar as consequências da invasão brutal da Ucrânia pela Rússia. A primeira resposta daqueles com empresas em solo russo foi sair de lá correndo. Segundo um cálculo, cerca de 400 anunciaram que deixariam o país por temer riscos legais e para sua reputação. Os executivos agora enfrentam um desafio diferente e maior. Ele não está relacionado com suas atividades comerciais na Rússia, mas com as cadeias de suprimentos que se estendem além do país e outros efeitos indiretos. Conforme a guerra continua, ela está criando empresas vencedoras e perdedoras, assim como uma terrível enorme volatilidade.

Existem dois fatores que tornam o impacto nas cadeias de suprimentos particularmente difícil para as empresas darem conta. O primeiro é a variedade de commodities produzidas pela Ucrânia e pela Rússia. Os dois países juntos são responsáveis por 26% das exportações mundiais de trigo, 16% das de milho, 30% das de cevada e por cerca de 80% das de óleo de girassol e farelo de semente de girassol. A Ucrânia fornece aproximadamente metade do neônio do mundo, usado para marcar microchips. A Rússia é o terceiro maior produtor de petróleo do mundo, o segundo maior produtor de gás e o maior exportador de níquel, usado em baterias para automóveis, e paládio, usado em sistemas de escapamento de veículos; além de um grande exportador de alumínio e ferro. Mesmo sem sanções formais à maioria das commodities russas, os comerciantes ocidentais estão cada vez mais tentando evitá-las, com receio dos riscos legais.

O segundo fator complicador são as extraordinárias oscilações de mercado. O preço do petróleo Brent subiu para US$ 128 o barril em 8 de março, então caiu para menos de US$ 100 uma semana depois, quando a China anunciou novas restrições contra a covid-19 e os investidores anteciparam o aumento da taxa de juros do banco central americano (Fed) em 16 de março. As negociações do níquel na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês) foram suspensas em 8 de março depois de seu preço ultrapassar o recorde de US$ 100 mil a tonelada. Quando elas foram retomadas em 16 de março, um problema técnico levou a bolsa a interromper as negociações mais uma vez.

REUTERS

Loja da H&M, empresa de roupas sueca, fechada em Moscou; companhias agora lutam por insumos

Com conflito no Leste Europeu, centenas de companhias anunciaram que deixariam a Rússia por temer riscos legais e para sua reputação

BOLSAS. O mercado de ações americano em geral está de volta ao que era antes da invasão russa. Mas alguns setores se beneficiam com o conflito, desde fabricantes de armas até canais de notícias da TV a cabo e advogados que ajudam as empresas a obedecer às sanções. As grandes vencedoras são as empresas de commodities, sobretudo fora da Rússia.

O desempenho dos frackers americanos na bolsa, que se beneficiam dos altos preços do petróleo e da demanda europeia por gás natural liquefeito, subiu 20% entre 23 de fevereiro e 10 de março. Ele continua 9% acima do nível pré-invasão, apesar da queda nos preços do petróleo. As mineradoras estão, como um grupo, também com bom desempenho, impulsionadas pelos preços mais altos dos metais, assim como as fabricantes de aço (exceto as russas). Os preços das ações da U.S. Steel e da Tata Steel, com sedes em Pittsburgh e Mumbai, respectivamente, subiram 38% e 11% desde as vésperas da invasão. A Bunge e a ADM, duas grandes empresas de capital aberto especializadas em processamento de grãos, também apresentaram desempenho superior no mercado.

A guerra não afeta todas as empresas de commodities da mesma forma. A Rio Tinto, uma grande mineradora, anunciou em 10 de março que encerraria uma joint venture com a Rusal, gigante russa produtora de alumínio. A disparada dos custos com a eletricidade devido ao aumento do gás natural, 40% do qual a Europa recebe da Rússia, forçou alguns produtores de aço espanhóis a reduzir a produção.

Os insumos caros são um problema generalizado para os setores mais acima na cadeia de valor. No exato momento em que estavam se preparando para decolar, conforme as restrições de viagens por causa da pandemia eram flexibilizadas, as companhias aéreas foram atingidas pelo aumento dos preços do combustível. A Yara International, fabricante de fertilizantes norueguesa, disse em 9 de março que os gastos com o gás natural fizeram com que ela reduzisse sua produção em duas fábricas na Europa.

VEÍCULOS. As montadoras, que ainda não se recuperaram das interrupções nas cadeias de suprimentos causadas pela pandemia, enfrentam novos problemas. A Volkswagen e a BMW, duas gigantes alemãs, reduziram a produção na Europa enquanto procuram novos fabricantes de chicotes elétricos, condutor que interliga com seus quilômetros de cabos os diferentes sistemas de um carro, para substituir os fornecedores ucranianos impossibilitados de trabalhar. O Morgan Stanley calcula que o salto de 67% nos preços do níquel antes da suspensão das negociações representou um aumento de aproximadamente mil dólares nas despesas com insumos para o veículo elétrico intermediário americano.

Gabriel Adler, do Citigroup, destaca que as montadoras até agora foram bem-sucedidas repassando seus custos aos consumidores. A Tesla, famosa fabricante americana de carros elétricos, aumentou os preços este mês; Elon Musk, CEO da empresa, queixou-se em um tuíte de "uma pressão inflacionária recente significativa em matérias-primas e logística". Um poder de precificação como esse é invejável. Mas tem seus limites. Em algum momento, as pessoas não estarão dispostas a absorver mais aumentos.

REJEIÇÃO. Em alguns casos, os consumidores estão começando a recusar. As empresas americanas de alimentos vêm aumentando os preços há meses para compensar as despesas maiores com energia, transporte e ingredientes. No entanto, elas não conseguiram fazer isso com rapidez suficiente para proteger as margens. A necessidade de negociar preços com donos de supermercados limita sua capacidade de aumentá-los sempre que desejarem. Os supermercados, por sua vez, estão sob pressão dos consumidores. Robert Moskow, do Credit Suisse, observa que no ano passado as pessoas estavam dispostas a tolerar alimentos mais caros. Mas o impacto da guerra sobre os preços das commodities acontece no momento em que a paciência delas está se esgotando, principalmente nos Estados Unidos, onde a inflação atingiu o maior patamar em 40 anos.

"Toda empresa de alimentos deve estar ficando um pouco nervosa por estar pressionando demais o consumidor", diz Moskow. Conforme as despesas com os insumos continuam a subir, parece cada vez mais provável que as empresas serão obrigadas a escolher entre reduzir os lucros e enfraquecer a demanda. ●

TRADUÇÃO DE ROMINA CÁCIA

Saúde Animais de estimação

Fundadores do São Luiz voltam ao setor de saúde com hospital para pets

Com investimento de R$ 50 milhões, unidade terá capacidade de realizar 2 mil consultas por mês e será a primeira de uma rede que a holding Localpar quer construir

ANDRÉ JANKAVSKI

Doze anos após vender o Hospital São Luiz para a Rede D'Or por R$ 1 bilhão, a família Vasone, dona do grupo Localpar, vai voltar para o setor. A diferença agora é que o hospital, chamado Veros, será voltado para os animais de estimação de famílias de alta renda. O hospital veterinário, que começará a operar em abril, recebeu investimentos de R$ 50 milhões e será um dos maiores do gênero no País, com capacidade de realizar 2 mil consultas e 700 cirurgias por mês.

Localizado na zona sul de São Paulo, o Veros é a primeira incursão da família no mercado pet. Apesar de ser um negócio novo, segundo Alceu Vasone, que é membro do conselho da família, os estudos para se chegar ao atual modelo começaram em 2016. A expectativa é de que, quando atingir a maturidade, o hospital gere faturamento anual de R$ 80 milhões.

"Tivemos uma mudança muito grande no tratamento dos pets nos últimos anos e vimos que faltava um espaço em São Paulo que atendesse a todas as demandas da saúde em um só lugar", diz Vasone.

> ***"Tivemos uma mudança muito grande no tratamento dos pets nos últimos anos e vimos que faltava um espaço em São Paulo que atendesse a todas as demandas da saúde em um só lugar."***
> **Alceu Vasone**
> **Integrante do conselho da família fundadora do hospital veterinário Veros**

De acordo com Horácio Battistini, diretor do hospital, a intenção é que o atendimento no Veros seja similar ao adotado em locais voltados para a saúde humana, desde o atendimento completo até a criação de prontuários eletrônicos e integrados entre as áreas, permitindo a criação de um histórico de saúde dos animais tratados.

Até pela localização, próxima ao Parque do Ibirapuera, o foco do Veros será atrair os donos de pets de famílias de alta renda. Por ora, a empresa não terá vínculo com nenhum plano de saúde – empresas como a Porto Seguro já apostam no segmento – e nem pretende criar um sistema próprio.

De olho no crescimento da demanda, a Localpar pretende abrir de cinco a seis unidades da Veros em outras capitais. Os investimentos devem ficar entre R$ 150 milhões e R$ 200 milhões. "Os próximos dois, vamos abrir com investimento próprio, mas é possível que tenhamos parceiros para o restante", afirma Vasone.

CRESCIMENTO. Segundo o Instituto Pet Brasil, o setor teve alta de 27% do faturamento em 2021, para R$ 51,7 bilhões. A área de serviços e produtos veterinários representa cerca de 20% do total, com vendas de R$ 10 bilhões. Para Nelo Marracini, presidente do conselho consultivo do Instituto Pet Brasil, o mercado deve crescer ainda mais, dada a maior longevidade dos animais.

Por essa razão, esse mercado já tem atraído grandes concorrentes. A Petz, por exemplo, que tem hoje 132 lojas pelo País, conta também com 14 hospitais. Nos últimos quatro anos, o Pet Care, do grupo americano VCA, vem comprando uma série de empresas e quer crescer por aqui. "Os donos de animais estão entendendo o custo de ter um pet em casa e a responsabilidade com a saúde deles, algo que não acontecia antes", conclui Marracini. ●

TABA BENEDICTO / ESTADAO

Vasone quer expandir modelo criado em SP para outras capitais

Serviços financeiros Plataforma da Americanas

Ame lança seguro com mensalidade de R$ 5

A Ame, plataforma financeira da Americanas S/A, passou a oferecer a contratação de seguro de vida com mensalidade a partir de R$ 5. A empresa já tem modalidades mais simples de seguros como o residencial, de celular e aparelhos portáteis, para animais de estimação e dental.

A Ame atingiu seu equilíbrio entre receitas e despesas em novembro de 2021 e é uma das áreas estratégicas da Americanas S/A para garantir mais fontes de receita ao negócio, bem como fazer com que o cliente acesse mais a plataforma.

O novo produto, feito em parceria com a Pulso Seguros e a MetLife, contempla cobertura por morte, invalidez por acidente, assistência funeral, diária por internação hospitalar e assistência funeral para os beneficiários, sejam eles filhos, pais, sogros ou cônjuge.

O seguro pode ser feito por pessoas de 18 a 60 anos, com revisão etária após cinco anos. O valor de cobertura pode chegar a R$ 200 mil em caso de morte ou invalidez. E o segurado concorre a um sorteio mensal de R$ 10 mil.

Na última teleconferência com investidores, os analistas questionaram se o fim da fase de prejuízos da Ame, em novembro, foi pontual ou se a frente de negócios deve evoluir em rentabilidade. A CEO da Ame, Anna Saicali, respondeu que a equipe ficou feliz com a marca e que quer continuar evoluindo. ● TALITA NASCIMENTO

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.

Companhia Fechada - CNPJ 51.319.358/0001-12

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Relatório da Administração: Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021.

Santa Bárbara D´Oeste, 28 de março de 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2021	2020
Ativo		
Circulante	**6.657**	**19.021**
Caixa e equivalentes de caixa	2.910	2.752
Impostos a recuperar e outros créditos	3.747	16.269
Não circulante	**171.339**	**144.637**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	199	194
Investimento em controlada	171.121	144.424
Imobilizado	19	19
Total do ativo	**177.996**	**163.658**

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2021	2020
Passivo		
Circulante	**3.254**	**15.594**
Impostos e contas a pagar	471	1.238
Juros sobre Capital Próprio	2.783	14.356
Não circulante	**8.691**	**8.691**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.691	8.691
Patrimônio líquido	**166.051**	**139.373**
Capital social	78.936	78.936
Reservas de lucros	54.187	28.128
Ajuste de avaliação patrimonial	32.928	32.309
Total do passivo e do patrimônio líquido	**177.996**	**163.658**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	2021	2020
Receitas operacionais líquidas		
Aluguéis	365	345
Resultado de participação societária	36.199	30.995
	36.564	**31.340**
Receitas (despesas) operacionais		
Honorários da administração	(253)	(250)
Administrativas e gerais	(263)	(258)
Tributárias	(661)	(2.655)
Outras receitas operacionais, líquidas	–	472
Resultado financeiro, líquido	123	73
	(1.054)	**(2.618)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**35.510**	**28.722**
Imposto de renda e contribuição social	11	(138)
Lucro líquido do exercício	**35.521**	**28.584**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Ações tesouraria	Reservas: Reserva de lucros	Reservas: Reserva legal	Reservas: Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	78.936	–	24.478	1.074	25.552	24.745	–	129.233
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	–	28.584	28.584
Efeito de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	7.564	–	7.564
Destinações:								
Reserva legal		–	–	1.429	1.429	–	(1.429)	–
Juros sobre capital próprio - mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(26.008)	(26.008)
Retenção de lucros	–	–	1.147		1.147	–	(1.147)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**78.936**	**–**	**25.625**	**2.503**	**28.128**	**32.309**	**–**	**139.373**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	35.521	35.521
Efeito de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	619	–	619
Destinações:								
Reserva legal		–	–	1.776	1.776	–	(1.776)	–
Juros sobre capital próprio - mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(6.466)	(6.466)
Dividendos propostos - mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(2.996)	(2.996)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	–	–	–	–	–
Retenção de lucros	–	–	24.283		24.283	–	(24.283)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**78.936**	**–**	**49.908**	**4.279**	**54.187**	**32.928**	**–**	**166.051**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	2021	2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	35.521	28.584
Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	11	(138)
Resultado de participação societária	(36.199)	(30.995)
Provisão para passivos eventuais	–	(472)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar e outros créditos	12.522	4.125
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5)	138
Impostos e contas a pagar	(778)	1.081
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos		
Caixa oriundo das atividades operacionais	11.072	2.323
Fluxos de caixa de atividades de investimentos		
Redução do investimento pela proposição de distribuição de JCP	10.121	20.170
Caixa gerado nas atividades investimentos	10.121	20.170
Fluxos de caixa de atividades financeiras		
Dividendos pagos	(21.035)	(22.205)
Caixa aplicado nas atividades financeiras	(21.035)	(22.205)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	158	288
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.752	2.464
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.910	2.752

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Elaborações e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. **2 - Descrição das Principais Práticas Contábeis:** a) As aplicações financeiras estão acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. b) O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear, as taxas que levam em conta a vida útil dos bens. c) Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados pelos valores de realização. d) O capital social é representado por 30.180.410 ações ordinárias sem valor nominal.

A DIRETORIA — **CONTADORA: Josiane Perdigão Gibin** - CRC - SP202148/O-8

"As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à disposição na sede da Companhia."

Aldrago Participações Ltda.

CNPJ 23.034.453/0001-34

Aviso aos Sócios

Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios, os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1º do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31/12/2021. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa.

Jarinu, 21/03/2022. **A Administração.**

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 141/2022.**

ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – **IJF** – **NÚCLEO DE FARMÁCIA - NUFAR.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE **MATERIAL – MÉDICO HOSPITALAR – FIXADOR DE TUBOS ENDOTRAQUEAIS**, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, SMS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia **30 de março de 2022** a **11 de abril de 2022 até às 10h00min. (Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços e Documentos de Habilitação** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia **11 de abril de 2022**, às **10h00min. (Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das **10h00min.** do dia **11 de abril de 2022**. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: **https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp**, no **www.compras.gov.br,** assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: **https://licitacoes.tce.ce.gov.br/**. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 29 de março de 2022.

JOSÉ OSVALDO SOARES BEZERRA JÚNIOR

Pregoeiro(a) da CLFOR

Even Construtora e Incorporadora S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 43.470.988/0001-65 – NIRE 35.300.329.520

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Even Construtora e Incorporadora S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 28 de abril de 2022, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.400, 2º andar, Conjunto 22, CEP 01.455-000, **com possibilidade de participação remota**, através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e Relatório dos Auditores Independentes; (ii) Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos, ratificando os pagamentos já realizados por deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária; e (iii) Deliberar sobre a fixação do limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022. **Informações Relevantes: 1.** A Proposta da Administração com as informações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia e ao exercício do direito de voto na AGO ("Proposta da Administração") foi disponibilizada no dia 28.03.2022, na forma prevista na ICVM 481/09, e pode ser acessada através dos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (www.even.com.br/ri). **2.** Nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos, conforme descrito detalhadamente na Proposta da Administração: (i) documento de identidade, CPF e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (iii) instrumento de mandato, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes do procurador, conforme o caso. **3.** Os acionistas que optarem por participar presencialmente da AGO devem comparecer à sede da Companhia no local e horário indicados. Antes da instalação da AGO, os acionistas assinarão o Livro de Presença. Recomenda-se aos interessados em participar da AGO que se apresentem no local com antecedência de 1 (uma) hora em relação ao horário indicado. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, todos os documentos mencionados acima poderão, a critério do acionista, ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail ri@even.com.br. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, a Companhia solicita que os referidos sejam enviados preferencialmente com 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para a realização da AGO. **4.** Os acionistas que desejarem participar remotamente da AGO, através da Plataforma Digital, devem enviar a documentação indicada acima para o e-mail ri@even.com.br, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores até as 10h (horário de Brasília) do dia 26 de abril de 2022 e solicitar o acesso ao sistema. Os acionistas que não apresentarem os documentos obrigatórios para sua participação na assembleia até a referida data não poderão participar remotamente da assembleia. **5.** Adicionalmente, a Companhia adotará o procedimento de voto a distância na AGO, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM 481/09. Neste sentido, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de preenchimento para seus respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos adotados por cada custodiante; (ii) transmitir as instruções de preenchimento ao agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) preencher e enviar o boletim de voto a distância diretamente à sede social da Companhia, aos cuidados da área de Relações com Investidores.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Rodrigo Geraldi Arruy

Presidente do Conselho de Administração

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos do Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No uso de suas atribuições os coordenadores da Secretaria Geral do **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES METROVIÁRIOS E EM EMPRESAS OPERADORAS DE VEÍCULOS LEVES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, senhores Wagner Fajardo Pereira, Altino de Melo Prazeres Júnior e Camila Ribeiro Duarte Lisboa convocam todos os membros da categoria profissional da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ que fazem parte da Central de Informações - CIM e da Central de Atendimento a Pessoa com Deficiência – PCD, para **Assembleia Geral Extraordinária** no dia **31 de março de 2022**, que será realizada de forma eletrônica/virtual considerando a situação de pandemia de coronavírus (COVID-19) e as medidas adotadas pelos órgãos que determinam o isolamento social e proíbem aglomerações, objetivando-se a consulta a ser realizada por VOTAÇÃO on-line através dos meios disponibilizados pela entidade sindical de amplo acesso da categoria, em primeira às 6h00 e segunda convocação com todos os que participarem, ou presentes virtualmente, até as 18h00, a fim de deliberar sobre: **Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho - Jornada de trabalho.**

São Paulo, 29 de março de 2022.

Wagner Fajardo Pereira

Altino de Melo Prazeres Júnior

Camila Ribeiro Duarte Lisboa

Coordenadores da Secretaria Geral do **Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos do Estado de São Paulo**

HBR REALTY

HBR REALTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 14.785.152/0001-51

NIRE 35.300.466.276 | Código CVM nº 2540-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2022

Nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e dos artigos 3º a 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM nº 481/09"), a HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. ("HBR" ou "Companhia") convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO" ou "Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, às 15 horas do dia 28 de abril de 2022, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma Zoom, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) proposta da administração sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) fixação do número de assentos do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração; (v) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do conselheiro Rodolpho Amboss; (vi) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do conselheiro José Luiz Acar Pedro; (vii) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do conselheiro Claudio Thomaz Lobo Sonder; (viii) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do conselheiro Guilherme de Morais Vicente; (ix) designação do Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (x) designação do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (xi) fixação do limite da remuneração anual global dos Administradores e membros do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia para o exercício social de 2022. **Instruções gerais:** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A., incluindo *(i)* o Relatório da Administração, *(ii)* as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, e *(iii)* o Manual e Proposta da Administração da AGO, bem como todas as demais informações e documentos exigidos pela Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, assim como em seu website de Relações com Investidores (http://ri.hbrrealty.com.br), e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (http://www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br). Nos termos do art. 141 da Lei das S.A. e do art. 3º da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, o percentual mínimo de participação necessário para requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia. **Participação na Assembleia:** A Companhia esclarece que a AGO será realizada de forma **exclusivamente digital**. Dessa forma, os acionistas poderão participar da Assembleia **(i)** virtualmente, por meio da plataforma Zoom, nos termos do artigo 21-C, §§ 2º e 3º da Instrução CVM nº 481/09; ou **(ii)** por meio do Boletim de Voto a Distância, disponível no website de Relações com Investidores da Companhia e nos websites da CVM e da B3. **(i)** Sistema eletrônico de participação: Os dados e as instruções para participar da AGO por meio da plataforma Zoom serão encaminhados aos acionistas que enviarem solicitação válida à Companhia, no e-mail ri@hbrrealty.com.br, acompanhada da devida documentação comprobatória, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para realização da AGO, ou seja, até 26 de abril de 2022. As instruções detalhadas para participação na AGO por meio da plataforma Zoom estão detalhadas no Manual e Proposta da Administração da AGO. **(ii)** Boletim de Voto a Distância: Os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio do boletim de voto a distância deverão (a) transmitir as instruções de preenchimento do boletim aos seus agentes de custódia ou ao escriturador de acordo com os procedimentos estabelecidos por eles; ou (b) enviar o boletim diretamente à Companhia, preferencialmente por meio eletrônico, ao e-mail ri@hbrrealty.com.br. O boletim deve ser recebido com, no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência da data da realização da AGO, de modo que os acionistas que queiram participar por meio do boletim de voto a distância devem fazê-lo até o dia **21 de abril 2021, inclusive**. Adicionalmente, deverão ser observadas as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração da AGO e no próprio Boletim de Voto a Distância. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio: (i) dos telefones +55 (11) 4793-7556 ou (ii) do e-mail: ri@hbrrealty.com.br.

Mogi das Cruzes, 29 de março de 2022

Henrique Borenstein

Presidente do Conselho de Administração

Empreendedorismo **Startups de educação**

Aulas de programação para crianças são a nova 'escolinha de inglês'

De olho no público infantojuvenil, empresas crescem com o avanço da demanda por profissionais de tecnologia; modelo de negócio inclui parcerias com escolas regulares

LUDIMILA HONORATO

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

Professor dá aula na escola SuperGeeks, em São Paulo; rede que ensina programação a crianças e adolescentes tem 45 unidades pelo País

A alta demanda por profissionais de tecnologia no mercado de trabalho tem mostrado que o caminho é promissor. Quem quer seguir essa carreira precisa investir em formação – e quanto antes, melhor. Com isso, aulas de programação para crianças e adolescentes têm se tornado a nova escolinha de natação ou de inglês no Brasil. E várias empresas têm aproveitado esse interesse para expandir seus negócios.

O mercado tem propostas diversas e é disputado por empreendimentos como MadCode, Futura Code, SuperGeeks e Código Kid, que miram alunos entre 5 e 17 anos de idade. De forma lúdica, muitas usam jogos já existentes, como Minecraft, para ensinar e incentivam, inclusive, a criação de conteúdo para o YouTube.

Quem busca esse tipo de formação infantojuvenil tem em mente a importância não só das habilidades técnicas, mas também comportamentais. É o caso do engenheiro civil Fábio Caboclo, pai de Beatriz, de 16 anos, e Gabriel, de 10 anos, alunos da escola de programação e robótica SuperGeeks. "Beatriz sempre mexeu com computadores, e a ideia foi incentivá-la a ter mais contato com esse universo, entender se ela se desenvolveria na área. Com essa mudança do mundo, não dá para descartar a tecnologia em nenhum momento", diz.

Caboclo percebeu que, além de ganhar autonomia com a máquina, os filhos desenvolveram um novo modo de pensar. "Eles têm uma percepção do trabalho que está por trás de tudo o que fazem. O raciocínio lógico ficou mais requintado."

Fundada em 2014 pelo casal Marco Giroto e Vanessa Ban, a SuperGeeks cresce com essa onda de educação tecnológica. O negócio foi pensado como franquia desde o início, e as primeiras unidades foram vendidas em 2015. Hoje, a rede tem 45 escolas pelo País e fatura entre R$ 15 milhões e R$ 20 milhões por ano.

"Desbravamos esse segmento no Brasil e começamos a crescer por franquia. Tentamos ter unidades próprias e chegamos a cinco, mas, por questão de foco, acabamos repassando para franqueados", diz o empresário, que começou o empreendimento com uma dívida de R$ 300 mil, gerada por negócios anteriores que não se sustentaram.

> ***"Com essa mudança do mundo, não dá para descartar a tecnologia em nenhum momento"***
> **Fábio Caboclo**, pai de dois alunos da escola SuperGeeks

> ***"Durante quatro anos, a ênfase foi no ensino de tecnologia. Depois, a gente começou a entender as necessidades do profissional do futuro e viu a demanda do ensino de educação financeira e oratória"***
> **William Matos**, sócio da escola Happy Code

Ter foco foi um dos aprendizados que ele tirou das empresas anteriores. "Nos outros negócios, sempre acabava desfocando e criando outros. Isso fazia com que o negócio principal, que era meu ganha-pão, começasse a decair. Com a SuperGeeks, foquei completamente e, agora que ela está andando sozinha, estou montando outro", diz ele, hoje presidente do conselho da escola.

Com a pandemia, algumas unidades da SuperGeeks fecharam (eram 50 em 2019) as portas, houve desistência de alunos que não puderam manter as aulas online, e o faturamento encolheu 10%. Mas a rápida adaptação ao modelo virtual fez acelerar um projeto antigo de oferecer o conteúdo em regiões sem pontos físicos. A escola trabalha com três formatos: ensino a distância (gravado), presencial e ao vivo no online (com instrutor).

PARCERIAS. A Happy Code nasceu há seis anos e, com o passar do tempo, outras demandas surgiram, e a companhia virou um hub educacional com novas propostas de ensino, atuando no Brasil com 49 unidades próprias e 50 franquias, com 11 mil alunos.

"Durante quatro anos, a ênfase foi no ensino de tecnologia. Depois, a gente começou a entender as necessidades do profissional do futuro e viu a demanda do ensino de educação financeira e oratória", explica William Matos, sócio e CEO da empresa que engloba a Happy Money e a Happy Speech, lançadas no ano passado. As novas ramificações do negócio devem potencializar os resultados: o faturamento foi de R$ 11,5 milhões em 2021 e a projeção é de R$ 17 milhões para este ano. A empresa conta, ainda, com 20 operações em Portugal, dez na Espanha e planeja investir mais de R$ 7 milhões até 2024 na unidade conceito, inaugurada recentemente em Maringá (PR).

"Tivemos crescimento exponencial nos primeiros anos, de uma unidade-piloto para 110. Na pandemia, houve retração e foi o momento de repaginar a empresa. Estruturamos o novo modelo, investimos em tecnologias e trouxemos os novos produtos", diz Matos.

Tanto a Happy Code quanto a SuperGeeks incrementam o negócio por meio de parcerias com escolas regulares. Ainda que represente pouco no faturamento, o modelo ajuda na visibilidade e expande as oportunidades para quem quer aprender, como parte da grade curricular ou extracurricular.

ONLINE. Lançada há oito meses no Brasil, a edtech indiana Byju's já se mostrou promissora na concorrência pelo ensino de programação e música. São 8 mil alunos em todo o País com expectativa de ultrapassar os 20 mil neste ano. Fernando Prado, diretor-geral da operação brasileira, diz que a adesão foi "surpreendentemente positiva". "Até o fato de os alunos estarem acostumados com aulas online facilitou."

Fundada na Índia em 2011, a startup também expandiu para países como Inglaterra e México ao atender um público de 6 a 15 anos. As aulas são 100% online e ao vivo, sendo que a maioria é individual, com professora particular que acompanha o aluno por até 144 encontros. Outra modalidade é de grupos de quatro alunos para uma professora.

No Brasil, a Byju's seguiu com uma política que veio de fora: ter apenas mulheres como professoras. São mais de 650 brasileiras, muitas que atuam em outras empresas. "Todo aprendizado é feito na prática. Já na primeira aula, o aluno 'coda' (*programa*) um jogo em Java, faz aplicativo. Isso faz com que a criança se envolva muito", diz Prado.

A empresa atua tanto no modelo B2C (venda direto ao consumidor) quanto no B2B (entre negócios). Neste último caso, escolas de ensino regular podem adquirir o serviço, e a startup busca parcerias com prefeituras e governos. ●

Empreendedorismo À base de plantas

Queijos veganos tipo camembert são novas apostas do mercado vegetal

Marcas como Ecozy e Briesa se diferenciam com produtos que levam fungos, como brie e roquefort, e têm maturação longa

JULIANA PIO

Depois dos queijos vegetais tradicionais, como muçarela e prato, chegou a vez de as versões premium – tipo brie, camembert, gorgonzola e roquefort – fazerem sucesso entre veganos. Empresas como Ecozy, La Fromagerie e Briesa procuram se diferenciar no mercado *plant based* (à base de plantas) com produtos que levam fungos e têm maturação longa.

Entre as matérias-primas mais utilizadas para a produção dos queijos veganos está a castanha-de-caju. O ingrediente foi o escolhido pela Ecozy como a base da sua linha de queijos: camembert tradicional, camembert trufado, alho orgânico e cúrcuma.

A produção é feita em fábrica própria, na Chácara Santo Antônio, zona sul de São Paulo, de aproximadamente 100 metros quadrados e com capacidade para 10 toneladas por ano. Além da castanha-de-caju orgânica, vinda de Fortaleza, os alimentos ainda levam água, sal marinho e cultura de fermentação e maturação.

"Nossa proposta era ter um produto vegano, mas também *clean label* (rótulo limpo) e crudívoro, ou seja, nossos queijos não passam por nenhum processo de cozimento, o que mantém as propriedades naturais. A má notícia é que não derretem", explica Tacyana Salomão, que fundou a empresa, em 2019, ao lado do marido, Reinaldo Emidio.

Entre 2020 e 2021, a Ecozy praticamente dobrou de tamanho e, no primeiro trimestre deste ano, a alta já é de 30%. "Esperamos ao menos dobrar o faturamento em 2022", diz ela, que não releva cifras. O casal investiu recursos próprios e importou equipamentos do exterior para abrir o negócio. A empresa tem feito testes com outras matérias-primas e nesta semana chega ao mercado o Ecozy fumê, que tem aroma defumado, como o provolone.

FELIPE RAU/ESTADÃO

Tacyana Salomão e Reinaldo Emidio na fábrica de queijos da Ecozy

Com produção menor, mas também em crescimento, a Briesa foi fundada em Brasília, em março de 2021, por Daria Martins e Mateus Martins. O que era para ser um produto para consumo próprio se transformou em negócio, após o casal observar a carência desse tipo de queijo vegano fino no mercado – hoje, vende queijo tipo brie de castanha-de-caju.

"Começamos produzindo apenas 6 unidades por semana e, um ano depois, já são cerca de 100 a 120 queijos por mês", comemora Daria, que diz ter investido cerca de R$ 5 mil para abrir o negócio.

Segundo ela, para a fabricação do tipo brie é adicionada uma cultura de fermentação 100% vegana. "O queijo passa por todos os processos de fermentação e maturação, e leva por volta de 30 dias para ficar pronto", explica.

Precursora na produção de queijos veganos finos no Brasil, há cerca de oito anos, Cynthia Brant é proprietária da La Fromagerie Vegan, no Rio. "Mas é uma queijaria experimental. Meu forte mesmo é ensinar as pessoas a produzir."

Seus queijos de fermentação longa levam no mínimo seis semanas para ficarem prontos. Entre eles, há os tipos camembert, brie, gorgonzola, roquefort, cheddar e defumados. A produção utiliza metodologia semelhante à da queijaria de origem animal, com adaptações. "A capa do brie, por exemplo, não é falsa. O fungo também se desenvolve em base vegetal", diz Cynthia, que promoveu o 1.º Encontro Nacional de Queijos Vegs em fevereiro. ●

CIRCE BONATELLI, CYNTHIA DECLOEDT E WILIAN MIRON/GABRIEL BALDOCCHI (edição)

TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Antes mesmo de entrar na Braskem, BTG já pensa em 'porta de saída' da empresa

O BTG Pactual está trabalhando na engenharia de uma operação financeira que abrirá uma porta para colocá-lo entre os maiores acionistas da Braskem, mas que também terá a função de servir como rota de saída do negócio. A engenharia deve resultar na atração de um novo sócio controlador para a empresa petroquímica. O banco estuda a compra da dívida de R$ 15 bilhões acumulada pela Novonor (novo nome da Odebrecht) junto aos maiores bancos brasileiros. Os empréstimos foram concedidos por Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander e BNDES mediante as ações da Braskem como garantia. A Novonor, que está em recuperação judicial, tem 38% das ações da petroquímica. A outra grande sócia é a Petrobras, com 36,1%.

Ofertas de ações em Bolsa fracassaram

As duas acionistas já anunciaram que vão se desfazer das suas participações. Mas a venda direta para um terceiro não deu certo até agora. Também fracassaram as tentativas de saída via oferta de ações em Bolsa, que levaria a petroquímica a se tornar uma *corporation*, ou seja, uma empresa sem um controlador.

BTG estuda assumir dívida da Novonor

É aí que entra o BTG Pactual. O banco estuda assumir e quitar a dívida da Novonor com os bancos, o que lhe daria uma participação relevante no quadro acionário da Braskem. Para isso, negocia um desconto para aquisição do passivo – o que não está sendo fácil. E a engenharia não para aí.

● **VIA MERCADO.** Para completar a operação (e claro, sair de lá lucrando), o BTG Pactual estuda uma emissão secundária de ações da Braskem para vender ou diluir sua futura participação na companhia, de acordo com fontes.

● **TROCA DE MÃOS.** O caminho é longo, mas, se tudo correr conforme imagina o banco, lá na frente resultará na chegada de um novo controlador à Braskem ou, pelo menos, um acionista com participação relevante, com poder de controle na prática.

● **CANDIDATOS NATURAIS.** Para tanto, o BTG já mapeia investidores interessados em ficar com um pedaço da petroquímica. Entre os candidatos naturais estão o Apollo Global Management (fundo que já foi acionista da petroquímica LyondellBasell), e a holding J&F (dona do frigorífico JBS, Âmbar Energia e Eldorado Papel e Celulose). Procurados, a Novonor e o BTG Pactual não comentaram.

OUTRO CAMINHO

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

BTG Pactual estuda assumir e quitar a dívida da Novonor com os bancos, o que lhe daria uma participação relevante na Braskem

● **REPRESADO.** Principal acionista privada da Celesc, a EDP Brasil está descontente com a política de dividendos da estatal catarinense, que prevê distribuir o mínimo de lucro aos acionistas, de 25% determinado por lei. Com isso, a empresa já reteve quase R$ 1,2 bilhão como reserva de lucro.

● **ROUPA SUJA.** Diante do impasse, a EDP quer levar à assembleia de acionistas, dia 29 de abril, uma proposta de mudança dessa política e sugere que, numa eventual falta de acordo, terá de repensar sua posição como acionista. "Havendo futuro, estamos confortáveis. Caso não haja, teremos de repensar nosso posicionamento como acionista da Celesc", diz o presidente da EDP, João Marques da Cruz.

● **CHATEOU.** Segundo ele, a EDP age em nome de seus 275 mil acionistas pessoas físicas no Brasil e busca uma política de dividendos que resolva a questão em torno de valores não distribuídos e garanta que o lucro futuro também se transforme em proventos. Para Cruz, a distribuidora catarinense tem pagado um dividendo "muito abaixo do que é legítimo" e "abaixo da inflação", o que para ele seria um desrespeito.

● **PRIVATIZAÇÃO?** Segundo ele, a EDP tem a expectativa de assumir o controle da concessão de distribuição de energia em Santa Catarina, caso o governo venha a privatizá-la. Procurada, a Celesc não se manifestou.

● **URGÊNCIA.** Os bancos de atacado, que atendem grandes empresas, estão sendo pressionados por seus clientes para que invistam em produtos e serviços alinhados com a economia "verde". A conclusão é de um estudo realizado pela NTT Data, consultoria de TI e inovação, sediada em Tóquio, que conversou com mais 800 executivos de alto escalão em 12 países, incluindo o Brasil.

● **MANDATÓRIO.** Para 48% dos entrevistados, temas ligados a meio ambiente, social e governança (ESG) se tornaram fundamentais nos bancos de atacado. É uma resposta a demandas de uma geração mais jovem que ocupa cargos executivos nas empresas. Entre os bancos consultados, 44% já estão investindo nessa frente.

SOBE

Queda dos juros futuros favorece ações de varejo

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO -22/11/2021

O recuo dos juros futuros voltou, ontem, a favorecer os ativos ligados ao varejo na B3. Os papéis da Via subiram 8,63%, Americanas avançou 8,42% e Magazine Luiza se valorizou em 8,91% – as três na liderança do Ibovespa. Já a Natura avançou 5,68%. O fluxo de capital estrangeiro ao País também contribuiu para a valorização das ações, segundo Bruno Madruga, líder de renda variável da Monte Bravo.

DESCE

Setor de mineração recua com incertezas na China

MARCOS ARCOVERDE/ESTADÃO-21/7/2016

O setor de mineração e siderurgia recuou na B3 em meio à alta limitada do minério negociado em Qingdao, na China, e aos novos surtos de covid-19 no país asiático. Gerdau cedeu 2,02%; Bradespar, acionista da Vale, perdeu 2,14%; e Gerdau Metalúrgica caiu 1,71%. Já CSN recuou 0,88% e Vale, 0,86%. Segundo Josias de Matos, da Toro Investimento, investidores se antecipam a uma potencial redução da demanda pela China.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **120.014,17 PTS.** | Dia **1,07%** | Mês **6,07%** | Ano **14,49%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
VIA ON NM	4,28	8,63	43.294
AMERICANAS ON	34,65	8,42	50.802
MAGAZ LUIZA ON	7,00	8,19	66.456

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

CYRELA REALTON	18,00	-2,91	20.679
BRADESPAR PN	32,92	-2,14	28.177
GERDAU PN N1	30,09	-2,02	34.991

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

26/3 A 26/4	0,0521	0,8125	0,5524	0,5000
27/3 A 27/4	0,0852	0,8559	0,5856	0,5000
28/3 A 28/4	0,1084	0,8993	0,6089	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK DJIA	35.294,19	0,97	4,14	-2,87
FRANKFURT - DAX	14.820,33	2,79	2,48	-6,70
LONDRES - FTSE	7.537,25	0,86	1,06	2,07
TÓQUIO - NIKKEI	28.252,42	1,10	6,51	-1,87

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/8/2026	5,03	3.125,04
	15/5/2035	5,48	1.927,56
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	5,37	4.092,52
PREFIXADO	1º/1/2025	11,31	744,46
	1º/1/2029	11,45	481,89
SELIC	1º/3/2025	0,04	11.483,70

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,67	1,00	1,68	10,80
IGPM (FGV)	1,82	1,83	3,68	16,12
IGP-DI (FGV)	2,01	1,50	3,55	15,35
IPC (FIPE)	0,74	0,90	1,65	10,33
IPCA (IBGE)	0,54	1,01	1,56	10,54
CUB (Sinduscon)	0,38	0,19	0,56	12,32
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,47	0,38	0,85	4,12

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,1612	IPCA (IBGE)	1,1054
IGP-DI (FGV)	1,1535	INPC (IBGE)	1,1080
IPC-FIPE	1,1033	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.212,00	7,5%
DE 1.212,01 ATÉ R$ 2.427,35	9%
DE R$ 2.427,36 ATÉ R$ 3.641,03	12%
DE R$ 3.641,04 ATÉ R$ 7.087,22	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.212,00 A 7.087,22	20%	DE 242,40 A 1.417,44

VENCIMENTO 7/4. O PERCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/30)	11,65	0,00	4,67	27,32
CDI	11,65	0,00	9,38	27,32

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/22	19,11	295.413	18,84	19,50	-2,45
CAFÉ NY*	JUL/22	215,80	55.282	214,10	217,55	0,51
SOJA CBOT**	MAI/22	16,430	268.430	16,220	16,730	-1,28
MILHO CBOT**	JUL/22	7,09	402.101	6,955	7,290	-3,01

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Últ.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	180,98	-2,99	0,00
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	341,60	-2,38	8,24
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	92,77	-3,52	-1,73
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.202,21	-0,70	65,19

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	4,7578	-0,31	-7,72	-14,67
DÓLAR TURISMO	4,9270	-0,40	-7,27	-14,12
EURO	5,2770	0,63	-9,14	-16,42
OURO	290,500	-1,53	-5,38	-11,97
WTI US$/BARRIL	104,840	1,33	9,39	37,15
IBRENTUS$/BARRIL	111,0100	1,53	13,15	42,52

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERI	1,000	1,1085	1,3096	0,2102
EURO	0,902	1,0000	1,1814	0,1897
FRANCO SUÍÇO	0,931	1,0318	1,2190	0,1957
LIBRA ESTERLINA	0,764	0,8464	1,0000	0,1605
IENE	122,88	136,2170	160,9340	25,838

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IOC

Banco de investimento **Operação local**

Citi traça meta de crescer 50% no Brasil em 3 anos

FERNANDA GUIMARÃES

O banco norte-americano Citi traçou a meta de crescer 50% no Brasil nos próximos três anos, plano que se refletirá no número de funcionários: ao fim deste período, o total deve passar do atuais 1,9 mil para 2,2 mil. O presidente da filial brasileira, Marcelo Marangon, afirma que o cronograma da expansão começa em meio à campanha para as eleições presidenciais de outubro.

"Nosso foco de mercado é nossa grande fortaleza e nos deixa seguros para anunciar esse crescimento neste ano eleitoral", explica. Hoje o Citi trabalha, essencialmente, com grandes empresas, no geral mais protegidas da volatilidade. Marangon lembra que o plano de crescimento vem após a filial brasileira registrar, em 2021, seu melhor resultado em dez anos, com crescimento de 36% no lucro líquido, para quase R$ 1,7 bilhão.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO
Em 2021, Citi teve seu melhor resultado no País em uma década

PORTE. O banco é o nono do País em ativos, mas o segundo maior estrangeiro, com R$ 133,7 bilhões em ativos (alta de 28% em um ano) e patrimônio líquido de R$ 10,6 bilhões, segundo o balanço de 2021. O executivo frisa que o Citi Brasil é o sétimo maior banco de atacado (destinado a empresas) do mundo, presente em 95 países. "Não está no planos de curto prazo voltar ao varejo no Brasil", destaca.

Marangon conta ainda que a instituição tem investido em sua área de mercado de capitais – em 2021, o Citi participou de 26 operações de ofertas de ações e, neste ano, tem estado presente nas operações de empresas já listadas (*follow-ons*).

VOLATILIDADE. Marangon pensa que o País tende a se beneficiar nesse momento de crise, sob o contexto da guerra na Ucrânia, por conta de ser um grande exportador de commodities. O executivo lembra que as grandes empresas brasileiras trocaram suas dívidas mais caras por mais baratas nos últimos anos – por isso, não devem sofrer com a alta dos juros.

Outro cenário, contudo, deverá ser sentido pelas empresas menores, com a Selic alta pressionando o custo de suas dívidas. Segundo Marangon, os índices de inadimplência do banco estão confortáveis e não tendem a subir, visto que a instituição financeira tem como foco as grandes empresas. ●

Capital de risco Momento de cautela

Cenário de crise deve reduzir valor médio de investimento em startups

Com alta dos juros, investimentos já começaram a cair lá fora – e aposta é que a tendência deve em breve chegar por aqui

ANDRÉ JANKAVSKI

Se durante a pandemia as startups voaram em céu de brigadeiro com a alta liquidez dos mercados e juros próximos a zero, o que gerou recordes de aportes, agora elas estão começando a ver um horizonte menos favorável se formando. O cenário de inflação fez com que as taxas de juros subissem em todo o planeta, e resultados abaixo do esperado de diversas companhias listadas criaram um cenário de alerta. Isso não quer dizer que os investimentos vão cessar, mas é certo que os empreendedores precisarão de mais argumentos e resultados para atrair recursos.

Isso já está acontecendo em nível global, segundo levantamento feito pela consultoria americana Carta. Os valores dos aportes realizados entre janeiro e fevereiro tiveram redução média de 26%. Segundo Laura Constantini, representante do comitê de venture capital da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP), a avaliação das companhias também voltou para a média histórica – nos últimos dois anos, estavam 30% superiores.

"O mercado está se ajustando e é uma mudança de cima para baixo. Como as empresas mais maduras estão sendo impactadas, o restante do mercado também vai acompanhar", diz ela, que acredita que os valores investidos devem cair mais nos próximos meses.

Seja por erros de gestão ou pelo cenário de juros em alta, que impacta as empresas voltadas para crescimento, o cenário para as startups virou. O Nubank, que fez a estreia mais esperada de uma companhia brasileira no mercado de ações nos últimos anos, perdeu cerca de 20% de valor de mercado desde o IPO. Já a Locaweb, antes uma queridinha dos investidores, perdeu 55% do seu valor nos últimos 12 meses. E a empresa de pagamentos Stone está ainda pior: desvalorização de 80% no mesmo período.

Um diagnóstico é que, com os resultados expostos após a abertura de capital, as empresas ficaram vulneráveis ao julgamento em tempo real dos investidores. Geraldo Melzer, sócio fundador do fundo Abseed, afirma que passou os últimos dois anos tendo "conversas malucas". "No ano passado, tínhamos empresas em estágio inicial, sem geração de receita, colocando valor de mercado de R$ 100 milhões", afirma. "Esse tipo de pessoa está mais tímida, pois há uma nuvem cinza de incertezas no ar."

MUDANÇAS. Apesar de a noção geral ser de um cenário mais tímido no País, esse freio ainda não aparece nos dados do Brasil. Segundo levantamento da consultoria Distrito, o volume de investimento em startups subiu 35% nos meses de janeiro e fevereiro, para US$ 1,36 bilhão, em comparação ao primeiro bimestre de 2021. O número de aportes, no entanto, caiu de 118 para 91.

Segundo investidores e especialistas, a volatilidade do mercado tem feito investidores procurarem empreendimentos mais sólidos e se afastarem dos "negócios de PowerPoint" – ou seja, que ainda não se provaram no mercado. E estão até dispostas a pagar mais por negócios mais seguros: a fintech Neon, por exemplo, captou US$ 300 milhões (cerca de R$ 1,4 bilhão) neste ano.

Para João Kepler, presidente do fundo Bossanova Investimentos, que costuma apostar em empresas em estágios mais iniciais, o excesso de dinheiro no mercado fez com que vários empreendedores inflacionassem os valores de seus negócios. "Nós temos tentado trazer os valores para o racional e colocar os empreendedores com o pé no chão", afirma Kepler, que prevê investir R$ 300 milhões em 250 empresas em 2022.

BOLHA? Quem está tentando comprar novos negócios no Brasil ainda não vê a queda dos preços dos negócios na prática. Para Fernando Cirne, presidente da Locaweb, que vem sendo uma compradora serial nos últimos anos, não faz sentido que as empresas de capital aberto estejam sofrendo mais do que aquelas que ainda não foram para a Bolsa. "Por que uma empresa que dá lucro e cresce e já tem a sua tese comprovada sofre mais do que as que estão no mercado privado e ainda não testaram sua tese?", questiona o executivo.

Apesar do cenário mais negativo, a possibilidade de uma eventual bolha no mercado de startups é afastada por especialistas, que enxergam muita oferta de empresas inovadoras. Um apetite menor por parte dos investidores, porém, não está afastado, apesar dos dois primeiros meses de aportes recordes no País. "Dado todo o contexto nacional e internacional, podemos ver impactos nos aportes ao longo do ano. Vamos acompanhar de perto", afirma Tiago Ávila, analista da consultoria Distrito. ●

EFEITO CASCATA

Média de investimentos em startups está em queda no mundo; tendência deve chegar ao País

FONTE: CARTA DESK DATA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Mudança de clima

● **Período conturbado**
Após dois anos com juros próximos a zero em boa parte do mundo e muito dinheiro disponível, as startups viram os investidores passarem a ter menos apetite ao risco, especialmente com empresas sem forte geração de caixa

● **Menos negócios**
Apesar do valor dos aportes ter subido 35% no Brasil nos dois primeiros meses do ano, em comparação a 2021, o número de negócios realizados foi menor

● **Capital aberto**
Empresas de tecnologia listadas na Bolsa de Nova York estão passando por forte desvalorização, após a maioria estrear como 'queridinhas' dos investidores: o Nubank, por exemplo, caiu 20% desde o IPO, enquanto a Stone, de serviços financeiros, despencou quase 80%

● **Pé no chão**
Investidores dizem que estão precisando colocar parte dos empreendedores com os pés no chão, após euforia vista com a alta liquidez do mercado nos últimos anos

● **Bolha**
Apesar do momento mais nebuloso, investidores não acreditam que o mercado vive uma 'bolha' após tantos bilhões em aportes

Tele em crise Novo obstáculo

Conclusão da recuperação judicial da Oi é adiada em mais 60 dias

CIRCE BONATELLI

Quarta maior operadora do País, a Oi terá o fim do seu processo de recuperação judicial adiado por até 60 dias. O prazo venceria amanhã, mas a postergação será necessária para acolher novas determinações do juiz responsável pelo processo, Fernando Viana, da 7.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro.

O magistrado soltou um despacho na última segunda-feira com os comandos preparatórios para o encerramento da recuperação judicial, iniciada em junho de 2016. As determinações não explicitam a prorrogação de prazo em si, mas estabelecem pré-requisitos que implicam na necessidade de esticar o processo.

Viana determinou ao administrador judicial – o escritório Wald Advogados – uma atualização do quadro geral de credores, o que deverá ser juntado ao processo dentro de um prazo de 60 dias.

O magistrado mencionou que a ação acumulou 60 mil incidentes de crédito, isto é, pedidos de impugnação ou habilitação de credores.

O próprio juiz explicou que o encerramento da recuperação judicial não está condicionado à consolidação do quadro geral de credores, mas, ao seu ver, essa é uma medida "imperiosa" para deixar tudo às claras.

HISTÓRICO. A Oi entrou em recuperação judicial em 2016 após acumular R$ 65 bilhões em dívidas com 55 mil credores. De lá para cá, a tele conseguiu aprovar um plano de recuperação, que mais tarde foi modificado, incluindo mais vendas de ativos, descontos nos pagamentos a credores e prorrogação de prazos.

Esse processo tinha o fim previsto para outubro de 2021, mas recebeu aval dos credores para se estender até maio de 2022 por causa de sua complexidade. Na ocasião, entretanto, o juízo fixou a data de março, que agora acabou também não sendo cumprida.

O prazo extra também dá mais tranquilidade para a Oi concluir a venda da sua rede móvel para a aliança entre TIM, Vivo e Claro, um negócio de R$ 16,5 bilhões essencial para a tele dar sequência à quitação de suas dívidas e suportar investimentos em banda larga fixa com fibra óptica. Com a extensão dos prazos processuais, isso poderá ser feito sob supervisão judicial. ●

broadcast+
Informações confiáveis
Decisões melhores

Baixar na
App Store

DISPONÍVEL NO
Google Play

Amanda Graciano amanda@amandagraciano.com

O que é inovação aberta?

É muito comum ouvir a pergunta sobre o que é inovação aberta. Embora não exista uma receita, não é incomum tratar inovação como processos, métodos, formas de construir negócios e criar valor.

Os termos inovação e transformação digital ganham espaço e possuem diversas formas, metodologias e resultados. Estes envolvem uma equação entre interações individuais, estratégia, cultura e a capacidade de incorporar tecnologia aos produtos e serviços.

Muitas empresas entenderam que a inovação precisa estar em todas as áreas e frentes do negócio. Por isso, é importante olhar da estratégia ao produto, do processo seletivo às sucessões nas diretorias, do marketing ao desenvolvimento da tecnologia.

Caso contrário, o risco de a companhia deixar de existir é bastante elevado.

As perguntas que se apresentam neste momento são diversas. E não destoam das principais perguntas feitas para atingir os resultados traçados para o trimestre. Como podemos aumentar a capacidade da minha empresa? Como consigo diagnosticar, desenvolver, estimular, eliminar risco e ter uma cultura mais inovadora? É preciso criar desafios internos? Ou criar novas unidades de negócios?

Sem inovação, o risco de a empresa deixar de existir é bastante elevado

Segundo estudo da McKinsey sobre inovação e a sua relação com o crescimento dos negócios, 84% dos CEOs acreditam que a inovação é fundamental para o crescimento. Contudo, apenas 6% estão satisfeitos com os resultados obtidos com a inovação.

Outro estudo, este realizado pela PwC, apontou a importância de direcionar os investimentos e performance financeira. O documento aponta que 77% das empresas que implementaram inovação com maior sucesso disseram que a sua estratégia de inovação está altamente conectada com as estratégias do negócio. O estudo ainda afirmou que 78% das empresas com implementação das estratégias e frentes de inovação foram bem-sucedidas por causa do envolvimento dos executivos.

Da mesma forma que startups, o trabalho de inovação aberta vem sendo desenvolvido à medida que o testamos e o implementamos.

Alguns pontos precisam estar presentes nesse caminho rumo à inovação aberta. Por exemplo, é preciso gerar valor, que inovação esteja alinhada com a estratégia das empresas e que times de inovação sejam diferentes dos de projetos tradicionais. Além disso, a relação entre corporação e startups precisa ser de ganha-ganha para ambas, e as condições e cultura internas sempre irão influenciar o ambiente. ●

CONSELHEIRA NA WISHE WOMEN CAPITAL E PROFESSORA CONVIDADA NA FUNDAÇÃO DOM CABRAL

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Investimento US$ 4,4 milhões

Startup Diferente aposta em alimentos orgânicos 'feios'

Fundada por Eduardo Petrelli, ex-James Delivery, empresa vende cestas de hortaliças que seriam descartadas por padrões estéticos

BRUNO ROMANI

Entre a colheita e a chegada às gôndolas do mercado, mais de 20% da produção global de frutas e hortaliças vai para o lixo, segundo o dado mais recente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Entre tantas ineficiências da cadeia, uma das mais impactantes é a de que parte do descarte ocorre porque a produção não atende aos padrões estéticos dos mercados. É um problema que a startup Diferente quer amenizar – e para isso, anuncia hoje o recebimento de um aporte de US$ 4,4 milhões (R$ 24 milhões).

Fundada há três meses, a startup permite em seu site a assinatura de uma cesta (semanal, quinzenal ou mensal) de hortaliças e frutas orgânicas, composta por até 50% de alimentos que seriam jogados fora por não atenderem aos padrões estéticos do varejo. A promessa é a de entregar alimentos mais saudáveis por preços até 40% mais baixos.

Para tornar a promessa realidade, a Diferente ostenta um time com experiência no ecossistema de inovação nacional. Entre os fundadores estão executivos de "unicórnios" (startups avaliadas acima de US$ 1 bilhão) latino-americanos: Saulo Marti (ex-Olist), Paulo Monçores (ex-VTex) e Walter Rodrigues (ex-Rappi). O quarto nome é o de Eduardo Petrelli, cofundador do James Delivery, app de entregas comprado pelo Grupo Pão de Açúcar em 2018.

Entre os investidores, a lista também é de respeito. A rodada foi liderada pela Maya Capital e teve participação de GFC e Caravela. O aporte também marca a estreia na América Latina do Collaborative Fund, que já investiu na Beyond Meat e no Kickstarter. A britânica FirstMinute Capital, que também participou da rodada, estreia desta forma no mercado nacional.

Desperdício
Cerca de 20% da produção global de frutas e hortaliças vai para o lixo antes de chegar ao varejo

DIFERENTE

Marti (E) e Petrelli: cestas têm até 50% de 'alimentos rejeitados'

Com tanta experiência, é natural que os fundadores olhem para o passado para tentar melhorar o futuro. "Entendo que falhamos no James para chegar a um nível excepcional por conta de problemas estruturais", diz Petrelli ao **Estadão**.

Além de negociar os orgânicos diretamente com produtores, a Diferente usa algoritmos de predição para oferecer cestas que atendam ao gosto do consumidor – a ideia é economizar tempo na hora da compra. Ao se cadastrar na plataforma, o usuário indica preferências e restrições, e a inteligência artificial (IA) faz escolhas baseada na disponibilidade dos alimentos. A cesta é comprada automaticamente no período determinado – o usuário pode indicar quando não quer receber. Os preços variam entre R$ 40 e R$ 112, de acordo com o tamanho da cesta.

DELIVERY. Nos últimos meses, a disputa na entrega de mercado se intensificou. Além de gigantes da tecnologia como iFood, Rappi e Uber, e de nomes tradicionais do setor, como Lojas Americanas e Carrefour, novas startups também entraram na disputa. Entre elas estão a Daki, que virou unicórnio em dezembro passado, a LivUp, a Raízs e a Trela.

Apesar disso, Petrelli acredita que o mercado pode acomodar todos. "No mundo físico, existem vários modelos de negócios. O mesmo vale para o digital. Não existe um mercado que atende classes A, B e C, compras grandes e pequenas e compras rápidas. O cliente vai se adaptar às lojas que combinam com o seu perfil", diz ele.

Uma das apostas da Diferente é a entrega gratuita (embora a companhia não garanta que isso vai durar para sempre). A empresa usa IA para otimizar as rotas realizadas pela própria equipe da startup. Com a recorrência das compras, o algoritmo consegue determinar os melhores trajetos e dias de entrega. É um formato que quer se opor ao modelo de entregas ultrarrápidas, que vêm ganhando forte investimento.

Assim, o cheque da companhia será na área de tecnologia. A ideia é triplicar a equipe até o fim do ano, saindo de 22 para 60 funcionários. Em 2023, o objetivo é chegar a 120 pessoas.

A Diferente, porém, ainda precisa responder algumas questões: "Há complexidade no abastecimento de produtos orgânicos, e esse tipo de consumo é pequeno no Brasil. Pode ser que ela tenha dificuldades para ser escalável", diz Sérgio Molinari, presidente da consultoria Food Consulting.

Caso consiga crescer, a Diferente deixa outra dúvida no ar: a empresa ficará independente ou seguirá o caminho do James Delivery, vendido ao Pão de Açúcar. "Nosso sonho é viver da Diferente", diz Petrelli. ●

O ESTADO DE S. PAULO QUARTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2022

C4 **Streaming.** A estreia de 'Cavaleiro da Lua'. C8 **Visuais.** Livro conta a história da Bienal

C5 **Visuais.** O adeus a Elifas Andreato, criador de clássicas capas de discos

PAULO LIEBERT / ESTADÃO – 16/11/2006

CAROL SIQUEIRA – 9/2/2021

C3 **Música**

Fotos inéditas de Gal

Livro retrata momentos da carreira

Cantora não participou da seleção de imagens, só aprovou

Direto da Fonte
Sonia Racy

Gabriel Manzano (interino)

BLOG

INSTAGRAM

MARCELA PAES
MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI
PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH
SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Água em rede...

O BNDES vai recorrer ao matchfunding para a construção de cisternas que devem fornecer água a três mil escolas do Nordeste, onde estudam 165 mil alunos. O modelo misto de financiamento combina doações e injeção de recursos pelo banco.

Dos R$ 56 milhões necessários para cumprir a meta, o BNDES entrará com R$ 20 milhões próprios, R$ 20 milhões da Fundação Banco do Brasil, e outros R$ 16 milhões de parceiros. A Tigre também contribui com equipamentos de rede de tratamento de esgoto.

Balanço

De saída do governo de São Paulo junto com **Doria**, **Gustavo Junqueira**, presidente da InvestSP, fecha o ciclo. A sua gestão deixa o programa de atração de investimentos ESG para o Estado. Junqueira retorna à iniciativa privada.

Fluxo internacional

A SP-Arte, que começa no dia 6, no pavilhão da Bienal, volta a agitar o setor. Uma leva de colecionadores desembarca em São Paulo.

Entre eles, **Jorge Pérez**, fundador do Pérez Art Museum Miami; o argentino **Hernan Zavaleta**; os mexicanos **Vanessa** e **Arturo Filio** e o colombiano **Esteban Jaramillo**.

Liderança diversa

Henrique Castro, executivo do mercado financeiro, e **Anselmo Takaki**, executivo de relações governamentais, pilotam o Inner Circle, no Tropikkal Bar, amanhã.

É um coletivo de apoio e desenvolvimento para profissionais LGBTQIA+.

FOTOS IARA MORSELLI

1. Belisário Franca na pré-estreia do documentário "O Presidente Improvável", do qual é diretor. **2.** Silvia e João Rodarte, produtor do longa sobre a trajetória de FHC. **3.** Rodrigo Garcia. **4.** Candido e Teresa Bracher. **5.** Jayme e Monica Garfinkel. **6.** Luisa Mell. **7.** Andrea Calabi e Marta Grostein. Anteontem, no Espaço Itaú Frei Caneca.

NA FRENTE

- A Tiffany arma festa com pocket show de **Ammora Alves** + *Soul In Groove* e apresentação de **Projota**. Hoje, no espaço Cubo, no JK Iguatemi.

- A Galeria Estação inaugura a exposição *Santídio Pereira – Botânica*, com mais de 20 xilogravuras concebidas neste ano. Amanhã.

- **Claudia Moreira Salles** abre a mostra *Afinidades Eletivas*. Sábado, na Casa Zalszupin, nos Jardins.

- O Rosewood São Paulo será palco do coquetel de abertura da SP-Arte. Na terça-feira.

Música *Livro*

Fotobiografia revela as muitas faces de Gal

Obra lançada nesta semana reúne imagens da cantora, textos antigos e outros escritos especialmente para a publicação

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Em um depoimento dado ao produtor e compositor Ronaldo Bôscoli, publicado na extinta revista *Manchete* em 1977, a cantora Gal Costa disse: "Minha boca é minha cortina". Esse texto está reproduzido na fotobiografia *Gal Costa*, que foi lançada nesta semana.

Gal, na ocasião, antes de lançar mão dessa metáfora, falava do contorno de seus lábios que até hoje ela mesma faz questão de pintar cuidadosamente, mesmo quando tem um maquiador à disposição, reforçando algo que virou sua marca. Tão forte que o formato de sua boca virou um desenho estampado no fundo da piscina de sua casa no Rio de Janeiro, na qual viveu do final dos anos 1970 até metade da década de 1980. Época de desbunde.

Organizado pelo jornalista e produtor musical Marcus Preto, pelo poeta e designer Omar Salomão e pelo crítico musical Leonardo Lichote, o livro destaca justamente o que Gal foi – e ainda é – capaz de fazer quando deixa cair esse pano. Reservada na vida íntima e de poucas palavras, Gal sempre se mostrou por meio de seu canto. Foi assim que ajudou a promover verdadeiras revoluções na música brasileira, reinventou-se inúmeras vezes e formou uma geração de cantoras.

Integrando textos antigos com outros escritos especialmente para a publicação, o livro, dessa maneira, se impõe como a primeira biografia (musical) da cantora. "Queríamos algo pop, assim como a Gal é. O visual também vai para esse lado. O assunto é ela na música. Não há divagação sobre outros temas ou grandes ensaios", afirma Preto.

Gal diz ao **Estadão** que não opinou sobre as escolhas dos organizadores. Viu o livro em PDF e deu o aval para que ele fosse publicado. "Achei muito bonito e não pedi para que nada fosse mudado. Está como eles me mostraram, tiveram toda a liberdade." Preto confirma.

As imagens foram garimpadas em acervos de jornais, revistas e com fotógrafos em uma pesquisa conduzida por Arlindo Hartz e Renato Vieira – esse último, jornalista, assina três textos para o livro. A cantora conta que se surpreendeu com o resultado. "Vi que encontraram coisas diferentes, fotos que eu nunca tinha visto e nem me lembrava de ter tirado."

Nas páginas do livro, estão, por exemplo, cliques do lendário show *Fa-tal*, de 1971, o encontro com João Gilberto e Caetano Veloso para um especial de TV, os Doces Bárbaros, a exuberância do show *Tropical* e encontros com amigos como Tom Jobim, Chico Buarque, Erasmo Carlos, Milton Nascimento, Rita Lee e Elis Regina.

De pessoal, apenas – bonitas – fotos feitas pela atriz Lúcia Veríssimo, amiga próxima nos anos 1980. Entre cliques de viagens, um topless em uma praia deserta. Do palco, duas capturas da cantora entregue à música no show *Baby Gal*, um de seus grandes êxitos. Gal não contribui com as fotos. O motivo é simples: ela não as guarda. "Me pediram e eu não tinha nada. Meu álbum de fotografias, atualmente, é meu Instagram. As fotos ficam todas ali, coisas novas e antigas."

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO - 25/9/2018

1. Gal Costa diz não ter opinado sobre as imagens que estão na obra e que elas foram escolhidas pelos organizadores da fotobiografia

2. Foto de Gal com João Gilberto e Caetano Veloso, em 1971

ACERVO ESTADÃO

JUVENTUDE. Não à toa Gal cita as redes sociais. É por meio delas que ela se mantém próxima de um público que se renova desde que ela lançou o álbum *Recanto*, de 2011, com canções e produção de Caetano Veloso, depois de uma fase mais revisionista. "Nesse momento, Caetano parece dizer: Gal é fundamental, dita padrões estéticos. Foi um corte", lembra Preto. Tudo isso está contemplado no livro, assim como a presença fundamental do compositor em diferentes e decisivos momentos da carreira de Gal.

Foi natural que ela, nos álbuns subsequentes, *Estratosférica*, *A Pele do Futuro* e *Nenhuma Dor*, se aproximasse também de novos artistas. Em setembro, ela se apresentará com Rubel e Tim Bernardes no Coala Festival. Em dezembro, canta com Silva na companhia da Brasil Jazz Sinfônica – os ingressos já estão esgotados.

Gal vê tudo isso com entusiasmo: "Cantar cura quem canta e quem escuta. A música é um bálsamo. Essa é a minha missão, nasci com ela. E as pessoas se conectaram com isso durante todos esses anos. Acho bonito porque muita gente jovem tem vindo aos meus shows dizer isso. A minha geração segue como uma referência importante para essa garotada". ●

'Meu Nome É Gal' deve chegar às telas de cinema no ano que vem

Com previsão de lançamento para 2023, o filme *Meu Nome É Gal*, das diretoras Dandara Ferreira e Lô Politi, terá como protagonista a atriz Sophie Charlotte. O filme está sendo rodado em São Paulo e no Rio de Janeiro. Informações divulgadas para a imprensa dizem que o longa vai contar a chegada de Gal ao Rio para realizar o sonho de ser cantora.

A reportagem do **Estadão** perguntou às diretoras qual recorte o filme traria, afinal, Gal soma mais de 50 anos de carreira. Também foi questionado se Sophie cantaria – ela já cantou, ao lado de Roberto Carlos, a música *Sua Estupidez*, um dos sucessos de Gal – ou se seria usada a voz da cantora. Porém, segundo a assessoria de imprensa do filme, as diretoras não falariam porque estavam "em processo de filmagem".

ELENCO. Integram o elenco do longa-metragem em produção, além de Sophie, os atores Rodrigo Lelis (Caetano), Dan Ferreira (Gilberto Gil), Camila Márdila (Dedé Gadelha, primeira mulher de Caetano e amiga de Gal), George Sauma (Waly Salomão) e Luis Lobianco (o empresário Guilherme Araújo).

Dandara já abordou a trajetória de Gal na série documental em quatro episódios *O Nome Dela É Gal*, de 2017, atualmente disponível no catálogo da HBOMax. ● D.C.

STELLA CARVALHO

Sophie Charlotte em cena de 'Meu Nome É Gal', em que vive a cantora

Roberto DaMatta

Transições

Seria preciso realizar uma reflexão profunda sobre as transições e os períodos de passagem onde estamos em dois lugares ao mesmo tempo. O melhor emblema disso é se imaginar ganhando a Mega Sena e como a fortuna material seria gasta no sonho de finalmente sair, com as pessoas que amamos, das agruras rotineiras para ter, na nossa ilusão, a "vida resolvida". Um conceito, aliás, utópico e, quem sabe, brasileiro porque viver é aprender a conjugar frustrações com saídas passageiras porque estamos todos de passagem.

Toda passagem tem seus riscos e algumas, como a de passar de estudante a profissional ou a de entrar ou sair de um emprego, acarretam preocupações que são, em toda sociedade humana, ritualizadas.

Na minha introdução ao livro clássico que problematiza as transições, *Os Ritos de Passagem*, escrito em 1909 por Arnold Van Gennep, afirmo que a elaboração ritual dos períodos intermediários vai desde mudar o pijama para vestir a roupa do trabalho até as terríveis declarações de fuzilamento e de guerra.

Tanto entrar na vida quanto dela sair exigem cerimônias críticas. No fundo, um sábio poderia dizer que o regime democrático, no qual governantes mudam obrigatoriamente de tempos em tempos, é uma renovação fundamental, porque todos temos a esperança de dias melhores para suportar dias piores.

> ***Viver é aprender a conjugar frustrações com saídas passageiras, porque estamos todos de passagem***

Ideia estabelecida de progresso contínuo que esses nossos tempos de poluição suicida, guerra ideológica, burrice extremada, possibilidade de destruição em massa, e uma clara noção dos limites do modo de produção capitalista, colocam em causa.

Hoje, estamos vivendo no Brasil "tempos eleitorais". Momento em que o chamado "poder-político-eleitoral", que nas democracias tem início, meio e fim, se renova. O eleito muda, mas o sistema continua e o ponto intermediário é uma delicada passagem (ou beco) eleitoral.

Fase ambígua porque, no caso brasileiro, além das ditaduras que, espero, tenham ido embora para sempre, vivemos por séculos num regime aristocrático engessado no qual uma figura (rei, regente ou imperador) permanecia no cargo por direito divino. Na transição revolucionária das aristocracias para os regimes republicanos baseados na cidadania, existe o período eleitoral cada vez mais presente em todos os lugares.

Embora rotineiro, trata-se de uma fase transitória e, como tal, ela sugere – além dos contrastes nos programas e estilos de governar – a tentação de ser toldada por alguma vontade espúria. Em outras palavras: por um golpe justificado por um antigolpe que seria o golpe no golpe. Dick Moneygrand diz que não estamos sós como ele pensava quando foi meu mentor... ●

É ANTROPÓLOGO SOCIAL E ESCRITOR, AUTOR DE 'FILA E DEMOCRACIA'

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

DISNEY+

Isaac e Ethan Hawke: série filmada em Budapeste, Londres e na Jordânia, no lugar do Egito, levou Oscar de volta ao Deserto de Wadi Rum, onde ele tinha rodado 'Duna' e 'Star Wars'

Streaming *Estreia*

Oscar Isaac vive um super-herói atormentado em 'Cavaleiro da Lua'

Nova série da Marvel chega ao Disney+ com Ethan Hawke interpretando o antagonista e um foco na cultura egípcia

MARIANE MORISAWA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Oscar Isaac estava cansado. Ser um dos atores mais requisitados do mundo tem essa leve desvantagem. Ele tinha emendado anos da saga *Star Wars* com *Duna* com o pequeno *The Card Counter*, dirigido por Paul Schrader. Então, quando a Marvel lhe veio oferecendo uma série sobre o *Cavaleiro da Lua*, seu instinto inicial foi recusar – até porque ele já tinha feito seu longa baseado nos quadrinhos, *X-Men: Apocalipse* (2016). "Não estava morrendo de vontade de fazer algo sobre um super-herói", disse o ator de 43 anos, em entrevista ao **Estadão**, por videoconferência. "Fora que eu nunca tinha ouvido falar do *Cavaleiro da Lua*, não tinha nenhuma referência."

Mas daí ele foi entender do que se tratava. E acabou aceitando fazer *Cavaleiro da Lua*, série em seis episódios que estreia hoje no Disney+, com Jeremy Slater como roteirista-chefe e baseada no personagem criado em 1975. Steven Grant é o pacato e atrapalhado balconista da loja de suvenires de um museu em Londres. À noite, ele sonha com lugares inexplorados e figuras assustadoras. De dia, vê-se conversando consigo mesmo – ou pelo menos com alguém que é idêntico a ele. Assim, descobre sofrer de transtorno dissociativo de personalidade.

O cara do espelho é Marc Spector, um mercenário morto aos pés da estátua de Khonshu, o deus da lua e da vingança, que oferece ressuscitá-lo desde que ele se torne seu avatar na Terra, dotado de superpoderes. Só que Marc divide seu corpo com o pobre Steven. "Para mim foi empolgante criar um personagem incomum que eu não tinha interpretado antes", contou Isaac. "E ainda falar de um tema bastante interessante e emocionante, que é sobreviver ao abuso e ao trauma e como a mente pode se fraturar, criando essas personalidades diferentes para lidar com isso."

> **O começo do distúrbio**
> **Isaac descobriu que o transtorno dissociativo de personalidade tem suas origens na infância**

PESQUISA. Isaac pesquisou bastante sobre o transtorno dissociativo de personalidade. "É interessante porque as pessoas que sofrem disso costumam usar linguagem da fantasia, porque isso normalmente tem origem em suas infâncias", explicou o ator. Para fazer os papéis em que contracena consigo mesmo, ele contou com a ajuda de seu irmão, Michael Hernandez. "Ele foi perfeito para contracenar e conversar comigo nos intervalos de cenas, era como se fosse outra parte de mim lá."

Além de tudo, era uma chance de falar de divindades e mitologia egípcias, algo que não se vê sempre. Steven é fascinado por esses assuntos. Marc tem um relacionamento complicado com a arqueóloga egípcia Layla El-Faouly (May Calamawy). E o antagonista, Arthur Harrow (Ethan Hawke), é seguidor da deusa Ammit, pregando que é melhor cortar o mal pela raiz, ou seja, livrar-se do mal antes de ele proliferar. O diretor Mohamed Diab (*Clash, Cairo 678*), que dirige quatro dos episódios – os outros dois são comandados por Justin Benson e Aaron Moorhead –, fez questão de que a cultura fosse representada de maneira correta. O filme, porém, foi rodado em Budapeste, passando por Londres, e na Jordânia, no lugar do Egito. Curiosamente, *Cavaleiro da Lua* levou Oscar Isaac de volta ao Deserto de Wadi Rum, onde ele tinha rodado *Duna* e *Star Wars*. ●

Elifas Andreato 1946 – 2022

O ilustrador de capas de LP que ganharam a força das canções

Mais do que um esteta das capas, Elifas, morto aos 76 anos, atingia tal conexão com o artista que o tornava um 'coautor'

ERNESTO RODRIGUES / ESTADÃO – 11/7/2018

OBITUÁRIO

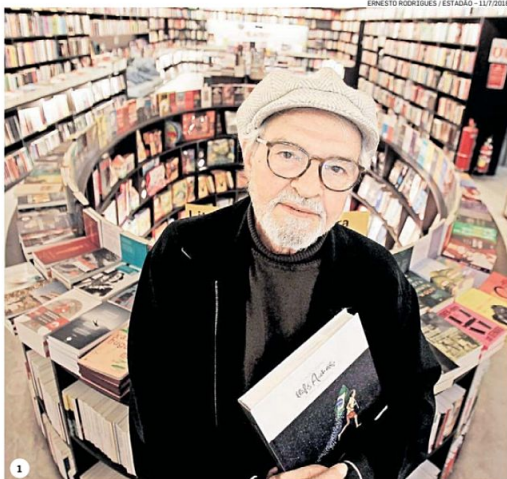
JULIO MARIA

As capas de LPs ilustradas por Elifas Andreato – e apesar de ele ter feito tantos trabalhos, são elas que ficarão depois de sua inesperada morte, na manhã de terça, 29 – deram outra dimensão à própria música que vinha no vinil. De expressões tão poderosas, elas passaram a agir no imaginário afetivo construído por anos com uma intensidade capaz de interferir na sensação das canções. Sem o rosto grande de Martinho da Vila extasiado entre o povo, um povo representado sempre por mãos sem rostos, *Canta Canta Minha Gente* seria algum outro disco. Sem o malandro deitado no banco da capa de *Ópera do Malandro*, de 1979, como visualizaríamos com tanta exatidão, mesmo sem assistir ao espetáculo, o personagem de Chico Buarque? Que imagem traria a mesma dor de amor tal qual se canta em *Sentimentos* e *Não Quero Mais Amar a Ninguém* do que a de Paulinho da Viola vertendo lágrimas tão volumosas quanto o leite na capa de *Nervos de* Aço, de 1973?

Elifas não ilustrava um álbum, mas participava dele. Sua presença é a de um coautor, um homem que estava ali para ser, como disse Chico Buarque, o "artista dos artistas", alguém que captasse a alma de especialistas em captar almas para entregá-la ao povo. Ele testemunhou composições sendo criadas, jogou futebol e sinuca com esses criadores, sorriu e chorou com eles e ouviu suas músicas em primeira mão. Sua ilustração não se contentava em servir a um efeito estético, mas a uma conexão. Suas capas foram o primeiro contato de muita gente desassistida com o fino retratismo plástico das grandes exposições. Impressa em capas de LP, transportada por paixões nacionais, sua arte visual entrava muitas vezes onde nenhuma outra havia estado.

MUITAS VEZES MARTINHO. Elifas, paranaense de Rolândia, filho de pais lavradores, tinha 76 anos e uma lista com mais de 450 capas entregues a obras de Caetano Veloso, Noel Rosa, Tim Maia, Adoniran Barbosa, Carmen Miranda, Pixinguinha, Elis Regina, Chico Buarque, Paulinho da Viola e Martinho, muitas vezes Martinho. Só ao lado do sambista de Vila Isabel foram 36 anos, "com pelo menos um retrato por ano", como ele dizia, além de direção e cenografia de seus shows. Ele estava internado havia uma semana depois de ter sofrido um enfarte. Havia se recuperado do primeiro susto, falado com o irmão ator e diretor Elias Andreato para tranquilizá-lo e, então, traído pelo órgão que tratou com tanta fidelidade, sofreu uma piora e não resistiu.

Seria fácil compilar o que todos dizem agora, após sua devastadora partida. Mas fiquemos com um pouco do que disseram com ele vivo, há coisa de dois anos: Paulo Cesar Pinheiro: "Nada do que Elifas faz é um risco no papel. É poesia pura". Zeca Pagodinho: "Eu olhava as capas e via aquela assinatura... A maior glória para mim foi um dia poder contar com essa assinatura nos meus discos". Martinho da Vila: "Estou certo de que sua arte, o seu caráter e o seu zelo com nossa cultura são uma valiosa contribuição a todos os brasileiros que logo mais irão reconstruir o Brasil". ●

POLYGRAM

1. Lançamento de 'Traços e Cores'

2. 'A Arca de Noé', de 1980

3. Obra de Clarice Lispector

4. 'Rosa do Povo', de 1976

5. Álbum de Paulinho da Viola, de 2020

EDITORA ÁTICA

RCA VICTOR

SONY MUSIC

Repercussão

"Aquele que melhor ilustrou a alma brasileira foi agora para junto das estrelas e de lá seguirá nos inspirando"
Emicida
Rapper

"Ah, tristeza maior! – o Elifas Andreato morreu. Beijo, Elifas! Ô coisa"
Laerte
Cartunista

"RIP Elifas Andreato, responsável por algumas das mais belas capas da discografia de Zeca Pagodinho"
Zeca Pagodinho
Sambista

"Que tristeza, Elifas Andreato, amigo que nos deixa! Você vai fazer muita falta. Choramos sua partida, como Paulinho em seu retrato genial. Descanse em paz"
Chico Pinheiro
Jornalista

Soube com tristeza que perdemos hoje Elifas, um dos maiores artistas gráficos do Brasil..."
Eduardo Suplicy
Vereador (PT)

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Equilíbrio e imparcialidade
Data estelar: Lua míngua em Peixes

Olha, não se trata de passar a vida jogando a culpa de tuas dores e sofrimentos a outras pessoas, ou às circunstâncias, nem tampouco de assumir toda a responsabilidade sobre o que te acontece, porque, eventualmente existem culpados e vítimas e, também, o Universo inteiro não gira em torno de tua presença, para que devas te responsabilizar por tudo. É preciso julgar a realidade com imparcialidade.

Tu serás responsável por aquilo que seja resultado de colocares tua vontade em ação, ou ainda, serás responsável também por ter te abstido de usar tua vontade quando a hora era propícia.

Porém, ainda assim, o mundo em que existes é maior do que tua presença, e produz eventos que impactam tua vida pessoal sem que tua vontade tenha alcance suficiente para mudar. Equilíbrio e imparcialidade. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Quietude e sossego, para descansar a alma e pensar direito sobre tudo que vem acontecendo nos últimos meses. Quietude e sossego, para que essas reflexões sejam feitas com alegria, sinceridade e transparência. Em frente.

TOURO 21-4 a 20-5

É propício você reunir algumas pessoas, nem que seja para trocar ideias, e sair de seu ensimesmamento. As pessoas, com suas ideias, podem complicar um pouco o cenário, mas isso será preferível a continuar ensimesmado.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Errar por agir precipitadamente será preferível a errar por se deter demais a ruminar dilemas sobre o que seria melhor fazer. Este é um momento em que a ação vai, pelo menos, imprimir dinamismo e oferecer opções.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Há dias em que a mente prefere se aventurar por terrenos amplos, adotando pontos de vista compreensivos. Isso facilita muito tudo, porque com a amplitude do pensamento vêm as perspectivas desejáveis, a ser conquistadas.

LEÃO 22-7 a 22-8

Temores e pudores se misturam nesta parte do caminho, tornando mais intensas as experiências, mesmo que não esteja acontecendo nada demais nem de menos. A vivência subjetiva toma conta do cenário neste momento.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Favoráveis ou adversárias, de uma maneira ou de outra, sua alma continuará precisando das pessoas para tudo que quiser fazer. Portanto, busque manter relacionamentos cordiais com todas, sejam favoráveis ou adversárias.

LIBRA 23-9 a 22-10

A rotina pode parecer desprovida de excitação, e provavelmente assim é. Porém, a excitação não seria tão interessante, não fosse haver uma rotina que sustenta todo o resto da sua existência. Valorize a rotina.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Diversifique o quanto possível sua atividade, para não estacionar nos assuntos que, sabidamente, não podem ser solucionados de imediato. Melhor se divertir e distrair do que se concentrar no que é inútil.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12

Faça a revisão sincera e transparente de tudo que você veio fazendo até agora, seu papel nos acontecimentos, a dinâmica que sua presença imprime nos relacionamentos. Agora, deixe uma parte do passado para trás.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Tudo que acontecer hoje está dentro de um jogo dinâmico, cujo objetivo é se manter em movimento, sem que, necessariamente, se chegue a uma conclusão. É um momento dinâmico, aproveite e incentive esse ritmo.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Faça valer a pena o esforço que você executa diariamente para que a máquina existencial continue funcionando da melhor maneira possível. É uma pena que tudo não seja fácil, mas é como as coisas são. Em frente.

PEIXES 20-2 a 20-3

Fazer será melhor do que continuar esperando por um momento melhor. Fazer e cometer erros será preferível a que o erro seja o da inação, e depois, num futuro próximo, você se arrependa de nada ter feito.

Música ***Show de Verão da Mangueira***

Depois de quase três décadas, Chico e Gal voltam a dividir o palco

Dupla se apresenta nesta quarta e quinta no Rio em espetáculo que tem ainda nomes como Alcione e Leci Brandão

Tradicional espetáculo que reúne alguns dos maiores nomes da MPB, o *Show de Verão da Mangueira* contará este ano com um dueto que não divide o palco há quase três décadas. Gal Costa e Chico Buarque se apresentarão juntos no Vivo Rio nesta quarta e quinta-feira. O show terá ainda apresentações de Alcione, Leci Brandão, Pretinho da Serrinha, Teresa Cristina e Xande de Pilares, além da velha-guarda e da bateria da famosa escola de samba.

O *Show de Verão da Mangueira* surgiu em 1998 e é muito mais do que uma prévia do carnaval. Interrompido por causa da pandemia, retorna nesta semana para sua 18.ª edição. "É um espetáculo de música popular brasileira, sempre usando o enredo da escola do ano como norte", explica Tulio Feliciano, diretor-geral do espetáculo.

CARTOLA. O repertório de cada artista considera o samba-enredo da escola para o carnaval. "Este ano o enredo trata de Cartola, Jamelão e Delegado, então procurei músicas desses compositores e cantores e algumas outras que se referiam também ao mestre-sala Delegado", diz Feliciano.

Agora, será a vez também de Gal Costa, que não dividia o palco com Chico Buarque desde 1994. "A Bethânia fez vários anos, mas a Gal não tinha feito ainda. Ela tem no repertório muitas músicas do Cartola e muitas interpretadas pelo Jamelão, especialmente os clássicos do Lupicínio, que fizeram sucesso com o Jamelão e que a Gal também interpretou." ● MÁRCIO DOLZAN

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"O poeta é o sacerdote do invisível"* **Wallace Stevens**

1 livro por semana

Maria Fernanda Rodrigues

O que não se conta

Itália, final de 1970. Logo na abertura de *Caro Michele*, o discreto narrador de Natalia Ginzburg (1916-1991), que surge aqui e ali neste romance epistolar, nos apresenta Adriana, uma mulher que está fazendo 43 anos em sua nova casa, afastada de tudo e de quase todos, e que decide escrever uma carta – a primeira das muitas que leremos na obra da autora italiana lançada originalmente em 1973 e que ganhou nova edição no Brasil em 2021.

A carta é endereçada a Michele, seu filho, e ela sugere que ele vá visitar o pai que está doente. A certa altura, conta uma lembrança relacionada à morte de seu próprio pai e diz: "É verdade que a certa altura da nossa vida molhamos os remorsos no café da manhã, como biscoitos".

Dramática, um pouco egocêntrica e com um discurso contraditório Adriana é a personagem que talvez mais fale neste romance que é dividido em 42 capítulos – 37 deles são cartas e os outros misturam diálogos com o olhar deste narrador em terceira pessoa. Tudo, porém, gira em torno de Michele, apresentado, pela mãe, ora como "bobo" ora como "mimado".

Pouco se sabe sobre ele vindo dele mesmo – a não ser uma ou outra coisa sobre o momen-

Caro Michele

Autora: Natalia Ginzburg

Editora: Companhia das Letras

200 págs., R$ 54,90; R$ 34,90 o e-book

to que ele está vivendo pelas cartas que escreve à irmã Angélica e ao amigo Osvaldo. Fora isso, sabemos que é um jovem criado pelo pai e por suas empregadas, que vive de favor no porão de Osvaldo e ainda leva as roupas para lavar na casa da família. E então ele vai embora às pressas para Londres. Na primeira carta que recebe da mãe após a partida, ela diz que tem medo que ele acabe entre guerrilheiros.

Voltando. Essa história começa em dezembro de 1970. A primeira carta datada é do dia 2. Há uma tensão na Itália. A resistência antifascista se une. Um golpe de Estado é frustrado, mas não impede, pouco depois, uma vitória do fascismo. É nesse contexto que Michele parte, mas quase ninguém sabe disso.

Ao longo de nove meses – a última carta é de setembro de 1971 –, acompanhamos a vida desta família italiana que se corresponde dividindo intimidades, lembranças e confidências sem meias-palavras e com um tanto de ironia e um pouco de humor. Todo mundo sabe de tudo. Todos os problemas são entrelaçados – dos membros da família, dos que lhes são próximos, dos estranhos que por algum motivo acabam cruzando o caminho deles. Pessoas que se agridem e se apoiam, que vivem entre os efeitos da violência política e da violência familiar. Pessoas que, de um modo geral, não acreditam em felicidade e ainda assim seguem adiante, cuidando dos seus, se acostumando com tudo e se consolando com nada. ●

JORNALISTA ESPECIALIZADA EM LITERATURA

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **estadao.com.br/e/cruzadas**

CRIPTOGRAMA *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, símbolos iguais. Nas casas em destaque, o medicamento hormonal usado para regular o ciclo menstrual e prevenir uma gravidez indesejada.

- A segunda maior cidade mineira.
- Martin (?), cineasta de "O Irlandês".
- Característica de um indivíduo.
- Estabelecer regras.
- O aluno desligado da universidade por reprovações sucessivas.
- O câncer mais associado ao tabagismo.
- Segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul.
- Relativa ao burgo.
- Certa arte marcial.
- Grande extensão.
- Crepúsculo vespertino.
- Falar, repetindo sílabas.
- Chefe de clube náutico.
- Cidade do Sul da Itália.
- Encenação de peça teatral.
- O oposto.

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **estadao.com.br/e/sudoku**

Nível Fácil

				8		1	4	
8					7			
3		1		9		7		
	6		4		3			
5		7				6		4
			5		8		9	
		2		3		5		1
			1					2
	8	6		5				

SOLUÇÕES

Leandro Karnal

Os buracos negros

Mais de cem anos antes, Einstein tinha dado algumas pistas. Em 14 de setembro de 2015, o sinal veio de dois centros nos Estados Unidos: um baque grave e audível originado da fusão de dois buracos negros. Outros sons seriam registrados pouco tempo depois. Os cientistas estavam eufóricos. Einstein, feliz, sorria no além infinito...

Um buraco negro é um fenômeno extraordinário e intrigante. O que sabemos sobre eles? Aprendi muito lendo o texto *O Pequeno Livro dos Buracos Negros*, de Steven Gubser e Frans Pretorius (Ed. Crítica). Como a minha ignorância sobre física é enorme, posso garantir às queridas leitoras e aos estimados leitores que, se eu entendi o texto, qualquer pessoa conseguirá o mesmo. Alcancei quase tudo, pois a ideia da constante cosmológica de Einstein e seu possível erro fugiram ao meu cérebro leigo de historiador.

Quais as novidades? Centenas. Eu falava de buracos negros, inclusive como metáfora de partes da casa que faziam desaparecer coisas (como a máquina de lavar roupa). Hoje eu sei que existe um buraco negro de Schwarzchild e outro de Kerr, homenagem aos seus descobridores. Sei como funcionam e o que são. Um salto cósmico!

Os autores explicam o que seria a gravidade, como entender de forma ampla a relatividade geral e especial e fornecem exemplos hipotéticos práticos fascinantes para pensar, tempo, espaço e forças físicas em geral.

> ***O que sabemos sobre eles? Aprendi muito lendo o texto 'O Pequeno Livro dos Buracos Negros'***

Como leigo total no campo da Física, eu fico fascinado em imaginar que excesso de massa vai se tornando insustentável. Estrelas podem colapsar formando um buraco negro e a nossa Via Láctea possui, no seu centro, um que contém cerca de 4 milhões de massas solares. São quantias quase além da imaginação. Einstein avançou muito no campo da compreensão do universo. Stephen Hawking ampliou a concepção e demonstrou que a teoria quântica está correta: os buracos negros emitem radiação.

O texto mostra os buracos negros como verdadeiros laboratórios teóricos de leis da Física. Os dois professores de Princeton (a mesma universidade que marcou a fase final de Einstein) apresentam ao público muitas possíveis aplicações do que estamos descobrindo com os buracos negros. É fascinante!

Ao diminuir um pouco da minha ignorância sobre o universo, retive a sensação de como somos pequenos neste terceiro planeta, debatendo coisas tão minúsculas diante de mistérios maiores que nos convidam à pesquisa e à reflexão. Buracos negros fornecem perspectiva da nossa insignificância. ●

LEANDRO KARNAL É HISTORIADOR, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, AUTOR DE 'A CORAGEM DA ESPERANÇA', ENTRE OUTROS

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Literatura ***Visuais***

Livro conta trajetória da Bienal de São Paulo

Publicação vai além dos 70 anos do maior evento de artes do País, ao destacar a pluralidade em suas diferentes edições

KÁTIA MELLO

HANS GUNTER FLIEG/IMS

Primeira edição da Bienal foi na esplanada do Trianon, onde hoje é o Museu de Arte de São Paulo

O livro *Bienal de São Paulo Desde 1951*, a ser lançado nesta quinta-feira, 31, no Pavilhão Ciccillo Matarazzo, vai além dos 70 anos comemorativos de um dos mais importantes eventos artísticos do mundo e de sua fundação, que completa 60 anos.

A publicação, organizada por Paulo Miyada, curador adjunto da 34.ª edição (2020-2021), mostra como a Bienal inseriu o Brasil no circuito internacional das artes, em momento em que o País realizava sua maior transformação industrial.

Já em sua primeira edição, a Bienal paulista mostrou seu gigantismo ao trazer ao Brasil, pela primeira vez, obras de artistas internacionais reverenciados como Pablo Picasso, René Magritte, Alberto Giacometti, além de impulsionar a produção nacional de Lasar Segall, Victor Brecheret, Oswaldo Goeldi, entre outros.

O mentor do evento, Ciccillo Matarazzo, era sobrinho do industrial Francisco Matarazzo, dono de uma das maiores fortunas do País no virar do século 19 para o 20. Inspirado na Bienal de Veneza, Ciccillo tinha a pretensão de transformar São Paulo em um dos polos centrais da cultura no mundo. Eram os tempos dos grandes mecenas das artes e, neste sentido, Ciccillo fazia par com o jornalista Assis Chateaubriand.

No final da década de 1940, São Paulo vivia uma verdadeira ebulição arquitetônica na esfera artística com o surgimento do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – Masp (1947), Teatro Brasileiro de Comédia – TBC (1948), Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM/SP (1949) e Companhia Cinematográfica Vera Cruz (1949).

DIFERENTES NARRATIVAS. Em sete décadas, a Bienal de São Paulo teve diferentes momentos históricos e essa ausência de linearidade é constatada no livro que reúne 30 ensaios e mais de 200 imagens, distribuídos em 424 páginas. "A ideia do livro foi abrir mão de uma linha contínua que coubesse numa mesma narrativa, em um mesmo tom de voz. Toda a premissa desse livro foi mergulhar em momentos dessa linha e convidar pessoas com pesquisas e dicções desses momentos", explica ao **Estadão** o organizador Paulo Miyada.

> **Efervescência**
> **Bienal de São Paulo surge em momento de ebulição arquitetônica das artes na capital paulista**

No capítulo *Avenida Paulista, 1951*, escrito pelos arquitetos Abilio Guerra e Fausto Sombra, é relatado esse ambiente de transformação da principal veia urbanística da cidade que receberia guindastes e tratores com a construção de dezenas de edifícios modernos, como o Nações Unidas (1952-1959), o Três Marias (1952-1956) e o Conjunto Nacional (1955-1962), para citar algumas das edificações levantadas à época.

TARDE DE GALA. É nesse ambiente de efervescência das artes na capital paulista que acontece a inauguração, no dia 20 de outubro de 1951, às 16h, da 1.ª Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo, instalada no edifício reconstruído do Trianon, local hoje ocupado pelo Masp, na Avenida Paulista.

A dupla de autores Guerra e Sombra descreve o frenesi da inauguração: "Não é todo dia que uma cidade latino-americana recepciona mais de 500 artistas e 1.800 obras de arte de 21 países. Comparada à Bienal de Veneza, seu modelo explícito, a versão paulistana é ambiciosa ao contemplar exposições de artes plásticas e arquitetura, festival cinematográfico e concursos de composição musical e de cartazes". Mais adiante, os arquitetos ressaltam o calor do momento, com "a aglomeração em torno do casal Yolanda Penteado e Francisco Matarazzo Sobrinho (Ciccillo), radiantes, no papel de anfitriões".

O capítulo *Sobre uma Fotografia*, escrito por Francisco Alambert, analisa a segunda edição da Bienal, ocorrida em dezembro de 1953, no Parque do Ibirapuera, recém-inaugurado por ocasião das comemorações do 4.º Centenário da cidade de São Paulo, e cujo projeto é assinado por Oscar Niemeyer e Burle Marx.

O grande chamariz desta edição foi o quadro *Guernica*, de Picasso, tanto é que a exposição ficou conhecida como a Bienal Guernica. A obra de Picasso aportou por aqui graças a uma longa negociação entre o Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) e Yolanda Penteado, mulher de Ciccillo Matarazzo e que teve papel de destaque nas artes, ao lado do marido. ●

JORNAL DO CARRO
QUARTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2022 • ANO 40 • Nº 2015 O ESTADO DE S. PAULO
JC

Lançamentos

Novos C3, Frontier, Oroch e mais: as novidades a caminho das lojas

Com vários lançamentos confirmados, abril será um dos meses mais movimentados de 2022; Jeep Compass híbrido vai abrir sequência no dia 4 com nova Nissan Frontier

DIOGO DE OLIVEIRA

O mês de março já está no fim, e as montadoras começam a acelerar os próximos lançamentos. Para algumas marcas, será a chance de voltar aos holofotes com novidades para esquentar o mercado. Só em abril, serão ao menos três grandes estreias: a Citroën vai lançar a nova geração do C3, a Nissan vai atualizar a Frontier, e a Renault enfim revelará a reestilização da picape Oroch.

Mas não é só. O segmento de carros elétricos e híbridos terá lançamentos, dentre eles o Kia EV6, primeiro modelo da sul-coreana feito para ser apenas elétrico. Tem o BYD Han EV, segundo carro de passeio da chinesa no Brasil. E tem o Jeep Compass 4xe logo no início do mês. A versão vai estrear em 4 de abril, dia mundial do 4x4. Confira em detalhes os carros que estão a caminho das lojas.

CITROËN

Novo Citroën C3 entrou em produção em Porto Real (RJ) e virá com inédito estilo de SUV

JEEP

Jeep Compass 4xe tem modo elétrico para 50 km e é híbrido plug-in que recarrega em tomadas

NISSAN

Com visual renovado por dentro e por fora, nova Frontier terá inédita versão aventureira PRO-4X

RENAULT

Renault vai renovar a picape Oroch após sete anos com motor 1.3 turbo de 170 cv e 27,5 mkgf

COMPASS 4XE A Jeep vai lançar a versão eletrificada do SUV médio. Ele virá importado da Europa, onde é feito. Por isso, terá o motor 1.3 turbo a gasolina e não flexível. Ele se combina a um motor elétrico instalado no eixo traseiro que gera o equivalente a 60 cv. Ou seja, é 4x4 - daí a sigla 4xe. Outro detalhe é que o SUV é híbrido do tipo Plug-In, que recarrega as baterias em tomadas. A potência total é de 240 cv. No modo elétrico, roda até 50 km.

RENAULT OROCH A Renault está nos preparativos finais para o lançamento da Oroch reestilizada. Sem mudanças desde 2015, quando estreou, a picape derivada do SUV Duster não deve mudar muito o visual, mas ganhará o motor 1.3 turbo flex de até 170 cv, bem como o câmbio automático do tipo CVT que simula oito marchas.

NISSAN FRONTIER A picape média chega logo no início de abril. Ela virá modernizada da Argentina, onde tem produção na cidade de Santa Isabel. A reestilização vai alterar a grade frontal e os faróis e lanternas. Entretanto, promete deixar a Frontier bem mais moderna e interessante. Haverá uma versão inédita: a PRO-4X, com visual aventureiro.

CITROËN C3 A nova geração do compacto já está em produção na fábrica de Porto Real (RJ). Ele chega às lojas em abril, com entregas até maio. Desta vez, o C3 terá estilo de SUV, com desenho mais vertical. O hatch é o primeiro carro da PSA sobre a nova plataforma CMP, que dará origem a três produtos inéditos. Com expectativa de preços competitivos, deverá ter motor 1.0 e câmbio manual da Fiat.

KIA EV6 Depois de trazer o SUV Stonic em versão híbrida leve, a marca sul-coreana prepara a chegada do crossover elétrico EV6. Trata-se do primeiro carro exclusivamente elétrico da Kia. Tem autonomia de quase 530 km, tração integral e opção de um ou dois motores elétricos. Na versão de topo, a potência combinada é de 325 cv.

BYD HAN EV O sedã elétrico de luxo estreia em duas versões e com baterias de 77 kWh que dão autonomia para 550 km. Com 4,98 metros de comprimento e 2,92 m de entre-eixos, tem dois motores, 493 cv e 69,3 mkgf. Ele acelera de zero a 100 km/h em 3,9 segundos. ●

Corolla Cross e Hilux têm versões esportivas GR-S

DIOGO DE OLIVEIRA

De uma só vez, a Toyota anuncia a chegada ao Brasil das versões GR-Sport do SUV Corolla Cross e da picape Hilux. Os modelos estreiam com visual "apimentado" e, principalmente, com ajustes de suspensão que, segundo a marca japonesa, entregam direção mais esportiva em ambos. Mas a Hilux vai um pouco além e entrega 20 cv a mais de potência que nas demais versões.

Os ajustes são da Gazoo Racing, divisão esportiva da Toyota que prepara os carros de competição da marca. No caso da Hilux GR-Sport, foi feito um trabalho na suspensão para entregar melhor dinâmica, sobretudo em trechos fora-de-estrada. A engenharia também mexeu na mecânica. Assim, o motor 2.8 turbodiesel de quatro cilindros em linha chega aos 224 cv e 55 mkgf.

Já o Corolla Cross GR-S não apresenta alterações no motor 2.0 flex. O quatro cilindros de aspiração natural mantém os 177 cv, bem como o torque máximo de 21,4 mkgf disponível a 4.400 rotações por minuto. Dessa forma, o SUV tem como destaque o novo ajuste de suspensão, que ganhou um braço estrutural para aumentar a rigidez da carroceria.

TOYOTA

Corolla Cross ganha alterações da divisão esportiva Gazoo Racing

Para além da engenharia, tanto o Corolla Cross quanto a Hilux apresentam visual mais pujante na versão GR-Sport. Na picape, o estilo é aventureiro, com molduras pretas nos para-lamas e caixas de rodas, além de adesivos e plaquinhas com o logotipo da Gazoo Racing. O modelo também exibe novas rodas de 17 polegadas com pneus 265/60 ATR.

No Corolla Cross, a Gazoo Racing trabalhou o visual, que se distingue das demais versões. Os para-choques, por exemplo, são novos e trazem tomadas de ar laterais maiores na dianteira, que harmonizam melhor com a enorme grade do SUV. Nas laterais, destaque para as novas rodas de liga leve de 18" e a opção de pintura bicolor com teto preto (R$ 1.500). O Corolla Cross GR-S tem preço de R$ 188.490, e a Hilux GR-S custa R$ 348.790. ●

Mercado

Mitsubishi Eclipse Cross renova o visual após quatro anos no Brasil

SUV feito em Goiás ganha o estilo mais moderno da marca e novos equipamentos, mas mantém motor 1.5 turbo de 165 cv

EUGÊNIO AUGUSTO BRITO
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

O Mitsubishi Eclipse Cross enfim recebeu no Brasil a reestilização feita no fim de 2020 no exterior. O SUV com estilo de cupê traz o visual mais moderno da marca dos três diamantes, com faróis fininhos e iluminação Full LEDs. Na traseira, abandona o controverso vidro bipartido na tampa, e exibe lanternas que sobem pelas colunas, como no Honda CR-V.

Lá fora, o Eclipse Cross ganhou uma inédita versão híbrida plug-in recarregável em tomadas, mas, aqui no Brasil, o utilitário não terá essa opção por enquanto. Sob o capô, o SUV mantém o motor 1.5 turbo a gasolina com duplo sistema de injeção (direta e indireta). Ele gera 165 cv de potência e um torque de 25,5 mkgf disponível logo a 2.000 rpm.

Da mesma forma, o conjunto preserva o câmbio automático do tipo CVT que simula oito marchas. A tração é dianteira nas versões de base, e integral no topo da linha. Além da renovação visual, o novo Eclipse Cross chega com tecnologias semiautônomas. Tem frenagem automática de emergência e controle de cruzeiro adaptativo (ACC), por exemplo.

Feito na fábrica da HPE Automotores em Catalão (GO), o Eclipse Cross 2023 chega em quatro versões. O preço parte de R$ 186.990 na opção GLS, sobe a R$ 201.990 na HPE, avança para R$ 221.990 na HPE-S e alcança R$ 232.990 na topo de linha HPE-S S-AWC.

Por estes valores, concorre com Jeep Compass, Volkswagen Taos, Toyota Corolla Cross e Caoa Chery Tiggo 7 Pro, entre outros. Na comparação com o líder de vendas Compass (a partir de R$ 166.825), tem preços maiores. Porém, por não ter motor a diesel, custa menos na opção de topo.

FOTOS: MITSUBISHI MOTORS

1 __Frente tem faróis fininhos de LEDs 2 __ Novas lanternas lembram as do Honda CR-V 3 __ Painel mantém visual e ganha nova multimídia da JBL 4 __ Bancos traseiros são reclináveis

NOVO VISUAL O Eclipse Cross 2023 traz a linguagem de design "Dynamic Shield Evolution", marcada pela grade tridimensional com mini-trapézios esculpidos nas barras horizontais na cor preta (brilhante nas versões de topo). A grade é totalmente integrada aos novos faróis Full LEDs, conectada às luzes diurnas (DRL).

Assim, os faróis principais ficam agora mais abaixo, no nicho em forma de bumerangue nas laterais. Os canhões de luz são halógenos na versão de entrada GLS, passando a LEDs nas demais configurações. Na base do para-choques, um skidplate (que é replicado na traseira) dá um ar mais robusto e off-road ao Eclipse Cross, sendo preto (GLS), prata (versões intermediárias) ou na cor da carroceria (HPE-S S-AWC). Em breve, essa identidade será aplicada também nos demais SUVs da Mitsubishi.

Ainda no visual, destacam-se as rodas de liga leve de aro 18. Elas calçam pneus 225/55 da linha Pirelli Scorpion desenvolvidos exclusivamente para o SUV, com sulcos maiores e banda de rodagem mais larga. Assim, permite maior conforto de rodagem, menor consumo e emissões, bem como alguma capacidade off-road.

Por dentro, a cabine tem revestimento de couro na cor cinza Arctic para bancos, portas e porta-objetos, além do couro preto tradicional. Volante e painel frontal tem peças macias ao toque. Nas versões HPE-S, os bancos trazem ajustes elétricos e aquecimento. Além disso, os bancos traseiros são reclináveis em oito posições (de 16° a 32°). E o porta-malas tem agora 451 litros. ●

FERRARI

Ferrari Purosangue surge em primeira foto oficial

A Ferrari está prestes a apresentar globalmente o Purosangue, seu inédito SUV que vai disputar vendas com o Lamborghini Urus e com outros SUVs superesportivos, como o Aston Martin DBX, que acaba de chegar ao Brasil. Trata-se do primeiro utilitário da história da marca italiana. Ele deve herdar do cupê GTC4Lusso o motor 3.9 V8 biturbo com 610 cv e 77,3 mkgf. Também é esperado que o SUV da Ferrari tenha uma versão híbrida.

● **NOVA MONTANA.** Após concluir a modernização da fábrica de São Caetano do Sul (SP), a General Motors começa a divulgar a nova Chevrolet Montana. A picape derivada do SUV Tracker está confirmada para 2023 pelo presidente da GM na América do Sul, Santiago Chamorro. A picape será revelada nos próximos meses, e chegará às lojas no 1º semestre do ano que vem. A GM vai mostrar as últimas etapas do desenvolvimento em uma websérie.

● **ONIX 2023.** Além do anúncio da nova Montana, a GM aproveitou o Lollapalooza Brasil, em São Paulo, para exibir a linha 2023 do Chevrolet Onix. Pela primeira vez, o sedã Onix Plus marcou presença no festival de música, que tem a marca da gravata dourada como patrocinadora desde 2014. Neste ano, ele apareceu no estande junto com o Onix RS.

● **LEXUS NX350H.** Marca de luxo da Toyota, a Lexus está completando uma década no Brasil e anuncia um recomeço no País com a chegada da nova geração do SUV NX 350h. O modelo vem completamente renovado, inclusive na cabine, onde a montadora mantém o alto padrão. O destaque é o sistema híbrido "Lexus Hybrid Drive" de quarta geração. Ele combina o motor 2.5 de quatro cilindros, 192 cv de potência e 22 mkgf de torque, a dois motores elétricos. O primeiro, traseiro, tem 54 cv e 12,1 mkgf. Já o dianteiro tem 182 cv e 27 mkgf. Combinados, os motores geram 246 cv totais. O SUV tem preço inicial de R$ 345 mil.

● **RAM 3500.** Marca de picapes do grupo Stellantis, a Ram lançou a 3500 (foto), seu modelo mais poderoso. Trata-se da picape mais potente do País, bem como a mais luxuosa, com direito a couro natural certificado e peças de madeira de lei. Os preços refletem o requinte a bordo: parte de R$ 485 mil e alcança R$ 530 mil na versão "flagship" Limited Longhorn. Mas a cereja do bolo é o motor Cummins 6.7 turbodiesel. Ele gera 377 cv de potência e incríveis 117,27 mkgf de torque. Com essa força, pode carregar até 1.752 kg e rebocar 9.021 kg. No painel, destaque para a enorme multimídia Uconnect com tela de 12".

RAM

SÃO PAULO, 30 DE MARÇO DE 2022

mobilidade

ESTADÃO

Produzido por ESTADÃO BLUE STUDIO

A cidade é para todos

Situação das calçadas de São Paulo é desafiadora para a população. Muitas são estreitas, não têm continuidade, além de buracos e irregularidades que impedem o deslocamento seguro | Pág. 2

Ruas e calçamentos devem contemplar diferentes perfis e precisam oferecer boas condições em todas as regiões da cidade

Fotos: Getty Images

Para mais conteúdos, acesse nosso portal pelo QR Code

Participe do Parque da Mobilidade Urbana

Evento, que será realizado entre 23 e 25 de junho, no Memorial da América Latina, tem como objetivo debater as formas como as pessoas se deslocam pela cidade. Entre os destaques estão diversas experiências com drones e carros elétricos | Pág. 8

Produzido por
Corrida com obstáculos

Entre os transtornos mais comuns das vias públicas estão desníveis, postes e árvores que dificultam o trânsito da população

POR DANIELA SARAGIOTTO

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

A vida do pedestre na cidade de São Paulo não é fácil e requer, em muitos locais, habilidades de atleta. O que deveria ser a forma de deslocamento mais simples e democrática da mobilidade se traduz em calçadas estreitas, sem continuidade, buracos e irregularidades, situações comuns para quem pode caminhar ou – tenta – trafegar em uma cadeira de rodas, por exemplo. (*Essas, entre outras dificuldades, podem ser comprovadas no depoimento abaixo e nos outros dois da página ao lado.*)

Os pedestres, um contingente enorme de pessoas, enfrentam essas dificuldades diariamente: de acordo com a última pesquisa Origens e Destinos (OD), feita em 2017 pelo Metrô, foram contabilizadas 42 milhões de viagens diárias na região metropolitana de São Paulo, sendo que, destas, em torno de 33% foram feitas por modos não motorizados, principalmente a pé.

"É importante reforçar que praticamente todos os deslocamentos com outros modais têm pelo menos um componente ou trecho feito a pé, seja para chegar até o transporte público, seja no meio do trajeto ou mesmo no final dele", diz Oliver Cauã Cauê, geógrafo, mestre em planejamento e gestão do território e diretor da Cidadeapé, associação que trabalha pelo fortalecimento desse tipo de mobilidade na cidade de São Paulo.

A solução para o problema, evidentemente, não é trivial: são em torno de 65 milhões de metros quadrados de calçadas no município, de acordo com a prefeitura de São Paulo. Entre os transtornos mais comuns estão calçamento muito estreito, postes e árvores que impossibilitam o trânsito e falta de continuidade, resultado de obras aleatórias feitas pelos moradores.

A responsabilidade pela manutenção do calçamento particular é do proprietário do imóvel, de acordo com a Lei nº 15.442/2011, que prevê, inclusive, multa de R$ 497,32, por metro linear, em caso de não regularização em 60 dias após a autuação, ainda segundo a prefeitura. "Mas, na prática, não dá para multar milhares de cidadãos. E, se considerarmos as periferias ou a 'Grande São Paulo informal', que representa mais de um terço da cidade, não há nem mesmo espaço suficiente para calçadas adequadas", explica Cauê, diretor da Cidadeapé.

PADRONIZAÇÃO NO PAPEL

Para orientar como as calçadas devem ser, a gestão pública lançou o *Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias*, no final de 2020, que "reúne diversas normas para projetos nas cidades de forma alinhada aos princípios de acessibilidade, equidade social, segurança no trânsito e sustentabilidade ambiental", informa, em nota, a prefeitura de São Paulo.

Na prática, idealmente, os passeios devem ser organizados em três faixas, de acordo com sua largura total: faixa livre de, no mínimo, 1,20 metro de largura (exclusivamente para circulação de pedestres); faixa de serviço de 0,70 metro (para o mobiliário urbano, vegetação, postes de iluminação ou sinalização); e, por fim, faixa de acesso para acomodação das interferências da implantação, do uso e da ocupação das edificações, exclusivamente, nas calçadas com mais de 2 metros.

Mas, na vida real, o calçamento da capital paulista, a exemplo do que acontece em todo o País, está bem distante disso. Uma das ações da gestão pública para enfrentar o problema é o Plano Emergencial de Calçadas (PEC), instituído em 2008, e que prevê requalificação de parte dos passeios em áreas consideradas prioritárias nas 32 subprefeituras da cidade, regiões de terminais de ônibus, ruas de comércio e pontos turísticos com grande volume de circulação de pessoas.

De acordo com a prefeitura de São Paulo, entre 2018 e 2020, pouco mais de 1,5 milhão de metros quadrados foram concluídos, além da construção de, aproximadamente, 4 mil rampas de acesso, de acordo com o Poder Público. Já o Plano de Metas da Gestão 2021/2024 prevê a execução de mais 1,5 milhão de metros quadrados de calçadas, com base no Plano Emergencial de Calçadas (PEC), mas as obras ainda não começaram.

Acessibilidade a todos

"Falar em mobilidade é falar no direito de ir e vir; e, sem acessibilidade, esse direito não pode ser exercido. Acessibilidade não é somente para pessoas com deficiência, mas é para todos. Para mães com carrinho de bebê, gestantes, pessoas com mobilidade reduzida, idosos, jovens, todos. Quem nunca viu as pessoas andando no asfalto porque, em muitos locais, ele é a melhor opção do que a calçada? Todos, sem exceção, precisam de acessibilidade. E, nesse sentido, ter calçadas adequadas e seguras é fundamental. Muito se fala em estabelecimentos acessíveis, mas tão importante quanto chegar a um local desses é o meio do caminho: como faremos para ir de um ponto a outro com segurança? Isso tudo é muito relevante, ainda mais quando observamos o envelhecimento populacional e a necessidade de preparar as cidades para esse fenômeno, que já está acontecendo."

Ciça Cordeiro, jornalista, consultora na Talento Incluir, é uma pessoa com deficiência física há dez anos

Foto: Rogério Gomes

FALE CONOSCO ▸ Se você quer comentar, sugerir reportagens ou anunciar produtos ou serviços na área de mobilidade, envie uma mensagem para **mobilidade@estadao.com**

ESTADÃO BLUE STUDIO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55, 5º andar, São Paulo-SP
CEP 02598-900. projetosespeciais@estadao.com

Diretor de Conteúdo do Mercado Anunciante: **Luis Fernando Bovo** MTB 26.090-SP; Gerente de Conteúdo: **Tatiana Babadobulos**; Gerente de Estratégias de Conteúdo: **Regina Fogo**; Gerente de Eventos: **Daniela Pierini**; Coordenador de Arte: **Isac Barrios**; Arte: **Robson Mathias**; Especialista de Publicações: **Lara De Novelli**; Especialistas de Conteúdo: **João Prata** e **Mariana Fernandes**; Especialista de Pós-Vendas: **Luciana Giamellaro**; Redes Sociais: **Murilo Busolin**; Analista de Conteúdo: **Bárbara Guerra**; Analista de Produto Júnior: **Giuliana Ferrari**; Analistas de Marketing: **Isabella Paiva** e **Rafaela Vizoná**; Analista de Business Inteligence: **Bruna Medina**; Assistentes de Marketing: **Amanda Miyagui Fernandez** e **Giovanna Alves**; Colaboradores: Edição: **Daniela Saragiotto** e **Dante Grecco**; Revisão: **Marta Magnani**; Designer: **Cristiane Pino**

Publicação da S/A O Estado de S.Paulo
Conteúdo produzido pelo Estadão Blue Studio

Retrato da desigualdade

Bairros da periferia como Brasilândia, Guaianases, Cidade Tiradentes e Sapopemba, com alto índice de pedestres, têm o pior calçamento de São Paulo

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Não precisa ser especialista no tema para notar que a realidade dos passeios públicos é bem diferente do que consta no *Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias*, elaborado pela prefeitura de São Paulo. Basta colocar os pés na rua e caminhar pelas vias e avenidas da cidade.

Se for nas periferias, então, a situação é ainda mais desafiadora. A Nota Técnica "Políticas Públicas, Cidades e Desigualdade – Priorizar o Transporte Ativo a Pé!", publicada, em agosto de 2021, pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM-Cepid/Fapesp), mostra que as calçadas com largura inferior a 2 metros se concentram, em geral, nas periferias das zonas norte e leste da cidade, justamente áreas com alto percentual de deslocamentos a pé.

"Isso significa que, em locais em que há mais gente caminhando, ou seja, onde se concentra a população que menos possui carros e motos, estão as piores calçadas. É a questão da desigualdade socioespacial que aparece nessa e em outras dimensões da cidade, como no acesso ao transporte público", explica Mariana Giannotti, pesquisadora do CEM, professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e uma das responsáveis pelo estudo.

Mariana e os demais autores – Bruna Pizzol, Diego Tomasiello, Steffano de Vasconcelos, Laura M. Fortes e Fernando Gomes – mapearam as calçadas com base nos dados do GeoSampa, o mapa digital da cidade de São Paulo, e descobriram que as regiões administrativas do centro, oeste e sul 1 (em que se localizam as subprefeituras Ipiranga, Jabaquara e Vila Mariana) são as que apresentam as maiores larguras medianas de calçada.

Já nas regiões leste 2 (subprefeituras Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Itaim Paulista, Itaquera, São Mateus e São Miguel), norte 1 (subprefeituras Jaçanã/Tremembé, Santana/Tucuruvi e Vila Maria/Vila Guilherme), norte 2 (subprefeituras Casa Verde/Cachoeirinha, Freguesia/Brasilândia, Perus e Pirituba) e sul 2 (subprefeituras Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, M'Boi Mirim, Parelheiros e Santo Amaro) apresentam as calçadas mais estreitas.

ENCONTRANDO CAMINHOS

As soluções passam, de acordo com Mariana Giannotti, por instrumentos das políticas públicas de mobilidade a pé, como as diretrizes do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE) de 2014, pelo Plano de Mobilidade de São Paulo de 2015 (PlanMob) e pelo Estatuto do Pedestre (2017). Ela afirma que o PlanMob sugere, por exemplo, o aumento da responsabilidade da prefeitura de São Paulo sobre o espaço público viário.

"O que é complicado é que não existe a gestão. Os recursos para a requalificação das calçadas nessas regiões mais críticas poderiam vir, em tese, do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb)", diz.

Ela afirma que esses fundos são destinados à implantação dos sistemas de transporte público coletivo, cicloviário e de circulação de pedestres, e que, de acordo com a Norma Técnica 5, também do CEM, existem recursos financeiros na ordem de R$ 1 bilhão que não foram utilizados.

"A mobilidade a pé precisa ser incentivada, em detrimento da motorizada. O número de pessoas por metro quadrado que cabem num carro é desproporcional, na comparação com as calçadas, além de os veículos gerarem outras externalidades como problemas de saúde, sinistros, entre outros", finaliza.

Como se vê, o desafio é enorme. Mas deve ser enfrentado. Afinal, circular com segurança pelas calçadas é, literalmente, um primeiro passo para que a população possa se apropriar do espaço público e aproveitar tudo o que a cidade oferece de oportunidades. Isso é ser sustentável. Isso é ser inclusivo. (D.S.)

As calçadas não possuem padronização nem continuidade

"Moro no Jardim Aurora, em Guaianases, e ando todo dia cerca de 1,2 quilômetro até a estação da CPTM José Bonifácio. Depois do trem, pego o metrô e ando mais um pouco pelo bairro, na região da Estação Bresser-Mooca, até chegar ao trabalho. No meu trajeto ao trem, encontro calçadas que consigo andar, locais com mato e calçadas piores em alguns trechos. No geral, não tem padronização nem continuidade, principalmente nos rebaixamentos, mas eu consigo andar. Se fosse uma pessoa com carrinho de bebê, por exemplo, teria que mudar o caminho ou andar na rua, por causa da largura do calçamento, em alguns pontos. Mas é assim, não adianta reclamar, a gente se adapta porque a realidade é essa. Já na região próxima ao meu trabalho, as calçadas são muito melhores."

Ícaro Mendes da Silva, oficial de manutenção mecânica e morador de Guaianases

A realidade desestimula as pessoas a verem a cidade por outros ângulos

"Independentemente de ser cadeirante, avalio como absurda a situação das calçadas, no Brasil. As pessoas acham que ter um calçamento adequado é importante para quem tem deficiência, mas isso é fundamental a todos. A realidade que possuímos, hoje, desestimula quem quer caminhar, ver a cidade por outros ângulos, se apropriar do espaço público. Em Roma, por exemplo, no circuito turístico, há uma faixa fixa de piso que é adequada a todos. No Brasil, também temos bons exemplos, como no centro histórico de Curitiba (PR), em Salvador (BA), na Rua Avanhandava, na região central de São Paulo, no bairro de Moema, entre outros. Mas é preciso expandir essas boas práticas para todas as cidades e para a cidade toda. Sobre o proprietário de imóvel ser responsável pela calçada, você já imaginou, se cada dono de veículo tivesse que conservar um pedaço da via em que transita, como ela seria? No final, o que precisamos é do desenho universal nas calçadas. Ou seja, que elas atendam todas as pessoas ao mesmo tempo. Isso sim é inclusão."

Silvana Cambiaghi, arquiteta e presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade de São Paulo (CPAS), é cadeirante por causa da paralisia infantil

Fotos: Arquivo Pessoal

EMBAIXADOR
FERNANDO CAMPAGNOLI
ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)*

Alavanca para o crescimento

Eletromobilidade é importante para dinamizar um desenvolvimento econômico robusto, limpo e descarbonizado

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

"Muito se fala e se observa da eletromobilidade tomando as ruas, mas, se olharmos com mais cuidado, verificamos que sua natureza transversal consiste em uma alavanca para o crescimento da economia e a geração de oportunidades de emprego e renda.

Em geral, tratada com o olhar para o setor elétrico, em razão do papel indutor das distribuidoras de energia em suas áreas de concessão, a eletromobilidade traz consigo a necessária interoperabilidade das estações e recarga (*veja a Resolução Normativa Aneel nº 1.000/2021*) para que as informações sejam compreendidas pelos sistemas de gestão e que, de largada, proporcionará ao Mercosul que aposte em trocas comerciais terrestres com logística limpa entre Brasil, Uruguai e Argentina, conectando corredores elétricos internacionais existentes.

Além disso, a segurança energética deve ser garantida, sempre, mesmo com a maior complexidade causada pela entrada de novas cargas por novos players, que terão de se compatibilizar com demandas de carga inexistentes até então e procurar ganhos de eficiência energética.

Já aqui encontramos a interface do setor elétrico com o setor ambiental, na medida em que as metas de eficiência energética, como economia de energia e redução de demanda na ponta, passam a conversar, diretamente, com a redução nas emissões de gases de efeito estufa, apontando para as metas do Acordo de Paris, no viés da descarbonização.

Ainda no setor ambiental, o lastro da participação de nossas fontes renováveis na matriz energética sugere às empresas com políticas comprometidas com práticas de ESG – sigla, em inglês, para meio ambiente, social e governança – que possam, em breve, escolher suas fontes e ainda aprimorar seus processos pela eletromobilidade em suas frotas e logística direta ou indireta. Ainda nesse setor, abrem-se possibilidades para desenvolvimento de métodos e normativos de reciclagem, *second life* e descarte de baterias, incluindo uma nova gama de minerais estratégicos que será demandada para o setor de mineração, que também terá de definir novos procedimentos desde a extração até a disposição dos rejeitos.

"O PESO DA COMPLEXIDADE GERADA PELA ELETRO-MOBILIDADE ESTIMULA O DESENHO DE NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS."

CAMINHOS QUE SE CRUZAM

No setor de óleo e gás, despontam o etanol e o biodiesel para os veículos híbridos, promissores de desenvolvimentos tecnológicos disruptivos e formação de um mercado não concorrente, combustíveis que podem ser usados para complementar com os veículos puramente elétricos, interagindo de forma mais sustentável ambientalmente com os setores de transporte e logística terrestres.

No campo das rodovias e cidades é que se observa a variedade 'elétrica' para transporte de cargas/pessoas, público/privado, logística interestadual/last mile, de veículos superleves/leves/pesados, com estações e recarga lenta/rápida/ultrarrápida.

No setor das águas, a eletromobilidade adequa-se tanto em hidrovias como em áreas portuárias, e, no setor aéreo, de drones a carros voadores e/ou autônomos, em que já se observam rupturas tecnológicas e de possíveis reduções de custo.

Todos os setores aqui apontados ainda prescindem da transversalidade do setor de comunicação, que, com a chegada da internet 5G, viabilizará a interação entre usuário, veículo, rodovia, estação de recarga, outros veículos e outros usuários, além, é claro, do setor de ciência, tecnologia e inovação.

O peso da complexidade gerada pela eletromobilidade compensa e estimula o desenho de novas políticas públicas integradas, conectando os diversos setores, e regulamentando, de forma compartilhada, os esforços entre as diversas agências, como Aneel, ANM, ANP, ANA, Antaq, Anac, ANTT e Anatel. É uma época de investir em sinais regulatórios positivos e estimulantes para uma nova jornada de uma moderna indústria que pode vir a aflorar no Brasil.

Esse conjunto de fatores, se adequadamente ordenado, terá a eletromobilidade como alavanca para um desenvolvimento econômico robusto, limpo, descarbonizado e dotado de uma cultura de inovação aberta em todas as interfaces setoriais possíveis."

Não perca a nossa live, todas as quartas, às 11h, pelas redes sociais do Estadão ou no portal Mobilidade

* O conteúdo deste artigo representa opinião pessoal, e não institucional.

Fotos: Adobe Stock e Arquivo Pessoal

Reajuste não contempla alta no diesel

POR ALINE FELTRIN, DO ESTRADÃO

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Depois do aumento de 25% no diesel nas refinarias, a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) atualizou a tabela do piso mínimo do frete. De acordo com o cálculo, o reajuste varia de 11% a 14%. A ANTT aplica esse percentual de acordo com o tipo de carga, o número de eixos do veículo, a distância e a operação.

Com a nova tabela publicada no *Diário Oficial da União*, o frete de um caminhão de dois eixos para transportar carga geral, por exemplo, passa a valer R$ 236. A tabela mínima é resultado de uma reivindicação feita pelos caminhoneiros após a greve de 2018. E os preços devem seguir as especificações das cargas.

No entanto, a categoria alega que falta fiscalização para o cumprimento dessa tabela. Esse, aliás, foi um dos motivos da ameaça de uma nova paralisação dos caminhoneiros em 2021. Isso porque a nova tabela mínima de frete não compensa as altas no diesel, e o combustível, atualmente, representa até 50% no custo total do caminhão.

De acordo com o que Wallace Landim, presidente da Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores (Abrava), alertou, o aumento nos custos fará com que o exercício da atividade de transporte se torne inviável. Dessa maneira, há o risco de escassez na oferta desse serviço para a sociedade. "Ninguém quer ou vai trabalhar no prejuízo", diz.

SOLUÇÕES CASEIRAS

Com o cenário econômico difícil, a saída ideal, de acordo com especialistas, é fazer um bom gerenciamento e cobrar o frete corretamente. Ou seja, uma gestão eficiente deve equilibrar os custos. Além de uma planilha financeira, é necessário sempre fazer um cálculo em cima do tipo de mercadoria e, então, provisionar os custos da operação.

E tudo precisa constar da planilha de controle de custos, desde o salário do motorista, o total dos custos fixos mensais, como manutenção, pneus, combustível, até o seguro do casco. Outra forma de diminuir prejuízos é poupar mais diesel durante a operação.

Atualmente, o combustível representa até 50% no custo total do caminhão

Foto: Getty Images

Limpeza pesada no Metrô de SP

Reforço na higienização dos vagões e estações são ganhos que vieram com a covid-19 e que permanecem

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Desinfecção dos trens é feita diariamente

Para fortalecer a confiança da população após as fases mais críticas da pandemia e voltar a atrair usuários aos sistemas de transporte público de São Paulo, que sofreram quedas acentuadas desde março de 2020, os processos de higienização e limpeza foram intensificados e novas tecnologias passaram a ser aplicadas.

Nas Linhas 5 e 17 do Metrô, sob a responsabilidade das concessionárias Via Quatro e ViaMobilidade, além da higienização de rotina, desde novembro de 2020, passou a ser usada também a técnica da nebulização nos vagões. De acordo com Maurício Dimitrov, diretor das concessionárias, o método utiliza um produto específico que elimina bactérias, fungos, germes e vírus, incluindo o coronavírus, com eficácia de 72 horas após a aplicação. "A substância sanitizante lançada no ar tem aprovação da Anvisa, e não oferece risco à saúde humana nem ao meio ambiente", explica o diretor da ViaQuatro e da ViaMobilidade.

Recentemente, as duas concessionárias receberam, da Fundação Vanzolini, o selo A2S, 5 estrelas, o primeiro do tipo concedido ao transporte púbico. "Ele certifica que todas as 11 estações do Metrô da Linha 4-Amarela e as 17 da Linha 5-Lilás foram reconhecidas como ambientes seguros e saudáveis, incluindo equipamentos de ar-condicionado, sanitários, qualidade da água e uso de máscaras de proteção", diz.

QUATERNÁRIO DE AMÔNIA

A Companhia do Metrô de São Paulo, responsável pelas linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata e respectivas estações, também incorporou uma nova substância, o quaternário de amônia, como agente desinfetante, no interior dos vagões. A limpeza dos trens é diária, com vários tipos de prática ao longo do dia: durante a operação comercial, ela ocorre entre as viagens, e, nos trechos de menor lotação, uma equipe faz a varrição dos carros e a retirada de detritos.

Na pandemia, essa limpeza foi ampliada com a higienização dos pega-mãos e das cabines, feita ao final de cada viagem. Os trens recolhidos passam por um processo de higienização mais amplo dos pisos, pega-mãos, bancos, janelas, portas e cabines. As estações também recebem limpeza diária, com a incorporação de desinfetantes na higienização dos bloqueios, corrimãos e guarda-corpos. (D.S.)

Foto: Divulgação Metrô SP

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

85% dos moradores da capital paulista veem aumento da violência contra as mulheres

Pesquisa mostra que o problema ocorre em todos os espaços, especialmente o doméstico, mas acabar com ele passa por políticas públicas e ações que envolvem toda a sociedade

As violências doméstica e familiar contra as mulheres aumentaram em 2021, e essa percepção é real para 85% dos moradores da capital paulista, conforme a 5ª edição da pesquisa Viver em São Paulo: Mulheres, realizada pela Rede Nossa São Paulo em parceria com o Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec).

Keli Rodrigues, coordenadora da Casa Viviane dos Santos — centro de referência no atendimento às mulheres vítimas de violência, em Guaianases, zona Leste —, acredita que essa alta porcentagem reflete a realidade. "Durante a pandemia e o isolamento social, os movimentos sociais e feministas alertaram o poder público de que o espaço doméstico poderia ser mais perigoso e letal, mas nenhuma medida efetiva foi tomada para diminuir os riscos", explica.

O cenário é ainda pior nas periferias. "Há muita dificuldade de acesso a políticas públicas, que precisam ser fortalecidas para garantir os direitos da população, mas que são sucateadas", acrescenta Keli.

Qual o melhor caminho?

Para combater a violência contra a mulher, como prioridade, 53% dos paulistanos querem penas mais duras aos criminosos (56% das mulheres contra 49% dos homens). Mas, para a coordenadora, esse não é o melhor caminho. "É falsa a ideia de que não há punição", avalia Keli. "O Brasil tem uma das maiores populações carcerárias do mundo e, desde 2015, há a tipificação do feminicídio como crime hediondo, aumentando a pena. Prender mais não resolve o problema; o que falta é investimento em políticas públicas."

De acordo com a Prefeitura de São Paulo, uma das políticas da Secretaria Municipal de Assistência Social é o trabalho dos Centros de Defesa e de Convivência da Mulher, que prestam serviços de atendimento social, psicológico, orientação e encaminhamento jurídico para mulheres em situação de violência doméstica e de vulnerabilidade social.

O problema é de toda a sociedade

Diminuir a violência contra as mulheres passa também por ações da sociedade civil e pelos comportamentos individuais: cidades criadas para todas e todos, com estruturas urbanas mais inclusivas — especialmente porque o dia a dia delas é mais complexo do que parece, com obstáculos muitas vezes invisíveis.

Há anos, a 99, empresa de tecnologia ligada à mobilidade urbana e à conveniência, lidera iniciativas por mais visibilidade e representação das mulheres, ajuda a combater a violência entre elas e promove o acolhimento das vítimas em parceria com o Projeto Justiceiras. O botão de denúncia contra violências (para usuárias ou não do app) foi um recurso que estimulou uma média de três mulheres por dia a procurarem as voluntárias do grupo para relatar abusos e agressões. Até setembro de 2021, foram mil pedidos de apoio via app.

A 99 também faz a doação de corridas (vouchers) para as 180 Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) de todo o País: somente em 2021, essas corridas aumentaram 42% em relação a 2020, de acordo com o levantamento da empresa.

Outras iniciativas incluem a campanha "Por Cidades Mais Femininas" em diversas plataformas e ambientes físicos, reforçando a importância dessa inclusão: na empresa, mulheres representam 60% dos usuários e 5% dos motoristas parceiros cadastrados em sua base. Para garantir mais segurança nos trajetos, nos últimos dois anos a empresa já investiu R$ 70 milhões em sistemas preventivos e ferramentas de proteção ao público feminino. A plataforma utiliza duas inteligências artificiais (Pítia e Atena) que identificam passageiras em situação de maior risco e enviam a elas somente motoristas mulheres ou os condutores mais bem avaliados dentro do app.

Ao final da corrida, a ferramenta Ártemis, desenvolvida em parceria com a consultoria Think Eva, rastreia e identifica palavras e contextos relacionados ao assédio deixados nos comentários, banindo agressores e direcionando as vítimas para acolhimento e suporte. Pela Ártemis, são identificadas e banidas, em média, 730 pessoas por semana que cometeram algum tipo de assédio. Como resultado dos investimentos, o app da 99 registrou queda de 13% em ocorrências de assédio na plataforma, por milhão de corridas, em todo o País, no período de julho de 2020 a julho de 2021.

Pexels

A violência contra a mulher é percebida em todas as regiões da cidade

Para acessar outros conteúdos, aponte a câmera do celular para este QR code:

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio com patrocínio da 99.

Vem aí o Parque da Mobilidade Urbana

Parceria entre **Mobilidade Estadão** e Connected Smart Cities realiza encontro para debater o deslocamento das pessoas nas cidades

Quando: de 23 a 25/6
Onde: Memorial da América Latina

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Discutir as garantias de deslocamento das pessoas nas cidades de forma sustentável e equitativa é o propósito do Parque da Mobilidade Urbana (PMU), que irá acontecer entre 23 e 25 de junho de 2022, no Memorial da América Latina, em São Paulo. O evento, realizado pelo **Mobilidade Estadão** em parceria com o Connected Smart Cities, tem como objetivo promover a conexão da mobilidade urbana disruptiva, sustentável e inclusiva, por meio de discussões, troca de informações e experiências (*saiba mais no quadro abaixo*).

Um dos temas a serem discutidos será a eletromobilidade, que, no Brasil, vem crescendo rapidamente nos últimos meses. "Mais do que oferecer infraestrutura de recarga, queremos impulsionar esse ecossistema, construindo parcerias com os players da cadeia de valor do mercado, para oferecer aos clientes a possibilidade de ter uso eficiente e inteligente de energia em qualquer lugar e a qualquer momento, proporcionando liberdade de escolha", diz Carlos Eduardo Cardoso, diretor de e-city da Enel X Brasil, um dos patrocinadores do PMU.

Debater a mobilidade urbana é urgente e relevante, pois todos se deslocam de diferentes maneiras, o que gera um enorme impacto sobre a economia global.

Até 2030, o mercado mundial de mobilidade vai crescer cerca de 75%, segundo dados do Oliver Wyman Fórum, saindo de US$14,9 trilhões, em 2017, para US$ 26,6 trilhões, em 2030.

TECNOLOGIA E MOBILIDADE

"O cenário nos mostra que o cidadão busca cada vez mais uma mobilidade fluida e quer ter poder de escolha de como se locomover", comenta André Turquetto, diretor-geral da Veloe, outra empresa patrocinadora do evento. "Nas cidades, a tecnologia tem impulsionado o desenvolvimento de todo tipo de solução de mobilidade, das vagas inteligentes ao pagamento automático de drive-thru. Temos apps cada vez mais amigáveis, com facilidades que vão desde o apoio ao caminhoneiro até tecnologias de geolocalização, que traçam itinerários de ônibus e ajudam o cidadão na decisão de rota", acrescenta Turquetto.

Para saber mais sobre o evento, acesse: parquedamobilidadeurbana.com.br

O PMU terá espaços para experiências e discussões sobre diversas formas de mobilidade

Veículos autônomos serão um dos temas em debate

DISRUPTIVA

Haverá uma arena para demonstrar como se utilizam drones e veículos autônomos. O visitante poderá soltar a imaginação com a realidade virtual. Inovações, tecnologias e tendências impulsionam mudanças significativas na mobilidade urbana.

SUSTENTÁVEL

O foco será priorizar discussões sobre transporte coletivo e mobilidade elétrica. O objetivo é incentivar a mobilidade ativa e discutir a ampliação da infraestrutura cicloviária. Estão previstos ainda exposição e test drive com carro elétrico, demonstração sobre como carregar o veículo, locais para ver como isso funciona, além de test ride com bicicleta, patinete, scooter e moto elétrica e apresentação das cidades com maior infraestrutura de mobilidade elétrica no Brasil.

As experiências serão conduzidas de forma colaborativa pela Ucorp Mobilidade, startup de soluções focadas em veículos elétricos.

INCLUSIVA

Discussões sobre acesso aos espaços e serviços públicos urbanos. Além de um mural fotográfico, haverá debates sobre mobilidade do pedestre com a promoção de formas seguras de deslocamento para as pessoas, mobilidade urbana inclusiva para deficientes físicos e apresentação dos jovens participantes da websérie *Me Dá uma Chance*, apresentada no Summit Mobilidade Urbana do **Estadão**, em maio do ano passado.

LOGÍSTICA URBANA INTELIGENTE

O PMU reserva também espaço para discutir o impacto do delivery e do e-commerce na mobilidade urbana, incluindo temas como logística inteligente e integrada de cargas, segurança dos motoristas e multimobilidade nas cidades. Um ambiente interativo dos aplicativos de delivery e de e-commerce irá funcionar no local, além de um espaço de logística urbana e gestão de frotas.

EXPERIÊNCIA MULTIMODAL

Esse espaço será a experiência multimodal mais concreta a que os participantes poderão acessar. Todos devem se inscrever pelo site e dizer como é possível chegar ao parque (no Memorial da América Latina) utilizando, no mínimo, três modais, de preferência, compartilhados, podendo ser elétrico, ativo e coletivo. Ao final, os participantes ganharão um presente exclusivo da organização do evento.

Foto: Getty Images

Milão terá superciclovia de 750 km

Até 2035, população da cidade deve contar com uma das principais redes para bikes na Europa

POR SUMMIT MOBILIDADE

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Milão, no Norte da Itália, é conhecida como a capital mundial da moda e do design, além de ser referência em arte e finanças, pois é nela que está sediada a Bolsa de Valores italiana. Agora, se depender do governo local, a mobilidade urbana também vai entrar para essa lista: o Conselho Metropolitano de Milão aprovou uma política de ciclomobilidade que deve intensificar a circulação de bicicletas.

Esse é mais um passo importante para um polo urbano com mais de 7 milhões de pessoas e cujo desafio é conciliar os séculos de tradição com o atendimento de demandas bem modernas: fugir dos automóveis e pensar em novas tecnologias urbanas nos deslocamentos das pessoas.

DO CENTRO À PERIFERIA

A proposta dos milaneses é reunir toda a região metropolitana em uma malha de ciclovia radial, que parte do centro em 16 rotas e se expande em direção à periferia. O movimento se assemelha à rede viária já existente para carros. Os eixos cicloviários serão ligados por cinco círculos, permitindo a integração entre diferentes espaços da cidade e da região metropolitana, sem precisar ir até o centro da capital da Lombardia.

Mas, com 750 quilômetros de espaço dedicado a quem pedala, o projeto não chama a atenção apenas pelo tamanho. O governo local pretende equipar todo o trajeto com fibra ótica, o que permitirá, por exemplo, detectar em tempo real as condições de iluminação e acender as luzes sempre que a claridade não ajudar o ciclista, medida que oferece mais segurança para quem pedala.

A superciclovia também terá 80% dos equipamentos públicos a menos de 1 quilômetro de distância dela. Serviços de saúde e de educação, além das empresas que reúnem um grande número de trabalhadores, serão de fácil acesso.

O investimento para isso é alto: a estruturação da nova rede cicloviária está estimada em cerca de R$ 1,5 bilhão. É como se por mais de dois anos todo o orçamento ligado à mobilidade da cidade de São Paulo fosse destinado às ciclovias, sem apoio de qualquer outro tipo de atividade.

A previsão é que as obras estejam concluídas até 2035, mas as primeiras delas serão entregues ainda neste ano. Isso tornará a cidade um dos polos mais amigáveis ao ciclismo em toda a Europa.

Produzido por
ESTADÃO
BLUE STUDIO

Hora de melhorar a vida nas estradas

O que empresas e ONGs têm feito para oferecer o mínimo necessário às motoristas de caminhão

POR BRUNA FRAZÃO*

No final de 2021, foi apresentado o Projeto de Lei 3.149/2021, do deputado federal Hélio Costa (Republicanos/SC), com o objetivo de garantir que os acompanhantes dos caminhoneiros, tanto de carona quanto auxiliares, tenham acesso aos locais de carga e descarga do caminhão. A medida, que ainda precisa tramitar na Câmara dos Deputados e no Senado até chegar à sanção presidencial, seria muito bem recebida por mulheres que acompanham seus maridos caminhoneiros nas estradas, função batizada de "cristal", além de possibilitar, também, uma melhor estrutura nesses locais para motoristas mulheres.

Atualmente, quando ocorrem a carga e a descarga – o que pode levar horas –, elas devem ficar esperando do lado de fora das empresas. Diversas companhias têm tomado a frente e buscado opções para sanar essa e muitas outras dificuldades que elas enfrentam. Uma das iniciativas é o projeto A Voz Delas, lançado pela Mercedes-Benz Caminhões.

"Promovemos ações voltadas para a saúde, como a Caravana Todos Juntos, com orientação de datas como o Outubro Rosa, debates sobre temas como infraestrutura, segurança, capacitação, ações com nossos parceiros como sala de espera para as motoristas e cristais durante a carga e descarga, contratação de motoristas para o quadro de colaboradores, além de informações por meio de nosso portal", diz Ebru Semizer, executiva da Mercedes-Benz Caminhões. "É importante questionar sobre as condições que temos em nossas empresas para receber motoristas e cristais. Oferecemos um local com segurança e condições mínimas para elas? Há banheiro exclusivo? Esse olhar irá contribuir muito", acrescenta Ebru.

Outra iniciativa é a ONG Guerreiras da Estrada – União Nacional de Cristais e Caminhoneiros, que começou, no final de 2016, um movimento protagonizado pelas mulheres para dar início a uma tomada de consciência dos desafios enfrentados por elas nas estradas. Cida Araújo, vice-presidente, conta que o esforço ainda é grande e há um longo caminho a percorrer. A ONG apresentou relatórios e projetos a entidades de classe e aos responsáveis pelo tema em Brasília, e já conquistaram algumas mudanças significativas. "No princípio, levamos muita pedrada, até mesmo de outras mulheres. Mas, desde que começamos, outros movimentos e pessoas passaram a olhar para esses problemas de uma forma diferente", conclui.

* Fundadora do Ladies Drive Brasil, primeiro grupo que reúne mulheres proprietárias e apaixonadas por veículos a motor.

Foto: Fernanda Freixosa

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

Bradesco Seguro Auto apresenta:

Oficina Mobilidade, o canal para te ajudar nas dúvidas e nos cuidados com seu carro: https://mobilidade.estadao.com.br/oficina-mobilidade

Importância de alinhamento e balanceamento constantes

Rodas e direção no lugar garantem segurança do veículo

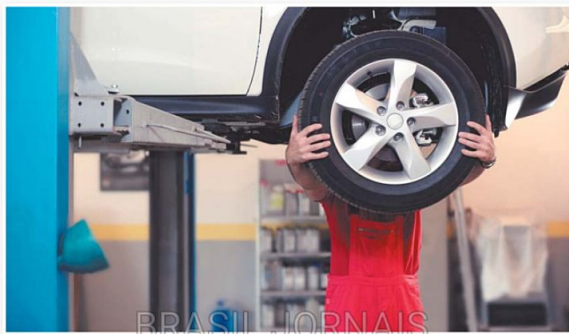



Foto: Getty Images

Muita gente acha que é possível adiar o alinhamento da direção e o balanceamento das rodas porque o carro "só percorre a cidade" ou "não apresenta nada de diferente no comportamento". Contudo, ambos são procedimentos previstos no plano de manutenção dos veículos e estão diretamente relacionados à segurança.

Diego Riquero Tournier, chefe de serviços automotivos para a América Latina da Bosch, faz uma analogia interessante. "Ninguém contesta a realização de checagens periódicas nos aviões, mesmo quando nenhum piloto relata alguma anomalia, pois é questão de segurança", observa. "Nos carros, é a mesma coisa: existem itens que devem ser verificados periodicamente."

O técnico da Bosch ressalta ainda que nem todo mundo consegue notar quando é necessário realizar o serviço. "Então, é mais garantido manter o veículo de acordo com as instruções da montadora, que estabelece os prazos de manutenção conforme a avaliação que seus técnicos fazem dos componentes mecânicos", diz Tournier.

"Os principais motivos que levam o carro à oficina estão relacionados ao que chamamos de "*under car*", ou seja, tudo o que está ligado à parte de rodagem (direção, suspensão, freios, pneus etc.), porque esses são os componentes que mais se desgastam devido ao contato direto com o piso", explica o especialista.

"Devemos lembrar que o automóvel é um dos maiores responsáveis por mortes em todo o mundo; então, precisamos ter responsabilidade na hora de colocar esses veículos de 1.500 quilos nas estradas circulando em altas velocidades."

Muito mais que um problema de conforto

Na maioria das vezes, o sinal de alerta acende quando uma roda está desbalanceada. Isso afeta o conforto, já que a primeira coisa que se percebe é a vibração.

"Só que, até o motorista sentir, o problema já afetou todo o conjunto de suspensão e de direção (no caso de rodas dianteiras) e vai acelerar o desgaste de todos esses itens", diz Tournier. "Por isso, as montadoras recomendam que se faça o balanceamento a cada 10 mil quilômetros, em média, ou sempre que o carro passar por algum buraco ou obstáculo que possa prejudicar o equilíbrio das rodas ou o alinhamento da direção."

Tipos de balanceamento

Há basicamente dois tipos de balanceamento: com as rodas fora do carro ou instaladas no veículo.

A diferença é que, quando se faz isso na máquina, apenas os conjuntos de rodas e pneus são ajustados. Já no carro, a operação inclui componentes do eixo, da suspensão e da direção (rodas dianteiras).

"Normalmente, o balanceamento feito fora do carro é suficiente para garantir o equilíbrio do conjunto; só quando se percebe algum problema após o balanceamento fora é que se faz a verificação com as rodas no carro a fim de conferir se o problema está no conjunto roda-pneu ou em outro sistema", explica o especialista.

Rodas de aço estampado e de liga leve

Diego Tournier também afirma que, em tese, rodas de aço estampado e de liga leve não apresentam diferenças ou vantagens na hora de balancear, pois o procedimento é o mesmo.

O que pode ocorrer é uma dificuldade em balancear rodas de liga leve que tenham sido mal reparadas, porque o conserto é mais complexo do que o de rodas de aço estampado.

Aponte a câmera do celular para este QR Code e assista à entrevista com o técnico Diego Tournier, da Bosch

Patrocínio

Produção

Viabilização

Realização

"A sustentabilidade é uma causa muito cara para mim"

Gláucia Savin: "Para a minha necessidade de consumo, gasto cerca de R$ 15 de recarga semanal e R$ 9 de combustível para o REX"

A advogada ambiental Gláucia Savin exalta os benefícios dos veículos elétricos

POR JU CABRINI

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

GUIA DO PRIMEIRO CARRO ELÉTRICO OU HÍBRIDO

Imagine que você é uma profissional do direito ambiental, que trabalhou como procuradora do Município de São Paulo por mais de 30 anos, sempre focada em controle de poluição atmosférica, e teve de aprender muito sobre emissões veiculares. Qual seria o seu maior desejo?

No caso de Gláucia Savin, era ter um carro elétrico, que não emitisse gases de efeito estufa, fosse silencioso e gostoso de dirigir. "Comprei meu primeiro veículo elétrico há cerca de três anos. Em um primeiro momento, a fim de entender o seu funcionamento e ver se eu me adaptaria, fui atrás de um usado. Comprei um BMW i3", relata.

A advogada conta que adorou o seu novo meio de locomoção, mas surgiu um dificultador no meio do caminho. No início da pandemia, a mãe dela, que reside em Ribeirão Preto, cerca de 300 quilômetros da capital paulista, iniciou um tratamento de saúde que exigia de Gláucia se locomover com frequência para o interior. Com receio de ficar sem energia durante o percurso, ela decidiu adquirir uma versão mais nova, o BMW i3 REX, com um extensor de autonomia, uma espécie de gerador movido a combustão e que ajuda na recarga da bateria.

De acordo com a montadora BMW, o motor elétrico i3 REX tem autonomia de 180 quilômetros no modo exclusivamente elétrico. Com a ajuda do extensor, que agrega um motor a gasolina compacto, de 647 cm³, são disponibilizados mais 150 quilômetros. "Eu me tornei uma melhor motorista com o carro elétrico, isso porque fiquei mais atenta a todas as informações. O carro calcula o consumo de acordo com o perfil do usuário, e eu sei que consigo uma recuperação maior se antecipar a frenagem, por exemplo. Dirijo economizando, e o computador está acompanhando todos os detalhes do meu estilo de dirigir."

TECNOLOGIA DE AVANÇO RÁPIDO

"Felizmente, tudo está acontecendo muito rápido. No início da pandemia, não era possível fazer uma viagem a Ribeirão Preto porque havia o risco de ficar no meio do caminho, já que a infraestrutura era ainda menos eficiente. Então, optei por um modelo que me proporcionasse tranquilidade", explica.

Sem medo de um eventual apagão e com a certeza do futuro da mobilidade, o publicitário René de Paula Jr., marido de Gláucia, também aderiu à tendência, e adquiriu um Renault Zoe. A advogada afirma que ela e o marido fizeram a aposta consciente de que o mundo vai mudar. "Essa causa é muito cara para mim. Simplesmente, não dá mais para continuarmos vivendo como se nada estivesse acontecendo. Tive que aprender bastante coisa sobre o carro e a infraestrutura para satisfazer a curiosidade das pessoas, mas também porque eu sabia que estava fazendo algo pela mobilidade."

Segundo ela, uma das perguntas mais frequentes é sobre o custo de recarga. Ela ri ao dizer que custa mais ligar o secador de cabelo todos os dias do que recarregar seu carro uma vez por semana. "Sim, o custo na aquisição ainda é maior do que o dos veículos a combustão, mas é preciso considerar que o IPVA é mais barato, a manutenção também, a garantia da bateria é de oito anos, além de uma série de outros benefícios. Para a minha necessidade de consumo, gasto cerca de R$ 15 de recarga semanal e R$ 9 de combustível para o REX", conclui.

Foto: Arquivo Pessoal

Produzido por ESTADÃO BLUE STUDIO

Consolidação em tempo recorde

Categoria dobra de tamanho em pouco mais de um ano

POR ALAN MAGALHÃES
FOTOS: DUDA BAIRROS/VICAR

Público e patrocinadores presentes na revitalizada Stock Car Pro Series

A terceira etapa da Stock Car acontecerá em 10 de abril, no Rio de Janeiro, com transmissão ao vivo pelo site do Estadão

Há várias perguntas que são repetidas, há bastante tempo, quando o assunto é automobilismo. "Quer ganhar R$ 1 milhão com esse esporte?" Resposta: invista R$ 2 milhões. O esporte a motor está no rol dos mais caros; afinal, depende de muita tecnologia, fornecedores de ponta e mão de obra mais que especializada. Mas, quando a palavra gestão entra na equação, tudo muda.

Para manter o negócio, a exploração comercial e publicitária do produto é fundamental para sua sustentabilidade.

No Brasil, não por acaso, a Stock Car Pro Series é considerada a mais profissional categoria do País. Em suas 43 temporadas, patrocinadores icônicos foram aliados a ídolos que nela surgiram, como a cera Grand Prix, diretamente ligada ao dodecacampeão Ingo Hoffmann, a Coca-Cola de Paulo Gomes, a Smirnoff de Reinaldo Campello e, mais recentemente, a invasão de laboratórios farmacêuticos, que patrocinam equipes e pilotos, misturando-se com petroleiras. Isso sem nos esquecermos da General Motors, verdadeira madrinha da categoria.

ATÉ SEMENTE GERMINA PATROCÍNIO

O maior crescimento da história da categoria se deu há pouco mais de um ano, quando sua administração passou a contar com gestores profissionais. Em cerca de 18 meses, os negócios de patrocínio multiplicaram-se por três, mesmo em tempos de pandemia. O movimento iniciou-se quando o fundo de investimentos Veloci, liderado pelo empresário do ramo de telecomunicações Lincoln Oliveira, comprou a Vicar, promotora da Stock Car. Na montagem de sua equipe, trouxe o executivo Fernando Julianelli, um ex-piloto que acumula experiências de sucesso no mundo corporativo e publicitário.

As transmissões foram reorganizadas por meio de várias emissoras e plataformas, entre elas o site do **Estadão**, que tratam o produto como se deve, priorizando o respeito ao fã, ao espectador.

Na pista, nomes consagrados estrearam, como Felipe Massa e Tony Kanaan. E outras estrelas renovaram seus contratos: Rubens Barrichello, Nelsinho Piquet, Ricardo Zonta, Cacá Bueno, Daniel Serra, Ricardo Maurício, Gabriel Casagrande e muitos outros. Claro, Qualcomm, Motorola, NewOn e Banco BRB puxaram a fila, seguidos por Intelbras, ArcelorMittal, ATTO Sementes, Betway e a petroleira ENOC, de Dubai, que escolheu a Stock para divulgar seus lubrificantes no Brasil. Elas se juntaram a um time já respeitável de líderes de mercado: Toyota, Chevrolet, Pirelli, Fras-le, Fremax e Gasolina Podium.

"Encontramos a Stock Car já assentada sobre uma boa base técnica e desportiva; faltava apenas aprimorar o marketing", diz Fernando Julianelli, que ocupa o cargo de CEO da Vicar.

A resposta dos patrocinadores foi imediata. A Chevrolet, por exemplo, comemorou sua 500ª largada na Stock Car – um marco, mesmo para os padrões internacionais. A Vibra Energia (antiga BR Distribuidora) renovou o patrocínio por três anos e anunciou que a categoria passaria a ser o principal eixo de patrocínio da marca Gasolina Podium. O Banco BRB entrou no jogo com um lançamento, aguardado há décadas pelos fãs do esporte: cartão de crédito fidelizado da Stock Car. "Desenhamos um produto para, de fato, fazer a diferença para os apaixonados pelo automobilismo e pela Stock Car, com benefícios únicos e vantagens exclusivas", afirma Paulo Henrique Costa, presidente do BRB.

Outros dois grandes cotistas da Stock Car, de fora do segmento automotor, são a ATTO Sementes e a siderúrgica ArcelorMittal, anunciadas recentemente. Referência no setor agrícola e líder na produção de sementes de soja e milheto, a ATTO enxergou na categoria e na dinâmica do trabalho no campo semelhanças importantes. "Uma equipe da Stock Car, assim como o homem do campo, necessita trabalhar em constante organização, planejamento e eficiência", compara Mariangela Albuquerque, diretora de marketing da ATTO Sementes.

O AÇO VERDE

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Novos carros da categoria serão construídos com aço sustentável

A ArcelorMittal Aços Planos é parte do grupo líder no mercado global de aço. Segundo a empresa, seu ingresso na Stock Car se deve a um novo cenário mundial, mais focado na sustentabilidade.

Como forma de mostrar a qualidade de sua tecnologia, a ArcelorMittal produzirá o aço a ser empregado na nova geração de carros da Stock Car, que virá nos próximos dois anos. "A indústria automotiva global está se movimentando com a consciência verde por meio de ações que visam a descarbonização em todo o ciclo de vida dos veículos, desde a produção do aço até a reciclagem", justifica João Bosco Reis da Silva, gerente-geral de sustentabilidade e relações institucionais da empresa, citando características que estarão presentes no aço a ser utilizado pela Stock Car.